

INTRODUÇÃO

Objectivos e justificação

O presente estudo retoma a ideia que deu origem ao projecto de investigação desenvolvido por nós no âmbito do mestrado em estudos africanos, na área de conhecimento em literaturas da África lusófona, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Centrado nos romances de três escritores angolanos (Pepetela, Wanhenga Xitu e Arnaldo Santos), o objectivo deste trabalho é o de demonstrar que os textos ficcionais escolhidos se estruturam a partir da matéria de extracção histórica.

Procuramos, como objectivo, estabelecer a relação entre o imaginário e a realidade histórica documentada por intermédio de argumentos construídos no confronto de registos de factos da realidade nos documentos oficiais, textos de legislação, notícias e artigos de jornais com o universo representado. Utilizaremos, por isso, o sintagma *romance testemunhal e documental*. Não propomos introduzir um conceito para integrar os subgéneros do romance. Procuramos, por razões metodológicas, clarificar o tipo de detalhes que pretendemos identificar nos textos literários convocados para o estudo. Ao elaborarmos o conceito, consideramos o facto de os textos em estudo se estruturarem a partir da recriação de factos registados em documentos e, em alguns casos, se

construam no convívio entre depoimentos sobre a experiência do prosador e matérias de ficção, sendo os romances de W. Xitu e A. Santos exemplos típicos desta hibridação. Quer isto dizer que o texto literário que desejamos manejar está relacionado com os elementos susceptíveis de justificar o pressuposto segundo o qual o sentido dos eventos ficcionais será encontrado no confronto com documentos produzidos no momento histórico para o qual o texto nos remete. Em suma, admitimos, com Bastos (2007: 80), para quem a atribuição do carácter histórico a uma narrativa de ficção justifica-se desde que existam registos documentais cujo conteúdo possa ser validado pelos leitores que reconheçam a relação entre factos e recriação ficcional.

A opção por esta perspectiva de leitura parte das reflexões avançadas por alguns estudos produzidos na nossa área de conhecimento, os quais constroem o pressuposto segundo o qual alguma produção romanesca angolana se funda na recriação do real e do histórico. Não se conhece, entretanto, um estudo exclusivamente direccionado para a busca de fontes documentais escritas. Eis a razão por que podemos arriscar a qualificar o presente trabalho de contribuição original para a explicação de narrativas de ficção que textualizam momentos marcantes da história recente de Angola.

Estruturação do trabalho

Iniciamos o estudo, no capítulo 1, pela fundamentação teórica da perspectiva de leitura adoptada para este trabalho.

Pelo confronto da matéria ficcional com as fontes documentais escritas nos arquivos do Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA procuramos, no capítulo 2, demonstrar a relação do narrado em *Mayombe* (Pepetela, 1985) com os acontecimentos havidos na década de 60 do século XX e que se relacionam com as acções de um grupo de guerrilheiros angolanos cuja base clandestina se instalara na floresta do Mayombe que dá nome ao romance.

Percorremos os textos de comunicados de guerra para verificar a similitude dos eventos ficcionais com as investidas dos guerrilheiros entrincheirados em Mayombe. Conferimos os resultados das chamadas “conferências” do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) registados nos documentos conservados no Centro de Documentação e Investigação Histórica (CDIH, em Luanda) e estudos da situação política, social e económica da sociedade angolana na época desenvolvidos pelo Centro de Estudos Angolanos (CEA)¹.

De facto, em 1963, a organização nacionalista MPLA decidiu passar da luta política e diplomática que dominava a sua actuação para ataques armados contra os interesses do então regime colonial. A decisão seguiu-se à instalação da hierarquia em Brazzaville (capital do ex-Congo-Francês), na sequência da expulsão do MPLA de Kinshasa (capital do ex-Congo-Belga). Uma estrutura de apoio à guerrilha foi, propositadamente, montada em Dolisie, região congoleza mais próxima do território angolano, o que favoreceu o abastecimento dos guerrilheiros. Outros pontos de coordenação e apoio à

¹ Instância criada pelos militantes do MPLA e sediada na Argélia, nos anos 60.

guerrilha também haviam sido criados em várias localidades congolezas com o intuito de diminuir as dificuldades logísticas dos combatentes. O esquema assim concebido permitiu proclamar a chamada “II Região Político-Militar”, baptizada também “Frente Cabinda”, na actual província petrolífera de Cabinda. Os guerrilheiros visavam os objectivos económicos do sistema colonial com o fim de forçá-lo a ceder nos campos diplomático e político. Os golpes desferidos contra o opressor nas diferentes regiões militares criadas pelo MPLA, conjugados com as acções armadas de duas outras organizações nacionalistas (a FNLA e a UNITA) e com a conjuntura internacional, conduziram à independência nacional, em 1975. O romance *Mayombe* ficciona a saga dos guerrilheiros que constroem o sonho da liberdade e se alimentam de esperança de uma vida melhor para o homem angolano, mas que também se frustram ao assistirem à morte dos ideais para o qual se haviam sacrificado.

No capítulo 3, vemos como os seres de papel que se movimentam no romance *O Ministro*, de Wanhenga Xitu (1990); exteriorizam a frustração que tinha começado a nascer e a invadir a consciência daqueles que acreditavam terem dedicado a vida inteira à revolução para se livrarem do sofrimento que a colonização impunha. O enredo metaforiza também as fricções entre militantes da mesma organização política, agora desavindas devido à corrida desenfreada para o usufruto das benesses. No plano cronológico e não ficcional, os acontecimentos situam-se entre as décadas de 70 e 90. Trata-se de um momento que corresponde à vitória sobre o colonialismo, celebrada a 11 de Novembro de 1975, e à abertura do regime pro-socialista ao sistema multipartidário, no começo da década de 90.

A elaboração do sentido da obra de W. Xitu na sua conexão com a realidade histórica fizemo-la recorrendo aos textos de legislação produzida desde a independência de Angola até à queda do muro de Berlim, em 1989, factor que impulsionou o regime vigente, baseado na doutrina do socialismo soviético permissivo apenas ao sistema de partido único, a aderir aos valores da democracia multipartidária. Apoiamo-nos também nos principais documentos administrativos que registam as opções políticas adoptadas pelas autoridades do Estado com vista a debelar as crises económicas e financeiras que abalaram o período em causa.

A instituição do multipartidarismo, em 1991, e a subsequente assinatura de um acordo de paz não garantiram a reconciliação dos líderes das principais organizações político-militares (MPLA e UNITA). O País viu-se mergulhado novamente numa guerra fratricida após um interregno que serviu tão-somente para organizar um processo conducente às primeiras eleições gerais, em 1992, já de início envolto num clima de violência. O escritor Arnaldo Santos (2006), cuja obra estudamos no capítulo 4, fez a leitura do ambiente político perturbador que os ventos que sopravam do Leste europeu criaram e registou-o num texto de ficção: *O Vento que desorienta o Caçador*. O romance constitui uma interrogação do homem angolano que, atormentado, procura respostas às causas do falhanço do projecto instituído pelas gerações que conceberam um programa político de sociedade que não chegou a garantir o bem-estar.

O enquadramento da narrativa de Arnaldo Santos no contexto socio-histórico levantou o problema de acesso às fontes documentais escritas. Em Angola, são ainda matérias

reservadas ao Estado os textos oficiais em que se registaram as discussões, os desacordos e a correspondência sobre questões políticas, militares e diplomáticas no âmbito das negociações entre o Governo e a ex-rebelião. Algumas razões desse secretismo podem ser explicadas. Entre elas, o facto de as acções políticas tendentes a realizar o processo de pacificação e reconciliação se terem desenvolvido num clima de guerra civil e não num ambiente sem uso de armas. Como se sabe, o conflito armado evolui sempre sob uma manta de fenómenos comprometedores para os beligerantes, de tal modo que não nos parece haver interesse em abrir os arquivos aos investigadores. Outra explicação: o complexo processo de reconciliação nacional e reconstrução de infraestruturas destruídas por uma guerra não aconselha a exposição ao investigador e, por esta via, ao público leitor, de documentos que o possam prejudicar. Perante a hesitação de quem detém a ferramenta de que precisamos sem a alcançarmos, a solução encontrada consistiu em convocar outra categoria de fontes: as memórias. Como aconselha Keylor (2001: 505), as memórias, se bem que se destinem a exteriorizar o *eu* dos respectivos autores, afirmam-se como “única fonte de informação em primeira mão”, tal como na circunstância como a que aludimos aqui. No caso da narrativa de Arnaldo Santos, utilizamos as memórias de Margareth Anstee (2007), de Urbano Chassanha (2000) e, em menor escala, a de Jardo Muekalia (2011). O interesse pelos três autores, no meio de vários textos similares que começam a esclarecer aspectos delicados do nacionalismo angolano, reside no facto de os escritos em causa propiciarem a fundamentação da relação que decidimos estabelecer entre a ficção narrativa e a realidade documentada.

Questões metodológicas e dificuldades gerais

As dificuldades de manejo dos documentos oficiais também se colocaram em relação ao romance de Pepetela. Embora nos tenha sido autorizada a consulta a estas fontes de primeira mão, não nos foi concedida autorização para a reprodução das mesmas a fim de serem usadas nas páginas anexas ao texto do nosso trabalho. Tal facto priva-nos, assim, de uma importante prova susceptível de ilustrar as remissões que fazemos constantemente aos documentos emitidos pelas instâncias angolanas que encabeçaram as actividades clandestinas da luta anticolonial. Por esta razão, decidimos fornecer todos os detalhes que permitem facilitar a localização dos documentos citados, optando por alinhá-los, na lista bibliográfica parcial e final, por classes, conforme as datas da sua emissão e em função da numeração original atribuída pelos arquivos da organização nacionalista MPLA, pela qual são actualmente catalogados.

Vista neste ângulo a relação entre os textos de ficção e a realidade documentada, pode dizer-se que os três romances em estudo se oferecem como documentos que captaram três fases importantes da história de Angola. A primeira: a organização clandestina da guerra para a libertação nacional. A segunda: as dificuldades financeiras, económicas, sociais e políticas que se colocaram ao novo poder instalado depois do derrube do colonialismo. A terceira: as consequências da guerra civil que adiaram o sonho do homem angolano por uma vida digna e a experiência mal sucedida da reconciliação nacional e dos primeiros anos de implantação do sistema multipartidário num País dominado durante dezasseis anos por uma ideologia tomada de empréstimo a uma potência mundial que ruiu inesperadamente: a União das Repúblicas Soviéticas e Socialistas (URSS).

O estudo da representação sequencial da história dum País por três escritores exigiu de nós a adopção de uma metodologia adequada que nos conduzisse a demonstrar, com apoio dos documentos escritos, a conexão do ficcional com o real.

O procedimento metodológico que elegemos para este trabalho coloca, à partida, um problema teórico que merece explicação, já que algumas personagens ficcionais e determinados eventos narrados que estudamos suscitam a questão de saber se é tolerável falar-se da dimensão física dos protagonistas ficcionais e se é permissível documentar a sua existência.

Se pretendermos ser breves, bastará dizermos que não se procura elaborar um inventário do discurso da verdade que esteja alojado nas narrativas de ficção em estudo, embora se reconheça, seguindo Robert (1972), que o romance se apoderou da experiência humana devido aos privilégios que lhe foram concedidos pela literatura, pois do género menor guindou para o cimo ao ponto de se arrogar ao direito de insinuar que veicula a realidade.

Ao pretendermos demonstrar a interligação das narrativas de ficção com a realidade, recorreremos às fontes primárias escritas. No caso das reflexões que produzimos em torno de *Mayombe*, de Pepetela, cuidamos de estabelecer a relação entre os protagonistas dos eventos ficcionais e as figuras históricas do nacionalismo, entre os eventos narrados e os acontecimentos havidos ao longo da guerra de guerrilha, aproximando o mundo ficcional construído por Pepetela da realidade documentada.

No que diz respeito a *O Ministro*, de W. Xitu, e a *O vento que desorienta o caçador*, de A. Santos, a realidade histórica autodenuncia-se sem exigir esforços extraordinários do leitor. A dificuldade coloca-se a um leitor pouco atento ao conhecimento da história, pois ambas as narrativas convocam a realidade histórica, de tal modo que a avaliação da dimensão documental de ambas só se pode conseguir caso o leitor possua *forte senso histórico* como designa Howe (1998: 196), isto é, “um modesto conhecimento da história, significa conhecer uns tantos factos”. É esta busca das fontes documentais escritas que mobiliza o investigador.

Em face do exposto, procuramos justificar a dimensão documental do universo ficcional a partir da leitura das ocorrências documentadas nos textos oficiais elaborados pelas entidades da guerrilha anticolonial que se haviam implantado na floresta de Mayombe. Construindo por esta via o valor existencial do narrado, verificamos e deduzimos haver similitude entre o mundo possível romanesco e os factos humanos, isto é, históricos. Tomamos, contudo, precauções a respeito da leitura que fizemos, procurando aclarar, a cada momento do estudo, em que medida usamos o texto ficcional para produzirmos a significação a partir da relação que estabelecemos com a realidade documentada e em que medida as nossas ilações se produziram a partir da escolha de múltiplos significados a que o texto ficcional se expõe. Desta forma, estabelecemos os limites entre o uso do texto ficcional para um fim, como ensina Eco (1992: 119), e a leitura do texto para outro fim que é a livre emissão do juízo de valor, embora, nos dois casos, a soberania do leitor tenha presidido as motivações para a escolha das perspectivas de produção da nossa leitura.

Com o procedimento metodológico acima descrito, parece termos tentado evitar o excesso de biografismo para elaborarmos a significação do texto ficcional, já que nos casos específicos de *Mayombe* e *O Ministro*, os respectivos autores, Pepetela e W. Xitu, haviam estado directamente envolvidos nos processos políticos que constituem matéria para a feitura das obras da arte. O texto ficcional de W. Xitu é o que mais se oferece às tentativas de identificar uma das vozes da narrativa ao próprio autor, já que a matéria ficcional convive com a matéria de carácter testemunhal, isto é, depoimentos de teor político de um governante que não se cansa de aludir à sua intenção de conduzir o leitor para a descoberta de registos de factos.

Vista assim a questão, podemos, finalmente, dizer que o problema que a nossa opção metodológica coloca no plano teórico acaba por ser esclarecido. Queremos com isto dizer, com Carlos Reis (2006: 12-13), que tentamos evitar o biografismo que caracterizou os primórdios dos estudos da narrativa no século XX, sem termos caído, também, no olhar imanentista que o radicalismo das propostas da análise morfológica da narrativa cultivou com Propp (2003). Se o biografismo excedeu na linearidade da representação de figuras reais, o formalismo extremou ao reduzir as personagens à “dimensão funcionalista de seres de papel”, como refere Reis (2006: 13).

O enquadramento teórico da escolha da temática e das obras em estudo neste trabalho, das opções metodológicas e da pertinência do emprego de conceitos, desenvolve-se no capítulo que se segue.

Referências bibliográficas

- Anstee, Margaret Joan. (1997). *Órfão da Guerra Fria – radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/93*. Porto: Campo das Letras.
- Chassanha, Urbano. (2000). *Angola – Onde os Guerreiros Não Dormem*. Lisboa: Quod.
- Eco, Umberto. (1992). *Os limites da interpretação*. Lisboa: Difel.
- Howe, Irving. (1998). *A política e o romance*. São Paulo: Perspectiva.
- Keylor, William R. (2001). *História do Século XX – uma síntese mundial*. Mira-Sintra: Quixote.
- Muekalia, Jardo. (2011). *Angola: A Segunda Revolução – Memórias da luta pela Democracia*. Porto: Sextante.
- Pepetela. (1985). *Mayombe*. Luanda: UEA.
- Propp, Vladimir. (2003). *Morfologia do Conto*. 5ª ed. Lisboa: Vega.
- Reis, Carlos. (2006, 10 de Outubro). A personagem como pessoa: as regras do jogo. *Jornal de Letras*. Lisboa: Edimpresa-Ed., pp. 12-13.
- Robert, Marthe. (1972). *Roman des origines et origines du roman*. Paris: Ed Bernard Grasset.
- Santos, Arnaldo. (2006). *O Vento que desorienta o Caçador*. Luanda: Nzila.
- Xitu, Wanhenga. (1990). *O Ministro*. Luanda: Caxinde.

1.

HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DA FICÇÃO: UMA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. A propósito do objecto do nosso estudo

O presente trabalho, como referimos na introdução, propõe-se reflectir em torno das relações que se tecem entre a ficção narrativa angolana e a realidade histórica ilustrada por fontes documentais para a qual a primeira remete.

Se o objectivo da discussão pode ser assim definido, o objecto de estudo da nossa investigação exige, para ser determinado, alguns esclarecimentos prévios.

Primeiro, procuremos apontar as obras em que se irá centrar o estudo: *Mayombe*, de Pepetela, *O Ministro*, de Wanhenga Xitu, e *O Vento que desorienta o caçador*, de Arnaldo Santos.

Ora para Tzvetan Todorov, uma obra literária, tal como as nomeadas acima, “não pode, por si só, constituir objecto de uma ciência” (1982, 10).

Para justificar o argumento, diz o autor que a obra literária é um potencial objecto de estudo de quaisquer ciências humanas e não exclusivamente da literatura, se bem que cada uma destas estude a obra literária sob perspectivas diferentes das outras.

Todorov toma como exemplo a botânica, procurando argumentar que esta ciência, embora estude o mundo vegetal, o respectivo objecto de estudo não é o mundo vegetal mas, sim, as leis que governam o referido mundo vegetal. O estudioso tenta, assim, convencer-nos de que o objecto de estudo da literatura serão as leis que guiam o fenómeno literário e não a obra como material empírico.

Ao realizar o estudo em torno de *Decameron*, de Boccaccio, Todorov aponta a *narração* (e não a obra) como objecto da ciência da literatura. A narração, na perspectiva que lemos de Todorov, parece-nos diferir do sentido que Genette (1972: 72) atribui ao conceito, isto é, ao acto produtivo do narrador. Todorov procura, a nosso ver, estudar as leis que conduzem à construção da narração, vista apenas como “um aspecto” do discurso, que integra o conjunto de outros que enformam a literariedade, termo que devemos ao léxico dos formalistas russos e que alude a uma série de propriedades da linguagem literária, as quais concedem autonomia a esta.

Se seguirmos esta posição todoroviana, consideraremos como objecto da nossa pesquisa as leis que concorrem para a feitura da história (*diegese*), visto aqui como uma série de acontecimentos que, no dizer de Genette (1972: 71-72), podem ser reais ou fictícios. Teremos, assim, evitado apontar a obra em si como sendo o objecto. Este último conceito, o de *história*, merece um comentário. Tomamo-lo de Genette, quem o utilizou para referir ao universo da significação do texto literário, isto é, ao mundo possível ou ficcional. Mas, seguindo Todorov, convirá determinar os procedimentos que permitem elaborar a história genética, o que permite esclarecer quais as leis que a sustentam.

Vista desta maneira, a proposta de Todorov não resolve o problema da definição de um objecto para os estudos literários. Isto porque as leis que conduzem à construção da história ou dos acontecimentos ficcionais narrados nas três obras por nós eleitas, bem como a narração em *Decameron*, podem também constituir objectos de estudo científico das outras ciências humanas e não somente da literatura.

Colocado assim o argumento, as leis visadas por Todorov propõem-nos um conjunto de métodos universais para o estudo do objecto da literatura. Esta perspectiva rejeita, neste caso, a tendência segundo a qual a obra literária constitui o centro dos estudos literários, independentemente dos modelos metodológicos escolhidos, já que se concentra na formulação das leis.

No fundo, a visão de Todorov acaba por ser uma apologia à imposição de métodos universais de leitura da obra literária, tal como o pretendiam os formalistas que visavam

elaborar um modelo metodológico para o estudo da narrativa susceptível de servir para o estudo de outras narrativas particulares. Trata-se dum olhar que colide, hoje, com a linha desconstrutivista para a qual Jacques Derrida (1967) aponta nas propostas de busca do significado do texto narrativo. Para o autor da *De la grammatologie*, abordar o fenómeno literário implica uma atitude de abertura a questionamentos constantes e a reformulações das teorias já construídas, de tal modo que a obra literária também se oferece a múltiplas leituras como obra aberta de que nos fala Eco (2005).

Na perspectiva em que Eco a coloca, a abertura está presente em qualquer obra e é explicada pela maneira ambígua como a “mensagem artística” é veiculada (2005: 25). Quer isto dizer, ainda que se ofereça a uma interpretação unívoca, intencionalmente gizada pelo artista, que a tenha organizado de maneira a assemelhar-se a uma “estrutura objectiva”, a obra aberta proporciona sempre uma ampla escolha de leituras possíveis (fruição). A esse propósito, Ricoeur pensa que caso o discurso inscrito no texto seja unívoco, isto é, permita tão-somente uma significação, caberá ao contexto desempenhar a tarefa de indicar um plano de referência, de modo a que a plurivocidade de sentidos seja estabelecida.

Para continuarmos a contrapor a tese de Todorov, apoiemo-nos nas considerações de Rita Chaves (1999: 67), de quem se percebe que o romance de António de Assis Júnior, *O Segredo da morta (romance de costumes angolenses)*, retrata a sociedade, tendo um dos seus focos a região do Dondo. Neste caso, o que se procura é o conhecimento das gentes e do mundo que as rodeia. Ao fazê-lo, a literatura recorre aos “instrumentos

formulados noutras áreas do saber” (Chaves, 1999: 67), procurando, assim, auxílio à Antropologia “para a melhor compreensão dos fenómenos”. Solicitemos a intervenção de um sociólogo para continuarmos a verificar a validade da ideia de que a obra literária pode constituir objecto de estudo da literatura e que não são apenas as leis que guiam o fenómeno literário que devem ser tidos como objectos de estudo da literatura como sustenta Todorov. José Carlos Venâncio (2004: 1-14), num estudo de duas narrativas de Pepetela (*Jaime Bunda, Agente Secreto* [2001] e *Jaime Bunda e a morte do americano* [2003]), elaborado para o Centro de Estudos Sociais da Universidade da Beira Interior, examina o nacionalismo e o Estado pós-colonial em Angola. Como procedimento metodológico, isolou “um conjunto de características e de categorias sociais”, expressas ou referidas nos dois textos literários atrás citados, por achar que estas “configuram a especificidade da neo-patrimonialização do Estado em Angola”. Partindo dos dados veiculados por dois romances do escritor angolano Pepetela, o sociólogo analisa um estágio do nacionalismo angolano, correlacionando as reflexões com um dos momentos de evolução da literatura angolana. Por esta via, Venâncio acaba por sondar o papel da produção literária, enquanto criação artística, na construção da consciência nacionalista das elites africanas, na emergência do movimento de reivindicação cultural e afirmação da identidade, fazendo recurso às disciplinas de antropologia cultural e sociologia. No outro estudo, Venâncio (1992: 11-17) demonstra que o episódio sobre o choque de culturas (africana e ocidental), em que se mergulha a personagem do romance do escritor senegalês Cheikh H. Kane, *L’Aventure Ambiguë*, ficciona uma fase da história da África, isto é, quando os intelectuais alienados aos valores culturais europeus reconhecem o seu estatuto subalterno face ao colonizador. Também no romance de Chinua Achebe, *Things Fall Apart*, o africanista encontra a recriação do sufoco das

instituições tradicionais africanas e dos valores autóctones do grupo cultural Ibo, na Nigéria, fenómeno tido como efeito da cristianização, uma das facetas do colonialismo.

Quanto ao espaço lusófono, Venâncio vê a realidade sociológica de Cabo Verde impressa na obra *Arquipélago* (1935), de um dos membros da Claridade, Jorge Barbosa, e identifica ainda temáticas que remetem para o panorama das ilhas flageladas por uma prolongada ausência da chuva. Os três criadores projectam nos textos literários aquilo a que Venâncio (1992: 13) denomina “preocupações de índole puramente cultural”, o que coloca aos críticos da literatura o desafio de recorrerem aos utensílios de outros ramos do conhecimento. Trata-se, aqui, de um olhar que solicita a intervenção de outros domínios da ciência, longe das fronteiras dos estudos literários. Esta abordagem da sociologia do colonizado relaciona campos de conhecimento científico diferentes e ilustra os limites da formulação, tais como a de Todorov, que pretenda confinar a um ou ao outro o estudo quer da obra, quer da história já atrás referida.

Como se depreende, Todorov (1982: 9) não dissipou o “mal-entendido” acerca do que a ciência da literatura deve reclamar como objecto da sua investigação.

Pensamos, assim, que tanto a obra em si como qualquer categoria da narrativa ou apenas um aspecto desta são susceptíveis de servir de objectos de estudo da nossa especialidade, em função da perspectiva adoptada.

1.2. Questões de partida e orientadoras do trabalho

O nosso objecto de estudo relaciona-se com os acontecimentos fictícios (a *diegese*, no dizer de Genette), os quais encerram a significação narrativa. E mau grado a ficcionalidade de tais acontecimentos, o discurso narrativo remete-nos para uma realidade, o que leva a adoptarmos, neste trabalho, o procedimento metodológico que busca o sentido do texto ao contexto histórico. Tal procedimento pode ser justificado a partir do postulado de Aristóteles, de quem se reconhecem as primeiras abordagens sobre a relação entre a ficção e o real. Como se sabe, o filósofo grego, ao diferenciar o historiador do poeta, isto é, o real do ficcional, estabelece que este último expõe os acontecimentos que possivelmente haveriam de ocorrer. Assim, a procura da resposta à pergunta se existirá a figuração da realidade histórica na ficção narrativa angolana define-se, aqui, como problema teórico de partida para a discussão que se propõe.

A problemática da relação entre o texto de ficção e a realidade documentada que procuramos estabelecer está clarificada por Mukarovsky (1997: 19-20) na sua colectânea de ensaios relacionados com a estética e a semiótica da arte.

Ao colocar a questão a propósito dos valores da obra da arte, Mukarovsky distancia-se das premissas teóricas do formalismo russo (1915-1930) que postulam acerca da imanência do produto estético. Se o grupo de Moscovo defende a autonomia da arte face aos fenómenos sociais, Mukarovsky demonstra a falácia da abordagem formalista que admite uma “separação absoluta entre a literatura e os fenómenos circundantes” (1997: 20). Segundo o autor, nenhuma esfera da actividade artística se isola das

restantes realizações do ser humano, razão por que se devem alistar as *funções (ou valores) culturais* no elenco das outras funções da arte, tais como as funções estéticas. As funções culturais englobam, aqui, os fenómenos resultantes da actividade humana. O conceito de função, no sentido em que o teoriza Mukarovsky, alude à “relação da obra de arte com o receptor e a sociedade” (1997: 143). Neste caso, poder-se-á admitir que numa obra de arte coexistam várias funções, embora predomine a função estética. Falar-se-á, por isso, da *função existencial* da literatura, a qual nos interessa para conduzir a reflexão e demonstrar a ligação entre a ficção narrativa angolana e a realidade histórica construída e documentada pelos homens. Assim, a função existencial da obra literária está relacionada com a realidade ou irrealidade dos factos, no dizer do autor a que nos reportamos. Para ele, ocorre sempre uma propensão para a vacilação entre o primado da função estética ou da função extra-estética na altura da escolha de caminhos para o estudo de uma obra literária.

Ao concretizar a abordagem teórica que faz, Mukarovsky toma como exemplo o romance histórico. Para a apreciação deste género, qualquer estudioso tende a hesitar se o lê a partir da sua função existencial, visando verificar a veracidade ou a falsidade (isto é, ficcionalidade) ou o faz para sondar a sua função estética. No caso dos romances realistas, a função existencial procura caucionar a pretensa veracidade dos acontecimentos narrados ou das descrições cunhadas no texto ficcional. Reconhecendo o peso da função existencial na obra literária, sublinha que, ao longo do processo de evolução da poesia, mesmo o texto lírico, apesar da sua carga de subjectividade, chega a ser analisada sob a perspectiva extra-estética (1997: 169-170).

Próximo desta visão de Mukarovsky está o pensamento de Lapesa (1998: 139). Este último, ao analisar a evolução da poesia lírica, afirma que o subjectivismo do texto lírico não lhe confere necessariamente a etiqueta de individualismo exclusivista, já que o poeta chega a interpretar sentimentos colectivos, como é o caso dos textos épicos homéricos. No caso da produção poética angolana, pode tomar-se o exemplo da poesia militante de Agostinho Neto e de Viriato da Cruz. Este último, por exemplo, cultivou o realismo social nos poemas de amor, veiculando sentimentos colectivos de que nos fala Lapesa, embora não se reconheça nos textos de Cruz e Neto a dimensão documental. O poeta fá-lo, neste caso, pelo facto de pertencer, como ser humano, a uma comunidade humana, que pode ser, entre outros, religiosa, nacional (Mukarovsky, 1997: 139). A poesia didáctica e a novela biográfica são outras modalidades de textos literários apontados por Mukarovsky como contendo valor extra-estético, predominando em ambos a função comunicativa, própria da manifestação linguística. Com este olhar sobre o real na ficção, Mukarovsky (1997: 26-28) apela à renúncia à tendência de erguer fronteiras entre o estético e o extra-estético.

Wellek e Warren (s.d.) colocam o problema da dimensão histórica do fenómeno literário numa perspectiva que nos conduz a valorizar aquilo que ambos apelidam *função social* da literatura. O facto de a literatura servir-se da linguagem, vista como criação social por resultar da actividade dos membros de uma sociedade dada, justifica os argumentos desse par de teóricos em torno do referido conceito. Acreditam, por exemplo, que o estudo da literatura engendra uma série de reflexões de índole social, direccionadas para a discussão sobre a “tradição e a convenção, as normas e aos géneros, a símbolos e a mitos”. A função social pressupõe, assim, que a literatura, como facto que emana da

sociedade, possui um carácter colectivo e não “puramente individual”, sendo, por consequência, histórico e real. Para eles, a literatura pode ser entendida como uma representação da vida, pois o criador da obra literária faz parte da sociedade e o produto estético que gera destina-se a um público, “por hipotético que seja”. Deve sublinhar-se, com Wellek e Warren (s.d.: 114), com os quais partilhamos o ponto de vista, o facto de que seria, entretanto, uma falsidade e banalidade afirmar-se que a literatura reproduz com exactidão os eventos reais em curso na sociedade, embora possa exercer influência sobre esta.

Pelos postulados defendidos por teóricos acima revisitados, podemos afirmar que uma obra literária está sempre aberta à remissão para uma realidade determinada. A pertinência da leitura de uma obra literária (escolhido por nós) já familiar do público (já “antiga”, no dizer de Mukarovsky) reside no facto de o estudioso nela reconhecer a função extra-estética, numa altura em que o contexto social ou histórico em que ela foi criada ou em que se inserem os acontecimentos narrados se afastou, no tempo, do contexto em que a obra é revisitada, como aponta Mukarovsky (1997: 171). E é isto que explica a possibilidade de construirmos a nossa tese em torno do problema da pertinência da leitura de textos ficcionais angolanos na sua relação com a realidade historicamente construída e registada em documentos, o que confere ao texto literário um amplo campo de reprodução de sentidos (ou seja, de significar a realidade), de pluralidade de leituras. Aliás, nas palavras de Paul Ricoeur (1989: 65), o texto tem “sentido múltiplo” porque se afigura como um “conjunto significante” que integra “realidades naturais ou históricas” e outros elementos constitutivos tais como “acontecimentos, personagens, instituições”. A multiplicidade de sentidos pressupõe,

nas palavras de Ricoeur (1989: 64), que um texto pode oferecer-se, simultaneamente, a um e ao outro sentido, o que levanta a questão do carácter aberto do texto literário copiosamente examinada por Umberto Eco.

É a partir do contexto, a que alude Ricoeur, que procuraremos fundamentar o procedimento metodológico de leitura escolhido para o nosso trabalho. Trata-se dum método usado por Erich Auerbach (2007) que analisou o modo como os autores procederam à representação da realidade histórica na literatura ocidental. O autor apresenta, para cada momento histórico, textos tomados como base para a discussão; demonstração da relação entre a realidade histórica representada e a ficção narrativa. Além disso, problematiza a relação que o texto literário constrói com a realidade histórica. No nosso trabalho, tal aproximação far-se-á pelo estudo da verosimilhança do enunciado (narrativa) quando confrontado com textos históricos, documentos, textos de imprensa e escritos testemunhais (memórias) ou, na falta destes, lido por analogia com acontecimentos históricos.

Não sendo o texto literário uma entidade a-histórica, o método de Auerbach conduz-nos a fundamentar a leitura dos textos a partir do contexto. Esclareçamos, antes, o alcance teórico daquilo que se irá apelidar de *contexto* ao longo da nossa discussão.

Segundo Ricoeur (1989: 95), quando a palavra se insere num discurso, incorpora neste a respectiva carga semântica. Contudo, apesar de as palavras serem polissémicas, por natureza, não se poderá afirmar que um discurso determinado é unívoco ou plurívoco

devido, exclusivamente, à univocidade ou plurivocidade das palavras, pois o sentido destas está relacionado com o contexto.

Com esta formulação filosófica, Ricoeur visa veicular a ideia de que a univocidade ou a plurivocidade do discurso depende do contexto em que possa ser situada a mensagem veiculada e não propriamente das palavras de que se compõe o discurso. Tomemos o caso de um texto jornalístico, cujo teor informativo é sobejamente conhecido e cujo autor deseja transmitir a novidade com certa dose de objectividade. Por exemplo, no Rwanda, as autoridades ordenaram a detenção e encarceramento de dois dirigentes da oposição em Bujumbura, a 26 de Julho de 2010. Embora o anúncio feito por um porta-voz da polícia, Eric Kayiranga, pela Radio Rwanda, apontasse a ilegalidade da formação política para justificar o acto, a classe política local e a imprensa privada leram o acontecimento como sendo uma tentativa do poder instalado de eliminar adversários da corrida às eleições presidenciais que se avizinhavam, isto é, previstas duas semanas depois. Pretendemos com isto dizer que o contexto em que se produziu o sucedido admitia este tipo de leitura, embora o anúncio sobre a detenção e encarceramento tivesse sido claramente transmitido pela imprensa oficial. Assim, o duplo sentido dos textos artísticos de que fala o autor não depende somente da carga semântica das palavras, mas resulta também da interacção dos contextos.

Contexto define-se, com Kloepfer (1984), como “atitudes, expectativas e pressupostos supra-individuais envolvidos na recepção e que são condicionados histórica, socialmente, etc.”. Por outras palavras, como o texto nasce no interior de uma cultura,

está associado ao contexto social e histórico que determina a evolução desta, que é uma criação acumulativa da mente humana. Com Aguiar e Silva (1996: 294-297), o contexto “representa a abertura do texto literário à historicidade do homem, da sociedade e do mundo, quer no momento da sua produção, quer no momento- que são múltiplos e diversos momentos- da sua recepção”. A alusão à história e à sociedade permite esclarecer a pertinência de uma leitura, tal como neste trabalho, fundada na construção da significação a partir da inter-relação do texto com os valores extratextuais, isto é, “valores comunicativos” do texto, como refere Mukarovsky (1997:14).

Descrito o que se irá entender por contexto neste trabalho, expliquemos o procedimento metodológico de Auerbach. Em geral, o autor requiere que o pensamento produzido para justificar a conexão entre a realidade representada e a ficção seja confirmado no texto (2007: 549-555). Para cada momento histórico, tomou como base uma série de obras e demonstrou a relação entre a realidade histórica representada e a ficção narrativa.

Wellek e Warren (s.d.: 124-126) sublinham a validade deste método quando observam que o domínio dos factos históricos ocorridos numa sociedade serve para detectar os tipos sociais e compreender a razão de ser da postura deles, uma vez representados no texto ficcional. Tal conhecimento histórico evita que o estudioso se limite a fazer um inventário simplista da vida humana e tomar o texto literário como documento social, embora se reconheça a possibilidade de a literatura fornecer-nos retratos da realidade social.

Na mesma perspectiva de Wellek e Warren (s.d.), Mukarovsky (1997), num ensaio em que descreve os valores da obra literária e os situa no contexto social e cultural, propõe que a consideração dos “valores que regem a prática da vida”, isto é, valores extra-estéticos, é imprescindível para o estudo do texto ficcional:

O postulado segundo o qual a investigação da evolução literária deve partir, antes do mais, da construção artística da obra não nega a necessidade de se estudar os valores extra-estéticos tanto no interior da obra como fora dela – mas sempre em relação a ela (1997: 175).

Exemplos de aplicação dos postulados teóricos expostos atrás encontrámo-los, como já se disse acima, no método praticado por Auerbach, o qual é por nós seguido neste trabalho.

Ao analisar a prosa italiana, Auerbach (2007: 177-201) detecta no *Decameron*, de Boccaccio, uma relação entre a criação artística e os acontecimentos reais da vida que o escritor ficciona. Num dos episódios das conhecidas novelas, Alberto, monge franciscano e sacerdote, é protagonista. Em Veneza, onde se instala após ter abandonado a terra natal por má conduta, visita regularmente, à noite, uma mulher cujo marido, um comerciante, se ausenta da cidade. Descoberto e censurado publicamente, o frate passa a constituir o maior escândalo público do clero na urbe. Outras aventuras eróticas de clérigos também se fazem ouvir.

Aos olhos de Auerbach (2007: 201), esse e outros episódios do *Decameron* traduzem cenas do quotidiano, descrevem e examinam, “de maneira mais concreta”, as entranhas

das classes sociais do tempo histórico vivenciado pelo próprio autor. Isto significa que se trata de uma reflexão boccacciana sobre os valores humanos, pensamento central do humanismo.

Já no estudo de outros textos anteriores aos do Boccaccio, Auerbach procura demarcar as fronteiras que separam o ficcional do real, reportando-se a dois textos antigos, o relato bíblico do sacrifício do Isaac e a *Odisseia*, de Homero. Segundo o autor, Homero não hesita em incorporar pedaços do quotidiano no sublime e trágico, contrariamente ao texto sagrado em que predomina o estilo elevado e a sublimidade (Auerbach, 2007: 19).

1.3. Implicações teóricas dos conceitos em uso no estudo

Para que a relação entre a realidade histórica e a ficção narrativa se estabeleça, tal como vimos na introdução a este trabalho, recorrendo aos exemplos elucidativos extraídos das reflexões de Auerbach, a selecção dos textos que constituem o *corpus* deve restringir-se à matéria ficcional de extracção histórica, isto é, provinda da História, conceito que mais adiante será objecto de explanação. Distinguir matéria ficcional resultante da recriação da realidade das restantes obras da literatura contemporânea ou antiga que não o sejam não é tarefa fácil, já que, como a lógica bem evidencia, qualquer texto literário constrói-se e relaciona-se com um momento histórico determinado. Eis a razão por que se elegeu atrás o conceito de contexto formulado por Klopfer. Quer isto dizer que no presente trabalho, o estudo das obras que constituem o corpus efectua-se em obediência à ordem do tempo referencial e histórico que cobrem, em função dos momentos históricos para os quais nos remetem determinados episódios. Com *Mayombe* (Pepetela,

1985), por exemplo, iniciamos pelas vivências da guerrilha contra o colonialismo e a guerra ideológica resultante do alinhamento dos nacionalistas angolanos a blocos militares e sistemas políticos. Esta abordagem leva-nos a limitar as nossas reflexões sobre a obra entre os anos 60 até à independência de Angola, em 1975. A crítica social de Wanhenga Xitu (1990), em *O Ministro*, delinea um recenseamento dos conflitos entre classes sociais, traça as desigualdades económicas e sociais que o novo sistema político-ideológico pós-colonial, o qual visou instalar um Estado providente, não debelou, mesmo após a queda do regime colonial a quem se atribuiu sem cessar as causas dos desequilíbrios sociais. Os acontecimentos ficcionados remetem-nos para o período entre 1975 a finais da década de 90. Finalmente, com o volume de Arnaldo Santos (2006), *O Vento Que Desorienta o Caçador*, ver-se-á o prolongamento do clima de frustração de quem se alimentou de esperança de que o fim da guerra corresponderia à melhoria da condição do homem angolano. Trata-se, aqui, da recriação literária dos factos ocorridos na sociedade angolana no período entre o início da década de 90 e o começo do século XXI.

Além do contexto, a que fizemos alusão acima, a nossa tese será construída, também, em torno dos conceitos de *realidade histórica*, *romance histórico* e o de *narrativa*. A propósito do romance histórico, limitaremos a abordagem ao carácter documental do romance, isto é, à modalidade de romance testemunhal e documental, ressaltando o facto de a pertinência do uso deste sintagma ter sido já explicada na introdução a este trabalho. A reflexão em torno do que entendemos por contexto neste trabalho permite estabelecer uma relação diferencial entre a narrativa historiográfica e o romance

testemunhal e documental. Começemos por entender o conceito de romance, lexema-chave para toda a abordagem em torno dos conceitos atrás mencionados.

Ao estudar as formas de construção do romance, Carlos Ceia (2007: 12) constata que tratar teoricamente o conceito de romance é uma “missão impossível” para quem se propõe investigar no campo dos estudos literários. Em busca de razões para justificar a afirmação, sustenta que “o romance é o género literário que mais resiste a não ser definido”. Décadas antes do investigador luso, o ensaísta francês Bernard Valette (1993: 22) atribuiu o título “Une impossible définition?” a um subcapítulo da obra em que visou descrever os métodos e as técnicas de análise do romance, procurando, nesta parte do livro, ensaiar uma definição, tarefa que ele próprio qualificou de impossível. Para Valette (1993: 6), as diferentes tentativas para uma definição e delimitação do romance acabam sempre por tomar como traço fundamental o significado do conteúdo que veicula, geralmente associado à ideia de ficção, e não à sua forma. A escrita romanesca difere, assim, do ponto de vista do discurso, das outras modalidades de produção literária, devido, sobretudo, ao facto de estar receptiva a outras práticas de discursos não literários (Bastos, 2007: 83). Por esta razão, encontramos, hoje, romances que incorporam procedimentos discursivos de outras disciplinas, de tal modo que a história aparece entre as disciplinas com as quais o romance constrói a sua hibridação. Tais procedimentos ajudam a estabelecer a relação diferencial entre romance e outros géneros literários, mas não simplificam a tarefa de quem se propõe elaborar uma definição clara do conceito de romance.

Diferenciado dos outros géneros pelo discurso, como acima se demonstrou, o romance escapa das tentativas de a respectiva data do surgimento ser situada no tempo. Por exemplo, a épica ocidental do renascimento sobrevalorizou o histórico sobre o mito, como é o caso de Camões em *Os Lusíadas* (1572), mas não pode falar-se do romance, muito menos do *romance histórico*, nessa época, embora este último, como se verá adiante, se fundamente pela apropriação da história. Valette (1993: 15) experimenta esta dificuldade de datar o romance ao pretender sugerir a ideia de que o conceito de romance remonta à idade média, usado para designar narrativas em verso e prosa. Tal posição vem contraposta por Bastos (2007: 60), segundo o qual não seria suportável “datar o início do romance de qualquer época determinada”. Apesar da dificuldade a que alude, o estudioso brasileiro considera o romance como modalidade sucessora da epopeia e nomeia os finais do século XVIII como sendo o momento do seu florescimento, vindo a consolidar-se no século XIX. Na verdade, deve ser marcada a diferença entre o romance e a epopeia. Como bem a sublinha o autor, no primeiro não está presente o mito e o maravilhoso, pois que no romance se aloja a experiência humana (2007: 62). Quer isto dizer que da epopeia o romance histórico herdou uma dimensão: a histórica; expulsou o mito e o maravilhoso para hospedar o ficcional (2007: 68). A idade moderna é testemunha dessa herança, por ser o momento em que o romance incorporou no seu universo a matéria de extracção histórica cultivada com particular realce por Walter Scott (1771-1832).

Encontramos em Massaud (1999: 451-459) uma tentativa feliz de definir romance. Fá-la oferecendo duas acepções. A primeira remete para a composição de origem popular dominada pela temática lírica ou histórica. A segunda, a aceitável para o actual

contexto, a que a distingue das restantes formas literárias por prestar-se às metamorfoses não consentidas por outras modalidades literárias e por abrir à vida humana e à totalidade do universo. É, pois, a segunda visão de Massaud a apropriada à perspectiva adoptada para o nosso trabalho.

O facto de abrir-se a uma multiplicidade de discursos, como observa Bastos (2007: 83), e ainda o de propender para a aceitação de vários recursos expressivos (formas de diálogo, por exemplo) conferem ao romance a possibilidade de associarmos a esta forma literária uma longa lista de qualificativos. Limitemo-nos a discutir um desses qualificativos, o de *romance histórico*, por o usarmos neste trabalho e, como já o dissemos, na sua modalidade testemunhal e documental. Convirá, desde já, clarificar a relação que se constrói entre romance e história, o que nos irá permitir compreender os fundamentos que justificam a designação romance histórico. Como já debatemos, atrás, sobre o primeiro conceito (romance), arrisquemos, agora, a indagar o que é *história*, questão, aliás, colocada por Bastos ao procurar explicar a razão por que se legitimou a designação de romance histórico.

Hellio Jaguaribe (2001), que faz uma abordagem sociológica da história, explica o duplo sentido da referida palavra. O primeiro tem a ver com o processo histórico (*res gesta*) e o segundo diz respeito à narração e discussão desse processo (*historia rerum gestorum*). Para os limites deste trabalho, evitamos desenhar aqui o quadro das origens e da evolução do lexema história fornecido por Jaguaribe (2001: 30-44), que descreve a semântica da palavra conforme foi entendida em relação às etapas da humanidade, indo

do Paleolítico, passando pelas civilizações egípcias, mesopotâmicas, gregas, romanas, destacando-se também a Idade Média, a Moderna até aos nossos dias.

Se não se tratasse de uma questão complexa, poderíamos aceitar, sob o nosso risco, a ideia de que a história seria o estudo da experiência humana na sua relação com tempos, espaços, contextos particulares e com a própria experiência das sociedades humanas. Mas não nos parece pacífico condensar desta forma, com evidente facilidade, o conceito de história, atendendo a relação que existe, desde as origens, entre a história e a literatura. Carlos Rama (1980: 29) entende que essa relação não difere da delicada problemática ligada à relação entre a verdade e a beleza. O autor prefere verificar, antes, as origens da história e do romance, este visto como género literário, para formular, depois, uma tentativa de definição da história. Para ele, estão na epopeia homérica as origens da história e do romance, de tal modo que mesmo nos escritos de Heródoto se alojam elementos do maravilhoso e do relato ingénuo, apesar de estarem livres da forma métrica. Rama (1980: 29-33) revisita as discussões de vários autores sobre a concepção da história como arte, passando por uma das teses de Croce, segundo a qual o facto de a sociedade humana ter preferido as histórias, as fábulas e os romances num dos estádios da sua evolução reduziu a própria história. A título de conclusão, chega a postular a imprevisibilidade do futuro das relações da história com a literatura. Apoiando-se num quadro das características das ciências que Mário Bunge (1958) qualifica de “factuais” (a história cabe nesse grupo de ciências), em contraposição às que considera “formais”, Rama aponta alguns traços que ajudam a estabelecer uma definição de história como ciência, entre os quais o que a vê como conhecimento científico geral e particular:

Basicamente é geral porque lhe compete a comparação, periodificação, além do estabelecimento de leis, mas compete-lhe também precisar o que de específico tem cada processo histórico (1980: 47).

A seguir à releitura crítica que faz das posições dos campos de estudiosos que encaram a história como ciência (procurando descrever o teor de tal ciência) ou forma artística, detém-se nos pontos que dividem os próprios estudiosos que defendem a história como ciência. Diz haver dois blocos: para uns, história é ciência natural; para outros, trata-se de ciência cultural. Finalmente, Rama propõe uma lista de tentativas de definição geral, retomando as propostas de Michelet, de filósofos idealistas alemãs, entre outros teóricos. A proposta de Rama (1980: 68) resume-se no seguinte: “História é a ciência que estuda as estruturas sociais do passado humano”. Parece-nos, entretanto, mais adequada ao nosso trabalho, embora afastado de nós no tempo em relação ao século em que foi concebido, o conceito proposto na Conferência Internacional de História (Genebra, 1920) e que Rama regista: “História é o conhecimento integral e sintético da vida da humanidade através das épocas”. A pertinência desta definição para o nosso trabalho merece alguns esclarecimentos. Para já, está despida daquela visão que reduz a história ao conhecimento do passado, visão, aliás, bem rebatida por Edward Hallet Carr (1996: 46-65), para quem “nem todos os fatos sobre o passado são fatos históricos, ou tratados como tal pelo historiador”. Desde já, é aceitável, na nossa perspectiva de abordagem da história, a resposta de Carr à pergunta Que é a História? por ele colocada. Ei-la: “um processo contínuo de interação entre o historiador e seus factos, um diálogo interminável entre o passado e o presente”. Ainda assim, coloca-se a questão de saber

que factos são elegíveis para a história. Levanta-se, como se constata, outro problema, o de precisar que são factos históricos.

Uma discussão sobre o que seria entendido como factos históricos arrasta-se sempre pelo exame de aspectos referentes à distância entre o historiador e os factos ou à selecção de factos imputáveis como históricos, tal como o demonstra Edward Hallet Carr (1996: 43-65), em detalhe, num longo ensaio intitulado *O Historiador e seus Factos*.

É óbvio que procurar uma definição adequada de história se afigura como uma estratégia inapropriada para construir argumentos que demonstrem a utilidade da proposta do método adoptado para este trabalho, que consiste em construir o sentido do texto ficcional na sua relação com os contextos históricos, apoiando-se em registos documentais. Contudo, uma definição, ainda que não se assemelhe à que podemos encontrar num dicionário, pode ajudar-nos a diminuir a ambiguidade que a relação entre a ficção narrativa e a história se sujeita a semear. Esta é a razão por que a nossa opção recai na definição sugerida na Conferência de Genebra. A preferência reside no facto de aludir “às épocas”, já que será examinada, ao longo do trabalho, a natureza histórica da matéria de ficção dos textos em estudo. Para a abordagem em causa, interessa verificar os momentos de uma época determinada em que se situa cada uma das obras eleitas, já que a divisão cronológica que se faz da literatura permite aproximar a literatura, como fenómeno cultural, dos outros fenómenos da sociedade em que se produzem os textos,

levando a clarificar a relação das criações literárias com a realidade histórica, mais precisamente, com o contexto socio-histórico documentado.

Importa, desde já, aludir ao conceito de realidade histórica em uso neste trabalho. Em teoria, *realidade histórica* pode ser entendida a partir da exposição que Rama (1980: 69-89) delinea sobre o objecto imediato da história. Em rigor, tal conceito levar-nos-ia à descrição de posicionamentos teóricos para melhor o compreendermos. Mas tal descrição é dispensável visto o teor do nosso trabalho. Limitemo-nos, assim, à contribuição de Rama que procura, tal como o afirma, simplificar a complexidade do problema ao sistematizar as teorias, resumindo-as em três perspectivas. Para a primeira, realidade histórica vista como “um aspecto ou parte determinada da realidade”. A segunda postula que “a realidade histórica ou historicidade compartilha com o mundo natural o todo da realidade”. A terceira: “realidade histórica confunde-se com a realidade na sua totalidade”.

Temos, novamente, de recorrer a Bastos (2007: 84), para quem a presença da matéria de extracção histórica, pela qual se detecta a relação de um texto literário com a realidade histórica, constitui um dos traços distintivos fundamentais do romance histórico.

Como vimos, narrativa historiográfica corresponde a um enunciado da experiência humana, enquanto o romance histórico, como produto de (re)criação artística, de que falaremos em pormenor mais adiante, está ligada à ficção.

Já que uma definição do próprio conceito de romance parece constituir tarefa difícil, tentemos, com a distinção feita acima entre narrativa historiográfica e romance histórico, descrever as características do romance histórico. A abordagem que se segue refuta a de Ricoeur (1989), para quem o romance histórico, veículo de matéria de ficção, e a narrativa historiográfica, veículo da realidade histórica, se revestem da mesma identidade, confundindo-se, sem se diferenciarem, por se alicerçarem, ambos, no tempo. Ou, propriamente: a realidade histórica seria, para Ricoeur, uma “cronologia e síntese do passado e do presente”, isto é, do tempo, concebido como centro da identidade do romance e da História. Contra esta perspectiva de Ricoeur insurge-se Bessièrre (2000: 13-24). O autor postula que o romance histórico se distingue dos outros subgéneros pelo seu carácter documentário e pela abordagem que reserva a uma das categorias mais relevantes da narrativa: o tempo. Por outras palavras, o argumento de Bessièrre assenta no facto de o registo documental dos factos e a remissão para o tempo histórico serem fundamentais na construção da história. Outra característica do romance histórico apontada por ele é o carácter público dos acontecimentos narrados. Sem prejuízo à ficcionalidade, o carácter público pressupõe, por exemplo, no caso das obras que constituem o corpus deste trabalho, a localização dos eventos num contexto espaço-temporal que remete para cenários que nos sugerem uma relação com os factos da história real. A ficção narrativa europeia está cheia de exemplos que provam esta colocação. Por exemplo, na enumeração que faz sobre o lugar da ficção e acerca dos fundamentos da narrativa como forma literária, Stalloni (2010: 89) afirma haver romances que “conjugam o que pertence à realidade e o que é de natureza ficcional”. Ilustra o argumento com a narrativa do francês Roger Martin du Gard, *l'Été 1914*. O universo espaço-temporal em que se produz a história provoca no leitor a sensação de estar a reviver o assassinato de uma personalidade francesa, Jaurès. Tal sensação é

reforçada pelos topónimos de Paris, a cidade real, que vêm enumerados no texto. Ao mesmo tempo, a narração incorpora eventos vindos da imaginação do escritor, de tal modo que se instala a discussão sobre se Jaurès cabe ou não no conceito de personagem de papel, por se tratar de um cidadão francês que teve existência real. Socialista engajado, opôs-se ao nacionalismo, vindo a ser assassinado a 31 de Julho do ano que dá título à narrativa. Martin du Gard parece ter pretendido reconstituir a verdade histórica. Tal como acontece em *L'Été 1914*, os discursos que confluem nos textos ficcionais eleitos por nós permitem constituir sentidos que associam os relatos do narrador e as reacções das personagens de papel ao mundo não ficcional. Com esta afirmação, não pretendemos dizer que seja nossa intenção forçar a identificação das personagens que se produzem nas narrativas escolhidas para o nosso estudo com a das personalidades angolanas (reais ou imaginadas). Por esta razão, nas reflexões que produzimos ao lermos os textos, procuramos direccionar a abordagem para a tentativa de explicar a relação que se constrói entre a narrativa de ficção e a realidade histórica.

Pelo exposto, podemos afirmar, com Ablamowicz (2000: 11), que a narrativa procura, assim, testemunhar a vida do homem contemporâneo e manifesta-se como se se tratasse de acontecimentos que se produziram efectivamente. Por esta razão, a necessidade humana de contar encontra na narrativa romanesca a sua plena realização. Deste fenómeno resulta a ilusão da realidade veiculada pelo texto ficcional por meio de palavras. Paul Ricoeur (1980 b), na reflexão que produz sobre o discurso narrativo, nota que a narrativa historiográfica e a ficcional focalizam ambas às actividades do homem, havendo, porém, distinção devido ao teor de referentes. O acto de narrar acompanha a vida do ser humano e é pela narração de factos, presentes, passados ou futuros, que

registamos experiências e organizamos a nossa memória colectiva. Esta constatação levou Todorov (1982: 10) à afirmação de que a narração não é exclusiva à literatura. Assim, a narrativa ficcional projecta a realidade, fazendo uso de recursos ficcionais tais como as estruturas simbólicas. As colocações de Ablamowicz, Ricoeur e Todorov permitem aproximar-nos da compreensão do que se pode entender por realidade histórica inscrita num texto ficcional, conceito que vimos atrás.

Ian Watt (1984: 13-50), num ensaio a propósito da realidade e da forma romanesca, demonstrou a complexidade da questão. Ao propor uma discussão em torno da definição, lembra-nos que o próprio termo romance, tal como o conhecemos hoje, “foi plenamente estabelecido no final do século XVIII” (1984, 14). O autor propõe, contudo, que recuemos para tentarmos uma investigação mais lata, tal como descreve Ablamowicz (2000: 9), para quem romance histórico constituiu-se a partir de um momento determinado de evolução do romance como género, quando este se concentrou na busca do passado, fazendo deste sua matéria predilecta. Daí em diante produziu-se uma feliz coincidência entre uma narrativa destinada a registar o passado e a sondar deste o que se reconhece como história. Por esta razão, observar-se-á que o romance histórico do século XX se orienta para examinar a nossa vida contemporânea, contrariamente ao do século XIX virado essencialmente para o passado longínquo.

Para o ser, o romance histórico reúne determinados traços distintivos. Jean Bessière (2000: 13) precisa de ver uma referência explícita e massiva à história para decidir se um romance cabe ou não no conceito em causa. Contudo, o autor recusa-se a tomar a

cronologia histórica, explícita no texto literário e as datas como elementos determinantes para tal procedimento. Esta postura de Bessière (2000: 22) contrapõe-se às formulações de Lukacs (1972), de que já conhecemos o posicionamento no seu *Roman historique*, ao postular que no romance histórico residia a empreitada da arqueologia, a de recompor os traços que o tempo fossilizou. A discussão assim projectada convida-nos a precisar, no subcapítulo que se segue mais adiante, a relação que se estabelece entre a narrativa de ficção e a realidade histórica.

Como todos os conceitos acima discutidos se concretizam na narrativa de ficção, tentemos compreender *narrativa*, lexema em uso neste trabalho. Convém destacar as primeiras referências a esta forma literária, longe de corresponder à narrativa moderna, que pertencem a Aristóteles (2003), que as retoma do Platão. Do segundo, filósofo grego, conhecemos a visão de que a manifestação da *mimese* solicita um narrador que conta a história.

Gérard Genette decompõe o conceito em três níveis de sentido. O primeiro seria o enunciado, isto é, o discurso. O segundo teria a ver com acontecimentos (verdadeiros ou fictícios) narrados. O terceiro corresponderia ao acto de narrar, o que permite ver a narrativa como modo.

O segundo nível de sentido proposto por Genette permite, com Lefebve, definir narrativa como sendo “todo o discurso que nos dá a evocar um mundo concebido como real, material e espiritual” (1980: 170).

Interessa-nos, aqui, a narrativa enquanto série de acontecimentos (verdadeiros ou fictícios) e enquanto acto de narrar. Como série de acontecimentos, permite colocar de parte, como quer Genette (1972: 72-76), os aspectos constitutivos do enunciado (do discurso, portanto), os quais dão forma ao discurso escrito ou oral, para valorizar as relações entre discurso e os acontecimentos narrados. Tais relações desencadeiam a produção de sentido. O acto de narrar, por sua vez, é o que decide a existência do enunciado e dos acontecimentos narrados que constituem o “conteúdo narrativo”, para usar as palavras de Genette. O próprio conceito de acontecimento emprega-se aqui em oposição ao de acção. Este último reporta-se à intervenção de um agente (humano ou antropomorfo) e o primeiro alude a factos que sucedem sem a intervenção de um agente, como seja o caso de uma inundação citado por Adam e Revas (1997: 18-23) ao referir à narração no romance de Amiel (*Une inondation dans les Pyrénées*).

Vista como série de acontecimentos, a narrativa estará relacionada com uma determinada realidade histórica, conceito em uso neste trabalho e que estudamos acima.

Tomando a narrativa como modo literário, Todorov atribui à *Odisseia*, de Homero, o mérito de constituir-se em exemplar primitivo do citado modo. Porém, para que cumpra o seu papel de representar a realidade histórica, a narrativa está condenada a preencher determinadas condições, sob pena de ver recusado o estatuto de romance histórico a um dos géneros que este procedimento artístico dá à luz. Entre tais pressupostos está o recurso à matéria de extracção histórica, isto é, à história. Vejamos, a seguir, as repercussões teóricas das investigações empíricas já efectuadas na nossa área de

conhecimento sobre o modo como se organiza na narrativa de ficção a relação com a realidade histórica. Passemos, assim, para a discussão da relação que se estabelece entre a narrativa de ficção e a realidade histórica.

1.4. O ficcional e o real: para uma abordagem teórica

Uma vez estabelecidos os conceitos com os quais iremos operacionalizar o método adoptado para este estudo, tentemos, agora, verificar como a investigação empírica efectuada na área do conhecimento em literaturas demonstra haver uma tradicional tendência da narrativa de ficção construir-se a partir da matéria de extracção histórica, sugerindo ao leitor a relação do narrado com real. Não o faremos sem contrapor os pontos de vista de Lefebvre (1980: 168) que rotula este tipo de procedimento como fuga ao estudo da literariedade ou da poética. Mukarovsky (1997) olha com certa precaução para esta questão. Para ele, embora o estético seja o valor dominante e indispensável à obra literária, deve admitir-se que o crítico faça a apreciação concentrando-se nos valores *extra-estéticos*. Isto porque, além do estético, a obra contém outros valores, entre os quais os valores existenciais, que permitem encarar a literatura como representação da realidade. Neste caso, o texto ficcional será visto, com Platão, como uma produção que, embora o escritor procure insinuar o contrário, se distancia dos factos que pretende representar por ser apenas “imitação da aparência” e não da própria realidade tal como ocorreram os factos narrados. Para Mukarovsky, há ainda valores intelectuais, que remetem para a discussão acerca da exactidão e inexactidão dos factos narrados, ou que remetem para a originalidade ou falta de originalidade das ideias expressas na obra; valores éticos, sociais, religiosos, entre outros.

Ao distinguir as formas de prosa existentes no século XIX, Lefebve refere-se à narrativa como a que conta uma “história” cuja finalidade era “representar” realidades. Mas, para ele, as realidades (representadas) estão desprovidas de “sentido”, porque o discurso literário está separado do seu referente, de tal modo que este não poderá reactivar a experiência humana.

Quer isto dizer que a narrativa ficcional será apenas um modo de construção do discurso, uma “imagem” que visa tão-somente “reenviar a realidades que parecem próximas da linguagem quotidiana” (Lefebve, 1980: 165). Assim, ao interagirem, as categorias da narrativa, tais como personagens, acções, acontecimentos e outros, accionam no ser humano (leitor) o mecanismo que o leva a reconhecer aquilo que possa identificar similitudes entre a ficção e a experiência humana (histórica).

Os postulados de Lefebve destinam-se, em última instância, a demonstrar que a preocupação do estudioso em reconhecer a experiência humana na narrativa de ficção expulsa qualquer pretensão de considerar o valor estético da obra. Esta visão pode ser refutada com a constatação de que a própria história, como descrição dos acontecimentos reais, não está isenta de subjectivismo uma vez que se assiste à intervenção do historiador, podendo, este modo, cunhar a sua visão dos factos.

Para este trabalho, abraçamos a perspectiva de que o julgamento de uma obra literária se pode concentrar num dos valores nela contidos, como bem o diz Mukarovsky (1997: 169). No caso em estudo, trataremos de verificar a dimensão documental da narrativa,

diligência virada para o que o autor designa de *valor existencial*. Utilizando também procedimento similar, Pinheiro forneceu detalhes sobre a maneira como a literatura da antiguidade imitou a realidade circundante e a inseriu na narrativa. Pinheiro (1989), como veremos, mais adiante, descreve como o terreno da historiografia se expôs, na antiguidade, à penetração do romance. As ilações da estudiosa conduzem à problematização acerca do que Watt (1984: 17) qualifica de “problema de correspondência entre a obra literária e a realidade que imita”. A começar esta discussão, uma questão se coloca: Haverá um lugar para a realidade histórica numa narrativa ficcional?

Podemos afirmar, com Suberville (1957: 435), que a literatura está inseparavelmente ligada à vida dos homens e ao mundo. Não parecerá exagero, por isso, dizer que a literatura, para ser digna desta designação, deve conter uma ilusão perfeita da realidade e ser uma simbiose de tudo o que constitui a realidade (Pinheiro, 1989: 15-42).

Para uma resposta à questão colocada, busquemos exemplos à literatura francesa. Ora se revisitarmos o *Nouveau Roman*, veremos que os autores desse movimento², mais propensos ao distanciamento entre o homem e o mundo envolvente, embora se tivessem manifestado adversos ao romantismo balzacquiano e à escola realista, não se furtaram a recensear a sociedade francesa. Nas narrativas como *Histoire*, de Claude Simon (1967), ou *Degrés*, de Michel Butor, pinta-se uma sociedade francesa em degradação. Os textos

² O termo *movimento* está usado aqui apenas por uma questão de economia na exposição do assunto. Na verdade, até à iniciativa tomada, por volta nos anos 1955-1960, pelas *Éditions de Minuit*, a qual reuniu os seus escritos iniciando assim uma publicação quase em série, os autores do *Nouveau Roman* não se influenciaram mutuamente, muitos nem sequer se conheciam entre si. Apenas no limiar da década de 60 é que o *nouveau roman* tende a ganhar contornos duma “escola”, sobretudo com a emergência da chamada *la nouvelle critique* e com novos autores editados pela *Éditions du Seuil*. O termo deve, portanto, ser entendido como referindo-se a um padrão estético.

de Simon e Butor, procuravam marcar a dimensão social e histórica da literatura, se bem que o discurso de decadência cultivado visasse afastar o homem do centro do universo, do mundo directamente envolvente, e legitimar a neutralidade do romance, pretendida pelos novo-romancistas.

A narrativa, como modo de expressão, é ao mesmo tempo extensiva ao romance (como composição literária) e à história (como texto científico), no dizer de Barthes (1953: 45-60). O próprio conceito de história esteve ligado à narrativa, isto é, ao mundo fantástico e maravilhoso, ao mito e às outras modalidades do fabuloso. A lenda, por exemplo, integra esse conjunto de recursos narrativos. Segundo Villada (1977: 23), podemos incluir no conjunto de narrativas historiográficas outros materiais não escriturais entre as quais se incluem monumentos, que têm por finalidade

perpetuar la memoria de algún personaje o acontecimiento célebre; tales son, v. gr., las columnas trajana y aureliana, los arcos de Septimio Severo, Tito y Constantino en Roma, las inscripciones honoríficas, dedicatorias y funerarias (1977: 23)

Na época medieval europeia, as crónicas retomaram a tradição da narrativa histórica, caminhando sempre ao lado da historiografia. A convivência entre as duas modalidades de escrita justifica a relutância de certos críticos em reconhecer a pertença dos textos dos cronistas medievais e mesmo renascentistas à literatura, procurando, deste modo, separar o campo da ficção do da historiografia. As crónicas caberiam, nesta perspectiva, no campo da historiografia.

Da antiguidade ao domínio do Império romano o acasalamento da narrativa ficcional com a história foi ainda mais predominante, de tal modo que se havia praticamente apagado a fronteira entre a História romanceada e o romance histórico³. Advinha daí o perigo de falsear os factos (isto é, a História), porque estes estavam doseados de ornamentos surreais que visavam cunhar vários sentimentos nas descrições dos acontecimentos históricos. Tomemos o exemplo da narrativa *Etiópicas*⁴, de Heliodoro. O autor subverteu os dados históricos, embora o conteúdo permita deduzir este ter sido influenciado pela realidade social e económica da época imperial persa e procurado imprimi-la na narrativa.

Ninguém tem, contudo, legitimidade para expulsar uma categoria de fontes históricas privilegiando outras. Por exemplo, o romance *Quéreas e Calíroe* de Cáriton de Afrodísio (1996), que pouco interesse despertou para a crítica histórica, devido a um excesso de fantasia (por consequência, inferior à razão e distante da representação do real), revelou certa importância para a historiografia quando estudos sistemáticos estabeleceram similitudes entre os episódios nele narrados e o mundo real (Montero, 1989: 107-147).

Há anacronismos e deformações da história nalguns episódios do texto de Cáriton, o que lança incongruências na cronologia, como é o caso da revolta dos Egípcios. Tais incongruências, aliás, estarão na origem da cautela de certos críticos que questionam a verosimilhança na obra. Estas incongruências, ainda, alimentam a discórdia entre os estudiosos da época clássica e imperial a propósito da datação da obra, bem como da

³ Um estudo sobre a relação entre a História e o texto ficcional no período posterior à antiguidade clássica foi produzido por Erich Auerbach, o qual resenceou a representação de factos históricos na produção literária medieval.

⁴ Servimo-nos da edição francesa: Héliodore (1960). *Les Éthiopiennes – Théagène et Chaciclée* (texte établi par Rattenbury, R.M. et al.; trad. MAILLON, J.). Paris. Les Belles Lettres.

dos diferentes segmentos das acções. Igual imprecisão se dá em relação às *Etiópicas*, de Heliodoro, quanto à sua localização temporal. Até os elementos biográficos do próprio Heliodoro são objecto de constante questionamento, tanto a sua ligação ao sacerdócio (bispo de Trica) como a época em que terá vivido. Na introdução à edição francesa da obra sublinham-se as imprecisões acerca do assunto, aludindo-se, inclusive, ao facto de Sócrates, importante fonte de informação sobre Heliodoro, não ter registado nada a esse respeito.⁵

Para não cair nessa permanente divergência a propósito da relação entre história e ficção na obra de Cáriton, Montero (1989: 107-147) evitou o enquadramento cronológico e, seleccionando elementos mais pertinentes, demonstrou a relação entre tal ficção narrativa e a topografia, as instituições, as classes sociais, a ideologia e a economia. Não deixa de sublinhar-se o facto de Cáriton ter estado longe de fornecer informações concretas sobre a Geografia Humana ou Económica, embora mencionasse em *Quéreas e Calíroo* movimentos dos transportes terrestre e marítimo de produtos como o vinho e trigo e mesmo de passageiros⁶. Contudo, os seres fictícios de Cáriton e as alusões a determinados acontecimentos são passíveis de uma aproximação à realidade. No caso das entidades fictícias, a relação destas com os factos históricos deve-se ao facto de remeterem para personagens históricas como Dionísio, Hermócrates, Herodas e outras.

No seu ensaio, Montero enumera vários estudos que permitiram concluir que, com ressalvas, a obra de Cáriton tem certa utilidade para a análise comparativa na abordagem historiográfica. Com a mesma precaução, afirma Maria H. U. Prieto (2001:

⁵ Observa o comentador: *Socrate ne nous apprend rien sur le temps où vécut l'évêque de Trikka, sinon qu'il a dû exister avant le milieu du V^e ème. Siècle, époque à laquelle Socrate écrivait lui-même. (...) Il peut fort bien avoir vécu et agi longtemps avant la période précise dont Socrate s'est occupé. (...) Sa jeunesse peut être entre 220 et 240* (vide: HÉLIODORE, 1960, XII-XV. Tome I).

⁶ A este propósito, vide: livros III, 2, 10 e V 1, 3-4 (CÁRITON, 1996).

85) que Cáriton fez da história “a principal fonte” para o seu romance e que representou de “forma admissível” o panorama do mundo oriental no fim do século V.

Entre outros episódios que aproximam o mundo possível romanescos de Cáriton do real podem citar-se o culto à Afrodita, um dos cultos importantes dessa cidade, as desavenças urdidas na corte persa envolvendo sátrapas, além da descrição da cidade (Siracusa, onde se situam as personagens). A descrição da conquista de Tiro tem, segundo Montero, origem historiográfica, assim como os rituais de sacrifício em homenagem a Artaxerxes⁷.

Heliodoro, por sua vez, traça também, no romance de amor entre Teágenes e Caricleia, um quadro da sociedade e da economia, mas reporta-se, tal como fez Cáriton, a uma época anterior à que ele vivenciou (isto é, em que a obra foi escrita). Mobiliza personagens de diversas nacionalidades (persas, egípcios, etíopes e originários da Grécia), ficciona a hierarquia das classes sociais, as condições de vida dos grupos menos favorecidos e descreve conflitos sociais, políticos e religiosos, incluindo as revoltas dos camponeses contra a aristocracia persa. Na narrativa heliodoriana, Pinheiro localiza elementos que qualifica de valiosos para a historiografia, como é o caso da figura do padre, Tíamis (sacerdote de Mênfis), personalidade que aparece no comando dos grupos de revoltosos e assaltantes. Esta personagem tem, segundo Pinheiro, analogia na história, quando confrontados os relatos romanescos com as fontes históricas. A ficção heliodoriana atesta o carácter religioso dos conflitos havidos na

⁷ A propósito dos episódios referidos, vide: livros VII e VIII (CÁRITON, 1996)

época imperial, o que é possível ajuizar pelo engajamento do clero, tal como observa Pinheiro:

Il semble que le brigandage était un phénomène social assez généralisé à l'époque impériale. (...) Et, du fait que les chefs de ces groupes sont des prêtres (des frères, de plus), nous sommes amenés à croire que, dans le roman d'Héliodore, la problématique sociale est presque annulée au profit de la problématique religieuse (Pinheiro, 1989: 28)

Como se afirmou mais acima, e com a ilustração feita a partir do estudo de Monteiro e Pinheiro a propósito da relação entre os factos históricos e o texto ficcional, podemos concluir que a arte literária não tem por função ilustrar a verdade. Esta constatação pode ser confirmada se lermos com atenção os textos narrativos *Waverley* e *Ivanhoé*, de Walter Scott. Ao analisar o romance histórico do autor, Lukács (1972) observa que personalidades históricas francesas e inglesas (tais como Richard Coeur, Louis XI, Cromwell, entre outros⁸) povoam a narrativa de Scott⁹. Entretanto, o romancista evita uma efabulação em torno dessas figuras históricas; o que lhe interessa é a revelação da sociedade, dos problemas que se colocam à vida dos homens, das crises históricas resultantes da postura positiva e negativa dessas personalidades históricas. Será esse carácter não historicista da figuração anunciado por Lukács que o faz renunciar à tentativa de reconstruir a História, embora Scott tenha, no romance histórico *Ivanhoé*, ficcionado o problema central da Inglaterra medieval: a oposição entre os saxónicos e normandos.

⁸ Referimo-nos às personagens que Scott construiu em *Waverley*, as quais estudámos pela seguinte edição: SCOTT, Walter. 1969. *Waverley*. Dent. London.

⁹ Referimo-nos mais concretamente à narrativa histórica scottiana: *Waverley*.

Mas se o que vimos discutindo, com Pinheiro e Montero, diz respeito à antiguidade clássica, e o que analisamos com Lukács tem a ver a figuração do mundo medieval, o fenómeno também se observa noutras épocas. Por exemplo, na época contemporânea as fronteiras entre a verdade histórica e os eventos do mundo ficcional são, por vezes, ténues nas narrativas. Tomemos como exemplo o caso do romance *Le Feu*, em que Henri Barbusse (s.d.) construiu praticamente um monumento em homenagem aos soldados que enfrentaram a primeira guerra mundial.

De facto, o escritor francês Henri Barbusse soube dar uma alma humana às personagens que convocou para as suas obras de ficção. Sugere-nos imagens duma Europa despedaçada por diferentes campos de batalha. Embora se produzam em cenários distanciados uns dos outros, a isotopia específica eleita por H. Barbusse unifica todos os sangrentos episódios, o que inscreve a prosa do escritor francês na lista dos documentos tidos como testemunhas dum acontecimento que abalou o mundo inteiro. A composição episódica em *Le Feu* projectou, respectivamente, o quotidiano dos soldados num regimento militar francês, os cortejos de cadáveres nas frentes de combate e a dureza da vida das vítimas da guerra. Essa reconstrução ficcional das memórias dum soldado engajado na guerra de 1914, que foi H. Barbusse, terá tocado Edgar Morin, um homem que militou nos movimentos políticos pacifistas. Na relação que estabelece entre a literatura e os homens, Edgar Morin (2002: 28-45) informa a um grupo de estudantes franceses que os textos ficcionais exerceram sobre ele próprio uma grande influência por lhe terem transmitido experiências de vida. Este filósofo contemporâneo refere-se às grandes obras como a de um Henri Barbusse ou a de Dostoiévski (2001) que, no seu entender, conduzem o homem a descobrir sentimentos. Se alude a Dostoiévski é porque

Morin, tal como confessou, vê na narrativa psicológica do escritor russo um apelo à sensibilidade humana. Se bem que não tenha nomeado nenhuma obra do romancista russo, os sentimentos do humanismo que nos dá a conhecer Morin destila-os Raskolnikov que, em *Crime e Castigo*, se propõe tornar um homem forte como Napoleão. Niilista, Raskolnikov toma, contudo, consciência da sua fraqueza e interroga-se se, tendo horror ao crime e ao sangue, será mesmo capaz de mergulhar em investidas semelhantes às que Napoleão conduziu.

A fronteira entre a recriação artística do mundo objectivo e a realidade que vimos erguer-se nas obras referenciadas acima, quando aludimos a Cáríton, Scott, Barbusse, podemos encontra-la também construída na prosa de um escritor lusófono, Manuel Lopes (1991). Este prosador imprimiu uma citação de H. Barbusse no seu romance que descreve um arquipélago fustigado pelas intempéries e condenado à própria sorte. Referimo-nos à obra *Os Flagelados do Vento Leste*. Fê-lo, supomos, com nítida intenção de vincar a sua filiação barbussiana.

Embora se recusasse a “apontar o dedo acusatório” a uma entidade concreta de quem “os flagelados” ilhéus esperavam uma ajuda humanitária, Lopes denuncia a indiferença da civilização ocidental perante o clamor e o isolamento dos cabo-verdianos.

A ficção de M. Lopes reporta-se à estiagem verificada na primeira metade do século vinte, na Ilha de Santo Antão. A chuva escasseava, a seca ceifava as plantações e a fome apoderava-se dos habitantes. Famintos e desnutridos, morriam. O único remédio dos

homens passava a ser a fé e a esperança. A própria chuva, de que tanto se esperava, transformava-se, para os ilhéus, num “símbolo da Fé” (Lopes, 1991: 14).

Na nota introdutória à segunda edição do romance, M. Lopes não esconde a sua filiação barbussiana e diz-nos ter aí gravado “factos testemunhados”. Aliás, informa-nos o escritor acerca da sua inquietude por ter havido uma omissão da citação de H. Barbusse, “por lapso de revisão”, aquando da impressão da primeira edição. Já na citada segunda edição, estampou os dizeres de H. Barbusse em lugar de honra, ocupando uma página à abertura da narrativa.

Ao proceder a algumas correcções à obra, M. Lopes, tal como ele próprio refere, evitou introduzir alterações prejudiciais ao conteúdo da narrativa. Esta preocupação de manter a fidelidade dos relatos resulta da intenção de fazer daquela “situação histórica” vivida¹⁰ não uma simples recordação mas “uma permanente advertência à memória dos homens de boa vontade”, tal como a civilização ocidental fez do bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki um marco.

No dizer do próprio M. Lopes, os acontecimentos que abalaram Cabo Verde eram ainda, nos anos seguintes (e nos nossos dias), um “aviso de que a espada de Dâmocles

¹⁰ A nossa alusão a esta narrativa de teor testemunhal não nos conduz necessariamente à adopção do biografismo como perspectiva de análise dos textos literários convocados para este trabalho. Será, contudo, dominante o enquadramento histórico, ao longo da nossa discussão, ainda que a intenção não seja encontrar nos acontecimentos vivenciados pelos autores a chave para a busca do sentido do texto. A abordagem que procura demonstrar a relação do texto literário com os respectivos contextos (sócio-históricos, cultural e político) é por vezes mal compreendida por muitos estudiosos, que a vêem como sendo uma tendência para o biografismo e uma fuga à construção teórica do discurso crítico; é este tipo de visão que temos em F. S. Portugal (vide: Portugal, Salina. (2001). *A Máscara do Sagrado – Uma Leitura Mitocrítica de Mayombe*. Lisboa.INCM, pp. 17-18.

continua(va) “suspensa sobre a população” daquele território lusófono, porquanto a natureza ainda nos reserva surpresas imprevisíveis. Podemos daí perceber que a literatura constitui um espaço propiciador do diálogo de vários textos, tal como admite Julia Kristeva (1969: 83) de quem se conhece o postulado segundo o qual o texto literário constitui um ponto de confluência de vários textos, entre os quais a própria história da humanidade. A este propósito refere Kristeva no estudo que faz às obras teóricas de Mikhail Bakhtine:

le mot littéraire n'est pas un point (un sens fixe), mais un croisement de surfaces textuelles, un dialogue de plusieurs écritures: de l'écrivain, du destinataire (ou de personnage), du contexte culturel actuel ou antérieur (1969: 83).

O próprio Bakhtine (1977: 161-172) formulou o carácter translinguístico do enunciado (discurso) em *Le discours d'autrui*. O ensaio de Bakhtine justifica qualquer procedimento que pretenda ajuizar do texto literário a partir do contexto histórico-cultural em que se insere, da intenção do autor, incluindo a recepção que lhe reserva o público. A História ou, mais propriamente, a realidade histórica, pode considerar-se, assim, como instrumento de crítica e leitura dos sentidos que a ficção encerra.

O teórico russo postulava, deste modo, que a captação dos sentidos de um texto literário se pode fazer por via de observação das relações contextuais. A teoria dialógica de Bakhtine pretende que o leitor encontre na relação que estabelece com o texto valores que lhe estão directamente associados, valores da História social, os mesmos a que nos referimos mais acima quando reflectíamos em torno das colocações teóricas de Mukarovsky. A leitura do texto literário seria assim vista como um processo que

promove o diálogo com o contexto, com o qual é inevitável o contacto do receptor (Bakhtine 1988: 100-106).

Kristeva (1969: 83) esclarece bem o pensamento de Bakhtine em relação ao dialogismo, quando afirma que o texto literário dificilmente se dissocia da história e da sociedade. Segundo este último, o texto literário situa-se na história e na sociedade, de modo que, quer a história, quer a sociedade são textos que o escritor lê por estar nelas inserido. Esta colocação teórica de Bakhtine legitima o procedimento metodológico que anunciamos na introdução a este trabalho e que consiste em fundamentar a leitura dos textos angolanos a partir do contexto extra-verbal. Eis a razão por que consideramos os contextos histórico, social, cultural e político para construir o significado dos textos ficcionais eleitos para o nosso trabalho. Aliás, para a leitura do corpus escolhido para o nosso trabalho, ter em conta o contexto é fundamental, pois desde os primórdios, a literatura angolana ofereceu temáticas relacionadas com a realidade histórica. A ligação dos escritores ao jornalismo justifica tal fenómeno, já que este último ofício se propõe a recolher, tratar e difundir factos de interesse humano. Portugal, país que nos é culturalmente próximo, oferece casos paradigmáticos de escritores descobertos nos jornais e nas revistas, com nomes conhecidos entre nós: Eça de Queirós, Antero de Quental, Raul Brandão, como bem caracteriza Santos (1986: 30) o percurso destes. Personalidades com ligação similar aos jornais não se contam pelos dedos: Honoré Balzac (1799-1850) encontrou nos jornais o lugar privilegiado para os seus escritos, alguns dos quais publicados em vários episódios, como é o caso de *Illusions Perdues*, verdadeiro retrato de Angoulême e um olhar crítico à sociedade aristocrática e burguesa de Paris sob a restauração e a monarquia de Louis Philippe. Em relação à África

lusófona, Salvato Trigo (1986: 13) aponta exemplos que fazem do jornalismo o berço da literatura africana escrita em língua portuguesa, incluindo a angolana, como é óbvio. Num texto de apresentação da colectânea de reflexões sobre a relação entre literatura e jornalismo, Trigo exemplifica o caso da prosa de Alfredo Trony (1845-1904), *Nga Muturi* (1882), que tinha sido inicialmente publicado nas páginas de um diário de Lisboa (*Diário da Manhã*), em folhetins, embora não possa caber no conceito de reportagem jornalística e, por consequência, não veicula a verdade histórica. A citada obra, impressa em 1882, ilustra, no dizer de Laranjeira (1995: 48-49), “um determinado tipo de vida na sociedade luandense”, o que é notável na descrição de costumes da sociedade luandense do século XIX e do conflito de integração do africano na sociedade colonial dominada por valores europeus. A história em torno da ascensão social de Nga Ndreza, protagonista, num meio social dominado pela discriminação racial, oferece um quadro que permite ler a sociedade luandense da época colonial. Como bem o caracterizou Ervedosa (1989: 25), Troni situa-se no elenco de precursores oitocentistas da ficção escrita em língua portuguesa.

A referência ao texto de Troni e ao jornalismo, além de responder à preocupação principal deste trabalho, a de que o texto literário, como produto artístico, pode veicular elementos da realidade histórica, demonstra a manifesta familiaridade do jornalismo angolano com a literatura. As duas áreas, como se sabe, assumiram-se, no passado, como instrumentos de luta dos nacionalistas africanos contra a ideologia e as práticas da administração colonial. Por esta razão, vale a pena compreender o modo como se operou esta familiaridade.

De facto, a influência da imprensa na construção dos sistemas literários das colónias portuguesas conferiu um carácter reivindicatório aos escritos publicados pelos escritores africanos. Nesta perspectiva, a imprensa afirmava-se como “primeiro reduto capaz de romper verdadeiramente o silêncio estabelecido pela máquina colonial” (Chaves, 1999: 33). Os textos literários produzidos anos após a introdução da tipografia em Angola, em 1845, serviram de veículos de ideias reivindicatórias, verdadeiras armas dos africanos letrados para combater a opressão; os jornais tinham-se transformado em espaços privilegiados para a circulação de textos literários. Apesar da repressão colonial, a imprensa exerceu, desde então, um papel decisivo na construção de movimentos protestatórios contra o poder político. Tais movimentos visavam uma identidade cultural. Se a acção das élites angolanas que os integravam estava favorecida pelo uso na imprensa da língua do colonizador, um dos instrumentos propícios para exprimir o pensamento, convém também registar o uso do kimbundu na imprensa, o que simbolizava a ligação dos autores à terra e à cultura não europeia. A propósito desta tomada de atitude que gerou a aparição de um fenómeno conhecido como “imprensa africana”, Ervedosa (1989: 25) aponta o *Echo de Angola*, fundado em 1881, como sendo o primeiro jornal de africanos que incluía nas respectivas colunas textos redigidos em kimbundu. Outros jornais sucederam-se e utilizaram o kimbundu: *O Futuro de Angola* (1882), *o Pharol do Povo* (1883), *O Arauto Africano* (1889), *Muen’exi* (1889), *O Desastre* (1889), *O Polícia Africano* (1890). Uma das manifestações de indignação patentes nos jornais aqui enumerados tem a ver com denúncias de abusos perpetrados por altos funcionários da administração colonial. *O cruzeiro do Sul* (1873) e *A Civilização da África Portuguesa* (1866) destacam-se entre os títulos privilegiados para a publicação de escritos denunciadores. Este último, o segundo semanário lançado em Angola a seguir a *A Aurora* (1885), ficou conhecido pela combatividade na defesa dos

interesses da colónia, sobretudo pela luta contra a escravatura e pela denúncia dos excessos dos servidores da administração colonial (Ervedosa 1989: 23-27).

Visto o teor dos artigos protestatórios, pode afirmar-se, com Venâncio (1992: 11), que, tanto em Angola como nos restantes países subjugados, os grupos de africanos letrados e obrigados a assimilar a cultura europeia usaram a imprensa para lançar um movimento de reivindicação da identidade cultural quando se deram conta que a liberdade não lhes era plenamente concedida pelos regimes então em vigor. Venâncio elenca dois fenómenos registados em Cabo Verde que, para ele, são duas formas de reivindicação: a política e a reivindicação cultural. A última manifesta-se pelo procedimento adoptado pela elite de Cabo Verde que toma o texto literário como utensílio para a reavaliação da cultura nativa. Numa terra subjugada pelo colonialismo português. Aqui os textos literários são produzidos com intencionalidade cultural e a busca de identidade cultural, isto é, a reivindicação cultural coloca-se em primeiro plano. Em relação à reivindicação política. A primeira manifestação dessa reivindicação cultural, a que aqui nos interessa, marcou-se com a publicação de poemas de Jorge Barbosa em *Arquipélago* (1935) e o primeiro número da *Claridade* (1936). O poemário de Barbosa e a revista *Claridade* constituem, para Venâncio (1992), “primeiras manifestações duma consciencialização literária, cultural, nas ex-colónias portuguesas em África”.

A abordagem de Venâncio, que nos informa sobre o uso da imprensa pela elite de africanos letrados e obrigados a assimilar a cultura europeia com o fim de gizar o movimento de reivindicação da identidade cultural, alimenta a discussão sobre a

contribuição da imprensa à emergência e afirmação das literaturas nacionais como sistemas. O contacto dos escritores com o meio jornalístico aproximou-os aos acontecimentos que os jornais veiculavam. Talvez tenha sido o contacto com os factos reais registados nos jornais um factor que terá criado condições para que a ficção se apropriasse das ocorrências do quotidiano. O encontro de escritores e jornalistas angolanos, havido em 1901, para um projecto de escrita colectiva demonstra a existência da relação entre a preocupação pelo curso dos acontecimentos reais na então colónia e a ficção literária, vista como manifestação cultural contra o colonialismo. Na data atrás referida, escritores e jornalistas se uniram numa publicação colectiva para, no dizer de Laranjeira (1986: 104), responder, em 1901, ao “reaccionarismo rático e social dos jornalistas ultra-colonialistas”. Trata-se da colectânea de textos intitulada *A Voz de Angola Clamando no Deserto*, resposta ao artigo inserido na *Gazeta de Loanda*. O autor do texto “Contra a lei, pela grei” propunha às autoridades portuguesas um tratamento diferenciado aos habitantes da colónia em função da raça, chegando ao ponto de sugerir uma espécie de inquisição contra os negros.

Pelos exemplos descritos acima, não gera estranheza constatar que, na África lusófona, os primeiros escritos fundadores dos sistemas literários nacionais tenham surgido com a profusão dos jornais, fenómeno favorecido pela instalação do prelo na primeira metade do século XIX. Quando a tipografia foi introduzida nas colónias (chega a Angola em 1845), figuravam nas páginas dos jornais oficiais da administração colonial, designados *Boletim Oficial*, ao lado de textos administrativos, textos de diferentes géneros literários. Na então metrópole, surgiu em 1641, em Lisboa, o primeiro órgão de imprensa, a *Gazeta*, de que nos dá informação Neves (1986: 36). Até início do século

XX, assistiu-se ao crescimento da quantidade de jornais que reservam largos espaços à literatura (Laranjeira, 1986: 103).

No período a que se aludiu acima, artigos publicados em vários títulos, entre os quais *A Civilização da África Portuguesa*, surgido a 6 de Novembro de 1866, já punham em causa algumas opções sociais e políticas da administração colonial, se bem que essa insatisfação inscrita nos jornais tenha estado virada para a defesa das camadas urbanas da população. Pode citar-se o incisivo artigo de José Fontes Pereira, reproduzido em parte por Ervedosa (1989), que se interroga sobre os benefícios da empresa colonial portuguesa para os autóctones. A linha editorial de *A Civilização da África Portuguesa* associava-se ao abolicionismo, facto que demonstra a contribuição da imprensa à defesa dos interesses dos nativos, apesar de a direcção do jornal em causa tenha tido à cabeça jornalistas europeus.

Nos mesmos jornais, a produção jornalística e a literária caminharam lado a lado. Nomes como Cordeiro da Matta, Pedro Félix Machado, Alfredo Troni e o já referenciado José Fontes Pereira exemplificam tal relação. Cordeiro da Matta recorreu às páginas dos jornais para estampar, em folhetins (em *O Pharol do Povo*) o documento historiográfico a que alude Ervedosa (1989, 31): *História de Angola*. Como atrás se disse, Alfredo Troni pôs a circular inicialmente no quotidiano lisboeta *Diário da Manhã* a narrativa *Nga Muturi*. E isto ocorreu embora se reconheça a motivação estético-literária do prosador e o carácter imediatista, temporal, do jornal como veículo de comunicação. O autor também se manteve ligado a outras publicações da época; o uso

do kimbundu para o nome de uma por ele fundada, *Mukuarimi*, testemunha o interesse de Troni pela cultura da então colónia portuguesa. Eleger uma palavra em língua africana para título de um jornal não deixa de ser, na época, um desafio ao poder político instalado na então colónia portuguesa. Trata-se, no fundo, de uma forma directa de reivindicação política e cultural que a protagonista da narrativa do autor exterioriza. Como observa Laranjeira (1995: 49), em *Nga Muturi*, Nga Ndreza recorre à língua kimbundu e à prática de ritos religiosos, embora se exprima igualmente em português. Em relação a esta última língua, fá-lo introduzindo expressões em kimbundu, podendo isto significar que se recusa a alienar-se.

Além de Troni, outro prosador, António Assis Júnior (1878-1960), figura entre aqueles que assinaram textos em jornais do seu tempo. Júnior distribuiu, em folhetins, pelas páginas de *A Vanguarda* os episódios do que viria a ser, nos anos 30 do século XX, a conhecida narrativa *O Segredo da Morta – Romance de costumes angolenses*.

Já no primeiro quartel do século XX, vários textos literários de Tomaz Vieira da Cruz são publicados no jornal *Mocidade*. Segundo Soares (2004: 9), entre 1929 e 1931, período em que se manteve a publicação do citado órgão, o autor disseminou poemas e reflexões da viagem para Angola. Os poemas não foram reunidos em livro. Do mesmo autor ainda citam-se crónicas dispersas nos jornais e um texto em prosa, no *ABC – Diário de Luanda*, de que Soares nos dá detalhes. Não escasseiam referências contemporâneas que atestam o prosseguimento do tradicional laço entre a literatura angolana e a imprensa. Costa Andrade e Arnaldo Santos, só para citar poucos casos. O

último, contaminado pela tradição do jornalismo, ofereceu temáticas que reportam os episódios da sociedade luandense nos volumes de histórias dominados por um estilo que se aproxima à crónica jornalística (em *Kinaxixe* e *Tempo de Munhongo*). Resumindo, citemos, entre outras figuras que tipificam a invasão das páginas dos jornais por poetas e prosadores: Ernesto Lara Filho, Alfredo Bobela-Motta, David Mestre, Dario de Melo, João Melo, Mena Abrantes.

Com exemplos recentes de passagem de jornalistas para as “belas letras”, há outras provas para sustentar a tese segundo a qual a imprensa continua a alimentar a literatura. Carmo Neto, escritor que exerceu jornalismo e pratica actualmente a advocacia, explora a tradição oral angolana. Aproveitando a brevidade do relato e a concentração espaço-temporal do conto, verte os seus escritos literários numa coluna reservada no único diário do país, *Jornal de Angola*. O jornalista-escritor procura, assim, operacionalizar os saberes ancestrais num discurso que permite ao leitor *decodificar* o propósito comunicativo do autor. O título *Mahezu*, escolhido por Carmo para designar a coluna que assina, lembra o da colectânea de histórias populares de Mário António. Alguns sinais mais recentes de jornalistas-escritores registam nomes como os de Ismael Mateus, Luís Fernando, Albino Carlos, entre outros.

A breve descrição atrás feita da contribuição da imprensa para o nascimento e evolução da temática da realidade histórica na produção ficcional angolana desde os primórdios autoriza-nos a reunir, nas linhas que se seguem, informação a propósito da narrativa angolana que veiculou matérias de extracção histórica. Esta perspectiva teórica de

releitura da investigação realizada pelos estudiosos das literaturas africanas de língua portuguesa fundamenta-se, basicamente, nas reflexões publicadas nos últimos trinta anos nas escassas instituições científicas que, no Brasil, em Portugal, França e Estados Unidos, se dedicam ao estudo das literaturas dos países africanos que têm o português como língua oficial. Pretende-se descrever as perspectivas de estudos dos textos da ficção narrativa angolana. Como critério de escolha dos referidos trabalhos, preferimos os que, no conjunto de estudos de que temos informação, cuja abordagem revela a dimensão histórica da narrativa angolana.

1.5. Literatura e realidade, uma perspectiva teórica: da colonização à independência

Num recenseamento do teor da literatura angolana publicada nos anos que se seguiram à independência nacional, Laban (1995: 27) refere que a temática dos efeitos da colonização sobre os povos subjugados dominava em relação à ligada aos acontecimentos impostos pela nova realidade. Isto encontra justificação no facto de as obras terem sido escritas no momento em que se desenvolvia a luta clandestina contra o colonialismo ou a guerra pela independência, vindo a ser publicadas quando já existiam condições políticas para o fazer. Além disso, prosadores e poetas estavam directamente envolvidos em acções políticas e militares, durante o período em que desenvolveu a luta armada contra o colonialismo, não tendo havido oportunidade para que se concentrassem na criação artística. Pretende-se com isto dizer que antes da ascensão do país à independência, a narrativa estava voltada para a investigação acerca das realidades (Chaves, 1999: 21) que o clima político e social impunha. Mais acima citamos o caso do texto de Alfredo Troni, que encaixa bem no conjunto de narrativas

desta índole. Um dos textos escolhidos para este trabalho, o de Pepetela (*Mayombe*), pertence a este tipo de narrativas. Exemplo ilustrativo é o de uma autora que verteu para o texto ficcional os factos da realidade histórica por ela vivida: Eugénia Neto. Como argumenta Silva (1995: 355-360), ao buscar explicação para a atribuição de nomes de líderes da guerrilha e heróis do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) às personagens do texto ficcional *As Nossas Mãos Constroem a Liberdade*, este tipo de literatura visava despertar a consciência da juventude para a luta contra o opressor. As personagens, para Silva (1995: 358), “representam o Povo Angolano, o sangue derramado pela Independência, a acção concreta dos movimentos de libertação nacional”.

Num texto de Manuel Rui, *Memória do Mar*, outro africanista, José Carlos Venâncio (1992: 42), encontra a temática do passado colonial. Se bem que a história se desenrole numa Angola já independente, os protagonistas reflectem acerca do que foi a colonização, mas também discutem sobre a necessidade de abandonar as práticas políticas que os próprios libertadores da ex-colónia cultivam após o derrube do regime que os oprimia.

Vigilância similar à de Laban manteve Riaúzova (1986: 29-33), que detectou nos escritos de Óscar Ribas remissões para a cidade de Luanda na época colonial. Da boca das personagens de *Tudo Isto Aconteceu* ouve o leitor conversas sobre a chegada dos europeus a África e a propósito das sublevações dos nacionalistas. As dificuldades na coexistência entre autóctones e ocupantes são registadas; as relações são tensas e o

racismo é exemplificado com uma atitude extrema quando um africano põe fim à própria vida. O suicídio deve-se à interdição de acesso à praia imposta ao referido africano pelos europeus. No outro texto, *Uanga (feitiço)*, impresso pela primeira vez na década de 50, Ribas manifesta preocupações de índole cultural, o que, no dizer Chaves (1999: 136), pressupõe ter o autor tido a intenção de registar e divulgar práticas culturais em vias de extinção. A descrição de rituais e de utensílios utilizados pelos videntes teria, assim, fins pedagógicos, visando transmitir o conhecimento da cultura ancestral às gerações mais jovens. Na mesma linha de análise das relações entre os colonizados e os colonizadores está um dos textos da trilogia romanesca de Castro Soromenho. *Terra Morta*, publicada em 1949, viu-se interdito à circulação pelas autoridades coloniais devido à carga de crítica que encerra contra o teor das práticas da colonização europeia. Mas será nos dois outros títulos da trilogia que Soromenho atinge o auge, no dizer de Russel Hamilton (1981: 61) da sua arte literária e, sobretudo, a de aproximar a ficção do documento histórico. Soromenho trabalhou na companhia de diamantes, na região angolana da Lunda, onde se situa Camaxilo, que será o espaço onde decorrem os acontecimentos relatados na trilogia. Castro Soromenho procurou retratar a realidade da região mineira da Lunda na primeira metade do século 20. A vivência do prosador com os serviços da administração está patente na obra *Viragem*. Os protagonistas das cenas pertencem à administração colonial da região, situada no interior de Angola (Hamilton 1981: 61). O terceiro volume da colecção, *A Chaga*, ficciona acontecimentos ocorridos na década de 1930, na Lunda, e apresenta-se como leitura do teor da sociedade rural onde coabitam administradores e colonos europeus, negros e mestiços (1981: 63).

O romance histórico de Manuel Pedro Pacavira (*Nzinga Mbandi*), também analisado por Riaúzova, parece ser o exemplo mais ilustrativo de texto voltado para a temática das consequências da colonização europeia em Angola. O título da prosa retoma o nome da heroína, Nzinga Mbandi (1584-1663). Soberana do Reino da Matamba, a mulher em causa assumiu a liderança das acções armadas contra o exército colonial. O texto beneficia de matérias de extracção histórica que obrigaram o autor a pesquisas documentais com a finalidade de compilar informações registadas pelas autoridades coloniais e por investigadores. Detalhes sobre os habitantes do que hoje se conhece como território Angolano podem ser sublinhados no romance em questão (Riaúzova, 1986: 36). O escritor produziu o texto antes da independência, enquanto esteve preso em Tarrafal (1972-74), o que explica as circunstâncias e o momento histórico que propiciou a produção de obras similares de outros contemporâneos de Manuel Pacavira.

Em *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, de Luandino Vieira, encontramos exemplos de uma literatura voltada para preocupações a que se refere Laban e a que Riaúzova (1986, 51) apelida “realismo social e crítico”. Aliás, o teor documentário do romance veio a ser confirmado com a sua adaptação, em 1972, ao cinema por Sarah Maldoror, peça premiada nos festivais pan-africanos (Russel, 1981: 138). Vieira reelabora questões que opõem o homem colonizado ao colonizador. O autor ficciona um acontecimento real que se tinha registado no actual território da província do Bengo, conforme anota Venâncio (1992: 28). A dimensão político-ideológica e nacionalista da obra de Vieira concentra-se na postura da personagem que dá nome ao romance. Domingos Xavier, desempenhando as funções de tractorista nas obras de construção de uma barragem em Cambambe, recusa-se a denunciar um companheiro, Silvestre, que

milita na clandestinidade. Pode dizer-se que, ao consentir sacrifício para proteger Silvestre, o herói concebido por Luandino Vieira não se dispõe a trair o projecto idealizado para levar os colonizados à liberdade. Noutros textos do autor ressalta a preocupação pela preservação da língua nativa, o kimbundu, e a apropriação da língua do colonizador, transformando-a em instrumento de resistência cultural. Em *Nós, os do Makulusu*, por exemplo, a norma europeia do português sofre transgressões. Em alguns casos promove-se a inversão semântica ou a alteração da ordem sintáctica. Esta corrosão da estrutura da língua do colonizador, patente no discurso das personagens, simboliza a reivindicação cultural.

Venâncio (1992: 27-29), ao demonstrar a correlação entre a literatura e o poder político nas ex-colónias portuguesas em África, faz alusão ao facto de haver em *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, narrativa de Luandino Vieira, “referências a um movimento, a uma organização clandestina” destinada a conduzir a luta contra o colonialismo. A formação política assim referenciada é análoga ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), um dos que teve protagonismo no combate pela independência do país. A história em que Domingos Xavier é protagonista ficcional, como atrás se disse, “um caso verídico”, no dizer do estudioso, ocorreu na região de Cambambe, próximo de Luanda, em plena época colonial. Já *A Cidade e a Infância*, do mesmo escritor, escrita em 1957, exalta o patriotismo do homem angolano e recria o fosso que se aprofunda entre o colonizado e o colono. O asfalto estendido algures em Luanda passa a ser a fronteira que isola o mundo pobre do africano do resto de Luanda que se transforma com edificações em argamassa, contrastando com habitações precárias da periferia. A narrativa passa a ser vista como instrumento de um “processo a

cidade europeizada”, conforme observa Russel Hamilton (1981: 131). A indignação devida a esta marginalização do luandense nativo revela-se na narrativa luandina através do uso de um processo de recriação linguística que tem por objectivo resistir à imposição de um modelo do falar europeu na realização da língua portuguesa, o qual indicamos mais acima. Com razão, Chaves (1999: 159) afirma que o procedimento usado por Luandino na descrição dos eventos assemelha-se ao do jornalismo, o que revela o carácter de denúncia da prosa. Ainda em relação à obra deste autor cujos escritos nos transportam para momentos históricos, constata-se que *Luuanda* se propõe a levar o leitor a convencer-se da veracidade da história narrada nos contos. Seguindo Laranjeira (1995: 119-129), os contos em alusão, próximos da vida real, têm a finalidade de oferecer-nos o testemunho histórico, além de funcionar como veículo da mensagem de sensibilização das mentes para a tomada de consciência sobre a situação que se pretende transformar. O conto *Estória da galinha e do ovo* ficciona o cenário em que evoluem dois campos beligerantes; o primeiro integra guerrilheiros e nacionalistas que actuam na clandestinidade e o outro constituído por efectivos do exército colonial português. Na estória, o primeiro campo tem como protagonistas os miúdos e a galinha; o segundo, a patrulha.

Quanto aos textos que veicularam temáticas relacionadas com os acontecimentos havidos após a independência, cita-se, com Laban (1995: 27), entre outros, o livro *11 poemas em Novembro*, de Manuel Rui (embora não sendo uma narrativa, se bem que não se possa negar a existência da narratividade na poesia). O sujeito poético identifica-se com o programa de governação do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o qual definia como prioridades o trabalho de reconstrução do país a realizar

nas fábricas, o relançamento da agricultura e do sistema de educação e ensino em geral com o fim de combater o analfabetismo. No romance *Geografia da Coragem*, Jorge Macedo relata os acontecimentos que envolvem os movimentos de libertação na véspera da independência. Os intentos de uns e outros, como é óbvio, consistem em tomar o poder. Os eventos situam-se, na ficção, no curto período entre Agosto e Setembro de 1975. Na realidade, faltava apenas um mês para a proclamação da independência. Na visão de Riaúzova (1986: 44), o romancista exterioriza o patriotismo e a convicção de que a guerra civil será vencida por quem luta pela causa justa, referência explícita ao MPLA. Os efeitos da guerra civil que prolonga pelas décadas de 80 e 90 registam-se também no *Rioseco*, narrativa do autor de que já falámos atrás, Manuel Rui. Tindó (2008: 100) identifica o simbolismo dos elementos que favorecem a construção do sentido desta obra: são três as partes constitutivas do texto, igual número de espaços onde ocorrem os eventos (o mar, a ilha, o rio) e são três as personagens. Tratando-se da focalização das consequências da guerra no romance, o número três, segundo Tindó, traduz como “hibridação cultural presente na sociedade angolana pós-colonial”. Para nós, o Algarismo representa os três movimentos de libertação que se bateram para a independência, vindo os três disputar, com armas na mão, o poder.

Sempre sobre o modo que nos interessa, a narrativa, a novela *Quem me dera ser onda* (1982), também de Manuel Rui, marcou praticamente, no dizer do Laban, o começo da abordagem do real na ficção angolana no pós-independência. O trama desenvolve-se em torno dos problemas de que a nova sociedade enfrenta, fundamentalmente o da escassez de alimentos nas cidades. A acção decorre em Luanda, onde os protagonistas, habitantes de um imóvel, se batem para impedir que uma família crie um porco no apartamento. A

presença do porco gera incompreensões e agressões verbais, mas o animal irá, no fim da história, transformar-se em símbolo de reconciliação dos vizinhos, já que todos irão consumir a carne à mesma mesa (Laban, 1995: 29).

Ainda na década de 80, Pepetela publicou *O cão e os caluandas* (1985), apresentando uma abordagem dos problemas sociais similar à de Manuel Rui. O volume criticou comportamentos de dignitários angolanos que contrariavam os objectivos da superestrutura e censurou práticas que prejudicavam a actividade governativa como seja o excesso de burocracia, a corrupção dos funcionários do Estado. Para Laban (1995: 32), apesar da perspicácia da crítica, esta não chega a atingir a cúpula do sistema político que dirigia o país.

O estudo de Laban aponta a prosa de Arnaldo Santos, que dará à estampa, em 1987, *O cesto de Katandu e outros contos*, como sendo texto que ficciona a impotência de alguns militantes do partido no poder comprometidos com a luta contra a desordem e o descaminho de bens do circuito oficial de distribuição e venda. A narrativa expõe também comportamentos adversos aos desígnios da classe dirigente. Os escritos de Rui e Pepetela, bem como os de Arnaldo Santos, além de remeterem para uma realidade vivida anos após a libertação nacional, introduziram vários assuntos, como seja o de abastecimento do mercado com produtos alimentares, o desvio de mercadoria do circuito oficial de distribuição à população para o mercado paralelo, o tribalismo, fortemente combatido pelo Movimento no poder. Encontrá-los-emos, também, em *O Ministro*, de Wanhenga Xitu, objecto de estudo mais detalhado adiante.

No ano de 1989, Henrique Abranches coloca no mercado *O clã de Novembrino*, cuja temática se assemelha à que vemos em *A Revolta da Casa dos Ídolos*, de Pepetela: a das lutas intestinas no seio do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) nos anos que se seguiram à independência. Apesar de o teor da obra de Abrantes propender para o que se pode qualificar de “realismo animista”, *O clã de Novembrino* não se distanciou do olhar crítico em relação à realidade circundante. Na mesma altura, Abrantes publica *Kissoko de guerra*, obra que, para Laban (1995: 37), tal como a do mesmo autor, indicada atrás, constrói um “mundo épico, povoado de heróis”, mais destinada a celebrar as vitórias do novo poder instalado em 1975 e que fará face à resistência que os dois movimentos adversários oferecem. Ao mesmo tempo, no caso de *Clã de Novembrino*, recria o fraccionismo no interior do MPLA. Nas duas narrativas o triunfo dos heróis sobre os adversários metaforiza as vitórias do movimento.

Ao contrário da celebração do triunfo sobre os adversários, a crítica ao regime político patenteia-se nos escritos de dois escritores que, já sem compromissos com o poder instalado, têm um olhar a partir de fora das estruturas do partido único, nos anos que se seguiu à independência. Referimo-nos a Manuel Rui e Manuel dos Santos Lima, com as devidas distâncias de perspectivas ideológicas entre ambos: Rui, à guisa de autocrítica, porque se mantém praticamente fiel aos princípios do regime político; Lima, crítico do regime, porque se afasta e se exclui do regime. Laban (1995: 38-39) lê em *Crónicas de um mujimbo*, de Manuel Rui, a cumplicidade entre a pequena-burguesia e a superestrutura do Estado, o que inviabiliza a responsabilização pelas falhas na realização dos objectivos propostos pela revolução. O romance *Os anões e os mendigos*, de Manuel dos Santos Lima, na visão de Laban (1985: 39-40), denuncia as restrições

impostas à liberdade dos cidadãos angolanos na era do partido único, além de formular críticas às imperfeições do regime na gestão centralizada da economia. Alusões a abusos aos cidadãos, incluindo detenções, torturas e execuções estão patentes na narrativa. Para o estudioso francês, trata-se de uma obra a integrar na chamada “literatura contestatária”. No caso em análise, o escritor parece ficcionar os factos reais que se produziram no país com a instalação de um poder político decidido a implantar um modelo de governação que se funda nos princípios ideológicos formulados por pensadores e pelas lideranças dos países do então bloco do leste. Além disso, a prosa de Santos Lima exterioriza a desilusão daqueles que, tendo-se oposto às opções políticas do movimento MPLA, se colocaram à margem do poder, o que não está longe de corresponder à condição do próprio autor, pois estamos diante dum ex-dirigente do citado movimento de libertação. É este duplo papel de artista e de político que fragilizou, em parte, a literariedade do texto de Santos Lima, por este conter, como observa Laban (1985: 40), “romance e panfleto político -, mas a fusão dos dois nem sempre se traduz por um resultado convincente”.

O diálogo da ficção com a história, na perspectiva de Tindó (2008: 121), continua a marcar-se nas mais recentes produções da literatura angolana. Boaventura Cardoso fá-lo em *Maio, mês de Maria*. O espaço compreende a região de Luanda, a capital, e as províncias circundantes, onde o escritor “reinventa a história e as práticas religiosas multiculturais existentes em Angola”, conforme observa a investigadora brasileira (2008: 122). Tindó encontra também traços peculiares dos romances históricos no texto de Pepetela, *Jaime Bunda: agente secreto* e caracteriza-o como sendo uma obra que desvenda as discrepâncias visíveis na sociedade angolana do início dos anos 2000.

Como a produção literária angolana nos anos anteriores à independência se concentrou, como acima se viu, nas temáticas de exaltação do nacionalismo, é natural que a narrativa se tenha virado para a sondagem de preocupações de ordem ideológica e de questões de organização das estruturas dos movimentos de libertação em cena. Tal é o caso do romance que constitui objecto de discussão no capítulo que se segue.

Referências bibliográficas

Ablamowicz, Aleksander. (2000). *Le roman de l'histoire dans l'histoire du roman*.

Katowice. WUS.

Adam, J-Michel & Revaz, F. (1997). *A análise da Narrativa*. Lisboa. Gradiva.

Aguar e Silva, V.M. de. (1996). *Teoria da Literatura* (8ª ed.). Coimbra. Almedina.

Aristóteles. (2003). *Poética* (7ª ed., trad. de Eudoro de Sousa). Lisboa. INCM.

Auerbach, Erich. (2007). *Mimese – A Representação da Realidade na Literatura*

Ocidental (5ª ed.). S. Paulo. Perspectiva.

Bakhtine, Mikhail. (1977). *Le marxisme et la philosophie du langage. Essai*

d'application de la méthode sociologique en linguistique. Paris. Les Éditions du Minuit.

Bakhtine, Mikhail. (1988). *Questões de Literatura e Estética: a Teoria do Romance*. S.

Paulo. Hucitec.

Barbusse, Henri. (s.d.). *Le Feu*. Paris. Flammarion.

Barthes, Roland. (1953). *Le Degré Zéro de l'Écriture*. Paris. Seuil.

Bastos, Alcmemo. (2007). *Introdução ao Romance Histórico*. Rio de Janeiro. Eduerj.

Bunge, Mário. (1958). *Que és la ciência?* Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires.

Cáriton. (1996). *Quéreas e Calírooe* (trad. SOUSA e SILVA, Maria de Fátima de).

Lisboa. Cosmos.

- Carr, E. Hallet. (1996). *O Que é a História?* S. Paulo. Paz e Terra.
- Ceia, Carlos. (2007). *A Construção do Romance*. Coimbra. Almedina.
- Chaves, Rita. (1999). *A Formação do Romance Angolano*. S. Paulo. FBLP.
- Derrida, Jacques. (1967). *De la Grammatologie*. Paris. Minuit.
- Dostoievski, Fiódor. (2001). *Crime e Castigo*. Lisboa. Presença.
- Eco, Umberto. (2005). *Obra Aberta*. S. Paulo. Perspectiva.
- Ervedosa, Carlos. (1989). *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda. UEA.
- Genette, Gérard. (1972). Discours du Récit. Em *Figures III*. Paris. Seuil.
- Hamilton, Russell. (1981). *Literatura Africana. Literatura Necessária I – Angola*.
Lisboa. Ed 70.
- Héliodore. (1960). *Les Éthiopiennes – Théagène et Chaciclée* (texte établi par
Rattenburry, R.M. et al.; trad. MAILLON, J.). Paris. Les Belles Lettres.
- Jaguaribe, Helio. (2001). *Um Estudo Crítico da História*. S. Paulo. Paz e Terra.
- Kloepfer, Rolk. (1984). *Poética e Linguística*. Coimbra. Almedina.
- Kristeva, Julia. (1969). *Recherches pour une Sémanalyse (Extraits)*. Paris. Seuil.
- Lapesa, Rafael. (1998). *Introducción a los Estudios Literarios*. Madrid. Cátedra.
- Laranjeira, Pires. (1986). Política, Jornalismo e Literatura Africana. Em AA.VV.
Jornalismo e Literatura (Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro). Porto.
Vega, pp. 103-114.
- Laranjeira, Pires.. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa. U.A.

- Lefebve. (1980). *Estruturas do Discurso Narrativo*. Coimbra. Almedina.
- Lopes, Manuel. (1991). *Os Flagelados do Ventos Leste*. Lisboa. Vega.
- Lukács, Georges. (1972). *Le Roman Historique*. Paris. Payothèque.
- Massaud, Moisés. (1999). *Dicionário de Termos Literários*. S. Paulo. Cultrix.
- Montero, Consuelo. (1989). Cáriton de Afrodísias y el Mundo Real. Em Scarella, A. M. & Furiani, P. Liviabella (Ed.). *Piccolo Mondo Antigo – Le donne, gli amori, i costumi, il mondo reale nel romanzo antico*. Napolo. Edizioni Scientifiche Italiane, pp. 107-147.
- Morin, Edgar. (2002). *Dialogue sur la Connaissance – Entretiens avec des Lycéens*. Paris. Aube-Éd.
- Mukarovsky, Jan. (1997). *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*. Lisboa. Estampa.
- Neves, João Alves das. (1986). O Ensino da História da Imprensa de Língua Portuguesa no Mundo. Em AA.VV. *Jornalismo e Literatura* (Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro). Porto. Vega, pp. 33-40.
- Pinheiro, Marília Futre. (1989). Aspects de la Problématique Sociale et Économique dans le Roman d'Héliodore. Em Scarella, A. M. & Furiani, P. Liviabella (Ed.). *Piccolo Mondo Antigo – Le donne, gli amori, i costumi, il mondo reale nel romanzo antico*. Napolo. Edizioni Scientifiche Italiane, pp. 15-42.
- Prieto, Maria Helena Ureña. (2001). *Dicionário de Literatura Grega*. Lisboa. Verbo.
- Rama, Carlos M. (1980). *Teoria da História – Introdução aos Estudos Históricos*.

Coimbra. Almedina.

Riaúzova, Helena. (1986). *Dez Anos de Literatura Angolana*. Luanda. UEA.

Ricoeur, Paul. (1980 b). Pour une Théorie du Discours Narratif. Em D. Tiffeneau (Ed.).

La Narrativité. Paris. C.N.R.S., pp. 3-68.

Ricoeur, Paul. (1989). *O Conflito das Interpretações*. Lisboa. Rés-Editora.

Santos, Eugénio dos. (1986). Algumas Reflexões sobre a Imprensa em Portugal no Séc.

XIX. Em AA.VV. *Jornalismo e Literatura* (Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro). Porto. Vega, pp. 28-33

Scott, Walter. (s.d.). *Ivanhoé*. Paris. Nelson Éditeurs.

Scott, Walter. (1969). *Waverley*. London. Dent.

Secco, Carmen L. Tindó. (2008). *A Magia das Letras Africanas*. Rio de Janeiro.

Quartet.

Simon, Claude. (1967). *Histoire*. Paris. Les Éditions du Minuit.

Soares, Francisco. (2004). *Quissanje* (por Tomaz Vieira da Cruz). Lisboa. INCM.

Stalloni, Yves. (2010). *Os Géneros Literários – narrativa, teatro, poesia*. Mem Martins.

Europa-América.

Suberville, Jean. (1957). *Théorie de l'Art et des Genres Littéraires* (7^a Éd.). Paris. Les

Éditions de l'École.

Todorov, Tzvetan. (1981). *Os Géneros do Discurso*. Lisboa. Ed. 70.

Todorov, Tzvetan. (1982). *A Gramática do Decameron*. S. Paulo. Perspectiva.

Tomachevski, Boris. (1978). Temática. Em Todorov, Tzvetan. *Teoria da Literatura*

(vol.II). Lisboa. Ed. 70, pp. 153-201.

Trigo, Salvato. (1986). Palavras Prévias. Em AA.VV. *Jornalismo e Literatura* (Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro). Porto. Vega, pp. 9-14

Vallete, Bernard. (1993). *Le Roman – initiation aux méthodes et aux techniques modernes d'analyse littéraire*. Nathan. Nathan Univ.

Venâncio, J. Carlos. (1992). *Literatura e Poder na África Lusófona*. Lisboa. ICALP.

Venâncio, J. Carlos. (2004). *Jaime Bunda versus Sem Medo – Nacionalismo e Estado Pós-Colonial em Angola no Registo de um dos Seus Escritores*. (texto policopiado). Covilhã. UBI.

Wellek, R. & Warren, A. (s.d.). *Teoria da Literatura*. Mem Martins. Europa-América.

2.

MAYOMBE, NARRATIVA DA GUERRA: O FICCIONAL E A REALIDADE HISTÓRICA DOCUMENTADA

2. 1. Entre crenças e realidade histórica

O romancista angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (1985) busca o título do seu romance à floresta do Mayombe, situada no coração da conhecida Floresta Equatorial que cobre uma franja do enclave de Cabinda, uma das dezoito províncias de Angola. Esta circunstância é, por si só, denunciadora da influência dos factores extradiscursivos de que se pode suspeitar terem condicionado a feitura da narrativa ficcional em causa.

A abordagem de John Mullan (2006) sobre a narrativa moderna insinua que, em muitos casos, o título da obra literária, como é o de *Mayombe*, é capaz de fornecer pistas de leitura susceptíveis de conduzir o leitor para a construção do sentido que procura. Não é, pois, surpreendente que editores e autores prestem especial atenção à confecção de títulos, diz o professor do University College London (Mullan, 2006: 16-23). Citando

casos da ficção narrativa, entre outros exemplos *Guerra e Paz* de Tolstói, Carlos Reis (2002) avança, por sua vez, o argumento de que o título pode ser considerado um “elemento fundamental da identificação da narrativa” (Reis, 2002: 415). Quanto ao que nos interessa neste trabalho, Reis aponta o espaço como sendo uma das categorias narrativas eleitas para títulos, citando vários exemplos, dos quais, por mero subjectivismo nosso, realçamos *Casa da Malta* de Fernando Namora. Assim, o título *Mayombe* de Pepetela legitima a relação do ficcional com um espaço físico real. Trata-se de um cenário geográfico em torno do qual se constroem, na realidade histórica angolana, mitos, crenças e também se registam factos inscritos na memória colectiva como referências obrigatórias para o património cultural em geral, para a literatura nacional, as outras artes e a história do nacionalismo. Encontramo-lo, assim, noutras modalidades de textos literários. Por exemplo, Neto (1988: 90-91), no poema épico intitulado *Sangrantes e Germinantes*, em *Sagrada Esperança*, coloca Mayombe ao lado de outros espaços selectos do continente africano que elogia como “florestas majestosas”. Pelas características do Mayombe como meio geográfico, Neto compara-o aos combatentes “invencíveis” movidos pela “ânsia de esperança”.

Num ensaio sobre o romance de Pepetela, Secco (2008: 53-60) alude a uma referência a Mayombe no poema *Sensemaya*, de Nicolás Guillén. Numa tentativa de busca da origem do significado, associa-o ao “feitiço”. O facto de o poeta olhar para Mayombe como “canto para matar uma culebra” levou a estudiosa a aproximar este lexema a “práticas religiosas africanas” (Secco, 2008: 53). Segundo a tradição oral, à qual também fizemos recurso, a actual ortografia da palavra Mayombe corresponde a um aportuguesamento; perdeu-se, pois, no tempo a original. O vocábulo, de língua africana

kikongo, refere a um lugar para onde um dos súbditos dum soberano kongo terá sido desterrado por castigo devido a uma relação incestuosa. “Yumbi” ou “Mayumbi”, de acordo com esta lenda, simboliza o espaço onde se processaria a purificação do súbdito renegado.

Por esta abordagem simbólica do lexema Mayombe, à luz das crenças africanas, não nos parece fortuita a escolha feita por Pepetela ao inscrever num único elenco protagonistas originários de diferentes grupos culturais e linguísticos¹¹, de diferentes níveis de instrução e de visões político-ideológicas, por vezes, adversas. A invenção dos nomes de guerra das personagens em *Mayombe* também fica a dever-se, a nosso ver, à intenção manifesta de vincular a produção ficcional à realidade histórica. Pango-a-Kitini¹², por exemplo, transporta-nos para os séculos XV e XVI; temos, pois, um homónimo entre os príncipes do Reino do Congo. Ekuikui lembra o soberano do Bailundo, no século XIX; Muantiânvua celebra o império Lunda (formado por este no século XVI). Sem Medo vem associado a Henda (ou Hoji-Ya-Henda, pseudónimo de José Mendes de Carvalho, chefe guerrilheiro angolano nos anos 60). Novo Mundo, Lutamos, Milagre, Das Operações, Comissário, Vewê, Teoria e os nomes lusos André, Ondina remetem para alcunhas adoptadas para proteger as famílias dos nacionalistas da perseguição da polícia política colonial (PIDE). Nota-se que ao lado dos nomes de entidades que representam grupos culturais e linguísticos de Angola estão outros nomes não formulados em línguas

¹¹ Noutros lugares deste trabalho utilizamos, com o mesmo sentido, o lexema “etnia”. O conceito diz respeito a “um grupo humano formado com características somáticas, linguísticas e culturais semelhantes”. [AA.VV. (1982). *Verbo Enciclopédia Fundamental*. Lisboa-São Paulo: Verbo, p. 563]. Daí a designação de “grupo linguístico e cultural”.

¹² Este antropónimo é grafado ora “Pango” (tal como o faz Pepetela), ora “Pangu”, “Npangu” ou “Mpanzu”. Neste trabalho, respeitamos as opções dos autores citados, aparecendo, por isso, uma ou outra grafia.

africanas mas em português. Esta simbiose entre antropónimos autóctones e lusos, atribuídos aos protagonistas que combatem pela mesma causa, metaforiza a unidade almejada pelos nacionalistas mas beliscada, amiudadas vezes, ao longo da luta clandestina como veremos adiante. Voltaremos, neste capítulo, ao simbolismo dos nomes das personagens.

Como se disse atrás, não resultou do acaso a nomeação do *Mayombe* como espaço ficcional para tematizar o curso da luta clandestina para a libertação de Angola e os fenómenos daí advindos, isto é, as complexas relações entre indivíduos de várias tribos. Ver-se-á que será em torno dessas relações que se tece a trama no plano ficcional. Por analogia, também será a tendência para fricções de carácter tribal ou ligadas às características somáticas dos protagonistas que governará os problemas internos do movimento nacionalista.

Ora as características geográficas da região e o tipo de vegetação dominante na floresta do Mayombe, numa região angolana que faz fronteira com os países onde o movimento nacionalista havia encontrado guarida, propiciaram a sua eleição como berço das bases para a guerrilha e teatro das acções de mobilização das populações para a luta de libertação contra o colonialismo. Após a expulsão do MPLA¹³ (Movimento Popular de Libertação de Angola), em Julho de 1963, do Congo-Leopoldville, precedida de vários

¹³ 10 de Dezembro de 1956 é a data oficialmente registada como a da sua fundação. Historiadores divergem sobre a verdadeira data, vide: Mbah, Jean Martial Arsene. (2010). *As Rivalidades Políticas Entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento de Libertação de Angola (MPLA) [1961-1975]*. Luanda. Mayamba; Tali, Jean-Michel Mabeko. (2001). *Dissidências e poder de Estado: MPLA perante si próprio* (vol. I: 1962-1974). Luanda. Nzila.

incidentes protagonizados por militantes apoiantes e opostos a Viriato da Cruz (na altura secretário-geral), a organização instalou-se no Congo-Brazzaville com vista a recompor-se. Assistiu-se, então, a uma letargia na guerra anti-colonial. Uma conferência de quadros, em Janeiro de 1964, decidiu, entre outros, prosseguir a luta política e militar. O objectivo imediato a atingir seria levar a cabo acções contra alvos militares do regime colonial. Para a concretização do plano, foram criadas *bases de apoio*, entre as quais (Esperança, Luali, Banga, Tibi, Kebo, Djoué Lukula e Sumbi) a de Dolisie, no território do Congo-Brazzaville, que serviria, como o nome indica, para abastecer os guerrilheiros. Foi então aberta a chamada II Região Político-Militar, também conhecida como Frente Cabinda, que cobria a província angolana de Cabinda (MPLA, 2008:263). A guerrilha instalar-se-ia na floresta do Mayombe, lugar propício para proteger-se das investidas do exército colonial e para organizar operações contra este último. As circunstâncias que envolveram a abertura da Frente Cabinda, caracterizadas por uma organização partidária e militar enfraquecida, podem explicar a razão por que Mayombe, sendo teatro da guerra de guerrilha, se inscreve hoje na lista das referências obrigatórias para quem se propõe estudar a História da luta armada de libertação de Angola. O colectivo de investigadores a cargo de quem está a produção de uma série de volumes de História do MPLA¹⁴ e a quem se deve a autoria afirma, por isso, sem hesitar, que “a frente militar de Cabinda foi a região que temperou os guerrilheiros para as acções mais arrojadas em outras regiões, tendo sido ainda laboratório de quadros” (MPLA, 2008: 269). Mas Tali (2001:168) opõe-se a este elogio, identificando dois factores para justificar-se. O primeiro reside no facto de Cabinda (II Região) se ter sustentado a partir de uma retaguarda situada no Congo-Brazzaville. O segundo tem a

¹⁴ O I e II volumes (1940-1966) acabaram de imprimir-se em Maio de 2008. A equipa de historiadores continua a preparar os restantes volumes que irão cobrir os períodos até 2008, data das eleições gerais.

ver com o facto de as outras frentes militares, nomeadamente as dos Dembos, Danje (região de Luanda) e a Frente Leste (na fronteira com a Zâmbia), terem evoluído isoladas, sem ligação directa com Cabinda, devido à distância¹⁵ e a outros condicionantes relativos à comunicação. Tali recusa-se, por isso, a considerar Cabinda como “única escola de guerra”, reconhecendo, contudo, que a II Região forneceu, de facto, “quadros político-militares à Frente Leste”. Apesar das divergências sobre o peso da Frente Cabinda, temos de concordar com Dilolwa (1983: 194), que vê a importância desta por ter produzido um facto histórico: em reacção a uma série de acções políticas e diplomáticas que o reatar da guerra anti-colonial em Cabinda favoreceu, a Organização da Unidade Africana (OUA) tinha sido forçada a reconhecer o MPLA, em 1965, como organização de libertação do Povo Angolano. Pepetela recria esses acontecimentos históricos no romance cujo teor se resume a seguir.

2. 2. Mayombe: uma história da guerra anti-colonial

Em breve, a história diz respeito a um grupo de guerrilheiros a quem uma organização nacionalista, identificada no romance – MPLA, confiou uma “Missão”: relançar a luta política e militar na região de Cabinda. O grupo instala a “Base” na floresta do Mayombe. A Missão vem a ser o pretexto para o romancista Pepetela formular uma reflexão crítica sobre um momento complexo da luta para a independência de Angola. Atentemos, antes, à estratégia narrativa concebida pelo autor.

¹⁵ A fronteira Leste de Angola situa-se a cerca de 1000 km de Cabinda.

Pepetela repartiu o romance em capítulos, numerados de I a V. A numeração não corresponde, necessariamente, a uma unidade de sentido (isto é, unidade narrativa). A disposição e a designação destes correspondem à ordem temporal dos eventos, no plano da história (diegese), conceito visto aqui como sucessão de acontecimentos, seguindo Genette (s.d: 25; 33-83). Assim, o tempo da história estrutura-se numa cronologia que permite verificar as diferentes etapas da realização da Missão confiada à Base da guerrilha em Mayombe, isto é, desde o início à evolução do engajamento dos guerrilheiros: o lançamento da base da guerrilha, as dificuldades de abastecimento, de sobrevivência, de realização do trabalho de mobilização das populações e recrutamento, as constricções do domínio psicológico, político-ideológico e étnico que colocam obstáculos à expansão da luta armada. Apesar dessa linearidade, é notória a anacronia no discurso, que é imposta pelas intromissões do narrador homodiegético: verifica-se que a alteração da ordem dos eventos da história processa-se, no começo de todos os capítulos do romance, com a manipulação visível de informações pelo narrador que introduz detalhes sobre ideias, convicções e identidade das personagens. Tal intromissão funciona da seguinte maneira: 1) Em cada capítulo, o narrador, antropomórfico, identifica-se sob o nome duma das personagens. 2) O referido narrador emite, em forma de monólogo interior, juízos de valor sobre os seus pares, também guerrilheiros ou responsáveis políticos na retaguarda¹⁶, como o caso de André (que desempenha a função de delegado do MPLA em Dolisie). O narrador profere ainda críticas (construtivas ou destrutivas) às estratégias do Movimento e aos comportamentos dos dirigentes. A perspectiva do narrador assim delineada é assinalada em itálico pelo autor, o que leva a concluir tratar-se de uma mera exposição do tempo subjectivo, isto é,

¹⁶ Na linguagem dos guerrilheiros do MPLA, “retaguarda” dizia respeito à Base de Apoio aos destacamentos dos combatentes em presença nos campos de guerra clandestina. Entre outras Bases de Apoio, no Congo-Brazzaville, citam-se: Esperança, Luali, Bange, Tibi, Kebo, Djoué, Dolisie.

da introspecção ou do discurso mental das personagens, já que, em todas as aparições, o autodenominado *narrador*, antropomórfico, inscreve a sua visão do mundo que não coincide, necessariamente, com os postulados da ideologia (marxista) assumida pela organização político-militar em que milita (MPLA). Esta ilação serve para refutar a formulação reiteradas vezes veiculada por alguns estudiosos (Mata, 2006: 52; Secco, 2008: 54; Chaves, 2002: 158) da literatura angolana segundo os quais *Mayombe* contabiliza vários narradores. Ora se no momento em que se regista a expressão do discurso mental das personagens o narrador se abstém a intervir, como ensina Reis (2002: 238-239), elabora-se um contra-senso quando se procura admitir ser a voz dum narrador (que concede a voz ao outro narrador) que se ouve quando personagens como Teoria (Pepetela, 1985: 14, 20-21, 26), Milagre (41-42, 56-57, 76-77), Mundo Novo (94-95, 122-123), Muatiânvua (144-146), André (202-205), Chefe do Depósito (221-222, 251-253, 265-266), Lutamos (283-284), Comissário Político (299-300) intervêm para destilar correntes de consciência. Para nós, trata-se apenas de projecção de fluxos de consciência das personagens, não havendo, portanto, a intervenção de diferentes narradores. Admitimos, contudo, a proposta de Dutra (2009: 178), a de que a multiplicidade das vozes que têm por fonte o narrador, em *Mayombe*, insinua o predomínio das “diferenças raciais e ideológicas” (acrescentaríamos “étnicas”) que concorre(ra)m para o que o autor considera de fragmentação do “corpo da nação” angolana.

Em relação ao domínio macroestrutural, pode dizer-se que em *Mayombe* o enredo, para concordar com Chaves (2002: 153), “é simples” e adequado ao contexto político, face às circunstâncias que envolviam a época histórica em que se redigiu a obra, o que parece

denunciar a intencionalidade do autor, a de fazer da literatura um instrumento ao serviço das vozes oprimidas, na esteira da concepção de Jean Paul Sartre segundo a qual a criação literária é produto do engajamento político. Não surpreende, por isso, que toda a trama narrativa em *Mayombe* funcione para exteriorizar as contradições de teor ideológico, fenómenos compreensíveis para os homens de origens sociais e de níveis intelectuais tão diferenciados mas forçados a conviver e combater de armas na mão, por vezes sem consciência da causa da sua presença na guerrilha, agindo como verdadeiros autómatos. Foi, aliás, para moldar o homem aos bons exemplos de combatente que nasceu um dos mais referenciados romances do autor (Pepetela), *As aventuras de Ngunga*¹⁷. Inicialmente compostos para as aulas dispensadas pelo autor nas escolas da guerrilha, os textos acabaram por dar lugar ao romance em questão (Laban, 1996: 771-772). A obra, conforme a circunstância em que surge, tematiza o perfil ideal de um adolescente comprometido com a luta de libertação. Petizes como Ngunga houve-os, na História real de Angola, a ajudar os guerrilheiros e designavam-se “pioneiros”. A obra regista, portanto, um momento em que menores de 18 anos de idade se alistavam para auxiliar a guerrilha e em que se fazia um apelo a esse tipo de exercício visto, na época, como dever revolucionário. A imaturidade política a que nos referimos deve-se, a nosso ver, a este engajamento precoce de jovens à luta anti-colonial, o que Chaves (2002: 151) caracteriza, com justa razão, no caso de *Mayombe*, como “processo de amadurecimento de um jovem guerrilheiro durante a sua participação num conjunto de acções armadas”. O adolescente em referência, por analogia, pode tratar-se de uma das personagens do romance, bem como pode dizer respeito, pela metonímia, ao nascente movimento

¹⁷ A obra foi publicada, em 1972, inicialmente durante a luta de libertação, no Leste de Angola. Outras edições se seguiram depois da independência, com a chancela da União dos Escritores Angolanos. De então para cá sucedem-se várias reimpressões no País e traduções fora de Angola.

nacionalista, já que o narrador situa os acontecimentos na década de 60, altura, ainda, da emergência das acções nacionalistas.

Resumido o texto ficcional em função do que entendemos ser a estratégia narrativa tecida pelo autor, procuremos ajuizar sobre o conteúdo narrado.

Em *Mayombe*, o acontecimento resume-se, como se afirmou atrás, na Missão atribuída a um destacamento de guerrilheiros do MPLA: implantar a base da guerrilha e expandir a luta armada na região de Cabinda. Os protagonistas, como veremos mais adiante ao estudar o valor simbólico dos nomes de guerra que Pepetela lhes atribui, apresentam-se sob alcunhas que se adaptam ao teor dos fenómenos em que se envolvem, ao do contexto histórico e às acções que realizam. A título de exemplo, o nome de guerra Vewé atribuído a um dos jovens recém-chegados à Base, candidato a guerrilheiro, associa-se às características físicas da viatura de origem alemã daquela marca, a qual se assemelha às do cágado. A lentidão na locomoção do cágado ajusta-se ao temperamento principal do jovem candidato a guerrilheiro; daí a razão do baptismo (Pepetela, 1985: 83-86) sob a alcunha Vewé. Ficcionalam-se, aqui, como se disse atrás, acontecimentos históricos que se produzem nos anos posteriores à expulsão do MPLA do Congo-Leopoldville. O nosso estudo abarca, por isso, um período histórico curto, entre 1963 e 1966. Há uma razão que justifica a escolha deste período: o romance em análise ficciona factos que ocorreram numa fase da luta (política e militar) clandestina dos nacionalistas angolanos, registada na História por ter sido a das crises resultantes das contradições na elaboração das opções nos domínios da guerra, da unidade das

organizações em presença e da busca de apoio externo. O ano de 1963 marca a expulsão do MPLA de Leopoldville, dois anos após a sua implantação nesta cidade (em Setembro de 1961). É ainda o ano em que se agravou o conflito entre a chamada “facção Viriato da Cruz” e a direcção do MPLA; o de 1966 inscreve-se na História do MPLA por corresponder ao início da etapa da reorganização interna, da reorientação dos procedimentos para a guerra de guerrilha na I (Nambangongo e Dembos) e II (Cabinda) Regiões Político-Militares. Deu-se nessa altura, sob a palavra de ordem “Generalização da Luta Armada”, a abertura da Frente Leste, baptizada III Região (Moxico). O período em estudo que estabelecemos (1963-1966) deriva da leitura do conteúdo narrado, isto é, das ilações a que chegamos com a análise das acções das personagens. Entretanto, esta delimitação não prejudica a inclusão no nosso trabalho de discussões que tendem a relacionar algumas digressões do texto pepeteliano à realidade histórica da década de 70. Tal situação tem a ver com o facto de o discurso do narrador traduzir-se em reflexões que se projectam para lá dos anos 60 e antecipam os acontecimentos políticos a que se viria a assistir, nos anos 70, na véspera e depois da independência de Angola. Esse discurso premonitório está também presente em *Lueji* (1989), e em *A Montanha da Água Lilás* (2002) de Pepetela. No primeiro, o autor critica, com antecipação, os líderes africanos que, à semelhança dos seus antepassados (do Império Lunda), se viriam a recusar a abandonar o poder. No segundo, o prosador antecipa o fim do império do petróleo (que é a água lilás), criticando o esbanjamento e a má distribuição das receitas advenientes do ouro negro; receitas de que gozam exclusivamente os lúpis gigantes, em prejuízo dos lúpis de baixa estatura, marginalizados pelos governantes. As conclusões que elaboramos em relação às datas que aludem à época histórica para que nos remete o texto contrariam as afirmações que o autor produziu, segundo as quais *Mayombe* “reflecte a situação de 1969-70, antes do reforço da luta guerrilheira” (Nilson, 1980: 3-

5). O confronto entre as datas dos factos históricos e alguns episódios similares no texto ficcional pepeteliano conduziu-nos a esta leitura que, como é natural na ciência, introduz um contraditório na discussão.

O argumento que expusemos para justificar a análise das digressões do narrador, quando este nos remete para os anos 70, pode ser ainda sustentado pelo facto de Pepetela ter escrito *Mayombe* entre os anos de 1970 e 1971. Trata-se, a nosso ver, dum factor que condicionou o conteúdo do texto. Quer isto dizer que, embora ficcione os anos 60, o momento em que redigiu a narrativa estava envolto em circunstâncias políticas e sociais que obrigaram o autor a explorá-las e reflectir sobre o período pós-independência. Talvez seja esta a razão por que, como veremos, *Sem Medo* teve a desdita de ser liquidado antes do fim da guerra contra os colonos, como assevera Pepetela:

Essa personagem podia só viver numa situação de luta. Era uma personagem que não tinha capacidade para viver para além disso. Pediu-me para o matar e eu tive de o matar. (Venâncio, 1992: 96)

A datação do período de estudo a que preferimos submeter o romance de pepetela, assinalada no parágrafo anterior, pode ser sustentada com Tali (2001: 108), segundo o qual até à data da sua expulsão de Leopoldville, o MPLA estava abalado pelas fricções internas e sem condições de conduzir a guerra de guerrilha. Pélissier (2011: 233) afirma, com razão, que, no começo da década de 60, só havia duas saídas possíveis para as organizações nacionalistas: “permanecer no país e criar rede clandestina ou prosseguir a

luta política a partir do estrangeiro”. Assim, a deslocalização das estruturas políticas de base e a das estruturas militares e logísticas para apoio à guerrilha teve como consequência imediata o abrandamento da luta clandestina. Nessas condições, os combatentes experimentavam vários obstáculos para a realização da Missão no interior de Angola. Sem Medo, que se projecta, quanto ao relevo, como personagem principal na obra de ficção pepeteliana em estudo, queixa-se da letargia que se verificava e que punha em causa os objectivos definidos:

Porque é que nas outras regiões a guerra progride e aqui não cessa de recuar? Porque não temos estado à altura, nós, o Movimento. Culpa-se o povo, que é traidor. Desculpa fácil! É o povo daqui que é traidor ou somos nós incapazes? Ou das duas coisas? Para o saber, temos de agir, fazer mexer as coisas, partir as estruturas caducas que impedem o desenvolvimento da luta (p. 22-23).

Nas páginas iniciais do relatório do Comando do braço armado do MPLA (Henda, 1964: 1-2), instalado em Dolisie, datado de 10 de Novembro de 1964, apontam-se as dificuldades que travam as acções da guerrilha nas duas Zonas (A e B) operacionais:

As dificuldades dos problemas de instalação e organização ainda se põem hoje. Para a Zona B o problema existe ao nível do interior do País; para a Zona A é o problema da instalação do exterior (campo de treinos-base) e a passagem por etapas, com a criação de postos avançados, a passagem de toda a instalação do exterior para o interior. (...) [1964: 1-2]

As questões anunciadas na citação produzida acima em relação à instalação dos efectivos no interior do território de Angola dizem respeito a uma fase de evolução do

nacionalismo angolano, nos anos 60, quando o MPLA adoptou aquilo que Tali considera como “nova forma de contestação” ao poder colonial, ou seja, “a crítica do sistema colonial pelas armas” (Tali, 2001: 47). Segundo o autor, as organizações nacionalistas (das quais algumas se viriam a fundir ao MPLA¹⁸) haviam sofrido pressões por parte das autoridades coloniais, o que pôs em causa a sua capacidade de sobrevivência, de tal modo que “só se concretizou a partir do exterior” (Tali, 2001: 53) a estruturação das formações políticas e sua consolidação como entidades capazes de conduzir a luta política e organizar acções armadas. Este panorama vai ditar a que em Janeiro de 1964, após reflexões durante uma Conferência de Quadros, em Brazzaville, a direcção do MPLA lance apelo aos militantes, comece a criar condições que visavam ampliar a sua presença no interior de Angola e estruturar acções da guerrilha, o trabalho de mobilização das populações a favor da luta de libertação e do recrutamento de cidadãos potenciais candidatos a combatentes.

Em função do panorama assim descrito, os nacionalistas precisavam de adoptar novas estratégias para combater os ocupantes. A Missão a que se refere no texto ficcional de Pepetela pode ser, por analogia, lida como a que tinha sido concebida numa reunião da direcção do MPLA, a 19 de Fevereiro de 1965, para concretizar novas estratégias de luta. Na altura, os responsáveis militares haviam sido chamados para assegurarem a organização da guerrilha na chamada II Região Político-Militar. Para responder ao apelo para que todos se movimentassem para o interior de Angola, alguns militantes haviam, inclusive, abandonado os estudos no exterior para se alistarem na guerrilha. Sem Medo

¹⁸ Entre elas: PLUUA (Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola), MIA (Movimento para a Independência de Angola), MLA (Movimento de Libertação de Angola), ELA (dos pseudónimos dos seus principais mentores: Ernesto, Luzerna, Arnaldo).

que, na ficção pepeteliana, se junta aos nacionalistas em prejuízo à formação (“abandonara o curso de economia, em 1964 para entrar na guerrilha” [Pepetela, 1985: 18]), corporiza esse gesto com o intuito de cumprir uma Missão, ao exprimir satisfação por ter implantado a Base no interior do território Angola:

- (...) *Metemos a Base no interior, já foi um bom passo em frente. Acabada a guerra da fronteira! Agora vamos estudando as coisas no terreno e decidindo* (Pepetela, 1985: 22).

Mais tarde, Sem Medo, por constatar avanços na guerra (Pepetela, 1985: 285) e, por consequência, por se aproximar o fim da Missão, isto é, por se aproximar a independência nacional, cultivará um discurso que exterioriza o desejo de pôr fim aos seus préstimos à revolução. Diz-se, ele próprio, temperado apenas para construir uma etapa da revolução: derrubar o colonialismo. Ouçamo-lo: *Eu sou um tipo cujo papel histórico termina quando ganharmos a guerra* (1985: 274)

A etapa seguinte, a da gestão dos problemas da construção da nova sociedade, pertence à outra geração. No diálogo com o seu mais próximo colaborador, Mundo Novo, demonstra as diferenças entre o teor das metas da Missão que realizou em Mayombe e as que serão previstas para o pós-guerra, sublinhando as contradições entre o contexto da guerra e o da paz:

- *Não temos as mesmas ideias – disse Sem Medo. – Tu és o tipo do aparelho, um dos que vai instalar o Partido único e onnipotente em Angola. Eu sou o tipo que nunca poderia pertencer ao aparelho. Eu sou o tipo que nunca poderia pertencer ao aparelho.*

Eu sou o tipo cujo papel histórico termina quando ganharmos a guerra. Mas o meu objectivo é o mesmo que o teu. Eu sei que, para atingir o meu objectivo, é necessária uma fase intermédia. Tipos como tu são os que preencherão essa fase intermediária. Por isso, acho que fiz bem em apoiar o teu nome. Um dia, em Angola, já não haverá necessidade de aparelhos rígidos, é esse o meu objectivo. Mas chegarei até lá.
(Pepetela, 1985: 274).

Verifica-se, por isso, pelos dizeres, quase testamentários, que a morte do Sem Medo ocorre após o anúncio, feito pela direcção em Dolisie, da sua iminente transferência para a Frente Leste, já atrás referenciada como motivo de contradições em relação a se Cabinda era a única fonte de formação de chefes da guerrilha ou se a Frente Leste e a Norte tinham certa autonomia no forjar de líderes militares. Essa relação entre a morte de Sem Medo e a informação acerca da sua ida para a Frente Leste não é fruto do acaso. Vejamos a razão: na realidade histórica, será na Frente Leste onde Hoji-Ya-Henda¹⁹, vindo da Frente Cabinda, encontrará a morte no decurso dum assalto a um quartel do exército colonial, em Karipande. Daí, pode deduzir-se que Sem Medo seja a construção ficcional de Hoji-Ya-Henda, tendo o autor evitado nomear explicitamente o herói nacional devido a prováveis implicações que determinados acontecimentos recriados produziriam na sociedade, uma vez que se trata de um texto literário não predestinado a relatar factos tal como o faria um repórter de imprensa.

Verifica-se também que quem substituiu Sem Medo na direcção, em Mayombe, Novo Mundo, exala um perfil que o coloca ao lado de intelectuais com formação académica,

¹⁹ Morre a 14 de abril de 1968, na Frente Leste. Elevado a Herói nacional pela participação distinta na luta clandestina.

competências e visão, ingredientes ideais para integrar o aparelho dirigente do novo Estado. Formado pela escola político-ideológica do Leste europeu, Novo Mundo assume-se marxista-leninista. Outrora ligado aos interesses da burguesia, colocou-se ao serviço das classes operária e camponesa, as quais preenchiem o lugar cimeiro entre as classes sociais em cena na vigência do poder instalado em Angola depois da guerra anticolonial. Repare-se que o nome de guerra Novo Mundo adequar-se-á às circunstâncias enunciadas por Sem Medo: será Novo Mundo o chefe guerrilheiro com perfil adequado para se adaptar à nova realidade angolana, diferente da vivida na guerrilha, e para prestar serviço ao novo Estado pós-colonial. Voltaremos, no ponto adiante, à análise do significado do perfil das personagens, do papel do Sem Medo e do significado do seu destino desenhado para corresponder ao fim da sua Missão em Mayombe.

A Missão é, aliás, a epígrafe do capítulo inicial do romance (em que Sem Medo é o protagonista), seguido do outro denominado A Base. Os obstáculos sentidos pelos guerrilheiros para a instalação da Base, em Mayombe, e que nos são contados na ficção, têm como referentes as descrições que nos oferecem os dois volumes editados pelo MPLA: o recrutamento de aderentes à luta armada, a sensibilização da população civil sobre as causas desta, as fricções internas e as relações controversas com outras organizações políticas nacionalistas, tais como a UPA-FNLA e a UNITA, sem excluir o próprio MPLA.

O resumo da narrativa esboçada atrás permite verificar os factores externos ao texto, se entendermos este último conceito (o de texto) como entidade semiótica, isto é, translinguística, na acepção avançada por Aguiar e Silva (1996: 562), capaz de suportar relações com contextos extra-linguísticos.

Como vimos ao longo da análise do título, esboçada ao abrir este capítulo e na tentativa de resumo aqui apresentada, a região de Cabinda, onde se situa Mayombe, apresenta-se, para nós, como referente imediatamente identificável com o contexto histórico cujo estudo privilegiamos neste trabalho. A relação que pretendemos construir entre o título de uma obra de ficção e o referente, ao qual o procuramos associar, pode encontrar fundamentos nos postulados de autores que revisitamos na parte introdutória deste trabalho. Para ler o título *Mayombe* na sua conexão com o referente, conexão criada por nós, como é óbvio, servimo-nos das propostas teóricas de Mukarovsky (1997) e Linda Hutcheon (1991). O primeiro chama a atenção sobre a complexidade do julgamento da obra literária como manifestação artística. Afirma que, no momento da apreciação, surgem duas vias possíveis: uma apreciação estética e outra apreciação extra-estética. A opção por uma ou outra depende do teor da obra. O autor cita o exemplo de romance histórico, para cuja leitura o crítico propende para a indecisão e se vê forçado a admitir os dois tipos de apreciação (Mukarovsky 1997: 170).

No conhecido exame da produção ficcional pós-modernista, Hutcheon (1991) legitimou a abordagem que visa detectar nas criações literárias as circunstâncias extra-textuais, como seja o caso de circunstâncias históricas. Quer isto dizer que a leitura fundada nas

conexões com um determinado contexto é admissível, já que, como teoriza Hutcheon (1991: 22), o texto ficcional, como produto humano, resulta da atitude consciente do seu criador que assume o facto de este se constituir a partir da matéria de extracção histórica. Nesta perspectiva, *Mayombe* cabe no que Ceia (2007: 17) qualifica de narrativa de ficção que se afirmou como recurso que o homem utiliza para “traduzir em estruturas de sentido a experiência da vida”. Assim, apesar da associação que Pepetela (1985: 9) faz da personagem Sem Medo a Ogun e a Prometeu, numa nota dedicada aos guerrilheiros ao abrir o romance, o que Mata (2006: 52) bem denomina “contaminação divina”, *Mayombe* não se enfileira nas construções míticas; não se trata, pois, de uma elaboração mítica porque documentos escritos, disponíveis e estudados por nós, podem confrontar-se, por analogia, com os acontecimentos fictícios narrados por Pepetela, como veremos adiante. Bastos (2007: 15-16) vê na abundância de elementos maravilhosos na prosa de Homero como determinantes da dimensão mítica em *Ilíada* e na inexistência de registos escritos sobre a Guerra de Tróia como factor inibidor para se atestar a dimensão histórica de alguns eventos narrados. Em relação a *Mayombe* acontece o contrário, pois o valor documental pode ser medido em função do contexto extra-estético, uma das categorias que, em narratologia, permite associar os escritos ficcionais à experiência humana. Tal contexto é visto na perspectiva em que o aborda Aguiar (1996: 578-579), e o aprofunda no ensaio que dedica à análise do texto e contexto na história literária (Aguiar e Silva, 2005). Trata-se, portanto, de um conceito relacionado com as “circunstâncias sociais, políticas, religiosas, económicas, culturais, etc., que condicionam ou orientam a produção e interpretação de textos” (Aguiar e Silva, 2005: 21-28). O contexto a que remetemos o texto ficcional não deixa de ser, como refere Aguiar e Silva (2005: 25), uma “construção imperfeita” gizada por nós

como parte do procedimento metodológico que nos permite responder aos objectivos definidos para este trabalho.

Não é, pois, pacífico, como se sublinhou na introdução, relacionar a narrativa de ficção com o real, tal como se procura sugerir aqui. O método eleito para o nosso estudo, em torno, neste capítulo, da narrativa *Mayombe*, de Pepetela (1985), mau grado privilegia a via de apreciação extra-estética, está longe de pretender questionar a veracidade ou ficcionalidade dos acontecimentos narrados, já que a finalidade da investigação é a de apreender a dimensão histórica do texto.

Tratando-se de narrativa testemunhal e documental que remete para a historicidade das realizações humanas registadas numa fase determinada da emergência ou evolução do nacionalismo angolano, entendemos ser pertinente identificar os diversos momentos em que o discurso projecta os acontecimentos narrados na prosa de Pepetela. Operamos, por isso, uma divisão do discurso em três momentos a fim de permitir-nos elaborar o significado e responder, assim, ao objectivo fixado para este trabalho, o de construir a relação possível entre a ficção narrativa e a realidade histórica.

A divisão que acabamos de anunciar não pretende quebrar a interdependência explícita entre o discurso e a história, pois entendemos, com Reis (2002: 111), o discurso como plano da expressão dos conteúdos narrados, enquanto a história corresponde aos referidos conteúdos narrados, de tal modo que se denota a inseparabilidade das duas categorias no estudo do sentido da história. Interessa-nos, pois, compreender e explicar a significação da informação diegética que nos é dada quer pelas personagens, quer pela instância de enunciação, a fim de reunirmos, daí, elementos que permitam construir os contextos que justifiquem as conexões com a realidade histórica, fazendo recurso aos registos documentais. É por esta razão que se afigura

pertinente encarar o discurso como categoria que goza de autonomia em relação à história. Por exemplo, a representação da informação diegética manifesta-se ao nível do discurso, como bem o assinala Reis. Sublinhe-se, por isso, que a divisão efectuada visa clarificar quais os factores contextuais (extratextuais) que nos habilitam a explicar a relação de cada uma das sequências da narrativa em estudo com as circunstâncias (sociais, políticas, culturais) que achamos terem influenciado na feitura da obra de Pepetela.

O primeiro momento é o em que o narrador elabora informações referentes a lugares existentes no espaço geográfico angolano, como é o caso de *Mayombe*, descrito atrás. O segundo relaciona-se com os fenómenos que têm similitude com os ocorridos nas diversas fases da História do País. O terceiro (e último) conduz-nos a identificar nos nomes das personagens e nas acções que as cobrem traços que nos convencem tratar-se da construção ficcional de entidades não fictícias pré-existentes na história do nacionalismo angolano. Os elementos que apontamos ao nomear os três momentos em que subdividimos o discurso e que procuraremos estudar suscitam em qualquer leitor estados de expectativa susceptíveis de o levar a emitir juízos de valor em congruência com os factos históricos na leitura do texto ficcional em estudo, como a seguir se demonstra. Começemos por analisar as implicações que o espaço físico inscrito na narrativa produz no significado que vamos elaborar.

2. 3. Espaço (cenário geográfico) e factos

Tal como se afirmou mais acima, o conteúdo narrado em *Mayombe* reporta uma Missão atribuída a um grupo de guerrilheiros, a qual consistia em retomar as acções políticas e militares dos nacionalistas filiados no movimento MPLA, após a expulsão deste do Congo-Leopoldville. Na ficção, os nacionalistas servem-se de uma Base instalada em plena floresta de *Mayombe*, espaço privilegiado para a realização da Missão. A Base

situa-se nas imediações do rio Lombe. No mapa geográfico de Angola, rio Lombe atravessa a localidade de Miconje, a Norte de Cabinda (480 km a Norte de Luanda); é afluente do rio Luango, que desagua no Oceano Atlântico, a Sudoeste da cidade de Cabinda. Miconje viria a ser referenciado em vários comunicados de guerra emitidos pela guerrilha do MPLA como sendo palco de confrontos contra o exército colonial, conforme referem alguns comunicados de guerra (CG 3, 5, 7, 9).

Segundo referências históricas, coexistiam dois tipos de Base: as “internas e externas”. As primeiras construía-se ao pé dos rios e nas encostas das montanhas, locais adequados à detecção de movimentos das tropas coloniais (MPLA, 2008: 269). Estas correspondem ao modelo em alusão na ficção pepeteliana: “a base ficava no alto duma pequena falésia que descia para o rio” (Pepetela, 1985: 248). As externas (a retaguarda) serviam de pontos de apoio e situavam-se fora do território Angolano, como é o caso de Dolisie, no Congo-Brazzaville. Quer na ficção, quer no real, o comando da Base dependia hierarquicamente da direcção político-militar instalada em Dolisie, a mais de 400 km da capital do Congo-Brazzaville.

No plano ficcional, o comando da Base atendia toda a extensão do território de Cabinda, subdividido, por razões operacionais, em duas zonas de guerrilha: a Zona A e a Zona B. A descrição da estratégia de actuação dos guerrilheiros contra as formações do exército colonial que encontramos num dos relatórios do então braço armado do MPLA (Henda, 1964: 1-2) pressupõe que, no real, uma das Zonas operava na parte fronteiriça com o Congo-Brazzaville e a outra no segmento fronteiriço com o Congo-Leopoldville. A

montagem das Bases respondia a uma estratégia militar cujo propósito, conforme o relatório assinado por Henda, era fazer crer ao exército colonial que os guerrilheiros partiam do território do Congo-Leopoldville para assaltos na região de Cabinda, o que concorria para manter intactas as bases da guerrilha:

Atenção do inimigo encontra-se presentemente desviada para as fronteiras do Congo-Leopoldville, pois erradamente pensa aí estarem as nossas posições (1964: 4).

O esquema para a instalação e protecção das Bases tinha por finalidade diminuir as possibilidades de estas serem destruídas pelo exército colonial, que dispunha de meios operacionais superiores em qualidade e quantidade e gozava de uma superioridade numérica em termos de efectivos se comparada à exiguidade de meios e de homens de que se queixa Hoji-ya-Henda (1964: 3) e que vemos recriada em *Mayombe*:

- (...) Mas é o lado militar que me preocupa. Não sabemos onde está o inimigo e qual o seu efectivo. Somos tão poucos que não podemos permitir-nos o luxo de sermos surpreendidos. Nenhuma outra vitória justifica essa derrota (Pepetela, 1985: 22)

O jovem comandante Hoji-ya-Henda refere-se à “falta de gente e da necessidade consequente de recrutamento”, apontando como fontes de recrutamento “o povo do interior e o povo da fronteira”. Ao enumerar os detalhes das competências dos responsáveis da guerrilha sob as suas ordens, na sequência de uma decisão tomada numa reunião presidida por ele a 6 de Novembro de 1964, enfatiza a necessidade de proteger as Bases. O relatório de Henda explica claramente essa intenção que alimentou

a instalação da Zona A numa área geográfica próxima da fronteira com o Congo-Brazzaville:

(A Zona A) Também tem em vista desviar atenção do inimigo da situação verdadeira das nossas posições. Por isso, deve-se fazer acreditar pelas formas do ataque que os nossos ataques são provenientes da Zona de Massabi, digo, provenientes de Massabi, posição dos Upistas. (1964: 4).

A referência aos *Upistas* diz respeito aos combatentes da outra formação nacionalista, a UPA-FNLA, a quem se procurava atribuir as acções de sabotagem aos objectivos económicos, as quais levavam ao descrédito desse movimento anticolonial por parte das populações. Hoji-ya-Henda, no relatório já citado, teve o cuidado de precisar que as populações residentes nas áreas de actuação da guerrilha encaravam qualquer combatente nacionalista com desconfiança, temendo pela violência, de tal modo que “houve esforços de esclarecimento para mostrar-lhes que o guerrilheiro do MPLA não é o da UPA” (Henda, 1964: 2).

As rivalidades entre a UPA-FNLA e o MPLA resultavam do alinhamento de um e do outro a determinada opção ideológica que era ditada pela correlação de forças entre o ocidente e o oriente pró-comunista. A aceitação de que gozava a UPA-FNLA pelas instâncias políticas e meios sociais do país de exilo, Congo-Leopoldville, influenciava na degradação das relações entre ambas as organizações²⁰.

²⁰ Tali (2001: 45-105) aprofunda a leitura das contradições entre ambas as organizações num capítulo do seu estudo (veja-se o capítulo *Guerrilha e Fragilidade política: A difícil afirmação política do MPLA*.

O relatório de Henda faz menção a uma tática que consistia em utilizar o clima assim criado para o proveito da guerrilha do MPLA que deveria esforçar-se por mobilizar as populações a seu favor. Uma orientação subscrita por Henda instrói os responsáveis da Zona A a mobilizarem os trabalhadores das explorações agrícolas, sensibilizá-los sobre a necessidade de desferir golpes à economia do regime colonial (Henda, 1964: 4), tal como ficciona Pepetela pela voz do responsável político da Base que planeja destruir uma unidade de extracção da madeira (CG 8) na floresta de Mayombe:

- (...) *Se impedirmos essa exploração de continuar a roubar a nossa madeira, é um golpe económico dado ao inimigo, está porreiro* (Pepetela, 1985: 22)

Para a aplicação da tática proposta por Henda, seria necessária a colaboração dos citados trabalhadores. Diz no texto que “O Comando da Região deve controlar esta estratégia” e a maneira de realizar a tarefa seria “contactar os trabalhadores das roças com o fim de se atacar e “sabotar as mesmas roças” (Henda, 1964: 4). Do conteúdo das directrizes escritas por Henda podemos deduzir que os responsáveis militares do MPLA procuravam convencer os civis a distinguir o que constituíam interesses coloniais, alvos dos ataques da guerrilha, e os dos autóctones. Assim, o cenário proposto por Henda assemelha-se, em *Mayombe*, a um episódio (Pepetela, 1985: 26-40) relacionado com ataque dos guerrilheiros a uma serração, propriedade dos colonos, em plena floresta. Aliás, na entrevista a Laban (1991: 791), o autor relaciona tal episódio a uma operação realizada pela guerrilha. Na ficção, a investida culminou com a destruição de máquinas, a captura de dois operários, entre os quais um mecânico. Ambos passam por sessões de sensibilização dirigidos pelos responsáveis pela politização e ideologização, o Comissário, antes de serem postos à liberdade:

- *As árvores são do patrão? Não, são vossas, são nossas, porque estão na terra angolana.(...) O suor do trabalho é do patrão? Não, é vosso, pois são vocês que trabalham. Então, como é que ele ganha muitos contos por dia e a vocês dá vinte escudos? Com que direito? Isso é exploração colonialista. O que trabalha está a arranjar riqueza para o estrangeiro, mas que não trabalha.* (Pepetela, 1985: 43)

Um dos prisioneiros, o mecânico, viria a pertencer, mais tarde e voluntariamente, à guerrilha:

- *O mecânico que tínhamos apanhado está em Dolisie. Veio integrar-se no Movimento. A guerra está avançar.* (Pepetela, 1985: 285)

Como se observa, o diálogo (transcrito acima) que o responsável político da Base trava com os operários ficciona a fase marcada pela crise que enfraqueceu o MPLA, na sequência das convulsões que se produziram em Leopoldville, em 1963, e que o obrigaram a encontrar novos procedimentos para ganhar a confiança das populações e, nessas condições, relançar a luta política e militar.

No resumo inserido na *História do MPLA* (2008: 263-272) apontam-se, a propósito da presença dos guerrilheiros, três Zonas (A, B, C), as quais formavam a chamada II Região Político-Militar ou Frente Cabinda. Em função da estratégia apontada acima, pode dizer-se que a Base da guerrilha se encontrava a escassas horas de marcha de Dolisie, já que, segundo a informação cartográfica, uma distância de 395 km medeia entre a fronteira de Cabinda e a cidade de Brazzaville, estando a meio caminho de

Cabinda a pequena cidade de Dolisie. A rota entre Cabinda e Dolisie vem ficcionada por Pepetela (1985) e observa-se, pela voz do narrador, que os guerrilheiros a percorriam sem dificuldades, tal como se verifica quando um dos responsáveis da guerrilha se dirigiu a Dolisie, a pé, acompanhado de um guerrilheiro, Ingratidão do Tuga, punido por ter roubado dinheiro a um prisioneiro:

O Comissário partiu de manhã com um pequeno grupo, do qual fazia parte Ingratidão do Tuga.... O dia rompeu e o Comissário não parou... É um percurso que durou só cinco horas e meia, quando geralmente eram precisas oito (1985: 86, 107-108).

Informações acerca do percurso são-nos ainda fornecidas em relação à viagem do Comissário, dirigente para a acção política, que parte da base para Dolisie, ou em relação a um destacamento de guerrilheiros e voluntários idos de Dolisie para a Base com Sem Medo à cabeça. No primeiro caso:

Partiram da Base às sete da manhã, com mais três guerrilheiros... Chegados a Dolisie às duas horas (1985: 181)

No segundo caso:

Ao fim de duas horas de marcha, chegaram à cascata, que marcava o limite da fronteira. O Sol inundava o Mayombe de todos os tons do verde. (1985: 245)

Na realidade histórica, a concretização da Missão conferida à Base traduzia-se no recrutamento e treino de homens para a guerrilha (MPLA, 2008: 269-270), factos recriados por Pepetela quando, em vários momentos do trama, pela voz do narrador se inclui o treino de voluntários na lista das tarefas do Sem Medo, um dos protagonistas do romance. Além da preparação militar, militantes detentores de títulos académicos adequados dedicavam-se à formação político-ideológica e escolar básica dos guerrilheiros. Para os historiadores, “os guerrilheiros aprendiam a ler, a escrever e a contar, a orientar-se pelo sol, pelas estrelas e com a bússola” (MPLA, 2008: 269). Na confissão que nos transmite, Teoria, outra personagem em *Mayombe*, reflecte sobre a responsabilidade que lhe é reservada na Base:

Os meus conhecimentos levaram-se a ser nomeado professor da Base. Ao mesmo tempo, sou instrutor político, ajudando o Comissário. A minha vida na Base é preenchida pelas aulas e pelas guarda (Pepetela, 1985: 26).

A instrução escolar dos guerrilheiros do MPLA, incluindo a alfabetização, era assegurada por uma rede de agentes ligados ao chamado CIR (Centro de Instrução Revolucionária). A FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), outra organização nacionalista angolana, veio a ter igualmente um sistema de ensino no Congo-Leopoldville. Conhecido como sistema de “escolas 15 de Março”, em homenagem à data da rebelião conduzida pela FNLA contra os colonos, no Norte de Angola, tinha características mais abrangentes, pois admitia adolescentes e jovens angolanos exilados para a formação a nível secundário e médio. Estas iniciativas integravam programas políticos que visavam preparar quadros que seriam úteis para a gestão do País após a independência. O diálogo entre Mundo Novo e Lutamos, em

Mayombe, apresenta-nos a discussão sobre a previsão de problemas ligados à falta de técnicos qualificados, uma vez que o derrube do regime colonialista implicaria também a adaptação das estruturas do movimento nacionalista às necessidades do Estado nascente, tal como veio a verificar-se. Iltrado, o guerrilheiro Lutamos recusa-se a frequentar as aulas, apesar dos castigos a que é submetido. Mundo Novo tenta explicar ao companheiro acerca das mudanças que se irão operar no País, procurando convencê-lo a preparar-se:

- *Tens de te convencer que precisas de estudar. Como serás útil depois da luta? Mal saber ler... onde vais trabalhar?*

- *Fico no exército – disse Lutamos.*

- *E julgas artilharia que ficar no exército não tens de estudar? Como vais aprender artilharia ou táctica militar ou blindados? Precisas de Matemática, de Física... (...) – E quem vai instruir o povo? Somos nós. Quem vai enquadrar as milícias? Tem de ser um exército bem treinado. Para isso, é preciso quadros bem formados (Pepetela, 1985: 89).*

Em guisa de conclusão provisória, pode dizer-se que *Mayombe*, como espaço físico ou geográfico, prestou-se para realizar os objectivos da Missão dos nacionalistas. Em torno dessa missão constrói-se uma cadeia de conflitos de cariz tribal que opõem uns aos outros em função de interesses de grupo ou individuais (dos guerrilheiros) alimentados por carências de ordem material ou directamente relacionados com o nível de (im)preparação político-ideológica das personagens como adiante se verá. Factos verídicos como os ficcionados em torno da Base ficaram registados nos documentos originais do braço armado do MPLA e em estudos históricos cujas fontes escritas e

orais foram objectos de publicação, como é o caso da obra de Jean-Michel Mabeko Tali (2001) e o da colectânea de estudos históricos de uma vasta equipa de historiadores subsidiados pelo próprio MPLA que, em 2008, as publicou em dois volumes (MPLA, 2008). Tali estuda as fases da história do MPLA, dominadas por contradições ligadas às questões de organização interna, aos complexos de tribo e de raça, entre outras situações, ficcionados também por Pepetela como veremos no ponto que se segue.

2. 4. Crises políticas: racismo e tribalismo

Ao analisar o período entre 1963 e 1966, o colectivo de investigadores, a que já nos referimos atrás, enumera alguns factores que terão contribuído para as crises internas do MPLA e influenciado negativamente o curso da luta anticolonial. Entre eles assinalam-se os complexos de raça e o tribalismo. No estudo que realizou acerca da crise interna que terá resultado na tentativa de golpe de Estado contra Agostinho Neto, a 27 de Maio de 1977, Dalila Cabrita Mateus (2010) coloca também a questão do racismo no centro das dissidências no MPLA. A contrariar tal tese está o ensaio de René Pélissier (2011: 223-248). Segundo este estudioso francês, as organizações nacionalistas “não estavam devidamente preparadas” (2011: 234) para a luta política e militar.

Quanto ao primeiro fenómeno, o racismo, aponta-se o nome de Viriato da Cruz, que terá proposto, em 1963, a exclusão de dirigentes mestiços do corpo directivo do MPLA. A reacção do então Secretário-Geral fundamentava-se no facto de as populações exiladas se terem recusado a receber apoio social do MPLA devido à presença de mestiços entre

os responsáveis dessa organização, que eram qualificados de colonialistas, vistas as características somáticas similares às dos europeus (MPLA, 2008: 242-256).

Viriato da Cruz terá, inclusive, proposto a integração do MPLA na FNLA (MPLA, 2008: 243), por considerar que o cenário criado inviabilizava as actividades políticas e, por consequência, bloqueava o avanço da luta armada. Por ironia do destino, Viriato da Cruz viria a sofrer, mais tarde, após a sua filiação voluntária na FNLA, hostilidades por parte dos dirigentes desta mesma organização. Cessaria a sua militância na FNLA, pouco tempo depois da sua adesão, o que alguns investigadores entendem ter sido resultado de complexos de raça de que era vítima. Segundo alegações do MPLA, a FNLA praticava racismo como “arma (...) para fazer propaganda contra o MPLA” (MPLA, 2008: 243) por aversão aos angolanos luso-descendentes ou simplesmente os de tez clara. Ao caracterizar os antagonismos fundados na cor da pele, nos anos 60, Pélissier (2011: 234) pensa que a elite de cor negra não era suficiente em número e o empenho dos poucos líderes negros não estava à altura para dirigir o movimento nacionalista.

Ora as ideias de Viriato da Cruz colidiam com as dos outros responsáveis da cúpula do MPLA acerca dos métodos a utilizar na gestão das estruturas do movimento, na direcção da luta armada, na negociação e concretização do plano de criação de uma Frente das organizações políticas e militares angolanas (MPLA, 2008: 248). Ainda na sequência desse conflito, outro membro da cúpula, Gentil Viana, propôs a extinção do MPLA. Encontrou fundamentos nos seguintes factos: 1) o regime de Leopoldville

(Kinshasa) protelou o MPLA a favor da FNLA, reconhecendo o Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) formado por este último (CG 4); 2) por consequência, o MPLA ficou privado de apoio material, sobretudo de armas de que precisava para a guerra de guerrilha; 3) expulso de Kinshasa, o MPLA perdeu uma retaguarda para as acções político-militares no território angolano, vindo a ser assaltado por uma baixa do moral dos militantes.

Rejeitadas as propostas de Viriato da Cruz (e as de Gentil Viana, claro), sob a alegação de que contradiziam a doutrina do MPLA, segundo a qual a participação dos angolanos na luta anticolonial não se condicionava a limitações de ordem racial, religiosa ou outra, instalou-se uma crise. Nasceu, então, uma facção encabeçada por Viriato da Cruz que reivindica a liderança da organização. As repercussões fazem-se sentir no seio do braço armado, o chamado EPLA (Exército Popular de Libertação de Angola), este também dividido em apoiantes de Viriato da Cruz e fiéis à outra ala. Por consequência, o chamado Comité Director do MPLA decidiu expulsar Viriato da Cruz. À medida seguiu-se a uma onda de fuga de militantes, o que obrigou Agostinho Neto, na altura líder, a recorrer aos bolseiros da organização e estes aceitam interromper os estudos na Europa para acudir o movimento bastante fragilizado que precisava de quadros com competências.

Além do prejuízo às actividades político-militares, os autores da História do MPLA atribuem à dissidência de Viriato da Cruz a responsabilidade pelo insucesso do plano de criação de uma espécie de Frente Patriótica das organizações dos nacionalistas

angolanos (MPLA, 2008: 246). O projecto, cuja paternidade é reivindicada pelo MPLA (que atribuí a iniciativa a Agostinho Neto), visava, como é óbvio, integrar MPLA e os restantes movimentos anti-coloniais.

O episódio em que Teoria, na narrativa pepeteliana, devido às respectivas características somáticas, se esforça por participar em missões que se afastam das suas atribuições, formula a crítica ao fenómeno que, na realidade histórica, se documenta como ilustram os comentários acima. Tais atribuições resumiam-se em instruir politicamente os guerrilheiros, dar aulas e, pela natureza clandestina da luta, servir de guarda. O teor das tarefas de Teoria parece denunciar os laivos de autobiografia e de historicidade do texto ficcional de Pepetela. O prosador, em entrevista a Laban (1991: 774), respondendo à pergunta sobre as circunstâncias e temáticas dominantes da sua lavra, confessava:

por exemplo, no caso de Mayombe, nesse momento eu dava aulas de formação política, tinha uma actividade bastante intensa, agitando no seio dessas contradições e tentando resolvê-las. Portanto, era extremamente importante para mim, à noite, poder reflectir sobre isso, sobre o que se passava, sobre a realidade. (1991: 774)

Teoria representa, assim, o tipo social possuído pelo complexo de raça que soube, entretanto, ultrapassar, porque, não estando ligado aos restantes guerrilheiros pelos laços de tribo, será, como veremos adiante, alvo de admiração dos companheiros. (Lutamos reservar-lhe-á referências como tendo comportamento exemplar quando sobre o próprio Lutamos recaírem sentimentos de desconfiança, num momento em que o destacamento da guerrilha se desdobrava pelas operações militares, suspeitando que ele traísse os companheiros). Escutemos Teoria:

Nasci na Gabela, na terra do café. Da terra recebi a cor escura de café, vinda da mãe, misturada ao branco defunto do meu pai, comerciante português. Trago em mim o inconciliável e é este o meu motor. Num universo de sim ou não, branco ou negro, eu represento o talvez. Talvez é não para quem quer ouvir sim e significa sim para quem quer ouvir não. A culpa será minha se os homens exigem a pureza e recusam as combinações? Sou eu que devo tornar-me em sim ou em não? Ou são os homens que devem aceitar o talvez? (1985: 14)

Ao fazer menção à *cor escura de café*, diluída ao *branco*, cor do respectivo pai, um europeu, mistura de que resulta uma cor à qual compara com a da própria pele, Teoria vinca a sua relação umbilical com a terra angolana. A expressão “branco defunto do meu pai” em vez de “branco, cor do meu defunto pai”, enterra o sentimento de pertença à longínqua terra do progenitor, algures na europa. A alusão ao café associa Teoria a uma das principais fontes de riqueza da época, pois, tratando-se da narrativa de ficção que remete para os anos 60, observa-se que as estatísticas situavam o café nos lugares cimeiros entre os principais produtos de exportação. Em 1972, o peso do café era enorme na balança comercial, com 27, 5 por cento das exportações de Angola eram representadas, encabeçando a lista, seguido pelo petróleo (25,4 %), conforme ilustra Dilolwa (1983: 184). O café, enquanto gerador de riqueza, metaforiza a contribuição dada pela elite mestiça à revolução desencadeada pelos angolanos. Tal elite, a quem o regime colonial reservou uma educação privilegiada, enriqueceu as organizações nacionalistas por colocar o seu saber ao serviço destas, à semelhança do café, cujo valor se descreveu atrás. Como se sabe, o café simboliza também o que a fala popular consagrou: a expressão “café com leite” é jargão para aludir a descendentes de progenitores de origem africanas (cor escura de café) e europeia (branca de leite). É esse

“inconciliável” contraste “escura-branca” que, na visão de Teoria, impulsiona o desejo de elaborar uma identidade sob pena de ver-se na pele de apátrida e afastado do convívio com os guerrilheiros de cor “escura” com quem combate lado a lado. Eis a razão por que se recusa a cruzar os braços, oferecendo-se para as tarefas que representavam risco para a vida:

Ofereço-me sempre para as missões, mesmo contra a opinião do Comando: poderia recusar? Imediatamente se lembrariam de que não sou igual aos outros.

Uma vez quis evitar ir em reconhecimento: tivera um pressentimento trágico. Havia tão poucos na Base que o meu silêncio seria logo notado. Ofereci-me. É a alienação total. Os outros podem esquivar-se, podem argumentar quando são escolhidos. Como poderei fazer, eu que trago em mim o pecado original do pai-branco? (Pepetela, 1985: 26)

Reavaliando a partilha do território angolano pelas três organizações clandestinas pelo critério étnolinguístico, Tali (2001, 47-105) acredita, por isso, haver outros factores, não apenas a manipulação do discurso político por parte da FNLA, que terão incitado a cisões de carácter racial no seio do MPLA e a dificuldades desta organização na lida com autoridades de Leopoldville. O autor toma em consideração a participação das elites coloniais europeias e seus descendentes radicados em Angola na luta para a independência. Segundo ele, a legislação colonial que fraccionava as elites em função das respectivas características somáticas, da origem social e da filiação religiosa terá criado condições para clivagens que se repercutiram na vida política quando essas elites foram forçadas, pelas circunstâncias já acima invocadas, a coabitar e a conduzir uma organização política condenada a fixar objectivos comuns a todos os integrantes.

Pélissier (2011: 234) também propende para esta perspectiva de análise ao apontar como factor de divisão dos nacionalistas o fosso que colocava os assimilados num extremo e os indígenas no outro extremo da sociedade colonial em Angola. Será esta uma das razões por que ambos os sectores divergiam na formulação dos objectivos da luta anti-colonial.

Para ilustrar o argumento de que a cisão no MPLA não se resumia ao discurso racial atribuído à FNLA, Tali (2001: 174-177) descreve o motim havido a 14 de Março de 1972, em Brazzaville, cujo apogeu se deu quando os amotinados sequestraram o representante do MPLA nesta cidade. Não se tratou do resultado do discurso racista da FNLA, segundo Tali, mas da tomada de posição de um grupo de militantes que se julgava espezinhado pelos dirigentes mestiços, os da II Região, que gozavam de privilégios por se valerem da cor da sua pele. Os sublevados, “originários de Nambuanguo (I Região)” (Tali, 2001: 174) e chegados a Brazzaville em busca de provisões, colocavam claramente o problema racial no manifesto citado pelo estudioso: “porquê que se encontram em minoria os mestiços nas zonas de combate, com armas na mão? Se os deveres são iguais, porque é que não haja igualdade?” (2001: 175).

O sucedido vem ficcionado nas reflexões de Lutamos (Pepetela, 1985: 41-42), por coincidência, originário do Quibaxe, na mesma região de que são oriundos os amotinados de Brazzaville:

(...) Pobre do MPLA! Só na Primeira Região ele ainda é o mesmo, o movimento de vanguarda. E nós, os da Primeira Região, forçados a fazer a guerra aqui, numa região

alheia, onde não falam a nossa língua, onde o povo é contra-revolucionário, e nós que fazemos aqui? Pobre MPLA, longe da nossa Região, não pode dar nada! (1985: 42)

Os lamentos de Lutamos centram-se nos sentimentos de pertença a uma língua e a um povo. Na visão do jovem guerrilheiro, o outro povo, não o seu, exprime aversão à revolução que o MPLA idealiza. Refere-se a “este povo de traidores de Cabinda” (Pepetela, 1985: 42).

Pelas mesmas razões invocadas pelos amotinados de Brazzaville e por Lutamos, isto é, a escassez de víveres e de equipamentos, alguns efectivos da Base comandada por Sem Medo planeiam orquestrar um golpe contra o responsável civil radicado em Dolisie, André. Para o conluio procuram o apoio do Comando, engendrando manobras de divisão em função da pertença a uma ou outra etnia:

- O que se passa é que está a haver agitação na Base. Uns dizem que se não há comida é porque a direcção não faz confiança no Comando da Base, que está dividido. Outros que porque o Comandante não serve e não faz acções que justifiquem a comida. Outros, esses poucos, dizem que a culpa é dos civis e que é preciso mudar as coisas. Há os que são pelo Comandante, os kikongo; os que são pelo Comissário contra o Comandante; os que são pelo Chefe das Operações, contra o Comissário e o Comandante; enfim, são esses... (Pepetela, 1985: 126)

Se o racismo se revelou como perturbador do movimento nacionalista, já que mereceu copiosas referências documentadas resultantes de debates nas reuniões, o tribalismo não nos parece ter merecido o mesmo destaque nos registos impressos das organizações nacionalistas. Embora se admita, com Tali (2001: 50) e Teixeira (2010: 62), que, à

nascença, o MPLA não teve raízes étnicas, não assumindo, por consequência, um carácter marcadamente tribal, encontramos nos textos emitidos pelo MPLA, consultados por nós, apelos ao combate contra o tribalismo, o que pressupõe tratar-se de um fenómeno que figurava entre as preocupações dos dirigentes nacionalistas. Por exemplo, no texto do comunicado saído da 1ª Conferência Nacional, a 1 de Dezembro de 1962, em Leopoldville, o MPLA “manifesta-se categoricamente contra o tribalismo” (CG, 12). Também pode pressupor-se que o tribalismo se tenha limitado a manifestações controláveis no seio do MPLA cuja amplitude e repercussões não comparáveis ao racismo que abriu cisões nas fileiras dessa formação política. Esta ilação é justificável pelo facto de a problemática do tribalismo não tenha sido tratado num foro específico tal como sucedeu com a intolerância racial que produziu a divisão da cúpula do MPLA. Nos textos principais que consultamos, lavrados nos encontros da organização dedicados à análise da crise interna, não se verifica ter havido discussões especialmente concentradas na crítica ao tribalismo. A conclusão a que se pode chegar em relação a este fenómeno é a de que influenciou na construção da desconfiança mútua entre as organizações nacionalistas (MPLA, UPA-FNLA, UNITA, FLEC). Tal influência deve-se ao facto de cada uma das organizações ter nascido numa parcela do território angolano coberta predominantemente por um determinado grupo linguístico e cultural, isto é, etnia, derivando daí o carácter marcadamente tribal das mentalidades dos actores em cena, feitas as devidas ressalvas em relação à génese do MPLA. Como se disse acima, a organização presidida por Agostinho Neto foi gerada numa região urbana povoada por africanos assimilados, descendentes de europeus, portugueses declarados “progressistas” que se filiaram ao MPLA e populações africanas urbanizadas ou situadas na periferia²¹.

²¹ Um estudo detalhado sobre as origens e das organizações nacionalistas angolanas é a tese de

A questão do tribalismo conduz, necessariamente, a um olhar para a proporção da presença de integrantes dos grupos étnicos que cada uma das organizações nacionalistas dispunha com vista a ajuizar sobre o carácter destas. Como este trabalho não se propõe discutir as perspectivas de leitura da composição étnica, resumemos a questão recorrendo a Tali (2001). O autor utiliza como critério a trajetória histórico-geográfica para analisar as repercussões etnolinguísticas na dinâmica da luta para a independência. Assim, as três organizações nacionalistas disputaram, na sua génese, três principais áreas etnolinguísticas, a saber: “área umbundu para a UNITA, a área Kimbundu para o MPLA, e a área kikongo para a FNLA” (Tali 2001: 50). Quer isto dizer que se a UNITA e a FNLA absorveram originários das áreas geográficas que abrange as regiões que o viram nascer, essencial e nomeadamente umbundos e kikongos, o MPLA, embora situe as raízes na área Kimbundu, não se etnicizou. Expliquemos, com Tali (2001: 50-51), as razões da especificidade do MPLA: 1) nasce num “meio crioulo – oriundo, especialmente, das regiões da costa e, em particular, de Luanda, e (...) das regiões cafeeícolas do interior”; 2) por consequência, mobilizou a elite urbana (com estatuto de “assimilada”), incluindo a elite mestiça; 3) congregou ainda “brancos progressistas, filhos de colonos”.

O retrato ficcional do tribalismo remete para a discussão sobre a unidade das organizações nacionalistas na fase da luta política, diplomática e militar para a independência. No episódio (Pepetela, 1985: 227-266) que se reporta aos preparativos dos guerrilheiros para uma operação contra o exército colonial, os integrantes do

Doutoramento de Christine Messiant, (1983) *L'Angola colonial, histoire, société, les premises du mouvement nationaliste*. Paris: EHESS.

destacamento da guerrilha, excepto Sem Medo e Teoria, exalam desconfiam por Lutamos, devido à tendência que este manifesta: o de boicotar a operação. Suspeitam que a possa ter denunciado para evitar que Cabinda, sua província natal, se alinhasse na guerra e que a guerra matasse os da respectiva tribo. Um comunicado de guerra emitido pelo então Comité Director do MPLA descreve um caso similar que demonstra a desconfiança no seio dos combatentes e mesmo dos dirigentes políticos, neste caso em relação a um militante originário de Cabinda acusado de trair o nacionalismo e de espionagem (CG, 1, 6).

- *Continuas a desconfiar do Lutamos?*

- *Claro!*

- *Lutamos não traiu.*

- *Como o sabe?*

- *Não sei – disse Sem Medo. – Pressinto. Conheço os homens e raramente me engano sobre eles.*

- *Mas então como explicar?*

- *Saberemos mais tarde. (...). (Pepetela, 1985: 245)*

A similaridade com a realidade histórica dessa acção, embora discutível, pode ser construída a partir dum comunicado de guerra do Comité Director do MPLA, datado de 2 de Março de 1965, de Brazzaville (CG, 1). A versão francesa do documento em causa, a que tivemos acesso, denuncia dois casos de um conluio cuja autoria se atribuí à embaixada de Portugal em Brazzaville. O primeiro sucedido, taxado de “caso de corrupção”, conforme os termos do citado comunicado, terá sido organizado por um

grupo de agentes de origem cabindesa, entre os quais Alberto Makaya, Alfredo Futi, Manuel Magalhães e Pedro. Os três últimos, a quem se acusa vender informações secretas, “em troca do dinheiro sobre as actividades do MPLA”, teriam ligações com a chamada Frente de Libertação de Cabinda (FLEC). O segundo terá sido encabeçado por um integrante do MPLA, designado de *ex-militante*, nomeado como sendo José Rodrigues Ferreira. Terá sido “corrompido pelos funcionários da Embaixada Portuguesa, em troca de informações secretas que o permitiram a obter passaporte nº 18/65 e a prerrogativa de seguir para Luanda por avião” (CG, 1). Menos de um ano a seguir às acusações, o Comando Operacional do MPLA do MPLA comunicava, a 8 de Outubro de 1965, a partir de Brazzaville, a morte de seis guerrilheiros seus que terão caído num “campo de minas, em Bata-Miconje”, em Cabinda, acto que atribui a “dois guias traidores: Emílio e Manuel” (CG, 10). Praticamente um ano depois, o MPLA acusava, a 16 de Maio de 1966, outro originário de Cabinda, Alexandre Taty, de colaboracionismo com o exército português. Combatentes a mando deste último terão, apoiados pelo exército colonial, investido contra as bases do MPLA em Cabinda (CG, 6).

O juízo de valor por nós emitido em torno da proximidade do conteúdo do comunicado de guerra citado no parágrafo anterior encontrará fundamentos nas afirmações do próprio autor, amiudadas vezes repetidas em espaço públicos, quando instado a depor acerca da relação da sua obra com os factos históricos.

De facto, a uma pergunta da audiência, num colóquio sobre o seu romance, realizado em 1980, em Luanda, Pepetela respondeu ter sentido “quase uma obrigação de escrever

sobre as experiências vividas” (NILSSON, 1980: 3-5). Tal confissão não nos autoriza, porém, a concluir que toda a lavra deste escritor esteja prenhe de sementes de autobiografia. De qualquer modo, as informações colhidas permitem-nos demonstrar que os conteúdos narrados nas obras de Pepetela estruturam-se a partir do conhecimento da realidade vivenciada pelo prosador ou baseiam-se nos fenómenos havidos e que marcaram o processo de gestação de uma nação. Por exemplo, na entrevista a Laban (1991: 771), o próprio denuncia a fonte do seu romance:

(...) esse livro começou por ser um comunicado de guerra, e não um romance. Eu tinha de escrever um comunicado sobre uma operação que nós realizámos e escrevi o comunicado de guerra, que é uma operação, que é mais ou menos o que está nessa primeira parte do livro – essa operação em relação à serração, etc. Isso passou-se... Portanto, escrevi o comunicado e, ao terminar, começou-me a fugir a caneta para a literatura, para o rio Lombe, etc., e foi-me surgindo a estória (...). (1991: 791).

Nas confissões que destila, ao reflectir na véspera de um ataque dos guerrilheiros, de que faz parte, Lutamos invoca a figura de uma entidade a quem se entregavam “os comunicados de guerra para escrever” (Pepetela, 1985: 283), menção reveladora da intromissão do autor, de quem também se conhece, como assinalamos acima, o exercício da actividade de professor no seio do destacamento. Por analogia, vários documentos do Comité Director do MPLA atestam a similaridade dos factos narrados, os quais Pepetela situa na primeira parte do romance. Nos registos documentais encontramos informações do Comando Operacional do MPLA a propósito de assaltos às propriedades de exploração florestal: 1) datada de 23 de Abril de 1965, que destaca um assalto a um “acampamento de exploração florestal, em Buco-Zau, a 150 km da capital de Cabinda”. O Comando contenta-se pelo que diz ter sido o abandono do

terreno por parte da “guarnição militar tuga” (CG, 8); 2) data de 27 de Outubro de 1965, sobre o ataque à “concessão florestal de Afonso” (CG, 9).

Outros factos ilustram o teor histórico do narrado no romance pepeteliano e localizam-no na região de Cabinda. Por exemplo, um comunicado de guerra assinado pelo Comando Operacional do MPLA, em Brazzaville, emitido em Brazzaville, a 4 de Março de 1966 (CG, 5), reporta um assalto da guerrilha a um objectivo militar colonial na zona entre os rios Lombe e Kiaza. Outro, a 6 de Setembro de 1965, indica um assalto dos guerrilheiros contra a ponte sobre o rio Lombe (CG, 7). Operações sucessivas centram-se contra “interesses económicos” dos colonos em Sanga, no actual Município de Bucuzau, em Cabinda (CG, 2, 5), registadas igualmente num comunicado da mesma fonte e ficcionados em Mayombe (Pepetela, 1985: 38). No plano ficcional, as operações militares respondiam aos objectivos fixados para a Missão confiada à Base e os nomes de guerra dos efectivos mobilizados aproximam-nos dos antropónimos ou cognomes de entidades não fictícias que figuram no panteão da História de Angola, como veremos na tentativa de estudo do simbolismo no ponto que se segue.

2. 5. Implicações simbólicas dos antropónimos e cognónimos

Na parte introdutória a este capítulo afirmamos que a invenção dos nomes de guerra das personagens em *Mayombe* visava reiterar a historicidade do texto ficcional pepeteliano. Por outras palavras, os antropónimos atribuídos às personagens do romance mobilizam valores simbólicos do conteúdo narrado, o que leva o leitor a construir uma análise contextual fundada nos elementos que o aproximem às matérias de extracção histórica.

Pode dizer-se que a relação entre o conteúdo das acções e os nomes que Pepetela atribuiu às personagens da narrativa em estudo activa a sensibilidade do leitor e favorece a elaboração de um plano de sentido. Esta conexão permite esboçar uma leitura diisotópica do conteúdo narrado, o que leva a concluir que a atribuição dos nomes de entidades históricas angolanas às entidades de papel tem por intencionalidade textualizar acontecimentos que terão realmente ocorrido.

Pelo exposto, verificamos, por exemplo, que nas páginas iniciais da narrativa, o cognome Henda (Pepetela 1985: 18), a que alude o sujeito de enunciação, parece revestir-se apenas de carácter figurativo, não desempenhando o nomeado nenhuma acção na trama. Porém, no decurso das operações militares em que se envolvem as personagens, o nome de Henda volta a ser invocado (1985: 50). Desta vez, mesmo sem empenho directo nos combates, a alusão ao cognome Henda, além de reportar-se ao carácter redentor e clemente da pessoa que o adopta, anuncia a heroicidade desta. O narrador reproduz lembranças de gestos que elevam Henda ao posto mais alto da hierarquia militar (1985: 49-50). Para uma aproximação à realidade histórica, dir-se-ia que, por considerar Sem Medo como integrante do elenco dos combatentes sob o mando de Henda (“Sem Medo, guerrilheiro de Henda”. [1985: 18]) e por fornecer uma recordação dos momentos de convívio do Sem Medo com Henda (1985: 50), o narrador oferece-nos pistas para associarmos Henda ao herói nacional angolano, Hoji-Ya-Henda (de seu nome próprio José Mendes de Carvalho) que dirigiu a guerrilha, entre outras regiões, na chamada 2ª Região Político-Militar que cobria Cabinda, onde se localiza a floresta de Mayombe. Num registo documental datado de 11 de Setembro de 1965 pelo

Comando Operacional do MPLA, por nós consultado, Henda vem referenciado como tendo dirigido combates dos guerrilheiros contra “um comboio tuga (2 viaturas VTG de transporte geral e 2 jeep: 2 pelotões, numa patrulha surpreendida a 41 km de Caiondjembo”, uma localidade de Cabinda [CG, 11]).

Deste modo, a analogia pode ser explicada pelo valor simbólico do cognome. Isto é: Hoji-Ya-Henda, onde Hoji se traduz (de Kimbundu) por Leão e Henda equivale à pena, saudade ou clemência; daí Leão [o Rei] Clemente (literalmente Leão da Pena, em língua bantu angolana Kimbundu). Se relacionarmos o nome de guerra com os lugares onde decorrem os acontecimentos fictícios narrados, poderá admitir-se outra tradução: rei da selva, sendo Hoji o Rei Leão que comanda na floresta do Mayombe. Portanto, Henda instituiu-se, ao longo da guerra anti-colonial, como modelo de devoção à causa da revolução e, por esta razão, imortalizado como Herói Nacional. Num poema dedicado a Hoji-Ya-Henda, um dos responsáveis da guerrilha, Rui de Matos, descreve-lhe as virtudes, comparando-o ao Leão, como atrás se fez referência:

(...) Quero fazer o retrato de um Leão

de olhar doce,

de sorriso franco,

(...)

Chamá-lo-ei

HOJI IA HENDA

Procuro um Leão

um Leão generoso

que divide o seu pão

e que dá Vida (Erverdosa, 1989: 114-116)

Como afirmamos na introdução a este capítulo, a referência fugaz ao cognome Henda no texto ficcional de Pepetela é, a nosso ver, uma estratégia que pretendia excluir a possibilidade de identificar as personagens de papel com entidades que pertenciam, na realidade histórica, aos destacamentos de guerrilheiros e seus responsáveis. Enumeram-se com certa facilidade as qualidades de dirigente equilibrado atribuídas a Henda e estampadas em Sem Medo na gestão das crises. Forçado a tomar posição enquanto Comandante do destacamento, quando vozes extremistas propunham o fuzilamento de um guerrilheiro, Ingratidão do Tuga, que tinha violado as regras que garantiam a confiança das populações, como é o caso do posicionamento, Sem Medo preferiu a ponderação.

- Comissário, tu és jovem e, como todo jovem, inflexível. Mas vê um pouco com calma. Que se deve fazer a um tipo que rouba dinheiro do Movimento? Fuzilamento. Já alguém foi fuzilado? Não. Que devia acontecer a alguém que recuse, sem razão, vir para a Base? Expulsão, depois de um tempo de cadeia, não? Mas que lhe acontece na realidade? É protegido, não lhe acontece mais que uns quinze dias de cadeia e depois fica em Dolisie. Podia repetir-te os exemplos... Como é que nós, agora, podemos aplicar a maior pena, a pena de morte? (Pepetela, 1985, 73)

Por analogia, Henda, no relatório a que vimos fazendo alusão, estabeleceu princípios gerais para cultivar a disciplina nas fileiras da guerrilha.

É necessário criar-se um ambiente para o desabrochar da disciplina; colocarmo-nos ao nível da compreensão da malta e daí o ponto de partida para a imposição da disciplina – criar o espírito de uma disciplina consciente. (1964, 3)

E Henda definiu a tipologia de punições correspondentes às infracções, descrevendo, em detalhes, a natureza de faltas e indicando as correspondentes penas máximas, sem referência à pena capital, por exemplo:

Faltas	Penas máximas
<i>(...) 5) – Roubo</i>	<i>Trinta dias de prisão</i>
<i>7) - Boatos e intrigas</i>	<i>Três dias de transporte de água, lenha e cozinha (...)</i>

Fonte: Henda, 1964: 7

Ora as interrogações do Sem Medo em relação aos fenómenos que resultam em crises no seio do movimento independentista são o que Chaves (2002: 160) considera, com razão, como “sinais de desagregação” que punham em causa as aspirações dos nacionalistas. Ao lado do tribalismo e racismo estava a inacção da cúpula da organização perante os que infringem as regras. Tudo isto indicia motivos que o irão levar a predizer acerca do tipo de sociedade que se viria a construir depois da luta para a independência. Isto é, uma sociedade fundada na protecção de interesses de indivíduos, em prejuízo à construção da utopia. Será esta a razão por que se extinguirá num combate e não fará parte de uma sociedade contrária ao programa político preconizado pela revolução, como o diz Pepetela em entrevista a Venâncio (1992, 95-99).

O cognome Pangu-Akitina, outra personagem da narrativa pepeteliana, está ligado ao antigo Reino do Kongo. Não se conhece a grafia correcta do nome do dignitário da corte conguesa que a historiografia regista: ora Mpanzu (ou Panzu), ora Mpangu (ou Pangu), tal como no caso do Estado de Mpangu (ou Mpanzu), uma das seis províncias do Kongo (CEA, s.d.: 47-48). Para algumas fontes, citando a oralidade da tradição conguesa, Mpangu faz parte das regiões que haviam sido incorporadas no Reino do Kongo por um príncipe, no século XIV (MED, 1990: 284). É também grafado como Mpanzu-a-Kitima ou ainda Mpanzu Kitima-a-Nzinga²², referindo-se o apelido Nzinga à família real. MPanzu-a-Nkitima-a-Nzinga seria a grafia correspondente à pronúncia em língua da comunidade Kongo de que é originária a entidade histórica a que diz respeito. Quer isto dizer que se refere ao chamado Senhor de Mpangu (Parreira, 2003: 160), ou seja, Príncipe de Mpangu. A palavra Mpangu relaciona-se com a ideia de soluções aos problemas, problemas ou ainda dúvidas. O nome NKitima alude ao coração, mas também pode estar ligado, hipoteticamente, a uma linhagem Ntima, daí a-Nkitima que se explica como pertencente a Ntima. Reserva-se também a Pangu a intolerância, uma vez que ele, herdeiro do trono por ser sobrinho do Rei Nzinga-a-Nkuvu, terá recusado o baptismo que lhe havia sido proposto por Portugal (CEA, s.d.: 51).

Propenso a infringir golpes em disputa do trono por via linhagérica, Pangu organizou um cerco à capital do Reino com o intuito de desalojar o primo Mbemba-a-Nzinga (baptizado D. Afonso pelos portugueses), quando este se instalou no poder após a morte do Rei Nzinga-a-Nkuvu, em 1506 (CEA, s.d.: 51), feito que se designa, hoje, “revolta

²² Sobre os laços de linhagem do príncipe Pangu, vide: Parreira (2003). *Dicionário de Biografias Angolanas (séculos XV-XVII)*. Luanda. Kulonga.

de 1506”. O cerco à cidade real gorou graças ao apoio das tropas coloniais à realza. O nome em causa é atribuído igualmente a um dos membros homónimos da família real conguesa, Mpanzu (D. Álvaro: 1568-1574), que terá liderado uma das célebres revoltas, a de 1567, ocorrida na sequência do vazio do poder devido à morte de Nzinga-a-Mbamba (D. Bernardo: 1561-1564 [CEA, s.d.: 55]).

Associa-se o cognome Pangu à prontidão do guerreiro, sempre disponível a enfrentar desafios, tal como a relutância que exterioriza a personagem de Pepetela quando se instalou a polémica que alinhou uns e outros em defesa das respectivas tribos, na sequência de um conflito passageiro entre Sem Medo e o Comissário (Pepetela, 1985: 116-121). Pangu-Akitina, reafirmando a sua origem konguesa, promete um ajuste de contas à guisa de vingança, deixa explícita a sua propensão para a rebelião. A exaltação do sentimento de revolta em Pangu-Akitina, que se deve à provocação engendrada por Milagre, um ambundu, suscita um clima de violência verbal que levanta a discussão à volta dos massacres havidos no ano de 1961 no Norte de Angola com repercussões na capital, Luanda.

Muantiânvua (ou Mwanyanvwa, ainda Mwata-Yanvu) encerra uma carga simbólica que a aproxima do teor das acções que lidera. Muata, o senhor, pode traduzir-se por Senhor das Terras. O seu reinado, segundo a historiografia, marcou-se por guerras e conquistas de espaços. O Império do Muantiânvua, formado em finais do século XVI, estendeu o seu domínio a Nordeste do actual território Angolano e chegou a controlar Kazembe, na actual Zâmbia (MED, 1990: 293-302). Segundo a lenda da criação da Lunda, Muantiânvua descende de Lueji, a rainha que se impôs graças à aliança com um

caçador Luba com quem se casou. À caça também se dedica o guerrilheiro pepeteliano Muantiânvua, actividade que contribui para a sobrevivência dos guerrilheiros a quem incumbe conquistar o espaço ocupado pelos colonos e dele fazer zona ou terra libertada. Se se afirma como destribalizado em *Mayombe* é porque o seu homónimo foi gerido por fusão de duas tribos (luba e lunda) de povos aparentados.

O distanciamento de personagens como Muantiânvua e Novo Mundo dos complexos de tribo veicula a ideia de que o sucesso da luta dos nacionalistas pela independência dependia do trabalho político que visasse transformar mentalidades e libertar o homem dos sentimentos de pertença ao grupo cultural ou linguístico e a um micro-espaço étnico que este reivindica. Quando o narrador fornece detalhes sobre a identidade de ambos, procura exercitar a crítica ao separatismo praticado no seio do movimento nacionalista angolano:

Muantiânvua, filho de pai umbundu e mãe Kimbundu, nascido na Lunda.

Novo Mundo era de Luanda, de origem quimbundo, mas os estudos ou talvez a permanência na Europa tinham-no libertado do tribalismo. (Pepetela, 1985: 44)

Como personagens do romance pepeteliano, Muantiânvua, Novo Mundo e Ekuikui representam o equilíbrio na abordagem do tribalismo, por se situarem à margem dos grupos dos companheiros que assumem como propriedade exclusiva da tribo de que fazem parte a organização nacionalista em que militam. No caso de Ekuikui, constata-se que Pepetela já lhe havia descrito as qualidades de líder no texto que dedica ao estudo

da história do reinado do soberano do Bailundo, Ekuikui II²³. Para o autor, Ekuikui II “foi um grande rei porque soube ver muitas das causas de crise do Planalto e evitou-as” (CEA, s.d.: 101). De facto, no século XIX, Ekuikui II pôs fim às chamadas guerras de kuata-kuata (agarra-agarra, na língua cokwe), que consistiam em caçar escravos com recurso às armas. Concluiu que contrariar ou vencer o poderio militar dos colonialistas só poderia acontecer se existisse um exército único integrado pelos reinos de todo o Planalto (CEA, s.d.: 101).

Violento nas intenções que constrói quando das discussões sobre o tribalismo travadas com os companheiros, Kiluanje, embora exteriorize constantemente sentimentos de vingança contra as outras tribos nos diálogos em que intervém (Pepetela, 1985: 118-120), metaforiza a unidade dos nacionalistas. Sob o reinado do seu homónimo, no século XVI, Ngola Kiluanje solidarizou-se com o vizinho reino do Congo, tendo expresso tal solidariedade pela má recepção por ele reservada a uma embaixada do rei de Portugal encabeçada por Manuel Pacheco e Baltazar de Castro. Kiluanje assim havia agido em vingança à violência praticada pelos europeus no Reino do Congo. No seu tempo, Kiluanje uniu os chamados Estados Livres da Kissama para ganhar a guerra contra os ocupantes europeus, tendo tomado a iniciativa de formar uma coligação dos Estados (CEA, s.d.: 61-73). Pode questionar-se a contradição entre o carácter hostil do discurso de Kiluanje, nos diálogos textualizados em *Mayombe*, e a tendência para a construção de um clima de coexistência pacífica que nos é descrita pela historiografia

²³ Embora não se nomeiem os autores, sabe-se que Pepetela foi o principal investigador e redactor de *História de Angola*, volume publicado inicialmente em Argel, em Julho de 1965, pelo Grupo de Trabalho de História e Etnologia do Centro de Estudos Angolanos (CEA, criado em 1964, em Argel, com o objectivo de organizar estudos científicos sobre a realidade angolana e gerir a campanha nacionalista contra o colonialismo [vejam-se os depoimentos de Pepetela sobre o CEA em entrevista a Laban, Michel. (1991). *Angola – Encontro com Escritores* (vol. II). Maia. Fund. Eng. A. de Almeida, pp., 789-791.

em relação ao reino do Ndongo. A nosso ver, este teor aparentemente contraditório permite verificar as circunstâncias em que os protagonistas evidenciam os sentimentos tribais que os dividem e os momentos em que os mesmos se viam forçados a relegar para um plano secundário as constrações de índole tribal que obstavam a luta anti-colonial. Por exemplo, no episódio em que se anuncia um ataque à Base (Pepetela, 1985: 239-250), os guerrilheiros “esqueceram as tribos respectivas, esqueceram o incómodo e o perigo da acção, todos foram voluntários” (1985: 243). Os registos da História indicam-nos também as circunstâncias em que Ngola Kiluanje, rei do Ndongo, preferiu o pacto de união com os vizinhos e as em que lhe interessava a hostilidade com estes²⁴. Por isso, se é verdade que os antagonismos étnicos prejudicaram o movimento nacionalista, é também verdade que a experiência humana registou o facto de, apesar das distâncias tribais, actores de diversas origens terem vencido, juntos, o colonialismo. Entretanto, ao nível do discurso que cultiva na narrativa de Pepetela, nota-se, por exemplo, que Kiluanje, ao desejar o recurso às armas para calar os bakongo, introduz no *Mayombe* o registo ficcional das confrontações armadas que opuseram os três movimentos nacionalistas na véspera e depois da independência nacional, numa clara crítica à guerra civil que se prolongou até 2002. Veremos, no capítulo terminal deste trabalho, como Arnaldo Santos ficciona esse conflito.

Para além da intencionalidade explicada acima, a que exalta virtudes, constata-se ainda que a atribuição dos nomes das entidades (não fictícias) que encabeçaram a resistência ao colonialismo às personagens de papel, protagonistas de acontecimentos fictícios em *Mayombe*, procura também, a nosso ver, denunciar a fragilidade das opções adoptadas

²⁴ Para pormenores sobre essas circunstâncias, vide: CEA - Centro de Estudos Angolanos (s.d.). *História de Angola*. Lisboa: Afrontamento, pp. 61-104).

em determinadas circunstâncias no decurso da luta anti-colonial. Por exemplo, a morte de Sem Medo, ocorrida antes do triunfo da revolução, tematiza a sepultura do projecto de uma sociedade tal como desejado pelo Herói (Sem Medo) que se recusa a rever-se no teor das contradições que se iriam desenvolver. Tem cabimento, por isso, a visão de Dutra (2009: 19-20) de que a produção romanesca de Pepetela elabora uma releitura crítica dos factos históricos. Em relação aos protagonistas do movimento nacionalista, razão assiste a Dutra quando perspectiva que a crítica pepeteliana deixa explícita a mensagem segundo a qual os heróis nacionais angolanos “se foram diluindo progressivamente ao longo da história (...), perdendo os seus contornos épicos devido ao clima distópico pós-colonial” (2009: 20). Isto significa que o apagamento da voz do Sem Medo metaforiza o fim de uma era e cede à emergência de uma nova sociedade, celebrada com a ascensão do Novo Mundo. Por outras palavras: Na era do Sem Medo o programa político idealiza servir o povo, projecto contrariado pela prática política a que se assiste após a independência de Angola. Confirma esta perspectiva a entrevista que José Carlos Venâncio (1992: 95-99) manteve com Pepetela sobre a forma como se apagou a vida do Sem Medo. Ou seja, Sem Medo morre porque “essa personagem podia só viver numa situação de luta”, (Venâncio, 1992, 96), entenda-se, em situação de guerra clandestina contra os colonos. Daí se revela a curiosidade do leitor por desvendar o simbolismo do nome de guerra do seu substituto. O cognome Novo Mundo associa-se, assim, à era da luta pela construção de uma nação, diferente da do Sem Medo. Já sem Heróis, os protagonistas serão os Ministros, estratificados em várias categorias, como veremos com o estudo da narrativa *O Ministro* de Wanhenga Xitu, no capítulo que se segue.

Referências bibliográficas e documentais

Aguiar e Silva, Vítor M. de. (1996). *Teoria da Literatura* (8ª ed.). Coimbra. Lisboa.

Aguiar e Silva, Vítor M. de. (2005). Textos e Contextos na História Literária. Em

AA.VV. *História(s) da Literatura* (actas do 1º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas). Coimbra. Almedina, pp. 21-28.

Bastos, Alcmeno. (2007). *Introdução ao Romance Histórico*. Rio de Janeiro. Ed. UERJ.

CEA – Centro de Estudos Angolanos. (s.d.) *História de Angola*. Lisboa. Afrontamento.

Chaves, Rita. (2002). *A Formação do Romance Angolano*. FUL

Chaves, Rita. (2002). Mayombe: um Romance contra Correntes. Em Chaves & Macedo.

Portanto... Pepetela. Luanda. Chá de Caxinde.

Dilolwa, Carlos Rocha. (1983). Contribuição à História Económica de Angola. Luanda.

Endipu.

Dutra, Robson. (2009). *Pepetela e a Elipse do Herói*. Luanda. UEA.

Ervedosa, Carlos (1989). *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda. UEA.

Genette, Gérard. (s.d.). *Discurso da Narrativa*. Lisboa. Vega.

Henda, Hoji-Ya. (1964). *Relatório da Reunião do Comando da Região de Cabinda*.

(texto policopiado). Cabinda. MPLA

Hutcheon, Linda. (1991). *A Poética do Pós-Modernismo (História – Teoria – Ficção)*.

Rio de Janeiro. Imago.

Inide. (1990). *História*. Luanda. INIDE.

Laban, Michel. (1991). *Angola – Encontro com Escritores* (vol. II). Maia. Fund. Eng.

A. de Almeida.

Mata, Inocência. (2006). *Laços de Memória & Outros Ensaios Sobre Literatura*

Angolana. Luanda. UEA

Mateus, Dalila Cabrita & Mateus, Álvaro. (2010). Dissidências. Em *Purga em Angola –*

Nito Alves/Sita Valles/Zé Van Dunem –o 27 de Maio de 1977 (4ª edição).

Alfragide. Texto Editores, pp. 33 e seg.

Mbah, Jean Martial Arsene. (2010). Emergência e trajectória Histórica dos Movimentos

de Libertação Nacional Angolanos (FNLA-MPLA). Em *As Rivalidades Políticas*

Entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento de

Libertação de Angola (MPLA) [1961-1975]. Luanda. Mayamba, pp. 35-112.

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. (2008). *História do MPLA* (Vol.

I: 1940-1966). Luanda. CDIH.

Mukarovsky, Jan. (1997). *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*. Lisboa. Estampa

Mullan, John. (2006). *How novels work*. Oxford. Oxford University Press.

Neto, Agostinho. (1988). *Sagrada Esperança*. Luanda (10ª ed). UEA.

Nilsson, Vivi. (1980, Out/Nov./Dez.). Um livro para Despertar o Leitor. *Cadernos*

Lavra & Oficina, pp. 3-5.

Parreira, Adriano. (2003). *Dicionário de Biografias Angolanas (séculos XV-XVII)*.

Luanda. Kulonga.

Pélissier, René VAEELER, Douglas. (2011). O confronto político antes de 1961. Em

História de Angola. Lisboa. Tinta da China, pp. 223-248.

Pepetela. (1989). *Lueji (O nascimento dum Império)*. Luanda-Porto. UEA-ASA

Pepetela. (1985). Mayombe. Luanda. UEA.

Reis, Carlos & Lopes, Ana C. M. (2002). *Dicionário de Narratologia (7ª ed.)*. Coimbra.

Almedina.

Secco, Carmen . T. (2008). *A Magia das Letras Africanas – Ensaios sobre as literaturas*

de Angola e Moçambique e outros diálogos. Rio de Janeiro. Quartet.

Tali, Jean-Michel Mabeko. (2001). *Dissidências e poder de Estado: MPLA perante si*

próprio (vol. I: 1962-1974). Luanda. Nzila.

Tali, Jean-Michel Mabeko. (2001 b). *Dissidências e poder de Estado: MPLA perante si*

próprio (vol. II: 1974-1977). Luanda. Nzila.

Teixeira, Rui de Azevedo. (2011). *A Guerra de Angola: 1961-1974*. Matosinhos.

Quidnovi

Venâncio, José C. (1992). *Literatura e Poder na África Lusófona*. Lisboa. ICALP.

Documentos: comunicados da guerrilha (CG) do MPLA

(Agrupam-se os documentos referentes às actividades da guerrilha do MPLA. A numeração visa a localização imediata do texto a que se refere no trabalho. Referem-se aos comunicados de guerra sob a abreviatura CG assim ordenados:

1. 1965 (2 de Março). Doc. Nº 67. La Victoire ou la Mort. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (acusa a Embaixada de Portugal em Brazzaville de espionagem)
2. 1965 (13 de Maio). Doc. Nº 80. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (reporta a passagem de patrulhas do exército colonial perto da aldeia de Sanga-Wanda, Bucu-Zau, Cabinda)
3. 1966 (7 de Janeiro). Doc. Nº 108. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (reporta confrontos em Miconje)
4. 1965 (9 de Dezembro). Doc. s.nº. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (telegrama do Comité Directeur: protesta contra o reconhecimento do GRAE pelo regime de Kinshasa-Leopoldville)
5. 1966 (4 de Março). Doc. s.nº. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (reporta emboscada da guerrilha contra uma companhia do exército colonial, nas imediações dos rios Kiaza e Lombe)
6. 1966 (16 de Maio). Doc. s.n. Communiqué de Guerre. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (denuncia a traição de Alexandre Taty a favor da espionagem do regime colonial e ataques do exército colonial apoiado pela FLEC contra posições da guerrilha: Kinguambundu, Bulu Antigo)

7. 1965 (6 de Setembro). Doc. Nº 95. Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (reporta a destruição de uma ponte sobre o rio Lombe, protagonizada pelos guerrilheiros Suka-Mahula e Kami; corta a comunicação dos colonos entre Belize e Miconje)
8. 1965 (23 de Abril). Doc. s.nº. Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (reporta ataques comandados por Henda e Kumba contra um acampamento de exploração florestal, em Bucu-Zau, a 150 km de Cabinda)
9. 1965 (27 de Outubro). Doc. Nº 100. Comunicado de Guerra. Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (denuncia infiltração de tropas coloniais nas posições da guerrilha e são detectadas na estrada entre Miconje e a concessão florestal Afonso; reporta a morte de 10 soldados colonos na explosão de minas semeadas pela guerrilha na referida estrada)
10. 1965 (8 de Outubro). Doc. Nº 99 Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (anuncia a morte de dois “guias traidores, Emílio e Manuel” e 6 soldados do exército colonial num confronto com a guerrilha, em Batamiconje; noutra confrontação, próximo de Makangela, mortos: “3 traidores que serviam de guia aos portugueses, 6 soldados, 1 sargento, 1 furriel)
11. 1965 (11 de Setembro). Doc. Nº 96. Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (reporta ataque dirigido por Henda a uma coluna do exército colonial, a 41 km de Caiondjembo)
12. 1962. (1 de Dezembro). Doc. s.nº. 1ª Conferência Nacional do MPLA. Leopoldville: MPLA (descreve o teor das discussões e decisões da Conferência: problemas da unidade e democracia internas; traça a linha

política, entre outros pontos a rejeição do tribalismo, regionalismo, sectarismo e da intolerância racial e religiosa; traça o programa de acção).

3.

O MINISTRO: RECRIAÇÃO DA REALIDADE PÓS-COLONIAL OU A QUEDA DOS SONHOS LIBERTÁRIOS

3. 1. Sem Medo e o Ministro: utopia de um projecto político de sociedade

No estudo que procedemos ao romance de Pepetela (1985: 291), *Mayombe*, vimos que a morte de Sem Medo, um dos protagonistas, simboliza o falhanço de um projecto político de sociedade idealizado pelos guerrilheiros. Sem privilegiar a referência a uma das três organizações político-militares que combateram o colonialismo em Angola²⁵, podemos afirmar que, na generalidade, o movimento nacionalista angolano augurava garantir a igualdade de direitos aos cidadãos, as liberdades e o bem-estar. Uma vez derrubado o colonizador, com a proclamação da independência a 11 de Novembro de 1975, nada mais justificava, por isso, a mísera condição social da maioria dos angolanos. Seria bastante redutora concluir-se que a gestão de uma sociedade assim sonhada estava distante das competências de quem, tal como Sem Medo, tinha dedicado a vida inteira às armas, desprovido, por isso, de experiência administrativa. A leitura

²⁵ Tratam-se do MPLA, da FNLA e da UNITA, já referenciadas no capítulo anterior. Não incluímos no conceito de organizações político-militares de libertação de Angola a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda, criada em 1963), por representar interesses circunscritos à província de Cabinda, uma parcela que esta reivindica e se bate para a separar do território angolano.

que nos parece mais adequada para a busca do sentido do tal gesto é a de que Sem Medo cultivou uma visão premonitória sobre a inviabilidade do projecto de sociedade gizado pela geração a que pertencia. Por consequência, ao segredar ao Mundo Novo, um dos companheiros seus da guerrilha, a propósito da intenção de ver-se afastado da hierarquia político-militar (Pepetela: 1985: 274), endossou ao Novo Mundo a responsabilidade pela condução dos destinos da república nascente.

Se seguirmos o pensamento de Benjamin A. Júnior (2002: 197), a autoexclusão de Sem Medo corresponde a uma reflexão de Pepetela acerca dos “movimentos de ascensão e de queda dos sonhos libertários” construídos pelos actores da revolução na então colónia portuguesa. A geração dos nacionalistas da África de expressão portuguesa, na que se inclui o próprio romancista angolano, arquitectou, do ponto de vista político, no dizer de Júnior (2002: 202), a sua “utopia social” nas organizações de libertação nacional. Aliás, Pepetela confirma, em entrevista a Laban (1991: 787), a emergência de “conflito de gerações”, já na época, entre pais e filhos, quando estes últimos (ele também incluído) se juntavam à Casa dos Estudantes do Império (CEI), em Lisboa, contra a vontade dos primeiros, que receavam a violenta perseguição das autoridades. A construção da utopia assim iniciada vem ficcionada no romance intitulado *A Geração da Utopia* (Pepetela, 1993). Na narrativa citada, Pepetela textualiza o percurso de jovens estudantes que, associados à CEI, se movimentam para libertar Angola do colonialismo. O facto de ter sido redigido num contexto histórico em que se verificou a queda dos regimes da Europa do Leste²⁶ legitima a leitura que vê nesta narrativa pepeteliana uma crítica ao malogro do programa político e ideológico que se propunha

²⁶ Pepetela escreveu-o no ano de 1991.

estabelecer em Angola um sistema de governação susceptível de realizar os sonhos da geração constituída por jovens acima referidos e pelos guerrilheiros, isto é, baseado nos fundamentos contrários aos do sistema colonial erguido sobre a opressão e a exploração da força de trabalho africano. Júnior (2002: 203) encontra, com razão, a frustração dos nacionalistas na atitude do herói do romance *A Geração da Utopia*. Este último, assistindo ao desmoronar do edifício construído pelos nacionalistas, refugia-se “à margem do sistema”, indo habitar num espaço que assegura a sobrevivência da sua “identidade individual”. O refúgio do herói de *A Geração da Utopia*, Aníbal, não difere do destino escolhido por Sem Medo que, em *Mayombe*, prefere encontrar amparo no silêncio da morte, em vez de entregar-se ao sofrimento causado pela não realização das aspirações que o tinham movido a aderir à revolução. Resignado, Aníbal, embora se tenha afastado geograficamente, contempla do seu refúgio um mundo povoado de gentes votadas a uma vida miserabilíssima. Por sua vez, o Ministro, personagem principal d’*O Ministro*, de Wanhenga Xitu (1990), toma consciência da condição social dessas gentes, isto é, das que, como as vê Aníbal, vivem à margem das benesses que a independência deveria proporcionar ao angolano comum. Num caso ilustrativo que ficciona o estado de espírito dos insatisfeitos, o narrador informa-nos sobre a desilusão da Suzana, uma militante do partido no poder, que se sente traída pelos companheiros da revolução por ter perdido “a esperança das promessas do bem-estar que lhe era prometido em diversos comícios”. (Xitu, 1990: 257). A desilusão da Suzana tem a ver com as rixas internas, pois ela promoveu acções políticas em Luanda, a capital, dedicando-se à mobilização das mulheres. Entretanto, após a independência, Suzana não foi chamada para integrar a direcção da Organização da Organização da Mulher Angolana (OMA). Afastada pelos militantes-guerrilheiros “vindos da luta das matas”,

ela e outras cidadinas ganharam tão-somente a frustração, apelidadas de “oportunistas e militantes da última hora do 25 de Abril”²⁷ (Xitu, 1990: 257).

A história em que Aníbal se move e a em que vemos um Ministro situam-se, no plano cronológico, entre as décadas de 70 e 90. O próprio autor afirma que a obra “começou a ser escrita em 1976” (Xitu, 1990: 48). O período em causa corresponde ao triunfo da luta de libertação contra a colonização portuguesa, celebrado a 11 de Novembro de 1975, e à implantação do multipartidarismo, no começo da década de 90. Esta periodização autoriza-nos a enquadrar os episódios d’*O Ministro* num momento da história de Angola em que se procurou materializar os ideais dos nacionalistas. A delimitação assim operada permite também compreender que se a narrativa *Mayombe*, estudada no capítulo anterior, retrata a guerra contra o colonialismo, *O Ministro* retoma os sentimentos de frustração de quem se bateu com a arma na mão para viver melhor. Por sua vez, *O Vento que desorienta o Caçador* fotografa as consequências do falhanço do projecto da geração da utopia, a que não chegou a garantir o bem-estar das gerações vindouras. As três obras constituem-se em documentos propícios à constatação do facto de que parte da produção literária angolana se afirma como instrumento de revisita aos factos históricos, como bem o demonstramos no capítulo precedente. Esta sequência dos eventos fictícios, em três obras de autores diferentes, explica a razão por que, ao concebermos o projecto de investigação para este trabalho, julgamos pertinente eleger os três textos como objectos de análise para discussão da historicidade da produção

²⁷ No estudo que faz sobre as lutas intestinas no seio do MPLA, as quais conduziram aos acontecimentos do 27 de Maio de 1977, considerados pelo poder instalado como sendo uma tentativa de golpe de estado, Dalila C. Mateus demonstrou os métodos usados por uns e outros para disputar o poder [vide: Mateus, D. Cabritas. (2010). A luta pelo poder. Em Mateus, D. C. & Mateus, Álvaro. *Purga em Angola – Nito Alves/Sita Valles/Zé Van Dunem – o 27 de Maio de 1977*, pp. 176-183].

romanesca angolana. Talvez seja este terceiro capítulo o lugar onde a pertinência da nossa opção se explica com maior clareza. Quer isto dizer que a nossa predilecção por Pepetela, W. Xitu e Arnaldo Santos se deve ao facto de a relação de continuidade aqui patente, quer na elaboração do sentido, quer na *ordem temporal*²⁸ dos eventos narrados, permitir estabelecer uma estratégia de interacções entre as ilações que produzimos para cada uma das obras dos autores nomeados. Essa passagem do estudo de uma obra para outra é controlada, no dizer de Umberto Eco (1992: 120), por *regras de conexão* que a matéria de extracção histórica legitima²⁹ (ou, por outros termos mais claros, que a relação entre a ficção e a realidade história legitima). Voltemos a *O Ministro*.

O Ministro cultiva um discurso acusatório, desfere críticas a determinadas práticas da governação, as quais ferem a orientação ideológica das políticas sociais³⁰, vigentes no período atrás referido, dizendo-se coberto pela legislação: “E acho que vivo num país onde a liberdade de expressão, de falar, de ouvir, de escrever, de analisar e criticar é garantida pela lei”. (Xitu, 1990: 36). Como é óbvio, a nossa visão sobre esta particularidade da narrativa não coincide necessariamente com a do autor: “*O Ministro* não é (...) uma obra que ataque, que acuse; longe de mim esta intenção”.

²⁸ Conceito operatório tomado na acepção de Genette [(s.d.) *Discurso da Narrativa*. Lisboa. Vega, p. 33], para quem, são determinantes na análise do discurso da narrativa “as relações entre a ordem temporal de sucessão dos acontecimentos na diegese e a ordem pseudo-temporal de sucessão da sua disposição na narrativa”. Genette teorizou em torno deste conceito também na sua obra mais referenciada em estudos literários: GENETTE, G. (1972). *Figures* (vol. I, II, III). Paris. Seuil. [com mais detalhes em *Figure III*, pp. 78-79]

²⁹ Na discussão teórica que desenvolve sobre a interpretação, o autor faz alusão à “história cultural que legitima as regras de conexão”. Utilizamos somente o lexema “história” por este figurar no elenco de conceitos operatórios incluídos no capítulo (cap. 2) que fundamenta teoricamente as nossas opções em relação à terminologia em uso neste trabalho.

³⁰ Numa “Resolução Geral” resultante de uma reunião plenária do seu Comité Central (23-29 de Outubro de 1976), o MPLA assumiu a ideologia marxista-leninista como orientadora para os objectivos do socialismo (MPLA. [2008]. *História do MPLA*. Luanda: MPLA, pp. 470-473).

Nos comentários que faz à narrativa, José Carlos Venâncio (1990: 420) adverte, entretanto, que a obra em análise dirige a crítica “não propriamente ao sistema social implantado pelo MPLA, mas contra aqueles que se desviam, e fazem desviar outros, do caminho da utopia”. O mesmo se pode dizer em relação às produções dos outros prosadores angolanos que recorrem à sátira social para desvendar condutas reprimíveis.

O teor da narrativa de W. Xitu, tal como caracterizado acima, aproxima-se do que Irving Howe (1998: 4) qualifica de “romance político”. O crítico americano, longe de esforçar-se por conceber uma categoria de classificação de textos similares, afirma que pretende, com o referido conceito, conceber “perspectivas de observação” sem preocupação de propor, por esta via, uma relação distintiva, do ponto de vista formal, entre o romance político e outros textos. O propósito de Howe (1998: 5) é, portanto, o de demonstrar a relação entre a política e a literatura. Aclaremos a questão com os argumentos do próprio autor:

Por romance político entendo um romance no qual ideias políticas têm papel dominante, ou no qual o milieu político é o cenário dominante – embora seja novamente necessária uma qualificação, pois a palavra “dominante” é mais do que questionável. Talvez fosse melhor dizer: um romance no qual assumimos serem dominantes as ideias ou o milieu político, um romance que permita essa pressuposição sem que com isso sofra qualquer distorção radical e que, em decorrência, propicie a possibilidade de algum lucro analítico. (1998: 5)

Para ilustrar a abordagem acerca da relação entre política e literatura, Howe percorre os escritos ficcionais dos séculos XIX e XX, elegendo os romances que instauram esta conexão, indo dos autores europeus aos americanos. No caso de *A Princesa Casamassina*, de Henry James, o estudioso aponta-o como sendo um panorama de “Londres anarquista dos anos de 1880” (Howe, 1998: 103-116) por centrar-se ficcionalmente nos acontecimentos políticos de Trafalgar Square.

Ao fazermos alusão às contribuições de Howe, não orientamos a discussão para uma direcção diferente da que seguimos desde o primeiro capítulo, lugar onde tentamos fundamentar a relação entre a história e a ficção narrativa. De facto, os três autores cujas obras submetemos ao estudo neste trabalho alimentam-se da matéria de extracção histórica, o que não nos inibe a apontar a carga política patente nos escritos de W. Xitu. Mais adiante, veremos, com Venâncio (1990: 415-420), a razão pela qual se pode considerar que o teor político tem pertinência no estudo da prosa de Xitu. Desde já, um dos aspectos a ter em conta tem a ver com a estratégia que este realiza ao tecer a coabitação do ficcional e dos documentos políticos num romance. Tentaremos demonstrar a conexão do ficcional com o real por intermédio da releitura de determinados textos administrativos susceptíveis de confirmar a proximidade de alguns eventos narrados com os factos ocorridos no período histórico que delimitamos acima.

Feitas as observações que nos parecem essenciais, voltemos para o texto que nos ocupa neste capítulo. Notamos que a alusão à política aparece desde as primeiras palavras

redigidas pelo autor. Na evocação à infância, patente nos paratextos³¹, mormente nas notas que dedica a várias entidades, destaca o seu interesse pela política, enquanto cidadão. Aliás, a trama narrativa centra-se num cargo político, o de Ministro (lexema que dá origem ao título), isto é, nas acções de “ministro” enquanto protagonista. A partir desta perspectiva de leitura, Venâncio (1990: 415-420) divide o texto de W. Xitu em três partes. A primeira está “dedicada às memórias do político que é, e do ministro que foi, Mendes de Carvalho”. A segunda parte, a que Venâncio designa de “ficcionalista”, é a que goza de uma aparente autonomia estética, exalando ficcionalidade, lugar onde o autor investe a imaginação criativa, mesmo que este resulte extraído da realidade histórica, como teremos obrigação de demonstrar mais adiante. A terceira parte do texto difere das primeiras por conter, no dizer de Venâncio, “forte motivação ensaística”.

Convém sublinhar que a fronteira erigida ao dividirmos a narrativa em três partes, seguindo Venâncio, fundamenta-se tão-somente pela necessidade de encontrarmos pontos de união entre os diferentes momentos da diegese em que se nota haver amálgama, o que perturba a nossa transacção com a narrativa, pois a coabitação do universo imaginário e dos depoimentos de teor autobiográfico ou notas de crítica política tende a obstruir a linha divisória que permite reconhecer as sequências narrativas ou discernir a fronteira que separa o ficcional do real. O próprio autor teve consciência dos transtornos do leitor: “Talvez a dificuldade do leitor esteja no distinguir qual o facto verdadeiro, o da ficção e do contado por outros” (Xitu, 1990: 36).

³¹ Referimo-nos ao conceito na acepção proposta por Genette, que nomeia como “paratextos” os escritos de cariz editorial que vêm inseridos no volume em que se publica um texto literário [Genette, G. (1972). *Figures* (vol. I, II, III). Paris. Seuil.; (1987). *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Paris. Seuil.]

Importa, contudo, aclarar que as partes a que se refere Venâncio não são reconhecíveis por estarem isoladas umas das outras como blocos impressos nas páginas numeradas ordenadamente. Mesmo nos momentos em que o autor atribui um título específico a um capítulo, assiste-se ora a uma profusão de apontamentos de uma voz que se autoproclama governante, ex-Ministro, ora a uma intervenção da entidade doadora dos acontecimentos ficcionais, ora à investida das acções das personagens. É o que acontece ao capítulo “Racismo” (Xitu, 1990: 277-304). Trata-se, com Venâncio (1990: 415-420), de um ensaio político-ideológico sobre as implicações das características somáticas dos actores da luta de libertação de Angola, tendo como fontes materiais empíricos e a experiência. Entretanto, o citado ensaio está entrecortado por cenas de ficção.

Assim, a relatividade da relação diferencial estabelecida acima pode ser explicada a partir do conteúdo da segunda parte da obra, constituída pela modelação do mundo empírico e que resulta na construção do mundo possível, ficcional. Quer isto dizer que a intencionalidade e a ficcionalidade patentes na terceira parte do texto não são ingredientes sólidos para garantir o teor ficcional dos eventos narrados, já que, como teoriza Aguiar e Silva (2004: 218), “a ficcionalidade não caracteriza de modo suficiente o texto literário”, pelo facto de existirem “ficções não literárias”. Podemos concretizar esta abordagem teórica observando a seguinte questão: o autor do romance *O Ministro* não dissipou ambiguidades, pois ao atribuir um papel ficcional ao protagonista que se move na segunda parte do texto, não deixou de autorizar a interferência de outra voz que se assume como relator de acontecimentos do mundo empírico e que se confunde com a do protagonista do universo fictício. Quer isto dizer que o papel do referido

protagonista não difere do do sujeito³² que constrói o discurso enunciado nas páginas da primeira e da segunda partes. Deste modo, só do ponto de vista operatório se pode assegurar a existência de duas entidades que se movem na narrativa, segundo Venâncio (1990: 419), “num mundo que lhes não é estranho, o do exercício do poder na qualidade de ministro”. Dir-se-ia, por outras palavras, que as duas entidades homónimas servem para assegurar o elo entre as três componentes da trindade (memórias-ficção-ensaio). A homonímia a que se alude aqui tem a ver com o facto de a ambas ter W. Xitu atribuído a designação de Ministro. Na apresentação dos eventos, o autor adopta uma estratégia discursiva materializada num jogo de papéis, conforme propõe Venâncio (1990: 419): um Ministro põe em causa a seriedade das actividades do outro Ministro, “criticando e ridicularizando o OUTRO MINISTRO”. Este “outro” será o “próprio autor” que, ao produzir as “memórias” e o “ensaio”, partes do texto em estudo, oferece ao leitor apontamentos de quem assumira o cargo de Ministro, indo de simples observações dos factos a severas críticas, passando pela autocrítica³³.

Em função da estratégia textual que acabamos de descrever, W. Xitu organiza o material do texto e a estrutura imanente a coberto de linguagens artísticas heterogéneas

³² Socorremo-nos da terminologia da linguística, trazida à narratologia por Greimas, nos seus conhecidos estudos. Ao contexto em que o usamos aqui, adequa-se a explicação dada por Courtés, segundo o qual podemos distinguir dois tipos de actantes no discurso enunciado: os da comunicação (narrador, narratário, interlocutor e interlocutário) e os da narração (sujeito-objecto, destinador-destinatário, adjuvante-opositor). Utilizamos o conceito de sujeito por entendermos que a primeira e a terceira parte do texto de Wanhenga Xitu estão investidos de narrativa embora não caibam no conceito de texto ficcional [vide: Courtés, J & Greimas, A. J. (s.d.) *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Col. HU Lingüistique. Paris. Harchette.; Greimas, A. J. (1966). *Sémantique Structurale*. Paris. Larousse].

³³ Convém assinalar que a crítica e autocrítica são duas categorias que presidiram as acções do partido que dirigiu Angola na década em que se enquadra a obra em estudo. Tais categorias vêm espalmadas nos documentos reitores do MPLA. No *Projecto de Estatutos do MPLA*, elaborado em 1966, lê-se o seguinte, em relação aos “Direitos e deveres dos membros”: “Exercer e estimular a prática da crítica e auto-crítica.” [MPLA. (2008). *História do MPLA* (Vol. I). Luanda: MPLA, p. 531].

(“códigos linguísticos”) e de vários registos do discurso, como a seguir demonstramos, fazendo recurso à abordagem de Carlos Ceia (2007: 159-160).

Ao tomar como primeiro exemplo a narrativa de James Joyce, *Ulysses*, para demonstrar o programa de escrita e a estilística do romance ocidental, Ceia (2007: 159) qualifica-a de “obra múltipla”. Para justificar-se, o crítico luso avança como argumento a coexistência de “vários códigos linguísticos” e “vários tipos de discurso” na obra em causa. Os códigos linguísticos abrangem a circulação dos seguintes aspectos:

dialectos irlandeses, expressões de gírias locais e de grupos sociais determinados, calões, numerosos empréstimos do grego, do latim, do francês, do italiano, do espanhol, do hebraico, etc. e neologismos particulares. (Ceia, 2007: 159).

No que diz respeito aos tipos de discurso, o autor faz alusão ao “texto literário, texto não literário, texto pontuado, texto não pontuado, sintaxe conexa, sintaxe desconexa, texto musical, texto não musical, etc.”. (Ceia, 2007: 160).

Ao contrário do *Mestre Tamoda e Outros Contos* (Xitu, 1989), narrativa em que o prosador investe na recriação linguística, do começo ao fim, *O Ministro* aloja vários registos do discurso. A divisão proposta por Venâncio (1990: 417-422) ajuda-nos a distinguir os tipos de discurso em presença. As secções da primeira parte da obra, que designamos “memórias” (Xitu, 1989: 7-124), mantendo a que Venâncio propõe, são construídas em linguagem cuidada. O mesmo acontece em relação à terceira parte intitulada “racismo”, a qual Venâncio apelida de “ensaio” (Xitu, 1990: 277-304). A

peça em questão expõe as mesmas preocupações que sempre alimentaram a divisão dos nacionalistas, desde o início da luta anti-colonial, e que continuaram a bloquear os esforços para a convivência entre angolanos que se diferenciam pelas suas características somáticas. O respeito à norma da língua cultivado nas “memórias” e no “ensaio” talvez possa ser atribuído ao estatuto dos destinatários dos textos, entre os quais personalidades históricas da África. Ei-los: Samora Machel, elevado a herói em Moçambique, a quem W. Xitu dedica “singela homenagem”; Amílcar Cabral, líder do PAIGC³⁴; Agostinho Neto, primeiro Presidente de Angola, com quem o autor travou amizade e privou enquanto dirigiu o País. Além da proeminência das entidades em causa, as questões levantadas nas “memórias” aconselham um tratamento linguístico adequado à delicadeza do conteúdo da mensagem que se tenciona veicular. Finalmente, a parte em que se estende o mundo ficcional (Xitu, 1990: 125-254; 305-414) alicerça-se num texto híbrido caracterizado pelo desvio reiterado à norma europeia do português, pela incorporação de vocábulos recriados a partir do aproveitamento da língua africana Kimbundu³⁵ ou pelo recurso à oralidade que consiste no aproveitamento do falar popular. Entretanto, as intromissões do autor na fábula³⁶, que excerta comentários, ao interromper o narrador, abrem fissuras no texto e retomam a norma europeia da língua. Em função do exposto, tentemos, nas linhas que se seguem, demonstrar a historicidade

³⁴ Cabral é reconhecido como fundador, em 1956, do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde). Veja-se, por exemplo, tal reconhecimento no texto do crítico francês Frank Tenaille quem, nos anos em que os nacionalistas disputavam apoios do Leste europeu pro-comunista e do ocidente, não se nutria de simpatias pelo chamado bloco capitalista. [Vide: Tenaille, Frank. (1979). Guinée-Bissau et Cap-Vert. Em *Les 56 Afriques – Guide politique/I de A à L*, pp. 185-190].

³⁵ É a língua falada nas regiões de Luanda, Bengo, Kwanza-Norte e Malanje. Há bolsas de pequenas comunidades que a utilizam no Uije, nas povoações fronteiriças entre Uije, Bengo e Kwanza-Norte. A língua dominante no Uije é o kikongo.

³⁶ Aludimos à “fábula” na perspectiva em que o conceito foi introduzido na narratologia pelos formalistas russos e que diz respeito aos acontecimentos narrados. Vide: Reis, C. & Pacheco, C. (2002). *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Almedina, p 157) e Tomachevski, Boris.1978. Temática. Em Todorov, Tzvetan. *Teoria da Literatura* (vol. II). Ed. 70.

d’*O Ministro*, objectivo fixado para o estudo das três obras escolhidas para este trabalho.

3.2. Memórias de um Ministro: matiz político de um romance histórico

O livro de W. Xitu abre com extractos de dois discursos de Agostinho Neto. Teremos a oportunidade de constatar que os dizeres de A. Neto se afiguram como mote que irá guiar toda a organização macroestrutural da narrativa. Constataremos ainda que as estratégias discursivas gizadas por W. Xitu se desenvolvem tomando em consideração motivos³⁷ que já são familiares na narrativa angolana por estarem presentes, por exemplo, na produção ficcional de Pepetela que acabamos de examinar no capítulo anterior. Concretizemos as nossas ilações a partir da significação que atribuímos às citações do discurso de A. Neto para a leitura d’*O Ministro*.

O primeiro extracto do discurso de A. Neto, num total de dezasseis linhas, ocupa o centro da página. O segundo, com apenas seis linhas, está também impresso numa página. O isolamento assim premeditado dos dois textos destaca a relevância a eles concedida pelo autor. A nosso ver, ambos os trechos podem ser considerados integrantes das dedicatórias, embora o autor os tenha antepositionado aos textos nos quais honra a memória dos respectivos companheiros da clandestinidade. Por ordem cronológica, a citação datada de Fevereiro de 1975 serve para enumerar, a título de um

³⁷ Utilizamos o conceito de “motivo” à luz das propostas de Tomachevski e diz respeito aos elementos da temática que aparecem reiteradamente em diferentes textos narrativos. [Tomachevski, Boris. (1978). *Temática*. Em Todorov, Tzvetan. *Teoria da Literatura* (vol. II). Ed. 70, pp. 153-201]

lembrete, as tarefas que, identificadas na véspera da independência, se colocariam nas mãos dos dirigentes angolanos após o derrube do colonialismo:

Agora que estamos na transição para a independência – que todo o nosso povo possa participar no progresso histórico que se está a passar na nossa terra e este não seja apenas para uma elite de políticos (...); mas seja um acto em que todo o povo participe. É preciso que (...) se estabeleçam as bases de uma verdadeira democracia, sem separação de raças, sem separação de classes sociais(...). (Xitu, 1990: 7)

Reflectindo em torno das palavras de Agostinho Neto inseridas no extracto acima, evidencia-se a ênfase para a temática da exclusão social por intermédio do racismo. Por que razão se levanta o problema do racismo a escassos meses da proclamação da independência? A resposta pode ser encontrada se revisitarmos a história e reavaliarmos as fricções que afectaram as relações entre os nacionalistas angolanos ao longo da guerra de libertação. Como já o fizemos no capítulo precedente, importa tão-somente, aqui, resumir o assunto.

A nosso ver, A. Neto propunha-se tocar a consciência dos actores políticos com a finalidade de assegurar que se tomassem medidas preventivas para evitar a repetição de casos de racismo e tribalismo, à semelhança do que sucedeu na década de 60, concretamente no período de 1963 a 1966. Na altura, as manifestações de racismo engendraram crises no seio do MPLA. O enfraquecimento das acções políticas desta organização nacionalista repercutiu-se sobre todo o movimento anti-colonial angolano. Existem, contudo, apreciações contrárias à ideia de que o racismo e o tribalismo tenham sido a fonte principal do desfalecimento da luta anti-colonial, tal como descrevemos, no

capítulo precedente, o ponto de vista de René Pélissier (2011: 223-248), para quem tudo se devia à imaturidade das organizações nacionalistas. Tali (2001, 47-105) esboça, também, reflexões no mesmo sentido.

No caso do MPLA, o racismo exacerbou-se quando Viriato da Cruz (Secretário-Geral) propôs, em 1963, o afastamento de dirigentes “mestiços” do aparelho central da organização. Cruz alegou a indiferença dos exilados angolanos (no então Congo Belga e no Congo-Brazzaville) que rejeitaram, inclusive, apoio social do MPLA por este provier de uma formação encabeçada por “mestiços”, vistos como agentes do regime colonial europeu (MPLA, 2008: 242-256).

O alerta de A Neto fazia sentido, na altura, pois verificou-se que, depois da proclamação da independência, as três organizações políticas recorreram à ajuda de europeus para disputarem, *manu militari*, o poder. A presença de militares sul-africanos ao lado do braço armado da UNITA realimentou os sentimentos de racismo pela conexão ao então regime do *apartheid*. O alinhamento da FNLA ao exército de Kinshasa, na tentativa de desalojar o MPLA de Luanda, fomentou a propaganda de teor tribal³⁸. Conotada como formação político-militar de raiz étnica, identificada por engrossar as respectivas fileiras maioritariamente com descendentes das tribos kongo, a FNLA³⁹ viveu, desde então,

³⁸ A questão do tribalismo está desenvolvida por nós no capítulo 2, a propósito da textualização desta temática em *Mayombe* de Pepetela.

³⁹ Segundo IGNÁTIEV (Oleg. 1981. José Guilmore – Agente da CIA. Em IGNÁTIEV, O. *Uma arma Secreta em África*. Moscovo: Ed. Progresso, pp. 23-66), a organização que veio a chamar-se FNLA nasceu da metamorfose sofrida pela UPNA (União das Populações do Norte de Angola). Esta apareceu em 1954, criada por membros da tribo kongo ligados ao protestantismo e forçados a emigrar para o Congo-Belga devido à imposição por Portugal de um católico no cargo de chefe da tribo em São Salvador, sede do Kongo. Em 1957, o seu presidente, Manuel Barros Necaca, solicitou apoio da ONU para o restabelecimento do antigo Reino do Congo. Com a morte do Necaca, Holden Roberto (30 anos de

dificuldades que feriram o seu prestígio e se prolongam até aos nossos dias. Já décadas depois, quando tudo parecia apontar para um clima de reconciliação entre etnias, os resquícios do tribalismo renasceram, momentaneamente, em Luanda, em 1992. Os confrontos entre o exército governamental e a então rebelião da UNITA instalaram uma caça aos ovimbundu⁴⁰ e aos bakongo, estes últimos baptizados “zairenses”⁴¹, perseguidos à mesma escala com os vizinhos congolezes pelo apoio à campanha a favor da UNITA para as eleições de 1992, sobretudo nos principais centros urbanos. Muekalia (2011: 279-305) qualifica tais actos de “operações de limpeza das cidades”, onde se terá assistido a uma demonstração do “carácter animal do homem” devido ao teor de “comportamentos e barbaridades características da idade da pedra”.

Em relação ao segundo extracto, ressalta à vista a data em que A. Neto proferiu o discurso, o que se reveste de algum simbolismo político e W. Xitu não o terá escolhido em vão. O dia 10 de Dezembro marca a fundação do MPLA, com as devidas ressalvas às polémicas entre historiadores sobre a génese desta formação política⁴². Estão inseridos no texto dizeres que se implantaram no léxico da política angolana e se

idade), sobrinho, assumiu a direcção. Em Dezembro de 1958, em Accra, Roberto anuncia a conversão da UPNA em UPA, diminuindo a carga tribal com a supressão do “Norte”. Em 1962, a UPA funde-se com algumas organizações políticas integradas por refugiados e funda a UPA-FNLA., que passa a chamar-se, pouco depois, FNLA.

⁴⁰ Grupo cultural e linguístico que toma o nome da língua em que se expressa: o umbundu, língua que cobre parte da região centro-sul de Angola.

⁴¹ Termo que, embora se refira ao natural do ex-Zaire (República Democrática do Congo), tem conotação pejorativa. Refere-se, na sua perspectiva exclusivista, a quem assimilou a cultura do ex-Zaire, por nascimento ou por vivência. O teor pejorativo relaciona-se com o facto de o ex-ditador Mobutu ter apoiado organizações rivais do MPLA. Registe-se que milhares de angolanos se haviam refugiado no ex-Zaire, tendo lá gerado filhos que formaram a respectiva personalidade naquele território assumindo a nacionalidade angolana.

⁴² Repare-se, por exemplo, a discussão de Pacheco, Carlos. (1997) *MPLA – um nascimento polémico*. Lisboa. Vega.

transformaram em palavras-guia para os detentores de cargos públicos nos anos que se seguiram à liquidação do domínio colonial:

(...) E o que é mais importante é que é preciso, de facto, resolver os problemas do Povo. Isso é que é o mais importante. (Xitu, 1990: 9).

O facto de o tal “slogan” ter sido produzido nas circunstâncias apontadas atrás e de W. Xitu o haver preferido para anteceder os restantes textos incluídos na narrativa revela a provável intenção do autor, a de chamar a atenção do leitor: primeiro, para os propósitos que animaram a construção do texto narrativo; segundo, para o contexto em que se situam os eventos narrados, dominado pela degradação das condições de subsistência dos habitantes de Angola. *O Ministro* procura, então, apelar para a necessidade de renovar o compromisso, no plano económico e social, inscrito no “Programa maior” do MPLA⁴³, o qual pugnava pela melhoria da condição do homem angolano. Por outro lado, o momento em que a obra saiu do prelo é posterior à morte de A. Neto, o que denota a subtileza de um olhar crítico que compara os rumos da governação pós-A. Neto com o do consulado que reinou a seguir. A delicadeza das questões expostas terá levado o autor à contenção quanto à decisão sobre o momento adequado para publicar a obra. Primeiro por tocar em temas tidos como tabu, vistas as circunstâncias políticas e ideológicas que cobriam a época. Segundo, por ponderar, supomos, a propósito das possíveis repercussões das revelações no seio da classe política e da sociedade civil, ambas sem tradição do contraditório e do debate aberto. O próprio autor invoca “factores e circunstâncias, de ordem vária, fizeram com que retardasse a sua

⁴³ O “Programa maior” faz parte de um longo documento doutrinário em que o MPLA traça, em 1961, os objectivos imediatos da luta política na clandestinidade e da guerra anti-colonial (“Programa mínimo”). São também descritas as tarefas fundamentais a concretizar após o derrube do colonialismo (“Programa maior”). Vide: MPLA, 2008. *História de Angola*. Vol. I. Luanda: CDIH, pp. 472-477.

publicação”. É ainda do próprio punho do autor que vem a confissão em relação à delicadeza do ambiente político então reinante e colocava constringências à publicação da obra: “não recuei perante as circunstâncias temporais, nem tão-pouco temi algumas veladas intimidações que me vinham em forma de conselhos” (Xitu, 1990: 48). Entre outros aspectos melindrosos, destacamos o relacionado com a pretensão do então presidente da República (Popular) de Angola, Agostinho Neto, de se afastar do poder. Nunca antes, até à aparição do livro, se tinha levantado a questão publicamente:

Para aqueles que se dedicam ao estudo do pensamento de Agostinho Neto, lembro-lhes um facto: Neto pensava abandonar a política em 1985, depois do II Congresso, para descansar, repousar e dedicar-se a uma vida mais recatada e à literatura. (Xitu, 1990: 193)

Do rol de assuntos intocáveis pode aludir-se ainda ao que diz respeito às manobras internas nas hostes do partido no poder com vista à disputa de cargos na superestrutura. Faz-se referência, neste caso, ao Comité Central, uma das instâncias mais visadas por aqueles militantes do topo que se nutrem de ambição e se batem por ter o poder de decisão na mão:

Há exemplo do chorado Ilídio Machado, aquando do Congresso para ser membro do C.C⁴⁴, que havia sido esquecido e pura e simplesmente ignorado. Houve quem se batesse como gente grande. À última hora, seu nome não constava das listas, mesmo depois das sugestões e propostas. Conversei com um Camarada que estava no alto, respondeu-me que o Ilídio também não se prestava a chegar à gente, afastava-se muito. (...) Diabo! Felizmente ficou no C.C. É assim. É isso. (Xitu, 1990: 90-91)

⁴⁴ Alusão ao Comité Central do MPLA.

A maneira como W. Xitu introduz os elementos da realidade histórica na prosa de ficção, o que acabamos de ver, a título de introdução, legitima a advertência que faz ao leitor:

Descrevo factos verdadeiros, vividos; alguns fruto da imaginação; outros ainda, vividos por pessoas que mos contaram e me pediram que um dia os colocasse numa obra. Portanto, a obra não foi escrita só por mim, foi uma contribuição de muitos (...). Se de um lado fui, e sou, o escritor, por outro, apenas o apontador, o actador (o que faz a acta). Xitu, 1990: 35-36.

Os propósitos que anuncia para a narrativa que nos oferece conduzem-nos a admitir que o autor se propõe a influenciar as atitudes, à semelhança dos cultores do neorrealismo, para os quais a arte se assumia como instrumento susceptível de operar mudanças na sociedade. O procedimento eleito por W. Xitu, que consiste em inscrever materiais da realidade empírica, de teor marcadamente político, no mesmo suporte material em que circula a matéria do imaginário, parece bastar para confirmar a intenção. Howe (1998: 195), no ensaio dedicado ao acasalamento entre a política e o romance, qualifica este tipo de recursos como sendo “literatura de bloqueio ou, ainda, “literatura de impasse”. Para ele, o bloqueio resulta do facto de que os autores cujos escritos assim se apresentam “oferecem compreensões críticas aguçadas; mas não podem encontrar saída para os dilemas políticos com os quais concluem seus romances”. Ao iniciar a parte povoada pelo imaginário, a qual convencionamos designar “ficção”, com Venâncio, W. Xitu expõe-se ao bloqueio a que alude Howe:

Um dia, camaradas das bases, das bases do povo popular, (...) lamentavam tristemente que, quando os camaradas da cúpula estão no poleiro, lá no alto, lá em cima, esquecem-se das bases. As bases que sustentam o peso dos pesados. Esquecem-se até de lhes dar água no bairro, na

sanzala, na buala, no kimbo⁴⁵; esquecem-se de lhes mandar vender comida; de tapar os buracos cavados pela chuva e pela erosão do tempo(...). Esquecem-se de que há valas cheias de merda que fugiu transbordante das condutas rebentadas de tanta acumulação, valas que circundam as casas e cubatas, centro de cultura de larvas, de mosquitos e de moscas. As crianças, para sair e entrar em casa, primeiro têm de colocar um pau qualquer, ou um ferro e em seguida aprender a ser equilibrista para passar por cima dessa improvisada ponte de emergência, de circunstância. Uma criança, que imitou como equilibrar como faz o pai e a mãe ausentes, caiu na vala da porra da merda e quando se deu conta já era cadáver (...). Xitu, 1990: 127.

3.3. Ficção e realidade: declínio do heroísmo do guerrilheiro

Exaustivo para uma modesta intenção de ilustrar a utilidade dos argumentos de Howe, com os quais comungamos, para a busca do significado que atribuímos à narrativa de W. Xitu, o excerto acima transcrito traduz a impotência do Ministro perante a pauperização dos governados dos quais o OUTRO MINISTRO, também oriundo das camadas desfavorecidas, se afastou (“esquecem-se das bases”) ao guindar para o cargo público:

Você, ministro, faz parte dessa cúpula que tem tudo, não falta nada. Morava connosco aqui no bairro, mas foi chamado para morar na baixa dos antigos brancos que nos exploraram, mataram, para não dizer, finalmente, substitui o branco, seu ministro? Com uma ligeira diferença de ti, ministro, que de quando em vez ainda aparece aqui nos musseques, cumprimentar ou ver se ainda estão vivos os antigos companheiros da desgraça, do lixo, da fome, da sede, da nudez, do mosquito, da moscaria, e dos esgotos e valas da porcaria, que permanecem mudos e sem luz. (Xitu, 1990: 128-129)

⁴⁵ Sanzala, buala e kimbo equivalem à povoação ou aldeia.

O “bloqueio” de que fala Howe traduz-se, aqui, no facto de as intenções esculpidas no programa político esbarrarem na inacção do Ministro diante da condição sub-humana dos populares. Tal inacção evidencia-se, sobretudo, num dos momentos em que uma voz se anuncia como a do autor empírico, o “só Mende”⁴⁶, para exteriorizar saudosismo, trazendo à memória o tempo “dos brancos”:

comerciantes daquele tempo, do senhor António que vendia boa banana e boa fuba, do Joaquim dos Bigodes que não faltava peixe, pano; do Catombo-Tonho, do Paula de Carvalho; do Manuel do Catambor que vendia vinho e sanduiches, até de madrugada. (...) (Xitu, 1990: 259-260)

Uma série de histórias contadas num dos capítulos da obra de W. Xitu, com o título sugestivo “As Bases” (125-254), encerra exemplos típicos do “impasse”, no dizer de Howe, em que se instala. *O Ministro*, como já o dissemos, retrata os níveis de pobreza dos habitantes das regiões por uma voz após a independência, retrato pintado com um misto de depoimentos de quem se apresenta como governante e de eventos ficcionais. A expressão “As Bases” empregue pelo prosador refere-se às massas populares que apoiaram as organizações nacionalistas, contra todos os riscos a que se expunham perante a máquina de repressão do regime colonial. Com a projecção de vários eventos protagonizados pelas “Bases”, o autor procura situar os acontecimentos narrados num momento histórico em que as acções políticas do Estado nascente das cinzas do colonialismo se direccionavam para a instalação do poder popular⁴⁷. O discurso das

⁴⁶ Alusão ao nome do autor: Agostinho André Mendes de Carvalho.

⁴⁷ Na “Resolução Geral” da plenária do seu Comité Central (23-29 de Outubro de 1976), o MPLA anunciou a instauração da “Democracia popular” e considerou o período pós-independência como sendo “fase da ditadura democrática revolucionária e de transição para a Democracia popular” (MPLA. 2008. *História do MPLA*. Vol. I. Luanda: CDI, pp. 470-473)

autoridades para a campanha de politização e ideologização, quer nos anos em que se desenvolveu a luta clandestina, quer nos primeiros momentos que se seguiram à independência, fundava-se na tese que atribuía ao povo a soberania da nação e as “Bases” eram os executores de todas as actividades realizadas para o alcance dos objectivos. Entretanto, o triunfo da revolução sobre o colonialismo não colocou, na sua plenitude, os ganhos nas mãos e nos estômagos dos integrantes das “Bases”, devido aos factores que assinalaremos mais adiante quando descreveremos o contexto histórico para o qual a narrativa nos remete. No sentido restrito, as “Bases” dizem respeito aos militantes engajados a realizar os programas “mínimo” e “maior” do nacionalismo. No sentido lato, elas abrangem toda a massa das populações a quem se destinavam os proveitos da liberdade. A precisão sobre o alcance da terminologia “Bases”, à qual o autor recorre, serve para compreendermos a razão por que a sequência de actos denominada “As Bases” se centra na indignação dos governados que se viram frustrados e abandonados pelos políticos:

Esquecem-se que existe a base. Às vezes esquecem-se porque têm a barriga cheia. Você já pensou uma pessoa que bebeu bem até perder-se, que comeu bem até arrotar gás da Sonangol, poderia dizer da Cuca e da Nocal⁴⁸, lembrar-se da base que tem fome? Na cúpula, há pessoas que já não sabem o que quer dizer base, isto é, pela vivência do bem-estar. (Xitu, 1990: 129)

A voz que se ouve no capítulo “As Bases” pretende insinuar ser a de um “eu” que, além de ser conhecedor profundo do drama das populações, tinha sobre os ombros responsabilidades sobre o destino das gentes esfomeadas. Entretanto, a mesma voz

⁴⁸ Alusão à empresa estatal responsável pela indústria do petróleo (Sonangol), pretendo dizer que dignitários do poder público se nutrem dos rendimentos do petróleo em prejuízo das populações. A Nocal e a Cuca são empresas de produção da cerveja.

informa-nos haver um fosso entre as “Bases” com quem lida e a superestrutura da governação a que pertence:

*Nos musseques, antes e depois da cadeia, mesmo como Comissário Provincial de Luanda*⁴⁹,
visitava quase todos os meus amigos e conhecidos, não citando já os parentes. (Xitu, 1990:
136).

Com esta informação e a que abre o capítulo “As Bases”, a voz a que aludimos tenta convencer-nos que *O Ministro* cabe na categoria de um género híbrido, ou seja, de um misto de “factos verdadeiros, vividos” e de “fruto de imaginação” (Xitu, 1990: 35). Concretiza o seu desígnio ao reportar para o leitor os lamentos das “Bases”, as quais trata por “camaradas”, termo restrito, como já o dissemos, aos militantes. A morte de uma criança (a que se faz alusão na transcrição inserida no subcapítulo anterior e extraída da sequência “As Bases”), numa vala ao pé da casa, que seria evitável se as autoridades não se tivessem esquecido das “Bases”, simboliza a distância entre o universo das ideias que tinham mobilizado as “bases do povo popular” do “bairro” e do “campo” e o universo real da era pós-colonial. O descrédito instalado na mente dos cidadãos governados manifesta-se pela repulsa com que é acolhido o Ministro, enquanto entidade empírica, quando, volvido algum tempo, se decide visitar mais uma das regiões onde tinha exercido a profissão: “como Ministro já não ouvi aquele grito de conforto, de amizade”. (Xitu, 1990: 135). Num dos relatos evoca a fúria dos aldeões que questionam a capacidade do Estado pós-colonial de satisfazer as necessidades básicas. Um ataque dos ex-rebeldes da UNITA à povoação de Calomboloca (Norte de Luanda) exacerbou

⁴⁹ Cargo equivalente, hoje, ao de Governador de Luanda. Depois da independência (1975), Wanhenga Xitu ocupou, sucessivamente, os cargos de Ministro da Saúde, Comissário Provincial de Luanda, Embaixador na extinta República Democrática Alemã e deputado à Assembleia Nacional.

os ânimos, ao ponto de os populares estabelecerem comparação entre a oferta de bens de consumo e de equipamentos na época colonial e a penúria a que se sujeitam quando governados pelas novas autoridades:

Vai chamar os brancos que voltem para nos pôr aqui a água, o tecido nas lojas, a comida nas lojas. (...) Nem água, nem comida, nem roupa, nem madeira, nem prego para fazer caixões desta gente que morreu! Como é que vocês estão a pensar? (...) (Xitu, 1990: 195)

A irrupção de homens armados contra Calomboloca deu-se a 27 de Julho de 1985, saldou-se em dezenas de mortos entre os habitantes. O sucedido registou-se durante a guerra civil que opôs o poder (pro-comunista) instalado em Luanda em 1975, contra o qual a UNITA (pro-ocidental) resistiu por via das armas com a finalidade de o desalojar. Se é verdade que a guerra paralisou a agricultura, a indústria e causou a estagnação dos outros sectores da economia, o ambiente bélico por si só não se constituía em justificativo para a escassez de bens essenciais de consumo (causa da indignação dos habitantes do Calomboloca) e para a debilidade dos serviços prestados à população. Podem citar-se alguns factores objectivos, externos e internos, na perspectiva do poder político⁵⁰. Os externos: a intervenção do exército sul-africano, em socorrer a UNITA, apoiado pelos Estados Unidos da América (EUA), apelidada de “guerra directa”. Os internos: má concepção do sistema de direcção e gestão da economia, de produção e distribuição de bens e sabotagem interna por parte de quem não alimentava simpatias com as novas autoridades. A propósito deste último factor, o novo poder instalado em Angola criou, em Novembro de 1975, uma comissão junto de cada empresa onde se

⁵⁰ Detalhes sobre a situação financeira, económica e social no texto Programa de Saneamento Económico e Financeiro (AA.VV. 1987. Programa de Saneamento Económico e Financeiro. Luanda. Gráfica Popular)

havia verificado “casos de sabotagem” ou procedimentos invulgares na gestão que indiciassem tratar-se de obstáculos susceptíveis de repercutir-se na economia e nas finanças do País⁵¹. Outra medida tomada consistiu em demitir da função pública indivíduos que tinham renunciado à nacionalidade angolana⁵². Pensamos que o afastamento compulsivo assim decidido visava impedir, ou pelo menos diminuir, o acesso à informação relacionada com o aparelho do Estado por parte de quem se recusava a reconhecer a legitimidade do novo poder. Parece-nos, pois, melindroso para as autoridades manter aquela categoria de indivíduos nos organismos do Estado, nas empresas públicas e nas unidades empresariais nacionalizadas por duas razões. Primeiro, porque as duas organizações político-militares (FNLA e UNITA) que ainda se batiam pelas armas para desalojar o MPLA do poder poderiam dispor de informações (classificadas ou não) tendo nas instituições do novo Estado simpatizantes seus, o que favoreceria a existência de canais de informação fiáveis e abriaria a possibilidade de tais simpatizantes bloquearem as acções dos organismos em causa. Segundo, pelas suspeitas de transacção de informações entre os indivíduos aludidos e entidades ligadas ao serviço do então chamado “bloco ocidental” que se opunha à instalação de um poder pró-comunista em Angola. Veja-se, por exemplo, o teor do decreto assinado pelo presidente da então República Popular de Angola, Agostinho Neto, que reservava ao seu governo o direito de rejeitar a inclusão de indivíduos ligados aos interesses dos “inimigos” nos corpos sociais de sociedades, companhias ou empresas instaladas no País⁵³. A menção “inimiga” diz respeito à oposição armada e aos respectivos apoios (governos, organizações civis, círculos ligados aos interesses económicos e financeiros multinacionais, entidades independentes, etc.) no ocidente. Entretanto, segundo Mateus

⁵¹ Vide: “Despacho nº 70/76” por intermédio do qual o Ministério do Planeamento e Coordenação Económica determina os procedimentos para as comissões (Diário da República, 1976).

⁵² Vide: “Despacho nº 22/76”, do Conselho da Revolução, Diário da República (1976).

⁵³ Medida descrita no Diário da República, 1977.

(2010: 75-198), na aplicação de tais medidas, erros tinham sido cometidos pelas autoridades. A estudiosa aponta como exemplos o afastamento de quadros e militantes por simples suspeita ou por ajuste de contas, incluindo a expulsão dos de nacionalidade portuguesa. A onda de afastamentos desmantelou a própria organização MPLA e a nascente campanha doutrinária do poder popular.

Voltemos aos factores da decadência do serviço público. O sector bancário tinha sido outro exposto à sabotagem, de tal modo que, desde a nacionalização da banca⁵⁴, havia merecido atenção particular. Por exemplo, a interdição de movimentar capitais a partir do exterior do País, a proibição de movimentos de contas por titulares que não façam prova de residência em Angola⁵⁵ faziam parte das disposições tomadas pelo novo Estado. No começo do ano de 1976, a manutenção da moeda constituía uma das questões sensíveis, podendo o facto ser provado pela circulação de notas que haviam sido retiradas do mercado e inutilizadas pela rede bancária. Aconteceu, entretanto, que as mesmas notas continuavam a ter valor de uso nas zonas do País sob o controlo das organizações nacionalistas rivais ao MPLA, isto é, pela UNITA e a FNLA⁵⁶. O imbróglio ligado à questão da moeda começou a ser atenuado em finais do ano de 1976 com a criação da moeda nacional que substituiu o escudo colonial⁵⁷.

⁵⁴ O confisco do activo e do passivo do Banco de Angola (actual Banco Nacional de Angola) executou-se ao abrigo da Lei nº 69/76, de 10 de Novembro (Diário da República, 1976), na mesma altura em que as novas autoridades pós-coloniais confiscaram o então Banco Comercial de Angola S.A.R.L (actual Banco de Poupança e Crédito, BPC), segundo a Lei nº 70/76, de 10 de Novembro (Diário da República, 1976).

⁵⁵ Sobre a banca, existe uma abundante documentação oficial. Para os casos referidos, vide: Diário da República, 1976.

⁵⁶ Veja-se o diploma legal que anula a validade das notas já retiradas de circulação e reintroduzidas no mercado nas zonas ocupadas pelas organizações FNLA e UNITA (Diário da República, 1976).

⁵⁷ Vide: Lei nº 71-A/76, de 11 de Novembro, também chamada “Lei da Moeda Nacional” (Diário da República, 1976)

Conhecer a situação económico-financeira e o estado do sector empresarial público predominante em Angola no período em que se enquadram os episódios narrados n' *O Ministro* facilita a conexão que se procura estabelecer, neste trabalho, entre o real e o ficcional. *Programa de Saneamento Económico e Financeiro*⁵⁸ (mais adiante SEF) é o título de um dos documentos concebidos pelo poder político, na década de 80, que nos auxilia na compreensão da situação. O SEF visava criar “condições para o início do processo de estabilização e recuperação económica”⁵⁹. As vias escolhidas para a execução do SEF são: ajustar os meios financeiros às prioridades de planificação, criar um sistema de formação de rendimentos (e de preços), envolver os sectores privados (agrícola, industrial e comércio) nos esforços de recuperação da economia, rever o sistema de direcção da economia, sanear as contas do País (apurar a dívida externa que se situava a cerca de 4.000 milhões de dólares americanos [11.335 milhões de kwanzas], em 1986, e das empresas⁶⁰.)

O saneamento das contas do Estado parece, a nosso ver, a medida-chave do SEF, pois, até à altura da concepção do programa de relançamento económico, o governo consumia, para os gastos de funcionamento, cerca de 67 por cento do total da produção nacional, com a maior fatia encaminhada para o sector da defesa, gerando um deficit de cerca de 15.000 milhões de kwanzas (cerca de 60.000 milhões de dólares americanos⁶¹),

⁵⁸ O SEF foi concebido em 1987.

⁵⁹ Trata-se de recuperar uma economia cujo colapso foi provocado pela guerra civil e pelo carácter de todo o processo de ascensão à independência.

⁶⁰ A estatística resulta de fontes documentais escritas oficiais (AA.VV. 1987. *Programa de Saneamento Económico e Financeiro*. Luanda. Gráfica Popular, p. 11).

⁶¹ A crer nas estatísticas oficiais, já que as autoridades mantinham, na altura, o monopólio da informação económica.

cifra exorbitante para um País incapaz de garantir, na altura, o nível mínimo de consumo e dignidade ao cidadão.

O SEF identificou outros factores, mais ligados a vários erros de direcção e gestão que colocaram a economia e as finanças de Angola numa situação de dependência total dos rendimentos do petróleo. Como consequência, as perturbações no mercado internacional repercutiam-se directamente sobre a vida dos angolanos. Por exemplo, nos anos de 1986 e 1987 o Estado viu-se desprovido de meios de pagamentos externos, o que gerou o acentuar da crise financeira e a depressão económica. Mediante este panorama, as verbas destinadas à importação pelo Estado de bens de consumo para a população decresceram em cerca de 50 por cento, em 1986 (AA.VV. 1987: 39). Muitas empresas que abasteciam o mercado interno faliram, algumas, porque, desprovidos de matérias-primas e submetidos a uma direcção estatal centralizada, consumiram os “stocks” disponíveis no momento da crise; outras tiveram o mesmo destino por falta de manutenção. A falência das empresas também pode ser atribuída ao que o regime político apelidou de actos de “sabotagem”, de tal modo que o então Ministério do Planeamento e Coordenação Económica tomou medidas para proteger a indústria⁶². Face à destruição crescente das unidades de produção industrial abandonadas pelos colonos, pôs fim à alienação destas e interditou a retirada de quaisquer equipamentos sem autorização prévia do Estado, tendo sido criada uma comissão nacional encarregue de vigiar o ramo e proteger as empresas industriais. Além disso, as novas autoridades agravaram as penalizações previstas para delitos de sabotagem económica⁶³. O

⁶² Vide: Diário da República, 1976

⁶³ A punição aos crimes contra a economia estava coberta pela “Lei n 57/76” (vide: Diário da República, 1976).

economista angolano São Vicente (1994: 11-22), que estudou o fenómeno, na época, alude à fuga de cerca de 400 mil⁶⁴ empresários e quadros portugueses e angolanos para justificar a instabilidade da economia e a paralisia do sector empresarial, mas critica também a falta do realismo do governo pós-colonial na concepção de estratégia económica nacional e de políticas macro-económicas. Aponta, por exemplo, o planeamento ineficiente e uma direcção administrativa centralizada e rígida da economia, entre outras causas. No domínio da educação, o sistema nacional de ensino e investigação sofreu um enorme golpe com a fuga de cérebros causada pela violência que a disputa do poder (e as expulsões já atrás referidas) representou, em 1975, e se prolongou durante décadas, vindo a terminar em 2002. A nacionalização do sistema de educação e instrução e as primeiras reformas do ensino⁶⁵ não cobriram o vazio deixado por mais de 30.000 técnicos diplomados (AA.VV, 1987: 4) que asseguravam, quer a rede escolar, quer a economia nacional. A título de exemplo, devido à carência de quadros, ex-socorristas formados pela guerrilha tinham sido integrados nos quadros de pessoal do sistema nacional de saúde e nos programas específicos de assistência aos cidadãos⁶⁶. Em Luanda, o Hospital Escolar adstrito à Universidade de Luanda (hoje Universidade Agostinho Neto), única instituição do ensino superior na altura, viu vários postos abandonados por técnicos e médicos portugueses⁶⁷. Para proteger os profissionais diplomados que não haviam abandonado o País, algumas medidas haviam

⁶⁴ Entretanto, o “Jornal Comunista” (1975: 1), publicado na época, refere que esta cifra diz apenas respeito aos colonos, sem fazer referência aos angolanos, portanto. O funcionalismo do Estado representa 5.000 pessoas desta cifra e os que detinham a propriedade, a direcção de praticamente todas as médias, pequenas empresas industriais, comerciais e propriedades agrícolas (mais de 10 hectares) somavam 35.000 pessoas.

⁶⁵ A nacionalização do ensino foi decretada a 9 de Dezembro de 1975 pelo Conselho da Revolução (Lei nº 4/75; vide: Diário da República, 1975) e as reformas arrancaram com a criação das respectivas comissões específicas. As medidas para direccionar a reforma do ensino ao apoio à economia foram concebidas em 1987 (vide: Secretariado Técnico do SEF, 1987).

⁶⁶ Medida realizada ao abrigo de um despacho do Ministério da Saúde (Diário da República, 1976)

⁶⁷ O Ministério da Educação e cultura, de quem dependia o hospital escolar, autorizou, a 3 de Novembro de 1976, o recrutamento de quadros para prover os postos abandonados (Diário da República, 1976).

sido tomadas, como a que ordenava a vinculação ao Estado de todos os arquitectos, engenheiros (civis, mecânicos, electrotécnicos), passando para a categoria de funcionários públicos⁶⁸.

As populações sentiam os efeitos da crise que caracterizamos atrás, sobretudo devido à inflacção. A queda do poder de compra chegou a representar 40 por cento dos salários auferidos no sector estatal no ano de 1986 (AA.VV, 1987: 36). A tendência inflacionista da economia fomentou a especulação nos mercados paralelos (em relação ao oficial). Os preços deixaram de cobrir os custos da produção e absorviam a totalidade da moeda em circulação. Apesar de o SEF ter previsto a recolha da moeda em excesso no mercado com auxílio de uma operação financeira, sem recorrer ao aumento dos preços, os anos seguintes ao anúncio das medidas provaram o contrário: as relações de valor não se recompuseram e o Estado viu-se incapaz de corrigir os preços. A depreciação da moeda nacional sobrevalorizou o dólar americano, ao ponto de o sintagma “dolarização da economia” assumir estatuto de residente no discurso oficial. Os detentores da moeda norte-americana passaram a pertencer a uma espécie de classe de privilegiados, devido ao poder de compra ostentado. Contava-se entre eles técnicos expatriados, essencialmente, ao serviço das empresas petrolíferas, especialistas estrangeiros contratados pelo Estado, os quais vieram a ser conhecidos como “cooperantes”. Uma pequena franja de técnicos angolanos titulares de diplomas (e cuja área de formação se revelava indispensável para a reconstrução da economia nacional) constituía outro polo de privilegiados pela remuneração que a qualificação permitia. Havia, por último, funcionários de escalão intermediário e titulares de cargos públicos.

⁶⁸ Vide: Diário da República, 1976.

Em função do exposto, a penúria generalizada levou o regime a instituir uma política de racionamento de víveres⁶⁹. O direito aos bens alimentares e douradouros ficou escalonado em função da classe profissional ou política a que pertenceu o beneficiário. O volume de víveres e de equipamentos talhados para um consumidor obedecia ao respectivo escalão social ou à classe profissional. Admite-se que os titulares de cargos públicos gozavam de certo conforto, em função da posição social que os aproximava aos centros de decisão e daí as mordomias e facilidades de acesso a esquemas para apropriação de bens de consumo por diversos estratagemas em presença. Em depoimentos n' *O Ministro*, à guisa de memórias, W. Xitu regista os resultados de tais estratagemas de que se aproveitavam, igualmente, parentes próximos e amigos de membros do governo:

Havia nos tempos passados, casas familiares ou lugares que por hábito eram frequentados por pessoas amigas e conhecidas, espécie de clube para desabafar (...). Cada frequentador tinha sempre um amigo ou parente ou conhecido de um conhecido, no Governo, que com cunhas iam beneficiando os desafortunados.

Contudo, deve admitir-se também que a crise económica atingia praticamente todas as famílias, consideradas as devidas distâncias, tal como regista o narrador d' *O Ministro*:

⁶⁹ A criação de uma Comissão Nacional de Abastecimentos ficou a dever-se à necessidade de organizar o circuito de aquisição, distribuição e comercialização de bens pelo regime de racionamento. Na mesma altura, o governo ordenou a reorganização dos critérios de importação de bens (vide: Diário da República, 1977).

(...) acontecia que os géneros eram poucos que não chegavam para atender todos os cartões que excediam o número total de dirigentes. Isso permitia que nas bichas⁷⁰ se dessem cenas tristes, discussões e lutas entre familiares de dirigentes e mesmo entre esposas. (Xitu, 1990: 251)

A narrativa veicula incidentes similares ao descrito na transcrição acima. Refiramo-nos aos fomentados pela esposa de um ministro, Márcia, indignada por ter ficado horas a fio numa fila, duas vezes consecutivas, numa das lojas reservadas aos governantes, sem ter levado alimentos para casa, porque os produtos se tinham esgotado. Numa das ocasiões, a voz autoritária da Márcia desafiou os funcionários a provarem se todos os utentes de cartões que invadiam a loja, composta maioritariamente por senhoras, pertenciam à classe de dirigentes. Dizia Márcia:

Pois é, vocês deixam de atender as requisições dos dirigentes na bicha e atendem outra gente, duns são enteados dos dirigentes (...)

Ou esta loja é para dirigentes ou para toda a mistura. No fim nós passamos por mulheres de dirigentes e não há comida (...)

Quem recenseou tantas mulheres e filhas dos dirigentes? Vamos ao ministro do comércio interno para explicar bem. (Xitu, 1990: 252)

No outro episódio (Xitu, 1990: 262-275) dominado pelo diálogo entre Bonifácio, assistente de um ministro, e entre próximos, a comparência do primeiro para uma visita

⁷⁰ Na linguagem popular ficou consagrado o termo “bicha” para aludir à fila, isto é, às longas filas que se estendiam à entrada dos estabelecimentos comerciais. A palavra “bicha” resulta da imitação do aspecto filar de vermes e pode ser também entendida como pejorativo em relação à condição social de quem se submetia às fastidiosas esperas em filas a fim de adquirir o mínimo para alimentar-se ou sustentar a família. O termo, naquele contexto, remetia para o verme que “rasteja” para se alimentar. O termo é utilizado ainda hoje, já no sentido de fila.

familiar gera reparos críticos ao estatuto de ministro e ao aproveitamento de que resulta o uso e abuso da categoria de ministro por quem não o é. Como exemplo, menciona-se também o excesso de consumidores alistados numa loja reservada a governantes, pela voz do Kikas, personagem que recebe Bonifácio, à chegada:

(...) Quando a gente passa na loja dos dirigentes, que eu saiba devem ser apenas cem, entre ministros, membros do Comité Central, mas a loja já emitiu cerca de seiscentos cartões, ora, todos são ministros. (Xitu, 1990: 267)

A nosso ver, as discussões travadas por Bonifácio e familiares e as opiniões expressas pela Márcia correspondem a uma caricatura que coloca no mesmo escalão de pessoas carentes os dignitários do Estado e cidadãos de todos os níveis sociais. Embora procure atenuar a virulência da crítica à banalização da figura de ministro proferida ora pela entidade doadora da história, ora pelas personagens, ao sublinhar que “Há um povo que desconhece a nomenclatura e não distingue cargos”, W. Xitu (1990: 35), na nota introdutória à narrativa em estudo, não evitou registar a ideia de que na realidade histórica produziram-se fenómenos que comprometiam o bom-nome de quem se situava no topo do aparelho do Estado. Assume, por isso, que tais fenómenos poderiam ter sido protagonizados quer por um detentor de cargo público abaixo da categoria de ministro, quer por um ministro, titular de pasta governamental. O primeiro seria um ministro entre aspas; o segundo diria respeito a um ministro que seria o autor empírico, enquanto governante: “pode ser eu”, bem poderia também “ou outro qualquer”, equivalendo a expressão “eu” à alusão a todos os ministros ou outra categoria de governantes:

Para ele (o povo), um ministro também é o director, o secretário, o chefe de departamento ou de sector e todos os que trabalham com o ministro, inclusivé, o contínuo, o trabalhador de

limpeza, o servente, a lavadeira, a criada; porque alguns desses e aqueles outros, nos seus bairros e vilas, fazem-se ou cognominan-se ministros (...), invocando nomes de personalidades de destaque no Governo, para atingir os seus fins, extorquindo, aprisionando, roubando, vigarizando, subornando, assassinando, gerundindo daí por fora com todos os gerúndios negativos. (Xitu, 1990: 35)

Colocado assim o problema e sustentado pela voz da Márcia e a das outras personagens, W. Xitu ficciona expedientes que alguns funcionários adstritos aos serviços de gestão da rede comercial haviam criado para favorecer familiares e amigos a quem atribuíam documentos que os credenciavam como consumidores das lojas reservadas à classe de governantes:

(...) quando a gente passa na loja dos dirigentes, que eu saiba devem ser apenas cem, entre ministros, membros do Comité Central, mas a loja já emitiu cerca de seiscentos cartões, ora todos são ministros. (Xitu, 1990: 267)

Na realidade histórica, além do comércio de bens de alimentares e duradouros, abusos de autoridade praticados por agentes do Estado estenderam-se a outros serviços prestados aos contribuintes. Tal o caso da rede de transportes públicos que obrigou o Ministério da Defesa a exarar um documento público em que se obrigavam os membros das forças armadas (do soldado ao oficial superior) a pagar o devido bilhete de passagem “como qualquer cidadão, sem privilégio de espécie alguma”⁷¹

Convém notar que, apesar da escassez de bens que apoquentava todos, uma franja de servidores do estado se manteve na reserva moral e afastada dos casos de desonestidade de quem se valia do cargo no funcionalismo publico, na realidade histórica. Refiramo-

⁷¹ Vide: “despacho” exarado pelo Ministério da defesa e inserido no Diário da República, 1978.

nos a dois episódios que ficcionam este facto. No primeiro (Xitu, 1990: 152-161), Luzia, filha dum ministro, exige do pai uma carta de recomendação para adquirir bens destinados a uma loja que aquela desejava instalar. O governante recusa-se a satisfazer o pedido feito a mando do marido cujos proventos não sustentam os quatro filhos do casal. No segundo (Xitu, 1990: 152-161), vários titulares de cargos nas instituições do Estado procuram apoderar-se de uma residência abandonada por um proprietário de nacionalidade portuguesa e legalmente atribuída a Marqueza, uma cidadã angolana, à luz das nacionalizações⁷². Kiebi, profissional liberal, mas com ligações ao Estado, empenha-se para impedir todos os intentos.

Se não tivesse havido exemplos de uma reserva moral como acima referenciamos, edificar-se-ia uma sociedade sem modelos para as novas gerações, já que até a imagem de educador, de quem se espera, em todas as sociedades modernas, constituir-se em reserva moral, havia caído no jogo de sobrevivência imposto pela crise. Podemos verificar essa tendência para a queda de valores na cena em que Chiquito, um petiz em idade escolar, é o centro dos acontecimentos que ficcionam, n' *O Ministro*, e em que se exhibe de forma violenta o declínio das qualidades do professor e do ensino nos anos seguintes à independência nacional. A personagem, cujo nome e o do capítulo no romance em análise coincidem, abandonava frequentemente a sala de aulas para, a mando do professor, dirigir-se à loja onde este último possuía um esquema de abastecimento em bens alimentares:

- Foi o professor que me mandou com este cartão e bilhete.

⁷² A nacionalização de imóveis, pela totalidade ou por fracção, foi regulada pelo Conselho da Revolução através da Lei nº 44/76, também ficou conhecida como “Lei das nacionalizações”. Concernia aos prédios ou fracções cujos proprietários, angolanos ou estrangeiros, tinham abandonado o País há mais de 45 dias a contar da publicação do diploma sobre a matéria (vide: Diário da República, 1976).

- *O professor manda os alunos nas lojas?*

Na realidade histórica, trata-se de expediente que era comum para muitos angolanos, dadas as circunstâncias ditadas pelo contexto, tal como se defendeu o professor do Chiquito, quando inquirido pela directora da escola sobre as razões da ida do petiz à loja:

- *Bom, a Camarada compreende a situação que estamos a passar, com falta de géneros e quando aparecem é no mesmo dia que acabam. Eis a razão (...).* (Xitu, 1990: 396)

Descontados os saldos negativos da crise generalizada, convém anotar, ainda, que a estratificação dos consumidores teve também implicações positivas na sociedade por estimular, no caso dos técnicos, a procura das instituições de ensino com a finalidade de aumentar o nível de formação e, por consequência, usufruir de bens de maneira diferenciada. A aquisição de bens fazia-se, em moeda nacional, nas chamadas “lojas complementares”, categoria que inclui as “lojas especiais” (para os dignitários), nas lojas oficiais normais ou “lojas do Povo” ou nos “supermercados”⁷³. A aquisição de bens em moeda convertível era efectuada nas “lojas francas”⁷⁴. Todas as lojas estavam cadastradas e abastecidas sob um plano estatal controlado pelo centro do poder político. Deve sublinhar-se a diferença entre as categorias de lojas. Segundo o economista Jonuel Gonçalves (2010: 118), as lojas oficiais “normais” propunham uma variedade limitada

⁷³ Uma entidade estatal geria a rede de lojas. A da região de Luanda designava-se “Empresa de Supermercados de Luanda, U.E.E.” cujo estatuto foi aprovado em 1979 (vide: Diário da República, 1979). O abastecimento aos militares era assegurado por outra entidade, “Empresa de Supermercados Militares de Luanda, U.E.E.”, afecta ao Ministério da Defesa.

⁷⁴ A extinção da empresa “Lojas Francas de Angola, UEE” foi decretada em 1992 (Dário da República, 1992)

de produtos e, por isso, “os cerca de 400.000 detentores de cartões de abastecimento em Luanda (como dos aproximadamente 500.000 no resto do País) de pouco lhes servia a sua utilização”. Por seu turno, as lojas oficiais “complementares” ofereciam quantidades e qualidades satisfatórias de produtos, mas o acesso a estas era restrita a uma determinada classe de cidadãos (classe-Estado, no dizer de Gonçalves). Entretanto, o peso dos bens adquiridos nas citadas lojas era relativamente baixo se comparado ao custo da vida. E, dada a nulidade do valor real dos salários face aos preços no mercado, quer os cidadãos não cobertos pela escala de privilégios, quer os beneficiários desta recorriam aos esquemas para obter bens e alcançar um relativo nível de conforto na alimentação, no vestuário, na habitação e noutros campos da vida. Um desses esquemas consistia, por exemplo, em revender no mercado paralelo os bens adquiridos nas lojas oficiais a fim de equilibrar o rendimento familiar. O mercado paralelo adquiriu, assim, importância para os consumidores, de tal modo que, em 1991, se converteu na fonte principal de abastecimento para 78 por cento dos consumidores em Luanda, contra 16 por cento de consumidores nas lojas oficiais e 5 por cento nas lojas francas (de divisas), como assinala o estudo do economista Jonuel Gonçalves (2010: 118).

Alguns factos da realidade histórica apontados atrás (e ficcionados por W. Xitu) preenchem momentos em que o autor d’*O Ministro* se anuncia como tendo intenção de os registar para as gerações vindouras. Num dos episódios ouve-se-lhe a voz, como autor empírico, a contar a história de um governante (que deixa supor ser o próprio pela estratégia narrativa já por nós explicada) cuja despensa se tinha esvaziado, tendo ido, por isso, pedir alimentos a um amigo pertencente à classe de plebeus. Surpreendido e incrédulo, este censura-o:

Comigo passou-se algumas vezes não ter açúcar em casa. Uma ocasião, ou foram mais outras, recorri-me ao contemporâneo e antigo colega de escola, já falecido, Francisco Paulo Neto. Apanhei-o à noite no óbito do saudoso velho Pascoal dos Santos Van-Dúnem. Estava meio alegre, além da sua habitual predisposição de gozar, chamei-o para uma conversa participar que não era mais do que pedir um quilo de açúcar, pois estava à rasca para o dia seguinte. O pouco que havia tinha sido levado pelos parentes vindos do interior que levavam tudo. É assim entre nós, lá do mato. (...) Mas o amigo Francisco em vez de se calar, com o seu espírito zombeteiro, deu uma gargalhada estridente e disse alto:

- O que é?!!! Agostinho André, você, um Ministro, não tem açúcar? Porra, você é feiticeiro ou quê? Que Ministro é você? (Xitu, 1990: 351)

Outras cenas similares narradas pelo governante deixam-no claramente com a sensação de ter caído por terra a possibilidade de realizar os ideais do nacionalismo angolano. Assinala-se, aqui, o esvaziamento da aura heróica adquirida por mérito e sacrifício pelos que combateram em prol da “liquidação em Angola, e por todos os meios, da dominação colonial (...) com vista a tomada do poder pelo povo angolano”, conforme rezava o “Programa maior”⁷⁵ já referenciado. Ante a crise generalizada acima descrita, W. Xitu constrói um mundo ficcional onde, dada a impotência do poder instituído, o governante começa a ser ridicularizado pelo povo. Por exemplo, no episódio em que um grupo de mulheres se diverte para ocupar o tempo de ócio (Xitu, 1990: 137-185), a figura de ministro chega a ser comparada com a de um vendedor do mercado informal. Ouçamos Cecília, uma das senhoras em cena:

⁷⁵ O texto integral pode ser lido no volume sobre a história do MPLA. 2008. *História do MPLA*. (Vol I). Luanda: CDI, p 472.

(...) *Ministro, ministro, ministro é que, às vezes, candongueiro*⁷⁶ *vale mais...* (Xitu, 1990: 145)

Tal como neste, em todos os eventos narrados na obra em estudo, o discurso das personagens femininas serve para pôr em causa o bom nome dos homens, à semelhança do que ocorre em relação ao professor que arranca uma criança em plena aula e a manda para a loja, como veremos mais adiante. Repare-se que o teor jocoso dos dizeres de Cecília, que ouvimos atrás, alinha no mesmo diapasão, assim como a chacota sobre a condição hilariante do ministro, que se torna um passatempo para as donzelas durante a conversa que se passa num salão de beleza, situado, num universo imaginário, algures em Luanda.

Se o discurso das personagens femininas não tivesse como propósito ferir a dignidade dos homens, teríamos dificuldades para elaborar a significação do texto em estudo em relação ao tom depreciativo de Cecília, que se opõe à ideia de vir a ser esposa de um homem que acaba de ser nomeado ministro. Tal recusa pareceria um contrasenso, já que, por lógica, a um titular de cargo público correspondem regalias asseguradas pelo Estado. Porém, como se demonstrou acima com materiais empíricos referentes ao programa SEF, a crise material atingiu praticamente todas as classes sociais, com menor ou maior grau de corrosão para estas ou aquelas. Tal estado de coisas levou ao ponto de o complemento à remuneração de alguns dignitários provier de esquemas junto dos organismos encarregues de importação, armazenamento ou abastecimento ao mercado,

⁷⁶ Designação atribuída a quem exerce o comércio informal, isto é, não declarado ao Estado, mantendo-se à margem da legislação.

como já o ilustramos nas páginas anteriores. A nosso ver, ao gizar o episódio em que intervêm personagens femininas e que tem como cenário um salão de beleza, lugar propício para diálogos, verdades e inverdades sobre a vida pública e privada dos governantes, W. Xitu procurou satirizar o malogro dos pretendentes que, desprovidos de recursos materiais e de remuneração aceitável, viam os amores escapar-lhes das mãos, fossem governantes ou não. Tematiza também as repercussões da crise económica e financeira sobre as relações conjugais, reflectindo sobre as suas implicações morais nas famílias. Não é em vão que a história que se desenrola entre as paredes do salão da cabeleireira se centra na Cecília, como vimos, uma senhora cuja vida íntima esteve ligada a um homem, Tony, que esta rejeitou quando este a pretendia de novo pouco depois de ser nomeado ministro. A insistência com que as amigas a tentam insinuar a fim de reconsiderar uma possível reconciliação com Tony, para, assim, se inscrever na alta sociedade, visou reiterar a carga de desprezo reservado pelas mulheres em causa aos dignitários, como fica bem vincado na voz da Cecília:

Não tem importância para mim essa novidade, é mais um ministro de Angola que aparece e cai como uma estrela cadente, passa rápido. Uns demoram menos, outros não, mas todos passam e alguns caem e de que maneira!, de costas e com a cara de pedir aos anjinhos.
(Xitu, 1990: 149)

Ficou ainda bem patente a intenção provocadora do estratagema tecido pelas mulheres quando, a meio da conversa, uma das que insistiu para ver Cecília ceder à reconciliação com Tony acabou, finalmente, por desvalorizar a notícia da nomeação:

- Mesmo Cecília tem a sua razão, é só fama de ser mulher de ministro, não vale nada. Pior ainda quando o marido cai de ministro, mulher fica como é viúva, e toda a gente faz pouco dela,

alguns vão mesmo dizer: paciência, nossos pêsames, voltamos como antigamente, o que é que a gente vai fazer mais, a vida está assim. (Xitu, 1990: 152)

Para uma conclusão do estudo que apresentamos da obra de W. Xitu, podemos notar que a reflexão acerca de toda a trama narrativa em que evoluem personagens femininas e conduzida para marcar o declínio da personalidade do cavaleiro afigura-se como conflito central do romance. Vimos que essa intriga metaforiza o desapontamento dos governados e a descrença dos que combateram directamente o colonialismo (ou contribuíram indirectamente para a independência) nos ideais sob os quais sustentaram a entrega total da sua alma à luta para a independência nacional. Verifica-se, contudo, que nas cenas protagonizadas pelas mulheres não se produzem aventuras amorosas ou relações fugais com cavaleiros expatriados, cujo poder económico já descrevemos acima. Tratar-se-ia de casos fundados no intuito de obter benefícios materiais e financeiros. Por esta razão, contabiliza-se apenas uma referência fugaz aos “cooperantes”⁷⁷, em particular, embora se saiba que este lexema ficou imortalizado numa canção⁷⁸ que faz parte, hoje, do património imaterial de Angola. Pela mesma razão, regista-se um tom moderado na referência aos europeus, como é o caso do Zeferino, tido como “amigo” pelas mulheres porque “nos traz tudo”:

- Não, tudo agora é diferente, nem qualquer branco pode levantar mais cabeça, eles todos andam mais mansos que os próprios mulatos e pretos, hoje assanhados, arrogantes, mal criados, intrigões e aldrabões, só prometem e falam e não trazem perfumes aqui. (Xitu, 1990: 151).

⁷⁷ A proliferação de expatriados no País obrigou o Estado a decretar regras para impor o controlo sobre o afluxo e contratação por parte das entidades oficiais e privadas. (vide: Diário da República, 1986). Tal gesto atesta a preocupação pelas repercussões da presença dos expatriados ao País.

⁷⁸ Trata-se de “Ji cooperante” (cooperantes), do cançonetista Dom Caetano, executada pelo grupo “Jovens do Prenda” e editada em disco “single”, em 1987, em Luanda, pela editora estatal Endipu.

Assim, pode dizer-se que a ausência de um discurso propenso à sobrevalorização da relação com propostas vindas do exterior do País nas vozes que compõem a narrativa pressupõe que as soluções internas ainda são possíveis, pese a frustração que conduz à impotência e à contemplação pura e simples do despedaçar dos sonhos da revolução.

Com o auxílio de vários materiais empíricos, isto é, documentos administrativos de que nos valem para relacionar a ficção à realidade, vimos também que, na realidade histórica, predominou a propensão do poder político para estimular a preferência pela protecção dos recursos materiais e humanos internos, quer por intermédio da nacionalização do património erguido ou produzido pelos colonos, quer pela rejeição de talentos externos por justa causa ou por xenofobia gerada pela violência do contexto, por erros de apreciação ou pelo excesso de zelo.

Já que a leitura feita acima nos leva a concluir que o discurso dos protagonistas d' *O Ministro* aponta para a possibilidade de realização das soluções internas à crise, pese a frustração, podemos também ler nesse discurso a ideia de que a queda dos sonhos da revolução não equivale à renúncia ao projecto de construção da Nação. A acontecer a renúncia, teria sido hipotecado o projecto de nação ao “inimigo”⁷⁹, como bem o caracterizou o novo Estado. Quanto a este conceito de “inimigo”, deve esclarecer-se o seu alcance e contextualizar o seu uso. Isto é, desde o lançamento da guerra anti-colonial, as organizações nacionalistas angolanas obtiveram apoio material de diversos

⁷⁹ No ano de 1977, as autoridades decidiram excluir dos corpos sociais de empresas, sociedades e companhias sediadas em Angola indivíduos que tivessem ligações com o chamado “inimigo”, visto como interesses estrangeiros contrários à orientação ideológica e política que guiava as novas autoridades (vide: Diário da República, 1977)

países em função dos interesses subjacentes destes últimos. Na época, a divisão do mundo em dois blocos abriu fendas no movimento anti-colonial angolano, alinhando uns ao lado do ocidente capitalista e outros ao do oriente socialista (pro-comunista). Por isso, uns e outros tinham num polo e no outro os respectivos “inimigos” contra os quais se projectavam as acções político-militares e ideológicas e se construía os projectos de sociedade ideal. Desta perspectiva da história recente da Angola pós-colonial resulta, com razão, a leitura do estudioso angolano São Vicente (1994: 13), para quem “as causas da crise angolana são mais políticas do que económicas”, já que se fundamentam numa “crise de confiança e de rigidez das expectativas”.

Finalmente, afastada a hipótese da ruína das conquistas da independência, como referimos no parágrafo anterior, Kalita, protagonista de um romance de Arnaldo dos Santos, procurará, na década de 90, gozar as prerrogativas que os ventos da liberdade transportam e oferecem para as novas gerações. Que contorno assume o modo como se realiza a apropriação de tais prerrogativas, já na véspera da reconciliação entre as três organizações políticas (MPLA, FNLA e UNITA) que se bateram pela independência? Arnaldo Santos no-lo desenha ao longo da narrativa que estudamos no capítulo que segue.

Referências bibliográficas e documentais

AA.VV. 1987. *Programa de Saneamento Económico e Financeiro*. Luanda: Gráfica

Popular.

Aguiar e Silva, V. Manuel de. (2004). *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa: Univ.

Aberta

Mateus, D. Cabritas. (2010). A luta pelo poder. Em Mateus, D. Cabritas e Mateus,

Álvaro. *Purga em Angola – Nito Alves/Sita Valles/Zé Van Dunem – o 27 de Maio de 1977*, pp. 176-183.

CEIA, Carlos. (2007). O trabalho linguístico e estilístico. Em *A Construção do*

Romance. Coimbra: Almedina, pp. 159-169.

COURTÉS, J & GREIMAS, A. J. (s.d.). *Dictionnaire raisonné de la théorie du*

langage. Col. HU Lingüistique. Paris: Hachette.

Greimas, A. Julien. (1966). *Sémantique Structurale*. Paris: Larousse.

Dutra, Robson. (2009). *Pepetela e a Elipse do Herói*. Luanda: UEA.

Eco, Umberto. (1992). *Os Limites da Interpretação*. Lisboa: Difel

Howe, Irving. (1998). *A Política e o Romance*. São Paulo: Perspectiva.

Ignátiev, Oleg. (1981). José Guilmore – Agente da CIA. Em Ignátiev, O. *Uma arma*

Secreta em África. Moscovo: Ed. Progresso, pp. 23-66

Júnior, Benjamin A. (2002). Notas sobre a utopia, em Pepetela. Em Chaves & Macedo.

Portanto... Pepetela. Luanda: Chá de Caxinde.

Genette, Gérard. (s.d.). *Discurso da Narrativa*. Lisboa: Vega.

Genette. (1972). *Figures* (vol. I, II, III). Paris: Seuil.

Genette. (1987). *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Paris: Seuil.

Greimas, A. Julien. (1966). *Sémantique Structurale*. Paris: Larousse.

Laban, Michel. (1991). *Angola – Encontro com Escritores* (vol. II). Maia: Fund. Eng.

A. de Almeida.

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. (2008). *História do MPLA*.

Luanda: CDIH.

Muekalia, Jardo. (2011). O Período pós-eleitoral e o processo de paz. Em *Angola: A*

Segunda Revolução – Memórias da luta pela Democracia. Porto: Sextante, pp.

279-305.

Pacheco, Carlos. (1997). *MPLA – um nascimento polémico*. Lisboa: Vega.

Pélissier, René e VAEELER, Douglas. (2011). O confronto político antes de 1961. Em

História de Angola. Lisboa: Tinta da China, pp. 223-248.

Pepetela. (1993). *Geração da Utopia*. Lisboa. Pub. D. Quixote.

Pepetela. (1985). *Mayombe*. Luanda: UEA.

Tali, Jean-Michel Mabeko. (2001). *Dissidências e poder de Estado: MPLA perante si*

próprio (vol. I: 1962-1974). Luanda: Nzila.

Tomachevski, Boris. (1978). Temática. Em Todorov, Tzvetan. *Teoria da Literatura*

(vol. II). Lisboa: Ed. 70.

Tenaille, Frank. (1979). Guiné-Bissau et Cap-Vert. Em *Les 56 Afriques – Guide*

politique/I de A à L. Paris: Maspero, pp. 185-190.

Xitu, Wanhenga. (1990). *O Ministro*. Luanda: Caxinde.

Venâncio, José Carlos. (1990). Posfácio. Em *O Ministro*. Luanda: Caxinde, pp. 415-

420.

Vicente, São. (1994). A Crise Económica. Em *A Estabilização da Economia de Angola*.

Luanda: EA, pp. 11-22.

Documentos administrativos e textos legislativos

Diário da República

1975. (I Série nº 25, de 9 de Dezembro). Lei nº 4/75.

(Nacionaliza o ensino)

1976. (I Série nº 59, de 11 de Março). Despacho nº 15/76.

(Anula os efeitos da decisão da FNLA e da UNITA que consistiu em repor em circulação as notas retiradas do mercado pela banca)

1976. (I Série nº 119, de 21 de Maio). Despacho nº 21/76.

(Determina que engenheiros [incluindo engenheiros civis, mecânicos, electrotécnicos] e arquitectos radicados em Angola passam a exercer a respectiva actividade na função pública, vinculados, assim, ao Estado)

1976. (I Série nº 129, de 2 de Junho). Despacho nº 34/76.

(cria a Comissão de Nacionalização do Ensino)

1976. (I Série nº 144, de 19 de Junho). Lei nº 43/76.

(Regula as modalidades de confisco, a favor do Estado, na sua totalidade ou fracções, de imóveis cujos proprietários, angolanos ou estrangeiros, tenham abandonado o País há mais de 45 dias a contar da publicação do citado diploma)

1976. (I Série nº 175, de 26 de Junho). Despacho 94/76, Despacho 95/76.

(O primeiro despacho interdita movimentos de contas por quem não faça prova de residência no País. O segundo anula cheques visados antes da independência)

1976. (I Série nº 157, de 5 de Julho). Lei nº 57/76.

(Prevê penalizações aos crimes contra a economia nacional, incluindo os que cabe no conceito de “sabotagem” económica)

1976. (I Série nº 158, de 6 de Julho). Despacho nº 12/76

(ordena a integração de ex-socorrista guerrilheiros no sistema nacional da saúde e nos programas de assistência aos cidadãos)

1976. (I Série nº 187, de 9 de Agosto). Despacho nº 47/76

(Ordena a criação de comissão de intervenção junto de cada empresa abandonada)

1976. (I Série nº 211, de 6 de Setembro). Despacho nº 22/76

(Ordena que indivíduos nascidos em Angola que tenham renunciado à nacionalidade angolana sejam afastados da função pública e das empresas nacionalizadas)

1976. (I Série Suplemento nº 260, de 3 de Novembro). Despacho 77/76

(O Ministério da Educação e Cultura autoriza o recrutamento de pessoal para prover os postos abandonados pelos portugueses no Hospital Escolar de Luanda, adstrito à Universidade de Luanda)

1976. (I Série nº 262, de 5 de Novembro). Despacho nº 70/76

(cria comissões de intervenção junto de cada empresa onde se verifiquem sinais de sabotagem à economia e às finanças)

1976. (I Série nº 266, de 10 Novembro). Lei nº 69/76

(diploma que confisca activo e passivo do Banco de Angola)

1976. (I Série nº 266, de 10 Novembro). Lei nº 70/76

(diploma que confisca o Banco Comercial de Angola, S.A.R.L.)

1976. (I Série, 2º Suplemento nº 266, de 11 de Novembro). Lei nº 71-A/76.

(Lei da Moeda Nacional)

1977. (I Série nº 19, de 24 de Janeiro). Decreto nº 102/76.

(O governo de Angola reserva-se o direito de rejeitar a integração nos corpos sociais de sociedades, companhias e empresas instaladas em Luanda de indivíduos que tenham ligações com o inimigo)

1977. (I Série nº 135, de 9 de Junho). Despacho nº 30/77.

(O Primeiro-Ministro cria uma Comissão Nacional de Abastecimentos. O texto descreve as atribuições do órgão criado)

1977. (I Série nº 137, de 11 de Junho). Despacho nº 11/77.

(O Segundo Vice-Primeiro-Ministro exara procedimentos para disciplinar a importação de bens)

1978. (I Série nº 104, de 4 de Maio). Despacho s/n.

(Ordena aos membros das forças armadas e instituições paramilitares a pagarem o devido, sem privilégios, aos transportes públicos)

1979. (I Série nº 229, de 29 de Setembro). Despacho nº 3/79.

(Cria a Comissão de Estudo da Reforma do Sistema do Ensino Superior)

1979. (I Série nº 220, de 19 de Setembro). Decreto executivo nº 16/79.

(Aprova o Estatuto da Empresa de Supermercados de Luanda, U.E.E)

1980. (I Série nº 114, de 15 de Maio). Decreto executivo nº 31/80.

(Cria uma Empresa de Panificação de Luanda, U.E.E.)

1986. (I Série nº 49, de 21 de Junho). Decreto executivo conjunto nº 25/86.

(Estabelece regras para o controlo dos trabalhadores expatriados em Angola e que permitam determinar os encargos do Estado)

1987. (I Série nº 40, de 18 de Maio). Despacho nº 24/87.

(Cria a Empresa de Supermercados Militares de Luanda, U.E.E.)

1992. (I Série, Suplemento nº 36, de 9 de Setembro). Decreto nº 46.

(Extingue a empresa de comércio de bens de uso e consumo em moeda convertível “Lojas Francas de Angola, U.E.E.”)

Secretariado Técnico do SEF

1987. Bases Gerais para o Desenvolvimento dos Trabalhos no Âmbito da Reformulação do Ensino nas Especialidades de Economia. Luanda. Gráfica Popular.

Jornais

Jornal Comunista. (1975. Nº 2 Out.) Sobre a Actual Situação Política em Angola.

Luanda. OCA, p. 1.

(O texto do jornal faz a descrição dos resultados da I Conferência da Organização Comunista de Angola [OCA], decorrida em Outubro de 1975)

4.

UM CAÇADOR EM BUSCA DO FUTURO FUGIDIO

4. 1. Vento da esperança e do desespero na véspera das eleições gerais de 1992

Ao elaborarmos as conclusões a propósito do estudo do romance de Wanhenga Xitu (*O Ministro*), no capítulo anterior, apontamos a frustração das expectativas das vozes que se assumem como artífices de um projecto de sociedade. No plano ficcional, o discurso e as acções das personagens d’*O Ministro* levaram-nos a construir o juízo segundo o qual a narrativa de W. Xitu veicula a ideia de que a liberdade conquistada, com a vitória sobre o colonialismo, não se traduziu na melhoria da condição social do homem, tal como se esperava. No plano da realidade histórica, esta visão pode ser verificada a partir de dados empíricos. Parte dos elementos probatórios do panorama económico de Angola reproduzimo-la no capítulo precedente, ao recorrermos aos textos relacionados com o Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), lançado em 1987 pelo Governo de Angola. No que respeita ainda ao desencanto das vozes d’*O Ministro*, a análise da situação económica do período pós-colonial feita por São Vicente (1994) ilustra bem a razão por que, quer no plano ficcional, quer no plano do real, se fala da

insatisfação do homem angolano num momento em que este se libertou da opressão atribuída à máquina colonial. O autor admite que a origem da crise económica registada nas décadas de 70 e 90 deve ser encontrada num período anterior ao ano de 1974. Contudo, Vicente, ao estudar o comportamento da economia, demonstra que a crise se acelerou a partir do ano em que Angola ascendeu à independência, em 1975, portanto. A análise do economista Jonuel Gonçalves (2010: 105-121) também apresenta uma leitura que busca as causas da crise económica, financeira e social aos “factores internos e externos”. Uma das componentes do factor externo é a marginalização da economia africana em relação à economia mundial. Segundo ele, a profusão da economia paralela, quer em Angola, quer na maioria dos países que aplicaram uma excessiva estatização da economia, deveu-se à intervenção exagerada do Estado, sendo a economia paralela apenas “consequência inevitável da estatização e, em muitos casos, representa uma autodefesa social contra o peso da intervenção estatal”. Repensando as raízes históricas da crise, Gonçalves afirma que esta se verificou em todo o percurso da presença do regime colonial em Angola. O autor, professor na Universidade do Estado da Bahia (UNEB, Brasil), localiza os antecedentes do fenómeno nos momentos em que, nos primórdios da era colonial, não existia um sistema tributário e uma rede empresarial, facto que concorria para favorecer a informalidade da economia. Esse ambiente económico tolerou a emergência de vendedores ambulantes e viu cimentar-se uma categoria de mulheres de negócio chamadas “quitandeiras”⁸⁰. Este grupo, que ainda hoje domina a economia informal em Angola, assumiu, na época colonial, segundo Gonçalves (2010: 108), a dimensão de uma “camada social que, por um lado, mantinha contactos com a produção tradicional e, por outro lado, fazia, em vários produtos, uma séria concorrência ao comércio controlado pelos colonos”. Se esse fenómeno se

⁸⁰ Do Kimbundu “Kitanda”, isto é, armação onde se estendem pequenas mercadorias.

verificou nas zonas urbanas, em relação às zonas rurais assistiu-se à ligação de mulheres à economia agrícola de subsistência, a que Gonçalves entende ter sido o “equivalente” à economia informal urbana. As autoridades coloniais não haviam colhido resultados satisfatórios, na época, quando tencionavam combater a “informalização” da economia. Apenas em meados dos anos 60 o poder colonial atingiu os objectivos das medidas delineadas. O quadro assim descrito permite concluir que no momento da ascensão de Angola à independência, em 1975, não terão sido consolidados os resultados das medidas do Estado colonial, de tal modo que a guerra civil que se instala em 1975 elabora uma conjuntura que desestabiliza o tecido económico. No estudo que faz, Gonçalves demonstra que o período entre o reconhecimento do direito de Angola à independência, em Junho de 1974, e à efectiva proclamação da soberania do novo Estado desarticulou a estrutura da economia nacional e acelerou a renascença de uma economia informal. O estudioso aponta como causas principais a transferência ilegal de bens para o exterior e a expropriação incontrolada de unidades de produção e de outros bens, o que fez ruir o aparelho produtivo. A desordem instalada bloqueou todas as vias para a busca de soluções com vista a recuperar os sectores básicos como os da agricultura alimentar, a pesca e o pequeno comércio. Também aqui, o Estado pós-colonial ensaiou, em vão, algumas medidas para combater a economia informal, uma das quais se revelou violenta e ineficaz, como a descreve o economista:

Em 1984 a polícia lançará uma operação onde incendeia vários mercados informais de Luanda, obtendo como resultado o aumento das dificuldades de abastecimento na capital. Dias depois os mesmos mercados reaparecem noutros locais e não voltarão a ser incomodados.

Gonçalves (2010: 111):

Se conjugarmos as ilações de Vicente com as de Gonçalves e acrescentarmos a estas os frutos da experiência que resulta da dureza das condições de vida nos anos 80 e 90,

chegaremos à conclusão de que as ineficácias das medidas tomadas pelas novas autoridades não se baseavam no realismo, isto é, olhavam com desprezo a economia real. Por exemplo, retomando o estudo de Gonçalves (2010: 116), uma família urbana cujo rendimento mensal, no ano de 1984, correspondia a oito mil kwanzas necessitava de treze mil kwanzas para o consumo básico. Essa realidade impelia os cidadãos para iniciativas que visassem completar o rendimento familiar por via do recurso ao mercado informal.

Tomando em consideração o panorama da economia apresentado acima, pode dizer-se que a degradação do nível de vida dos angolanos se arrastou por longos anos, de tal modo que as personagens d’*O Ministro* não chegam a usufruir dos proventos da liberdade, legando, assim, o projecto de construção da Nação a outras gerações, tal como o fez Sem Medo em *Mayombe*, (Pepetela, 1985) ao transmitir a herança para Mundo Novo. Eis que, no longínquo ano de 1991, se anuncia um acordo de paz⁸¹ e se começa a realimentar a esperança do homem angolano num futuro melhor. Entretanto, para Carlos Eduardo (aliás Kalitas), o herói d’*O Vento que desorienta o Caçador*, de Arnaldo Santos (2006), a cessação da guerra vem ensombrar as perspectivas da vida, em vez de gerar prosperidade. Quer isto dizer que, por curioso que pareça, o fim da guerra, em vez de pacificar, gera outra guerra. O romance abre, por isso, com referências ao ano das primeiras eleições multipartidárias⁸². Trata-se do ano de 1992, momento que Kalitas

⁸¹ O acordo de paz, chamado “Acordo de Bicesse”, foi assinado pelo Governo e pela ex-rebelião armada, na localidade de Bicesse, Portugal, no dia 31 de Maio de 1991. Um conjunto de textos que caucionam os actos ligados ao acordo, ao abrigo das competências da extinta Assembleia do Povo (Parlamento) estão reunidos no Diário da República (1991, 15 de Junho).

⁸² Na sequência do desmoronamento do socialismo na Europa central e do Leste, o Estado angolano instituiu o multipartidarismo, tendo aprovado, em Maio de 1991, um conjunto de instrumentos legais reguladores do novo quadro político do País: Plano Nacional para 1991 (vide: Lei nº 11/91), Alterações à Lei Constitucional (Lei nº 12/91), Lei da Nacionalidade (vide: Lei nº 13/91), Lei das Associações (vide:

esperava que fosse o início de uma vida diferente da que vivenciou como adolescente, isto é, a das “promessas utópicas” (Santos, 2006: 16), uma adolescência que tinha sido coberta por horrores, clara alusão à guerra civil pós-independência, na década de 70:

Era pouco mais do que um piô do ÊME⁸³, mas lembra-se que houve uma grande vozeria pelo mundo afora por o MPLA ter feito uso das palavras de ordem para tomar o poder (...). Seguiu-se mesmo uma reacção muito séria, em que foram utilizados grandes meios de destruição, bombardeamentos por terra-e-ar, a intervenção de exércitos, sul-africanos, zairenses, mercenários e seus aliados internos (...). Essa parte de história ninguém lhe contara. O seu coração pequenino de monandengue⁸⁴ registara na guerra que se seguiu aos rebentamentos nas imediações dos Armazéns Pirão. (2006: 15)

À partida, a esperança de Kalitas enraizava-se no facto de a implantação do multipartidarismo e o conseqüente anúncio da realização das eleições gerais, de 29 a 30 de Setembro de 1992, representarem mudanças políticas que, em Angola, resultam dos ventos vindos do Oriente socialista, os quais derrubaram o muro de Berlim e transpuseram as barreiras que separavam os angolanos. Distante das querelas entre as formações políticas que disputavam o poder depois da independência, as quais viriam a ditar o naufrágio dos sonhos dos angolanos, um observador que conheceu os corredores da política angolana e as causas conducentes ao reascender da guerra, referindo-se ao anúncio das eleições, afirma: “Esse facto por isso só testemunhou o desejo dos

Lei nº 14/91), Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 15/91), Lei sobre o Direito de Reunião e Manifestação (vide: Lei nº 16/91), Lei sobre o Estado de Sítio e Estado de Emergência (Lei nº 17/91). Para outros detalhes, vide: Diário da República, 1991.

⁸³ “Piô” é diminutivo de “pioneiro”; ÊME, abreviatura de MPLA: pioneiro do MPLA.

⁸⁴ Criança, em língua nacional Kimbundu.

angolanos de obterem resultados democráticos e pacíficos que lhes permitissem viver as suas próprias vidas” (Anstee, 1997: 9).

Por que razão, então, os mesmos ventos de mudança apagam a esperança de Kalita?

O título, *O Vento que desorienta o Caçador*, escolhido por Arnaldo Santos para o texto em estudo projecta significados que formulam respostas a esta questão. Começemos por decifrar o sentido do lexema “vento”. Não abdicaremos do procedimento seguido por nós para a explicação do sentido e da mensagem implícita ou explícita nos escritos de Pepetela e de W. Xitu. Vamos, por isso, usar o material impresso que regista ideias e informações sobre factos da realidade havida no período para o qual nos transportam o discurso e a história⁸⁵ inscritos na narrativa de Santos. No elenco das referidas fontes documentais incluem-se artigos de jornais e revistas, memórias de intervenientes directos na vida pública e textos da administração pública. Aliás, um dos pressupostos para atribuir carácter histórico a uma narrativa de ficção repousa na existência de registo documental (escrito ou não) que possa ser facilmente reconhecido e compreendido pela comunidade de que é originária a obra ficcional, como teoriza Bastos (2007: 84), cujo pensamento fez objecto de discussão no primeiro capítulo deste trabalho.

A propósito das razões que fundamentam uma certa limitação das nossas fontes primárias para o estudo que realizamos neste capítulo, importa apenas lembrarmos que

⁸⁵ A relação distintiva entre discurso e história está aclarada por Genette (vide: 1972. *Figures III*. Paris: Seuil).

na introdução a este trabalho servimo-nos dos argumentos de Keylor (2001) para buscar legitimidade em relação ao sucedido.

Pelo exposto, entre as fontes documentais escritas apontadas acima, encontramos uma reflexão de Mário Soares (1991), publicada na revista *InformÁfrica –confidencial*⁸⁶. A exploração das ideias do político luso neste trabalho limita-se às intenções anunciadas no parágrafo anterior. A britânica Margareth Anstee (1997) fornece-nos, também, um importante registo de informações sobre acontecimentos que marcaram o período em que se enquadra, na nossa perspectiva, o conteúdo da obra em estudo. Os escritos de Anstee, dispostos em forma de diário da emissária das Nações Unidas para o processo de paz angolano, descrevem detalhes que não foram objecto de registo documental por parte das autoridades administrativas e que possam estar disponíveis para o público e para a investigação.

Intitulado “Os novos ventos da História”, o texto de Soares vem a público em Abril, “no mês em que passa mais um aniversário da Revolução dos Cravos”. A coincidência não se tratou de fruto do acaso. Como o próprio autor se encarrega de explicar, Abril forjou a liberdade e a democracia em Portugal e criou condições para a descolonização das colónias portuguesas, incluindo Angola. Segundo ele, os *ventos de mudança* haviam inicialmente soprado nos anos 60 e 70, no continente africano, vistos como consequência da luta dos povos pela autodeterminação. Os “novos ventos da História” a que se refere o autor no artigo inserido em *InformÁfrica* têm, por sua vez, uma relação

⁸⁶ Veja-se, também, na mesma edição, um editorial (p. 1) que fornece detalhes sobre o panorama político e militar de Angola no ano de 1991.

com a emergência do “pluralismo democrático, o respeito pelos direitos humanos e as liberdades cívicas” nos países africanos independentes, já que na maioria destes territórios descolonizados reinavam, até início da década de 90, regimes de partido único adversos à aceitação dos valores que enformam a prática da democracia. As mudanças experimentadas em África na década de 90 estão associadas, no dizer do articulista, à “subversão democrática” tida como responsável pelo derrube do muro de Berlim e dos regimes comunistas na Europa Central e do Leste.

A descrição do teor do lexema “ventos” na perspectiva em que Soares o vê propicia o enquadramento da obra no contexto adequado e esclarece, em parte, o sentido possível que se pode atribuir ao título da narrativa. Convém, por isso, precisar que a referência às primeiras eleições multipartidárias com a qual Arnaldo Santos abre o texto ficcional visa conferir historicidade à matéria narrada. Podemos justificar esta ilação se atentarmos à alusão reiterada às eleições multipartidárias e à convocação da atenção do leitor para a situação assombrosa que se avizinha da data do sufrágio. Ambos os aspectos constituem parcelas temáticas de que o autor se serve para construir o chamado *motivo associado* que, na perspectiva de Tomachevski (1978: 153-201), garante a solidez da relação entre sequências dos eventos narrados no romance de que nos servimos. Por outras palavras, a aproximação das eleições, a deterioração do clima social e o exacerbar da situação política e militar depois das eleições em Angola constituem dois polos que, ligados, estabelecem nexos de causa e efeito responsáveis pela compreensão do sentido da narrativa de Santos. Esta perspectiva de leitura permite transportar o conteúdo narrado para um contexto histórico em que se verificam mutações de índole ideológico e socio-político em África, em geral, e em Angola, em

particular. Contudo, as transformações não se operaram com uniformidade em todos os países. Soares cita exemplos de Cabo Verde, São Tomé. Em ambos os países lusófonos, as organizações nacionalistas, até então à cabeça de regimes monolíticos, perderam no sufrágio cedendo pacificamente o poder à oposição civil. Angola vivia num cenário carregado de “nuvens e incertezas”, no dizer do político luso. No momento em que o autor publica o texto, beligerantes angolanos discutiam à mesma mesa, em Portugal, a propósito de duas questões-chave para a paz em Angola: as eleições e a cessação das hostilidades. Apesar dos avanços alcançados quanto à segunda questão, as fórmulas acordadas pelas partes e que deram corpo ao acordo de paz (de 31 de Maio de 1992, em Bicesse, Portugal) deixavam margens para as nuvens e incertezas de que alude Soares. As consequências produziram-se no ano de 1992: assistiu-se ao crescendo de sentimentos de ameaça de guerra nas mentes dos angolanos, uma vez que as discórdias afastavam as duas partes signatárias do acordo de pacificação. Daí, e como o acordo de paz e as eleições marcavam, pelo menos simbolicamente, o renascimento da esperança, o exacerbar dos actos de violência fustigou as ambições do bem-estar de que se nutriam os que, como Kalita, viam nos ventos de mudança o fim do sofrimento. Serve esta explanação de resposta à interrogação formulada acima acerca da razão por que Kalita se viu invadido pela insegurança em relação ao futuro. Assim, a desorientação mental de Kalita, e a busca de explicações sobre as alucinações que o possuem, o projectam para os tempos vindouros e o alojam num mundo rodeado por “estampidos das armas automáticas” constitui a intriga da narrativa em análise. Se transpusermos esta construção imaginária de Arnaldo Santos para a realidade história, podemos assimilar a desordem psíquica em que Kalita mergulha à “atmosfera que rodeava a vida naqueles

tempos turbulentos” (Anstee: 1997: 9) vividos em Angola na véspera e depois das eleições gerais de 1992⁸⁷, como atesta o narrador:

Nesse ano das primeiras eleições multipartidárias, andava-se por um tempo de ventos-de-canzumbis⁸⁸ e ninguém se permitia fingir que lhes desconhecia. Grande era o risco de se ser apanhado por um desses repentinos redemoinhos de areia ou por uma qualquer outra malamba⁸⁹ imprevista da mesma natureza. (Santos, 2006: 11)

A turbulência a que se refere Anstee e os acontecimentos funestos a que faz menção Santos (pela voz do narrador) correspondem aos múltiplos actos hostis que colocaram em risco o processo de pacificação conducentes às eleições gerais e levaram ao fracasso de todos os esforços para evitar a guerra, além de exporem ao desamparo a integridade física de todos os cidadãos angolanos.

Ao atribuir um cunho de malícia aos ventos de mudanças em vez de coroá-los de elogios por terem provocado a “viragem das liberdades do multipartidarismo” (Santos, 2007: 16), a entidade de papel cuja voz nos conduz pelo texto insinua uma relação de proximidade dos eventos ficcionais com os acontecimentos reais. Tais acontecimentos dizem respeito às convulsões sociais que resultaram das lutas trabalhistas, inéditos desde a ascensão de Angola à independência; referem-se ainda aos assaltos de homens armados contra os civis e de confrontos envolvendo o exército governamental e o braço

⁸⁷ A convocação das eleições deu-se a 17 de Julho de 1992, por decreto do então presidente cessante e actual Chefe de Estado. Os diplomas legais que caucionam o pleito datam de 16 de Abril do mesmo ano: Lei eleitoral, Lei sobre a observação internacional, Lei do Conselho Nacional de Comunicação Social, Lei do direito de antena e de resposta e réplica política dos partidos políticos, Lei do exercício da actividade de radiodifusão (vide: Diário da República, 1992).

⁸⁸ Referência aos espíritos (maléficos, neste caso) em Kimbundu.

⁸⁹ O mesmo que canzumbi, espírito responsável pelos acontecimentos funestos.

armado da então rebelião, causas de notícias correntes e de destaque na imprensa, na altura:

Os jornais e as televisões exploravam o medo, ajudavam a construir a imagem do novo tempo, e mostravam-lhe carantonhas severas para lhe assustar. Os corações cobriam-se de sombras funestas. (2007: 20)

Para continuarmos a provar a relação entre a ficção e a realidade histórica na narrativa de Santos, um aspecto retém a nossa atenção. Tem a ver com o espaço onde começa a desorientação de Kalita. Se a mostra da instabilidade que abalou Angola nos anos 90 se situou em Luanda, centro do poder político, que se constituiu em objecto de disputa, a perturbação da mente de Kalita nasceu num espaço de recreação nocturna também existente empiricamente em Luanda. O nome do referido local de lazer, “Pandemónio”, está simbolicamente associado ao império do mal, como o próprio étimo indica. Tratando-se de um meio urbano pertencente à região cultural e linguística Kimbundu, o narrador recorre reiteradas vezes a determinadas expressões da língua kimbundu. Em primeiro lugar, parece-nos dever-se esta estratégia à intenção de levar o leitor familiarizado com Luanda e atento aos factos que terão ocorrido na realidade a validar a historicidade dos eventos fictícios narrados, como ensina Bastos (2007: 84). Em segundo lugar, há uma premeditada intenção do autor, a de convidar o leitor a mobilizar toda a competência linguística para interagir com o texto e o contexto com o auxílio da língua como “património social”, como quer Eco (1992: 123). Por último, quando o narrador atribui a Kanzumbi, alma do mundo invisível que vagueia em Luanda, a depressão que ataca Kalita, vemos esta personagem decidida a evadir-se de Luanda e a dirigir-se para as longínquas terras de diamante, na Lunda (no Leste de Angola). O

abandono de Luanda por Kalita, com a finalidade de se iniciar como caçador de pedras preciosas metaforiza um momento em que, na realidade histórica, se assistiu à liberalização da extracção e posse de diamantes pelo então Governo, medida que pôs fim ao monopólio das minas de diamantes por parte de uma empresa estatal. Isto aconteceu, precisamente, no período entre 1991 e 1992, como atestam as leis sobre a compra e venda de diamantes aprovadas pela extinta Assembleia Nacional⁹⁰. Na altura, a assinatura de um acordo de paz estimulou o livre movimento de pessoas e bens para regiões até então sob a alçada dos guerrilheiros ou disputadas pelas partes beligerantes. Arnaldo Santos compara a corrida desenfreada de cidadãos para as áreas ricas em diamantes aos voos de pássaros libertos da gaiola:

Corria o 23 de Julho de 92. (...) Eles eram pássaros de gaiola de bimba com painço assegurado, e inquietaram-se. Perceberam, enfim, que precisavam de avoar sozinhos, cuidar das suas existências de que quase já se tinham esquecido (Santos: 2006: 88)

A súbita abertura das zonas mineiras aos civis, que gerou uma inesperada implantação de pessoas singulares, não se fez acompanhar de medidas cautelares que visassem impor regras mínimas e serviços de fiscalização, o que cultivou a anarquia como ficção. Santos pela voz de Salvador, agente mediador que se regozija da impunidade reinante, factor que favorece o livre curso do negócio clandestino:

⁹⁰ Já no ano de 1991, a Assembleia do Povo (Parlamento) aprovou uma lei sobre a compra e venda de diamantes (vide: Diário da República, 1991), vindo, em seguir, a ser complementado por um decreto da Comissão Permanente do Conselho de Ministros que autorizava os interessados ao exercício da actividade de comercialização de diamantes e metais preciosos. As normas que impõem a acção vigilante e fiscalização do Estado sobre as actividades geológicas e mineiras reúnem-se num decreto publicado no Diário da República (1992) e há a salientar os textos que regulamentam a venda e compra de diamantes e impõe medidas para combater a fraude no domínio do tráfico ilícito de diamantes e ouro.

- *Não há maka. . Agora a vigilância bazou...*⁹¹ (Santos (2006: 114)

Em face do caos a que se assistiu no sector diamantífero, o Estado procurou ajustar o quadro legislativo relacionado com o sector, adotando uma série de medidas reguladoras⁹² até que, em 1993, a situação político-militar se alterou de novo com a retoma da guerra que fez da Lunda, mais uma vez, o teatro das confrontações armadas. O olhar crítico de Anstee (1997: 247-248) qualifica de imprudente a decisão das autoridades, a de liberalizar a extracção e posse de diamantes, já que, em vez de estimular o empreendedorismo disciplinado, fomentou a corrida desordenada à extracção rudimentar do minério na Lunda, prejudicando o mercado:

A firma De Beers queixou-se que o mercado mundial, cuidadosamente controlado, estava a ser abalado pelo fluxo ilegal de diamantes provenientes de Angola. (1997: 247-248)

Se Anstee vê a inquietação dos investidores multinacionais, o narrador d´*O Vento que desorienta o Caçador* enxerga o descomando que reina nas zonas de extracção artesanal do diamante:

O negócio da camanga nas margens do Cuango era livre, os comptoirs instalados em Cafunfo eram legais e até defendidos pessoalmente pelos próprios superintendentes da polícia (...).

No Kanzo a efervescência aumentara muito entre os garimpeiros. As disputas habituais multiplicavam-se, e os mais pequenos incidentes na lavagem do cascalho nas margens do rio acendiam brigas. A carga preciosa era levada nas costas dos próprios garimpeiros em sacos

⁹¹ maka: problema, em kimbundu. bazou: foi-se embora, desapareceu (do calão luandense).

⁹² a propósito dos textos legislativos relacionados com o sector diamantífero, vide: diário da república, 1992.

que tinham servido para o transporte de açúcar e feijão, mas os espreitadores que rondavam os buracos estavam atentos. (Santos, 2006: 175-176)

O contexto assim visto autoriza a remissão do universo fictício da obra de Santos para a realidade empírica a que nos referimos. O contexto em referência corresponde ainda a um momento em que os rendimentos do trabalho assalariado eram insignificantes para o elevado custo de vida, sobretudo nas grandes cidades, sendo o tráfico do diamante uma saída ideal. Como destino de quem se pretende livrar do sofrimento, a Lunda seria a cura para as perturbações do Kalita:

- A camanga⁹³ é que está a dar...! – era essa a ideia simples que ele devia reter para não ficar mais confuso. (Santos, 2006: 105)

Pode dizer-se que a ida de Kalitas a Lunda deixava para trás uma Luanda imaginária mergulhada no incessante fervilhar da desorientação provocada pelos espíritos (kanzumbi), enquanto a Luanda real se via a braços com as lutas trabalhistas. Eis a razão por que a vaga de alucinações que invadem Kalita prenuncia a onda das sucessivas greves dos trabalhadores da função pública e das sociedades privadas que se irão registar no País. Analisaremos, a seguir, o alcance histórico dos eventos ficcionais assim encarados, fazendo recurso aos documentos oficiais, textos legislativos e matérias de jornais.

⁹³ Camanga ou Kamanga: Diamante, no falar luandense e lunda.

4.2. De Luanda para Lunda: Kalita à caça do diamante da esperança

As convulsões sociais cobriram todos os preparativos para as eleições e estavam intrinsecamente ligadas à crise económica que se abatia sobre a sociedade angolana e a que nos referimos atrás, com Vicente (1994) e Gonçalves (2010). As manchetes do único diário publicado no País, *Jornal de Angola*, repetiam, dia após dia, notícias ligadas aos conflitos laborais, à subida dos preços devida à inflação monetária ou à paralisação de empresas. O economista Jonuel Gonçalves (2010: 114) apresenta números que reflectem a grave situação das famílias nas zonas periféricas de Luanda em relação à água, um produto indispensável para a vida humana. Segundo ele, o preço da água – vendida em tambores – aumentou 63,9 por cento entre Novembro de 1990 e Maio de 1991, cifras que espelham as dificuldades sociais nos anos que antecederam as eleições, dificuldades que se prolongaram até inícios dos anos 2000 e ainda se registam actualmente. O que importa reter da estatística lida por Gonçalves é o facto de a situação socioeconómica estar situado nos anos 90, isto é, no período para o qual nos remete a narrativa de Arnaldo dos Santos, o que nos ajuda a formular as aproximações que vamos produzindo entre a ficção e o real.

Ora nos anos 90, as primeiras ilustrações dos problemas sociais vinham, por exemplo, em letras garrafais numa das edições do *Jornal de Angola* (1991: 1-3) em que se anunciavam ameaças de greve⁹⁴. Numa empresa de capital francês, trabalhadores

⁹⁴ As grandes manifestações grevistas registadas em Angola, na primeira metade do ano de 1991, decorreram sem a cobertura legal, sendo a Lei da Greve sido aprovada apenas em Junho do mesmo ano (vide: Diário da República, 1991). A lei sindical, instrumento que deu corpo à organização das associações de defesa dos trabalhadores, foi aprovada em Agosto do ano seguinte, isto é, em 1992, o que leva a concluir que todas as acções de reivindicação dos direitos dos trabalhadores produziram-se sob o impulso das mudanças ditadas pela conjuntura nacional e internacional, sem cobertura legal, fenómenos que antecederam todas as previsões dos líderes políticos.

angolanos reclamavam devido ao baixo nível de poder de compra ocasionado pela desvalorização da moeda a 100 por cento⁹⁵. Diziam-se injustiçados por se manter o mesmo valor de 12 mil kwanzas (equivalentes na altura a 400 dólares americanos) após a anunciada desvalorização, acusando o patronato de beneficiar-se com a desvalorização por duplicar os preços dos produtos nas lojas francas. Os taxistas também lutavam com a subida dos preços dos combustíveis, quando, por despacho do Ministério das Finanças, a gasolina passou de 62 para 80 kwanzas o litro e o gasóleo de 16 para 32 kwanzas. A corrida, sem taxímetro, acabava por ser fixada a 150 contra os 130 kwanzas. O próprio Jornal de Angola advertia os leitores sobre a subida do preço de capa de 25 para 50 kwanzas. Cenas caricatas também se anunciavam no jornal como o caso de Médicos do hospital Josina Machel, o principal da capital, que preparavam uma greve mas não incluíam os seus colegas enfermeiros na reivindicação. Com o título “Médicos e enfermeiros divididos”, o Jornal de Angola (1991: 3) reproduzia as declarações de enfermeiros que acusavam os médicos de beneficiarem de “melhores condições sociais”. Enquanto isso, um dos médicos adstrito à gestão do hospital acusava os auxiliares de limpeza de estarem de braços cruzados em pleno período de trabalho e de condicionarem a realização das respectivas tarefas à ingestão de bebidas: “só trabalham se lhes dermos vinho”. Na mesma edição, o jornal divulga a cifra irrisória de 20 pneus que a fábrica Bandag, sediada na Huila (Sul), produz por dia, em 1991, alegando falta de financiamento do Estado.

Convém assinalar que a irrupção das lutas trabalhistas ocorreu no mesmo ano em que as autoridades do Estado angolano anunciaram a abertura para o sistema multipartidário e

⁹⁵ Medida operada pelo Banco Nacional de Angola ([BNA, vide: Diário da República, 1991]). A desvalorização repetiu-se nos anos seguintes como provam os avisos do BNA em 1992.

se arrastaram até aos anos seguintes. A transição operada para o novo quadro sociopolítico que admite pluralidade de opinião e de manifestação desencadeou sentimentos de um vazio da autoridade, de tal modo que se assistiu à proliferação inusitada de partidos políticos. Para ilustrar o fenómeno, os documentos oficiais recenseavam 116 partidos até 1998, situação ridicularizada no texto ficcional de Arnaldo Santos e recriada no diálogo que Kalita entabula com Dorca, colega da faculdade.

(...) a falta de convicções de Kalita não tranquilizou nenhum dos dois, pois sabe que a sociedade se dividira perigosamente em pequenas embalas de chefes iluminados.

Acabava mesmo de ser criado o Partido das Grandes Bênçãos. O Partido da União pela Luz e Desenvolvimento perfilava-se junto de outros com a mesma natureza sobrenatural. Não era de bom augúrio o surgimento de tantas vocações nebulosas. (2006: 46)

Perante a concorrência desenfreada dos partidos políticos emergentes em busca da afirmação para disputar o poder nas eleições de 1992, não deixa de haver lógica na análise que pretendesse interpretar as reivindicações dos assalariados como mensagem dos potenciais eleitores de então que, desta forma, advertiam ao poder instalado, deixando clara a mensagem de que o voto estaria condicionando à melhoria das condições de subsistência. Mas, a falta de um estudo estatístico e sociológico sobre as tendências de voto, aliada ao clima do medo que se apossou dos eleitores obscureceu toda a possibilidade de verificar se os resultados do sufrágio atribuíam 53,74 por cento ao partido vencedor pelo temor dos eleitores de que este os protegia mediante um opositor (34,10 %) militarmente bem equipado e numericamente bem servido por efectivos doutrinados e “mais disciplinados”, qualificativo proposto por Anstee (1997:

48) e corroborado por Chassanha (2001: 63). Este último serviu, por muitos anos, as fileiras do braço armado da UNITA como comandante dos guerrilheiros.

Um académico russo reconhece o carácter político das greves em Angola, em particular, e sublinha a tendência para a agudização da acção reivindicativa dos trabalhadores de diversos sectores que atribui às crescentes exigências económicas que qualifica de justas. Numa tentativa de explicar o crescimento da onda de greves, Viacheslav Kostikov (1992: 12) relaciona-a com as reivindicações trabalhistas que se avolumavam nos países do Leste europeu. A título de exemplo, em muitas cidades da ex-União Soviética as greves viram o dia no verão de 1989, tendo sido motivadas, na análise Keylor (2001: 513), pela penúria de bens de consumo de primeira necessidade. Nesta altura, as reformas económicas (“perestróika”) e políticas (“glasnost” ou “transparência”) de Mikhail Gorbatchev semeavam a desilusão naqueles que esperavam melhorias na qualidade de vida. O artigo de Kostikov, inserido no *Jornal de Angola*, estabelece nexos entre as mudanças políticas, ideológicas e económicas nos países europeus que acabavam de renunciar ao comunismo e os processos de democratização emergentes nos países africanos ex-aliados dos primeiros. A nosso ver, pode dizer-se que as greves e outras manifestações dos assalariados constituíam tão-somente a expressão pública de uma cadeia de insatisfações que não tinham vindo à rua na era do partido único devido ao carácter proibitivo que o regime pro-socialista impunha a este tipo de reivindicações. Aliás, ao lermos *O Ministro*, no capítulo anterior, fizemos demoradamente um estudo das condições dos cidadãos nas décadas de 70 e 80. Osvaldo Gonçalves (1991: 1), editor da secção “sociedade” do *Jornal de Angola*, lembra que “após a independência, a greve veio a ser criminalizada pela lei dos crimes contra a

segurança do estado”. A referida lei previa uma pena de dois anos de prisão a quem incitasse, promovesse ou organizasse o encerramento ou a paralisação de empresas, embora tal diploma legal não aludisse concretamente à palavra “greve”⁹⁶. Compreende-se, assim, que este factor impeditivo bloqueava qualquer iniciativa de exteriorização da vontade dos assalariados. Esta é também a razão que nos leva a perceber que só com o anúncio oficial do fim da acoplagem aos regimes socialistas se verifica a vaga de indignações à porta do patronato, sendo o próprio Estado o maior empregador. O artigo de Gonçalves refere, por isso, que as “graves condições de vida e de trabalho a que os trabalhadores têm estado submetidos” seriam a causa da situação, numa clara remissão aos anos anteriores à instituição, de facto, das liberdades de expressão e de manifestação.

Apesar de se ter alastrado por todo o País logo a seguir à renúncia do Estado ao socialismo, convém notar que no ano de 1991 as lutas dos trabalhadores pela melhoria das condições de vida e de trabalho irromperam sem que tenha havido diplomas legais que regulassem as greves e outras manifestações até então proibidas conforme a letra e o espírito da chamada “Lei dos Crimes Contra a Segurança do Estado”⁹⁷. Se o vazio da legalidade aconteceu no domínio dos direitos à greve e à manifestação, o mesmo se verificou nos outros campos. Pode dizer-se que as autoridades do Estado não tiveram tempo para preparar convenientemente a transição para a sociedade aberta aos valores adversos à obediência, por vezes ingénua, dos trabalhadores aos ditames do partido

⁹⁶ A 10 de Junho de 1978, o Conselho da Revolução introduziu algumas disposições à mesma lei, o que está claramente relacionado com a intenção de conter as manifestações de qualquer tipo, em face das sublevações do 27 de Maio, data do golpe de Estado fracassado (Vide: “Lei dos Crimes Contra a Segurança do Estado” publicada no Diário da República (1978))

⁹⁷ O citado diploma gerou, posteriormente, vários conflitos entre o poder político e a sociedade civil nos anos 90 (vide: Diário da República, 1978).

único. O panorama político assim construído abriu caminho à anarquia, de tal modo que em diversos domínios se assistiu a uma ausência da autoridade do Estado, a qual Anstee (1997: 92) apelida de “declínio da lei e da ordem”.

Embora tenha sido impulsionado pela degradação da situação económica na capital, a que acima caracterizamos, talvez não tenha sido um acaso a escolha de 23 de Julho de 1992 para datar a decisão tomada por Kalita e companheiros, a de partir para a zona diamantífera (Santos 2006: 88). Ora, na realidade histórica, 23 de Julho de 1992 foi o da conclusão de uma série de contactos que a enviada especial da ONU para Angola efectuou nos Estados Unidos da América e que resultaram no compromisso das autoridades americanas de fornecer apoios para a desmobilização das tropas e a preparação das eleições, tarefas para as quais escasseavam meios (Anstee: 1997: 166). As diligências de Anstee ascendiam, assim, uma luz no fundo túnel até aí tenebroso.

Criadas as condições para a livre circulação de pessoas e bens no território, Kalita, desesperado pela inexistência de soluções à sobrevivência em Luanda, junta-se aos amigos, e decide buscar a prosperidade ao submundo do tráfico de diamantes, na região mineira da Lunda. A descrição do quadro da economia e das finanças permite justificar o significado que atribuímos a esta fuga de Kalita para a Lunda que, quanto a nós, ficciona o sufoco em que se viram centenas de trabalhadores devido aos míseros salários e às dificuldades económicas gerais que os impeliam a procurar alternativas, subvalorizando o trabalho assalariado. Mas a esperança de Kalita afundou-se, tal como o das personagens que estudamos em *Pepetela* e *W. Xitu*. A morte de Jaime (Santos, 2006: 321), um dos companheiros de aventura de Kalita, simboliza a frustração das

expectativas ou o esfumar da esperança. O fim inglório da caça ao diamante (Santos, 2006: 321-322) ficciona a insegurança que se instalou em Angola e que abortou os projectos de empreendedorismo e inviabilizou a busca de alternativas económicas para uma vida digna. Eis a razão por que se evadiram as perturbações psíquicas que haviam invadido Kalita quando este decidiu abandonar a caça ao diamante, por lhe não ter levado a produzir riqueza ou a angariar capital que o ajudasse a estabilizar a vida. O fim das alucinações do Kalita coincide, curiosamente, com a presença massiva de homens armados nas zonas diamantíferas, tais como os guerrilheiros da UNITA (os “cuaxas”) com quem partilha a carroçaria do camião que o transporta de regresso a Luanda.

Kalita fugia de Cafunfo⁹⁸ em grande precipitação num camião Scânia carregado de cuaxas⁹⁹ armados mas ainda tranquilos e foi sem alarmes que contaria depois as suas peripécias, «desde as corridas p’ra camanga¹⁰⁰ até a berrida final». (Santos, 2006: 321)

Se o romance se inicia com o avolumar dos transtornos mentais do Kalita, simbolizando as convulsões sociais e prenunciando as próximas disputas do território com recurso às armas, o epílogo da narrativa de Santos (2006: 321-322) realça o fim do desvairo do Kalita, marcado pelo começo do movimento de homens armados. A viagem da Lunda para Luanda, por analogia, textualiza o afluxo dos habitantes do interior de Angola para as cidades, impulsionados pelos reencontros dos militares da guerrilha e do exército leal ao Estado meses após as eleições. Se aproximarmos os eventos ficcionais à realidade, verificamos que o então parlamento angolano havia praticamente caucionado a guerra,

⁹⁸ Localidade rica em minerais e situada na Lunda-Norte, a mais de 1000 km a Nordeste de Luanda.

⁹⁹ Alcinha atribuída aos guerrilheiros e militantes da UNITA, em alusão à palavra de ordem “Kwacha UNITA!”. De tradução difícil, pode aludir ao “amanhecer”, isto é, “Levanta-se, UNITA”, já que a insígnia da UNITA incluí um galo que canta ao amanhecer.

¹⁰⁰ Diamante: da língua Cokwe “kamanga” (pedra ou diamante).

menos de um ano depois do pleito eleitoral, inscrevendo tal intenção num texto legal que ficou designado “Resolução nº 11/93”¹⁰¹. No referido texto, os deputados eleitos da Assembleia Nacional exortavam o Governo, as instituições castrenses, os partidos políticos, a sociedade civil e a população angolana a empregar todos os meios, incluindo meios militares, a fim de defender a democracia e a integridade do território.

Como vimos acima, o facto de a viagem que Kalita empreende da Lunda para Luanda efectuar-se num veículo que transporta também guerrilheiros armados textualiza a aproximação de um cenário em que se assiste, no plano da realidade histórica, ao êxodo de civis do interior do País para as grandes cidades. Trata-se dum momento em que, no contexto histórico em que situamos a narrativa, a insegurança a que nos referimos se materializou em inúmeros incidentes protagonizados por homens armados que ceifaram vidas de inocentes e que destruíram a esperança do homem angolano, como se constata, nas linhas que se seguem.

4.3. Quando nuvens negras matam a esperança

Ao enterrar a esperança na Lunda, de regresso a Luanda, onde se instala, Kalita surpreende-se por se ver despido de todos os “pensamentos assombrosos” (Santos, 2006: 11), pois a aparição de tropas que se propõem tomar de assalto as minas de diamante serviu para consciencializa-lo e certificar que havia chegado o momento de risco para a vida humana, o “Ano da Grande Urgência” (Santos, 2006: 12), isto é, o ano em que se espera realizar eleições gerais em Angola.

¹⁰¹ Vide: Diário da República (1993).

Agora Kalita entendia por que então experimentara um curioso sentimento de angústia. Tivera de repente a intuição do desenlace trágico. (2006: 313)

Como já afirmamos acima, a morte de Jaime, que precedeu a irrupção de homens com armas em punho, era apenas o indício de um ciclo de violência, de tal modo que o narrador lê sinais de pessimismo que se evidenciam em Kalita e observa que Doca, colega de Kalita na Faculdade de Economia, ao debater com este último a propósito dos receios sobre o prelúdio de uma nova guerra, recusa-se a acreditar que a bênção do Sumo Pontífice pudesse afastar de Angola¹⁰² o ambiente bélico que se construía:

(...) – continuou Dorca, impiedoso, aludindo a outros massacres provocados pela guerra depois da independência. O seu pessimismo era manifesto. Nem a recente visita do Papa João Paulo II a Luanda lhe modificava a disposição. (Santos, 2006: 52)

A escolha da Lunda para a concretização da premonição que havia atormentado Kalita e que se materializara no reinício da “guerra surgida depois das eleições multipartidárias” (Santos, 2006: 322) parece-nos concorrer para indicar, entre outras, uma das razões que justificaram o arrastar da guerra civil em Angola: a posse das riquezas minerais por via das armas, fonte de receitas para a aquisição do material bélico. Anstee (1997: 249-250) não deixa de assinalar, com alguma razão, que “a indústria dos diamantes na província da Lunda-Norte era também uma fonte de tensão entre o Governo e a UNITA”. Os diamantes tinham-se convertido em fonte de “dinheiro fácil”, no dizer de Anstee, para o cidadão comum e uma alternativa ao desemprego para os soldados que haviam passado para a vida civil por força dos acordos de paz de 1991. Na visão de Anstee, a quem

¹⁰² O Papa João Paulo II visitou Angola em Junho de 1992.

coube observar o decurso das eleições, os diamantes eram também decisivos para a UNITA “que precisava de financiar as suas operações eleitorais e outras”. Se a região diamantífera da Lunda foi, assim, cenário de disputas entre o governo e a então rebelião da UNITA, com consequências para vidas humanas perdidas desnecessariamente, a própria actividade de extracção artesanal de diamantes produziu também vítimas cujo saldo está ainda por contabilizar, de tal modo que Santos textualizou o fenómeno na forma comovente como Zebedeu Cesarino sucumbiu num túmulo a céu aberto:

Foi numa cova profunda com a sua Bíblia da católica, ilustrada. Nele ficaria preso durante alguns meses, ao sol e à chuva. A Bíblia dissolver-se-ia com Zebedeu Cesarino nas águas paradas do Buraco, flores de jimbandó¹⁰³, que se transformariam em sua dixissa e mortalha (Santos, 2006: 322)

O ambiente bélico do mundo ficcional em que sobreviveu Kalita pode ser verificado, na realidade empírica, nas edições do *Jornal de Angola*, único diário publicado em Angola. Por exemplo, no dia seguinte ao sufrágio, o quotidiano pro-governamental reportava a acusação feita por um dirigente da UNITA, segundo o qual a polícia especial (“polícia de emergência”) teria desviado seis urnas, em Malanje (Norte), na altura em que se fazia a contagem de votos favoráveis a esta formação política. A acusação assim divulgada prosseguia dois objectivos. O primeiro, o de somar mais um argumento às alegações de fraude e manipulação dos dados durante as eleições. Segundo, o de atribuir às forças de segurança pública a responsabilidade pelo reatar do conflito armado. O mesmo veículo de comunicação dá conta da explosão de uma bomba que mata quatro pessoas no aeroporto da cidade do Luena (Este) e fere gravemente sete outras. A aparente

¹⁰³ Planta aquática ninfeácea (*Nymphaea Lotus*), segundo Santos (2006). *O Vento que desorienta o Caçador*. Luanda: Mayamba, p. 326.

neutralidade da informação tende a esconder as fricções que opunham dois exércitos antagónicos em presença. Tal neutralidade reside no detalhe: a bomba ter explodido num local onde se encontravam efectivos desarmados e desmobilizados de ambos os exércitos. Outro pormenor tem a ver com o atribuir a autoria do sucedido a desconhecidos, o que cria na mente do leitor dúvidas sobre os verdadeiros promotores de actos contrários à paz.

O sentimento de medo expresso por Kalita, a alusão do narrador às ameaças das espingardas e ao susto, razão por que o “estado de assustado passara a fazer parte da normalidade” (Santos 2006: 14) dos habitantes do universo fictício, metaforizam o quadro que acima descrevemos com recurso à informação jornalística. Anstee (1997: 94) ajuda-nos a confirmar que o clima psicológico assim criado também se verificou na realidade histórica. Ao descrever o quadro que antecede as eleições de 1992, referindo-se à “imagem sombria” construída pelo Governo em relação às “intenções bélicas” do adversário (a UNITA), Anstee afirma que “a população estava assustada e existia a expectativa generalizada de que a UNITA voltaria a pegar em armas se perdesse”. Um dos dirigentes da UNITA entende, contudo, que os momentos anteriores às eleições infundiram, ao mesmo tempo, “alegria, curiosidade, grande expectativa, e também grande tensão” (Muekalia, 2010: 279). O estado de pânico assim vivido em Angola era, para Anstee (1997: 81), o momento em que se viram as “facções opostas continuarem armadas a percorrer o país”, como bem o recria Santos:

Circulava tanta gente armada pela cidade e nos bairros. A qualquer momento as confusões poderiam eclodir. O que é que levava Kalita, sempre tão calmo, a deixar-se arrastar por aquela aflição? Estariam prestes a rebentar as confrontações? (Santos, 2006: 21-22)

Na realidade histórica, o temor de Kalita manifesta-se, ainda, nas ocorrências de conteúdo político e militar do processo de reconciliação e pacificação que Anstee documenta. A autora, que vivenciou o citado processo, na qualidade de representante especial das Nações Unidas¹⁰⁴, faz alusão à lentidão com que caminhava o desarmamento das unidades que haviam participado na guerra fratricida. Aponta, inclusive, para as discrepâncias entre as estatísticas relacionadas com os que ainda empunhavam armas e os que já trajavam à civil, o que infundia receios de uma provável retoma da guerra, como veio a acontecer. Ao concretizar os depoimentos, Anstee (1997: 87) situa em 9.994 o número de soldados desarmados e desmobilizados do exército governamental, à data de 15 de Abril de 1992, o equivalente a 48,66 por cento dos 20.537 efectivos a licenciar para a vida civil. Por sua vez, a rebelião contabilizava apenas 180 soldados desarmados e desmobilizados, correspondentes tão-somente a 6,45 por cento dos 2.790 a passar à disponibilidade. A UNITA, por seu turno, acusava o Governo de ter integrado os ex-militares do seu exército nas unidades de uma nova instituição policial que acabava de emergir, a “Polícia Anti-Motim”, como documenta Jardo Muekalia (2010: 279) nas memórias que deu à estampa. A verdade é que este tipo de acusações já se tinham convertido em factos políticos ao longo de todo o processo preparatório para as eleições gerais. Para as justificar, um ex-comandante da extinta guerrilha da UNITA, afirma ter testemunhado um invulgar decréscimo das tropas governamentais, passando de 66 por cento conferidas nas casernas para cerca de 32 por cento, em finais do ano de 1991, mas vindo a subir, mais tarde, para 55 e 66 por cento. Essa oscilação é atribuída a uma série de manobras do Governo que teria estado a preparar os efectivos para a guerra (Muekalia, 2001: 63). As alegações das partes em conflito provocavam perturbações na mente dos cidadãos, de tal modo que o texto de

¹⁰⁴ Exerceu a função de Fevereiro de 1992 a Junho de 1993, em Angola.

Santos (2006) que ficciona os factos revela as contradições que o discurso político cultivava:

As regras de convivência fecharam-se depressa, e sem escusadas premeditações. Estavam com pressa. As FAPLA desmobilizavam, mas as FALA apenas acantonavam as suas tropas. Viam-lhes fortemente armados passeando-se pacificamente pela vila; mas sem se misturar, nem acamaradar com a população. (2006: 117)

Os números acima citados, que apenas dizem respeito à primeira fase experimental da vertente militar do acordo de paz, espelham bem o perigo que se escondia por detrás da esperança que os ventos de mudança tendiam a semear.

Já a escassos dias das eleições, ainda se admitia que uma das partes perdedoras, a UNITA, possuía um “exército secreto” pronto a conduzir a guerra, em jeito de expressão de recusa aos resultados do sufrágio. À parte que emitia tais acusações, o Governo, parecia assistir-lhe a razão pelo facto de ter decidido aprovar uma série de textos legislativos que exalavam a intenção de pacificar o País. A 21 de Agosto, por exemplo, a presidência da República decretava a suspensão da “prática de quaisquer actos de recrutamento, recenseamento e registo militar de mancebos para as FAPLA no ano de 1992”¹⁰⁵, sendo a medida interpretada como apaziguadora, pois demonstrava o interesse das autoridades pelo ajustamento do carácter de um exército ao clima de paz que se pretendia instalar. A anteceder tal medida, o Conselho de Ministros decidiu

¹⁰⁵ A lei do serviço militar prevê o recrutamento e a incorporação sistemáticos nas forças armadas. A decisão das autoridades a que se refere está documentada no Diário da República (1992).

decretar apoio social aos militares que seriam desmobilizados¹⁰⁶ dos braços armados em conflito (FAPLA e FALA), tendo criado um Gabinete Ministerial Permanente destinado a apoiar os desmobilizados já referidos. Apesar desses gestos, os focos de tensão não cessavam de crescer. Em relação ao citado exército secreto, segundo os registos de Anstee (1997: 88), os números citados rondavam os 20 000 homens do alegado exército que não chegou a dar prova da sua existência:

De 26 de Maio a 2 de Junho (1992) as equipas sobrevoaram a área em helicópteros da UNAVEM e visitaram posições na província de Cuando Cubango. Não conseguiram encontrar o alegado exército secreto, mas em cinco localidades as observações demonstraram a existência de várias centenas de militares da UNITA que não tinham sido declarados. (1997: 89)

Se é verdade que não se ficou a saber, até hoje, com quantos efectivos contou a UNITA para resistir aos combates após as eleições, não é menos verdade que a capacidade militar e o tempo que durou a guerra suscita a questão de saber se, quer a UNITA, quer a outra parte beligerante não terão ambas premeditadamente planeado, cada parte à sua medida, o ciclo de confrontações que se arrastaram até à morte, em combate, do líder da UNITA, Jonas Savimbi, a 22 de Fevereiro de 2002, em Lucusse (Moxico, a mais de 1300 km a Leste de Luanda), acontecimento de que resultou a rendição dos restantes membros da cúpula da guerrilha e o fim da guerra pós-eleitoral. O nível da violência em que se situaram os primeiros reencontros que ascenderam a guerra, no dia 31 de Outubro de 1992, em Luanda, entre os militares leais ao Governo e afectos à UNITA justifica as suspeitas sobre as reais intenções de fazer a paz. Aliás, um dos influentes

¹⁰⁶ O apoio aos militares licenciados à disponibilidade foi causa de reiterados impasses do processo de pacificação. (vejam-se os documentos oficiais sobre as decisões do Governo neste domínio em Diário da República, 1992).

chefes militares da UNITA considera a “desconfiança exagerada” entre os signatários dos acordos de paz como uma das causas do descarrilamento do processo de pacificação (Chassanha, 2001: 57), o que deixa a entender não ter havido condições objectivas para a cessação da guerra.

4.4. Romance como representação do real

A guerra iniciada em Luanda, que durou três dias (entre 31 de Outubro e 3 de Novembro de 1992), poucos dias depois da ida dos eleitores às urnas, constitui a temática da narrativa de Arnaldo Santos.

Apesar dos recursos estéticos que o caracterizam como texto ficcional, o romance de Arnaldo Santos conduz-nos imediatamente à história recente de Angola, vista como fenómeno social capaz de ser representado. À abertura, a alusão do narrador ao “ano das primeiras eleições multipartidárias”, a localização do cenário num dos recintos do lazer na capital angolana e a evolução da trama narrativa denunciam o convívio do discurso ficcional com o discurso historiográfico. Por esta razão, o protagonista do romance de Santos, Kalita, apresenta traços que nos permitem associá-lo a uma das personagens que marcou um dos principais processos históricos que foi gerado pelo vento de mudanças vindo da Europa do Leste: Jonas Savimbi. Reza a história que no ano de 1990, a administração norte-americana (EUA) e o poder soviético (URSS) decidiram pôr fim ao apoio militar aos beligerantes em Angola. As restantes potências ocidentais também deveriam, em função disso, cessar a assistência militar às partes: ao Governo e à UNITA. A fórmula assim concebida envolvia três actores: EUA, URSS e outras

potências; daí a designação “Triplo”. A interdição de levar apoio militar aos contendores foi apelidada de “Zero”; daí a denominação “Triplo Zero” à cláusula que impôs o fim da ajuda militar à UNITA e ao Governo de Angola. As actividades diplomáticas que conduziram ao “Triplo Zero” visavam assegurar a criação de condições para a paz em Angola e a realização de eleições gerais. Face ao descarrilamento do processo de paz e de reconciliação nacional, a guerra reinstala-se em Angola, em 1993. O Governo, estando sob a sua alçada os recursos financeiros do País, obviamente tinha grande margem de manobras para se equipar militarmente. A UNITA sofreu maiores consequências do “Triplo Zero”. Privada de apoios externos, fez recurso às fontes ao seu alcance e os diamantes encabeçaram a lista das alternativas, como assinala Anstee (1990). A guerrilha comandada por Jonas Savimbi ocupou extensas zonas mineiras na Lunda, o que parece ser verosimilhante à ida de Kalita àquela província, assumindo-se como caçador de oportunidades, desorientado pelo vento Leste. A desorientação do protagonista romanesco pode ser entendida como textualização dos factos históricos que ocorreram antes e depois da derrota eleitoral da UNITA¹⁰⁷ e que causaram o desnorte da liderança desta formação política. O carácter alucinatório de Kalita e a desorientação de Jonas Savimbi podem ser lidos a partir do valor simbólico dos antropónimos. Pressuponhamos que Kalita seria a corruptela de “Kadita” que, em Kimbundu, fornece, entre outros sentidos, a ideia de “volátil”, “penado”, “fugidio”, “fútil”; Savimbi, em ovimbundu, significa “pai de cadáveres” (ou seja, “sa” [pai] + “vimbi” [cadáver]). Ora o poder da palavra, segundo a concepção cosmogónica dos povos bantu, produz efeitos espirituais que se repercutem na vida dos indivíduos. Isto é, o poder da palavra é assegurado pelo princípio espiritual de semelhança: semelhante

¹⁰⁷ A UNITA obteve 34, 10 por cento dos votos, em 1992, contra os 53, 47 ganhos pelo MPLA. Jonas Savimbi conquistou 40,07 por cento em desvantagem, vistos os 49,57 alcançados pelo seu rival e actual presidente da República, José Eduardo dos Santos.

gera semelhante, querendo isto dizer que o efeito é semelhante à sua causa (Souindoula, 1987: 169-177). Esta é a razão por que em muitas comunidades bantu a escolha do nome a atribuir a um recém-nascido cabe a uma instituição que a concebe cuidadosamente para prevenir os efeitos sobre o comportamento futuro. Assim, o conteúdo (= causa) dos antropónimos expressos pelas palavras “Kalita” e “Savimbi” produziria efeitos condizentes com o respectivo sentido. Deste modo, Kalita sofreria os efeitos que se manifestariam como ente penada ou fugidia, que viveria sem destino certo. Sobre os ombros de Savimbi pousaria o peso de cadáveres.

À luz desta visão cosmogónica bantu, como interpretar o acontecimento mais marcante que caracterizou a desorientação de Jonas Savimbi, descrito por Anstee (1997: 286), segundo a qual o líder da UNITA, para escapar do risco que se aproximava, com a degradação do clima político e militar depois das eleições, pôs-se num caixão que seguiu viagem, como se de cadáver se tratasse, para um refúgio?

No dia seguinte (quarta-feira, 7 de Outubro) logo de manhã cedo a nossa suspeita de que o Dr Savimbi tinha saído de Luanda há já vários dias foi confirmada. (...) o líder da UNITA tinha-se escondido num caixão e fora transportado, desta forma macabra, de Miramar para o aeroporto de Luanda, onde um avião da UNITA o levou até ao Huambo (1997: 286)

Por analogia à desorientação de Kalita, o desvairo de Jonas Savimbi manifestou-se, no começo, por via de discursos contraditórios em relação ao programa de Governo que havia apresentado aos eleitores e das declarações ocasionais que produziu quando informado sobre os resultados do pleito que lhe não foram vantajosos. Anstee (1997: 275) assinalou a *ambiguidade e desassossego* que um dos discursos de Savimbi gerou: “era

difícil discernir as verdadeiras intenções por detrás destas sibilinas e por vezes contraditórias palavras”.

A desorientação exteriorizada por Jonas Savimbi continuou a manifestar-se com a rejeição dos resultados do sufrágio e chegou ao extremo quando se recusou a participar num governo de reconciliação nacional. Antecedeu esta atitude a retirada dos oficiais superiores da UNITA do exército nacional que havia sido formalmente proclamado na véspera das eleições com a finalidade de evitar-se a violência através das armas. Uma resolução das Nações Unidas regista bem a condenação das instâncias internacionais ao boicote da UNITA aos esforços de estabilidade política e militar¹⁰⁸. Muekalia (2010) reproduz registos de acontecimentos que denotam, a nosso ver, o estado de desorientação em que a UNITA se viu mergulhado. A crer nos depoimentos do político ligado à UNITA, mesmo depois das eleições Jonas Savimbi semeou um estado de exaltação quando pronunciou um discurso, em 1996, num congresso, em que qualificou o acordo de paz de 1991 de “erro” político por ele cometido:

Cada um dos presentes interpretou o discurso à sua maneira. Uns acharam que o Mais-Velho estava excessivamente pessimista, outros acharam-no fatalista, e outros, ainda, julgaram o discurso como reflexo de ausência de fé na viabilidade da luta política. (2010: 300-301)

Outro depoimento publicado por um ex-dirigente militar da UNITA, Urbano Chassanha (2000: 62), faz menção ao que considera “erro de importância capital” cometido pela UNITA no momento da pré-campanha eleitoral, em 1992. Trata-se do facto de um

¹⁰⁸ Trata-se, entre outras resoluções, da resolução 804, de 29 de Janeiro de 1992, do Conselho de Segurança da ONU.

membro da liderança da UNITA ter declarado aos jornalistas que a sua formação política iria “rever todos os contratos económico-financeiros acordados pelo anterior governo” caso viesse a ganhar eleições. Segundo Chassanha, a afirmação desencorajou os investidores estrangeiros já implantados no País na área petrolífera.

Um texto escrito com objectividade e equidistância raras que se pode encontrar num político que esteve nas fileiras da UNITA e próximo de Jonas Savimbi, as memórias de Muekalia apontam, ainda, a apreciação que um observador norte-americano fez em relação à desorientação de Savimbi:

O professor Martin James, da Universidade de Arkadelphia, Arkansas, uma das visitas vindas do exterior, exprimiu assim o seu ponto de vista: “Como homem, o Dr Savimbi está a atravessar o momento mais difícil da sua vida, pois acordos os obrigam-no a ceder um instrumento de luta que construiu de raiz durante anos, um exército que não foi derrotado no campo de batalha e a coisa mais importante que realizou na sua vida. Ele é humano e simpatizo com a sua angústia”
(Muekalia, 2010: 301)

Convém notar que a desorientação que abalou a UNITA após a derrota nas eleições de 1992 alastrou-se anos a fio, tendo-se agravado com a manifestação oficial de divórcio por parte da administração norte-americana ao concluir que apoiar o Governo de Luanda na construção da paz era a opção mais adequada em vez sustentar uma guerra na vã tentativa de conduzir a UNITA ao poder. Em relação a esta posição norte-americana, Muekalia (200: 315-317) narra o sucedido quando entidades americanas se reuniram em Washington, em 1998, acabando por aconselhar o Governo dos EUA a repensar as relações com Savimbi e a apoiar o poder político eleito em Angola.

4.5. Do vento da imaginação ao da verdade

Como a nossa pretensão é o de demonstrar a relação que o texto ficcional estabelece com o real, tendo como base de sustentação da historicidade fontes documentais (incluindo memórias) como acabamos de fazer, seria nossa a obrigação de mobilizar fontes documentais que servissem para a provar. Em relação à obra de Pepetela, encontramos uma abundante documentação que encontramos nos arquivos. A nossa tarefa consistiu, então, no estudo de documentos que conservam provas do que se passou ao longo da luta da guerrilha contra o sistema colonial, particularmente os detalhes referentes à presença dos nacionalistas na região do Mayombe que dá título ao romance. Quanto à narrativa de Wanhenga Xitu, os textos da legislação, os escritos administrativos e estudos da economia da época ajudaram-nos a construir a leitura do sentido do narrado na sua relação com o real. Em relação a Arnaldo Santos coloca-se o problema de acesso à documentação oficial. Tratando-se de texto ficcional que remete para um processo histórico recente que envolveu a intervenção da diplomacia e do exército, as restrições bloqueiam o contacto do investigador com os textos ainda reservados pelo Estado. Perante estas constringências, um trabalho científico corre o risco de limitar-se a produzir resultados de teor “especulativo” e de estar condenado a ser avaliado e rotulado pelos pares como “incompleto”, como refere Keylor (2001: 505), referindo-se às dificuldades de acesso às fontes relativas à investigação em História. Para este autor americano, os problemas de acesso aos documentos, quando estes dizem respeito a eventos recentes, acentuam-se sobretudo nos países onde os governos não se prestam a abrir os arquivos aos académicos mesmo após um período que medeia entre os factos documentados e o interesse dos investigadores pelos documentos. A alternativa, segundo ele, tem sido o recurso às memórias que vêm sendo publicadas por

funcionários, o que geralmente acontece após estes “abandonarem a vida pública”. Valemo-nos deste tipo de fonte primária para sustentar a construção do sentido do texto ficcional que estudamos neste capítulo. Referimo-nos às memórias de Anstee (1997) que representam uma valiosa fonte material, já que os textos oficiais que documentam o processo de negociação política, diplomática e militar no período antes e depois das eleições gerais de 1992 em Angola são ainda inacessíveis.

Visto o problema que se coloca em relação ao acesso aos documentos oficiais, a demonstração da historicidade de algumas digressões do narrador patentes no romance de Arnaldo Santos fica limitada a simples referência à experiência, o que apouca o valor das nossas reflexões, embora tal facto não nos impeça que sobre tais episódios se produza semiose. É o caso da crítica social que se formula ao descaminho dos meios de transporte das forças armadas para fins particulares: “mesmo os camiões da Logística das FAPLA¹⁰⁹ estavam a ser vendidos ao desbarato” (Santos, 2006: 90). Actualmente, os veículos pesados a que alude o texto ficcional circulam livremente em algumas cidades de Angola; outrora pertencentes ao exército, converteram-se, após repintura e alterações de vária ordem, para carregamento de mercadorias para civis ou, no caso de camiões-cisterna, para comercialização da água às zonas habitacionais da periferia privadas de rede pública da água potável. A apropriação de bens de equipamento do exército nacional, quer por militares, quer por civis evidenciou-se entre os anos de 1991 e 92, momento em que, por exigências do processo de pacificação, decorria a reestruturação dos ramos integrantes do exército nacional com vista a adequá-los ao

¹⁰⁹ FAPLA, “Forças Armadas Populares de Libertação de Angola”, sigla substituída por FAA (Forças Armadas Angolanas), isto é, o novo exército que fundiu o braço armado da então rebelião armada (FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola).

contexto político em que se viu criado o novo exército republicano¹¹⁰ integrado por efectivos vindos de ambas as partes até então beligerantes.

O conjunto de digressões inscritas na narrativa de Arnaldo Santos não assume um papel meramente decorativo. Embora se admita, teoricamente, que se colocam à margem da narrativa, no caso do romance de Arnaldo Santos pode dizer-se que as digressões se constituem em suporte do discurso¹¹¹ crítico do narrador. No texto em estudo, narrador que procura apontar, com subtileza, a responsabilidade política e jurídica das entidades titulares de cargos públicos e altos funcionários na degradação da situação que conduziu à letargia da economia nacional em tempo de guerra e nos intervalos curtos entre a guerra e a paz fugaz. Por exemplo, a referência ao envolvimento de oficiais superiores da polícia no desvio de diamantes extraídos pela companhia estatal ENDIAMA¹¹² transporta o leitor para um momento da realidade histórica em que o Estado estendia as mãos à comunidade internacional suplicando ajuda para financiar as primeiras eleições gerais, ao mesmo tempo que as fontes de financiamento interno se viam delapidadas pelos próprios cidadãos nacionais.

Salvador servia de ligação com o Comando da polícia mineira, e sabia do que falava (...). O helicóptero da ENDIAMA – a empresa nacional que tinha o monopólio da exploração dos diamantes – já não bondava os garimpeiros de rajadas de metralhadora. (Santos, 2006: 114)

¹¹⁰ O exército que resulta da fusão das FALA às FAPLA foi proclamado a 27 de Setembro de 1992.

¹¹¹ Na acepção de Genette [(1972). *Figures*. Vol III. Paris: Seuil.] visto como consequência do acto de enunciação do narrador que visa um destinatário determinado.

¹¹² Empresa Nacional de Diamantes.

Outras referências do discurso crítico do narrador tendem a registar desvios de comportamento que punham em causa a moral pública: “mwatas dados a cubebas extraconjugais com catorzinhas”¹¹³ (Santos, 2006: 45). A experiência autoriza-nos a relacionar a postura assim denunciada a um momento determinado, na década de 90. Quando Luanda se reduziu ao principal abrigo para os que fugiam à guerra, emergiu uma legião de meretrizes a cujas integrantes, por se situarem na faixa etária inferior aos 20 anos (indo dos 14 anos de idade), coube a alcunha de “catorzinhas”. Havendo pobreza, quase generalizada, altos funcionários e entidades respeitadas eram vistos a negociar os serviços efémeros das “catorzinhas” ou a contratar como amantes parceiras pertencentes a esta classe. O mercado sofria do vazio do pluralismo no domínio da comunicação social acoplada aos compromissos com o poder político, de tal modo que temáticas como as que versam a propósito do escandaloso descaminho dos equipamentos do exército nacional para fins pessoais habitavam a lista de assuntos tabu, o que priva a investigação de uma das fontes sobre tais assuntos: jornais e revistas.

A transacção com a narrativa de Arnaldo Santos que aqui termina detectou a dimensão histórica e documental do romance em estudo e a relação que procuramos estabelecer entre *O Vento que desorienta o caçador* e as obras de dois escritores estudados nos capítulos precedentes demonstrou haver pertinência na escolha da perspectiva de leitura adoptada. Tal pertinência consiste no facto de os três romances, de autores diferentes, permitirem revisitar a história recente de Angola pela conexão entre o universo ficcional projectado pela imaginação dos cultores da arte e a realidade histórica documentada¹¹⁴. A conexão assim estabelecida destrói as tentativas de uma leitura imanente do texto, pois válida a historicidade do texto ficcional, já que, no caso em estudo, coexistem

¹¹³ “Muata” (dirigente, dignitário); “cubeba” (relações); “catorzinhas” (raparigas menores de 18 anos).

¹¹⁴ As entrevistas concedidas a Michel Laban (1991) pelos três escritores cuja obra foi objecto de estudo neste trabalho permitem perceber de que modo se relaciona o ficcional e o real.

eventos e personagens de papel e eventos e personagens históricas. Como eventos históricos podem citar-se os que permitem aferir tratar-se de uma narrativa em torno das primeiras eleições gerais realizadas, na realidade histórica, em Angola, em 1992. No que respeita às personagens históricas, as alusões do narrador a nomes de entidades historicamente existentes como Margaret Joan Anstee (representante especial da ONU), José Eduardo dos Santos (Presidente da República de Angola) e Jonas Savimbi (líder da UNITA) não desmentem a historicidade do ficcional, se bem que tais antropónimos por si só não garantam o teor documental da narrativa em causa. Pode concluir-se, finalmente, que o paradigma interpretativo seguido por nós para valorizar os sentidos construídos¹¹⁵ em torno do objecto de estudo, isto é, a narrativa de ficção, permitiu-nos aproximar o mundo possível criado por Arnaldo Santos dos factos históricos empiricamente verificáveis. Pensamos ter realizado, por esta perspectiva de leitura, o objectivo definido para este trabalho.

¹¹⁵ Na esteira do pensamento formulado por Lessard-Hébert, Michelle. (2010). Questões de paradigmas e de linguagens. Em Lessard-Hébert, M. *Investigação qualitativa – fundamentos e práticas* (4ª ed.). Lisboa: Piaget, pp. 31-33.

Referências bibliográficas e documentais

AA.VV. (1987). *Programa de Saneamento Económico e Financeiro*. Luanda: Gráfica

Popular.

Anstee, Margaret Joan. (1997). *Órfão da Guerra Fria – radiografia do colapso do*

processo de paz angolano 1992/93. Porto: Campo das Letras.

Bastos, Alcmeno. (2007). *Introdução ao Romance Histórico*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

Gonçalves, Jonuel. (2010). Paralelo ou Informal - A Economia de Sobrevivência. Em

Gonçalves, J *Franco Atiradores – informal e espontâneo nas vias de abertura em Angola*. Luanda: Mayamba, pp. 105-121.

Mateus, D. Cabritas. (2010). A luta pelo poder. Em Mateus, D.C. e Mateus, Álvaro.

Purga em Angola – Nito Alves/Sita Valles/Zé Van Dunem – o 27 de Maio de 1977. (4ª Ed.). Afragide: Texto Editores, pp. 176-183.

Muekália, Jardo. (2011). *A segunda revolução – memórias da luta pela democracia*. 2ª

ed. Porto: Sextante.

Ceia, Carlos. (2007). O trabalho linguístico e estilístico. Em Ceia, C. *A Construção do*

Romance. Coimbra: Almedina, pp. 159-169.

Courtés, J e Greimas, A. J. (s.d.). *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Col.

HU Lingvistique. Paris: Harchette.

Dutra, Robson. (2009). *Pepetela e a Elipse do Herói*. Luanda: UEA.

- Eco, Umberto. (1992). *Os Limites da Interpretação*. Lisboa: Difel
- Howe, Irving. (1998). *A Política e o Romance*. São Paulo: Perspectiva.
- Ignátiev, Oleg. (1981). José Guilmore – Agente da CIA. Em Ignátiev, O. *Uma arma Secreta em África*. Moscovo: Ed. Progresso, pp. 23-66
- Júnior, Benjamin A. (2002). Notas sobre a utopia, em Pepetela. Em Chaves & Macedo. *Portanto... Pepetela*. Luanda: Chá de Caxinde.
- Genette, Gérard. (1972). *Figures* (vol. III). Paris. Seuil.
- Greimas, A. Julien. (1966). *Sémantique Structurale*. Paris: Larousse.
- Keylor, William R. (2001). Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial (1985-1995). Em Keylor, W. *História do Século XX – Uma síntese*. Mira-Sintra: Quixote, pp. 503-577.
- Laban, Michel. (1991). *Angola – Encontro com Escritores* (vol. II). Maia: Fund. Eng. A. de Almeida.
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola (2008). *História do MPLA*. Luanda: CDIH.
- Muekalia, Jardo. (2011). *Angola: A Segunda Revolução – Memórias da luta pela Democracia*. Porto: Sextante.
- Pacheco, Carlos. (1997). *MPLA – um nascimento polémico*. Lisboa: Vega.
- Pélissier, René e Vaeeler, Douglas. (2011). O confronto político antes de 1961, in

- Pélissier, R. *História de Angola*. Lisboa: Tinta da China, pp. 223-248.
- Pepetela. (1993). *Geração da Utopia*. Lisboa: Pub. D. Quixote.
- Pepetela (1985). *Mayombe*. Luanda. UEA.
- Tali, Jean-Michel Mabeko. (2001). *Dissidências e poder de Estado: MPLA perante si próprio* (vol. I: 1962-1974). Luanda: Nzila.
- Tomachevski, Boris. (1978). Temática. Em Todorov, Tzvetan. *Teoria da Literatura* (vol. II). Lisboa: Ed. 70, pp. 153-201.
- Tenaille, Frank. (1979). Guiné-Bissau et Cap-Vert. Em Tenaille, F. *Les 56 Afriques – Guide politique/I de A à L*. Paris: Maspero, pp. 185-190.
- Santos, Arnaldo. (2006). *O Vento que desorienta o Caçador*. Luanda: Nzila.
- Xitu, Wanhenga. (1990). *O Ministro*. Luanda: Caxinde.
- Venâncio, José Carlos. (1990). Posfácio. Em *O Ministro*. Luanda: Caxinde, pp. 415-420.
- Vicente, São. (1994). As Causas da Crise Económica. Em *A Estabilização da Economia de Angola*. Luanda: EA, pp. 14-22.

Jornais e documentos administrativos

Diário da República

1978. (I Série nº 136, de 10 de Junho). Lei nº 7/78

(Actualiza disposições na Lei dos Crimes Contra a Segurança do Estado)

1991. (I Série nº 20, de 11 de Maio).

Um conjunto de leis, na sequência da instituição do multipartidarismo:

Lei nº 13/91: Da nacionalidade.

Lei nº 14/91: Das Associações.

Lei nº 15/91: Dos Partidos Políticos.

Lei nº 16/91: Sobre o Direito de Reunião e de Manifestação.

Lei nº 17/91: Sobre o Estado de Sítio e Estado de Emergência).

1991. (I Série nº 25, de 15 de Junho). Lei nº 23/91.

(Lei da Greve aprovada pela Assembleia do Povo)

1991. (I Série nº 53, de 27 de Dezembro). Lei nº 30/91.

(A lei regula a venda e compra de diamantes)

1991. (I Série nº 53, de 27 de Dezembro). Decreto nº 79/91.

(Estabelece regras para o combate à fraude no domínio de tráfico de diamantes e ouro)

1991. (I Série nº 54, de 30 de Dezembro). Aviso nº 6/91.

(O aviso do Banco Nacional de Angola desvaloriza em 100 por cento a moeda nacional)

1992. (I Série nº 19, de 15 de Maio). Decreto nº 20/92.

(O Estado autoriza o exercício da actividade de comercialização de diamantes e metais no País)

1992. (Série nº 17, de 24 de Abril). Aviso nº 3/92.

(O Banco Nacional de Angola anuncia a desvalorização da moeda nacional)

1992. (I Série nº 27, de 10 de Julho). Decreto nº 30/92.

(Acerca do apoio social a atribuir aos militares desmobilizados)

1992. (I Série nº 32, 14 de Agosto). Despacho nº 3/92.

(Presidência da República cria Gabinete Interministerial Permanente para apoiar os militares desmobilizados)

1992. (I Série nº 28, de 17 de Julho). Decreto presidencial nº 67/92.

(convoca as primeiras eleições gerais para 29 e 30 de Setembro de 1992)

1992. (I Série nº 33, de 21 de Agosto). Decreto executivo nº 38/92

(Descreve as normas sobre a acção fiscalizadora do Estado às actividades geológicas e mineiras)

1992. (I Série nº 33, de 21 de Agosto). Decreto presidencial nº 68/92.

(decreta a suspensão de actos de recrutamento, recenseamento e registo militar de mancebos para o exército nacional –Forças Armadas Populares de Libertação de Angola [FAPLA])

1992. (I Série, 4º Suplemento nº 34, de 28 de Agosto). Lei nº 21-D/92

(A Lei Sindical é aprovada pela Assembleia do Povo)

1993. (I Série nº 26, de 2 de Julho de 1993). Resolução nº 11/93

(Convoca o patriotismo da população angolana e exorta o Governo, as Forças Armadas, os partidos políticos legalizados e a sociedade civil a mobilizarem-se para defender o País face à retomada das armas pela rebelião da UNITA)

Jornal de Angola

(textos apócrifos)

1991 (2 de Abril, nº 5000, ano 14). Taxistas sobem preços, bombas com fraco movimento, p. 2.

1991 (2 de Abril, nº 5000, ano 14). Ameaça de greve numa empresa francesa (em causa o cabaz alimentar), pp. 1-2.

1991 (2 de Abril, nº 5000, ano 14). Médicos e enfermeiros divididos, p. 3.

1991 (2 de Abril, nº 5000, ano 14). Huila: Bandag reduz produção, p. 3

1991 (18 de Abril, nº 5013, ano 17). União Soviética: quem se aproveita da onda de greves? p. 4

1992 (1 de Outubro, nº 5472, ano 17). UNITA contra a polícia e o MPLA prevê vitória, p. 1.

1992 (10 de Outubro, nº 5478, ano 17). Bomba explode e mata 4 no Luena, p. 1

Gonçalves, Osvaldo. (1991, 20 de Maio). Greve: o direito e as normas. *Suplemento 2º*

Caderno, Jornal de Angola. Luanda. Ed. Novembro, pp. 1-2

Kostikov, Viacheslav. (1991, 22 de Maio). União Soviética: Quem se aproveita da

onda de greves. *Jornal de Angola*. Luanda: Ed. Novembro, p. 4.

Souindoula, Simão. (1987, nº 7). A poligenia dos povos bantu. *Muntu*. Libreville:

CICIBA, pp. 169-177.

CONCLUSÃO GERAL

O nosso estudo visou demonstrar como três romances de escritores angolanos estabelecem a conexão com a realidade histórica documentada.

Na primeira parte (capítulo 1) do trabalho, expomos os fundamentos teóricos que sustentam a discussão que se estende do segundo ao quarto capítulo. Sintetizamos as implicações teóricas dos procedimentos metodológicos utilizados e a problemática que orienta a discussão.

A análise do material empírico realizou-se nos capítulos 2, 3 e 4, lugar onde demonstramos como se organiza a relação entre a matéria ficcional criada pelos três escritores, cujas obras serviram de corpus à investigação, e os factos da realidade histórica que encontramos nas fontes documentais escritas, entre as quais documentos administrativos e textos de legislação.

Os resultados da nossa investigação demonstram que a escolha da perspectiva metodológica para o estudo permitiu constatar que as três obras de ficção estudadas são produtos da recriação da matéria de extracção histórica. Essa conclusão geral decorre da confrontação do conteúdo de documentos oficiais, artigos e notícias de jornal, memórias, procedimento que se opõe à leitura imanente do texto literário.

Para a realização do objectivo fixado, fizemos recurso aos documentos oficiais, aos textos de jornais e às memórias.

A primeira categoria de fontes relaciona-se com o processo político e militar e serviu-nos para verificar os registos sobre os eventos ocorridos ao longo de determinados períodos da história do nacionalismo angolano. Os acontecimentos que marcaram as diferentes fases de evolução da luta clandestina contra o colonialismo, particularmente os que dizem respeito à chamada II Região Militar, na região de Cabinda, no início da década de 60 até 1975, documentados e conservados nos arquivos do MPLA, permitiram-nos verificar, no capítulo 2, que Pepetela se terá valido dos factos realmente havidos para criar a obra da arte que intitulou *Mayombe*, nome tomado à floresta que serviu de abrigo dos guerrilheiros durante cerca de uma década. Parte da documentação produzida pelas autoridades depois da ascensão do País à independência, em 1975, auxiliou a nossa investigação no que respeita, no capítulo 3, aos problemas sociais ficcionados por Wanhenga Xitu em *O Ministro*.

Quanto à segunda categoria de fontes, as edições de jornais documentam a agitação social que marcou, nos anos 90, a transição do regime fundado nos ideais do socialismo soviético para uma sociedade aberta à coexistência de diferenças políticas e ao capital ocidental, até então o visto com repugna pelo poder. O conjunto da legislação produzida no País desde a proclamação da independência e inserida no jornal oficial (Diário da República) conduziu-nos, no capítulo 4, aos registos de factos históricos recriados quer

por Arnaldo Santos, em *O Vento que Desorienta o Caçador*, quer por W. Xitu cuja obra nomeamos atrás.

O uso de memórias justifica-se por conterem informações em primeira mão acerca de detalhes que envolvem o processo de negociações e materialização dos compromissos assumidos pelos políticos durante os preparativos para a realização das eleições gerais em Angola. A relevância de tais escritos para a compreensão da história recente de Angola acentua-se pelo facto de os arquivos que alojam documentos relacionados com o processo de pacificação, reconciliação e organização, pela primeira vez, do pleito eleitoral permanecerem nos nossos dias vedados aos investigadores.

As reflexões que se inserem no texto deste trabalho podem, assim, constituir um recurso pedagógico e didáctico, já que gerações de leitores têm documentado e explicado aqui o contexto histórico em que se situam as informações que se ouvem das vozes de seres de papel que se movem nas narrativas de Pepetela, W. Xitu e A. Santos, informações que seriam de difícil consumo sem a devida explicação.

O facto de qualquer obra literária prestar-se a diferentes perspectivas de leitura, outros estudos ficam por realizar. Se *Mayombe* ainda carece de estudos que aprofundem a simbólica do topónimo que lhe dá o título e dos antropónimos das personagens para a elaboração do sentido. *O Ministro* parece afirmar-se, no caso da literatura angolana, como ponto de partida para reflexões acerca das tendências que se avolumam na África a sul do Sahara e que se manifestam na construção de narrativas híbridas, isto é, textos

de ficção que suportam a intromissão de um discurso da verdade proferido pela voz do próprio autor. Tratam-se de textos que intercalam o imaginário e o real inscritos no material ficcional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras dos autores estudados

Pepetela. (1985). *Mayombe*. Luanda: UEA.

Pepetela. (1989). *Lueji (O nascimento dum Império)*. Luanda-Porto: UEA-ASA

Pepetela. (1993). *Geração da Utopia*. Lisboa: Pub. D. Quixote.

Santos, Arnaldo. (2006). *O Vento que desorienta o Caçador*. Luanda: Nzila.

Xitu, Wanhenga. (1990). *O Ministro*. Luanda: Caxinde.

Estudos sobre a literatura angolana em geral

Dutra, Robson. (2009). *Pepetela e a Elipse do Herói*. Luanda: UEA.

Chaves, Rita. (1999). *A formação do romance angolano*. S. Paulo: FBLP.

Ervedosa, Carlos. (1989). *Roteiro da Literatura Angolana*. Luanda: UEA.

Júnior, Benjamin A. (2002). Notas sobre a utopia, em Pepetela. Em Chaves & Macedo.

Portanto... Pepetela. Luanda: Chá de Caxinde.

Laban, Michel. (1991). *Angola – Encontro com Escritores* (vol. II). Maia: Fund. Eng.

A. de Almeida.

Laranjeira, Pires. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: U.A.

- Laranjeira, Pires. (1986). Política, jornalismo e literatura africana. Em AA.VV. *Jornalismo e Literatura* (Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro). Porto: Vega, pp. 103-114.
- Mata, Inocência. (2006). *Laços de Memória & Outros Ensaios Sobre Literatura Angolana*. Luanda: UEA
- Neves, João Alves das. (1986). O ensino da história da imprensa de língua portuguesa no mundo. Em AA.VV. *Jornalismo e Literatura* (Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro). Porto: Vega, pp. 33-40.
- Portugal, Salina. (2001). *A Máscara do Sagrado – uma leitura mitocrítica de Mayombe*. Lisboa: INCM.
- Riaúzova, Helena. (1986). *Dez Anos de Literatura Angolana*. Luanda: UEA.
- Russell, Hamilton. (1981). *Literatura Africana. Literatura Necessária I – Angola*. Lisboa: Ed 70.
- Trigo, Salvato. (1986). Palavras prévias. Em AA.VV. *Jornalismo e Literatura* (Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro). Porto: Vega, pp. 9-14
- Santos, Eugénio dos. (1986). Algumas reflexões sobre a imprensa em Portugal no séc. XIX. Em AA.VV. *Jornalismo e Literatura* (Actas do II Encontro Luso-Afro-Brasileiro). Porto: Vega, pp. 28-33
- Secco, Carmen . T. (2008). *A Magia das Letras Africanas – Ensaios sobre as literaturas de Angola e Moçambique e outros diálogos*. Rio de Janeiro: Quartet.
- Soares, Francisco. (2004). *Quissanje* (por Tomaz Vieira da Cruz). Lisboa: INCM.
- Venâncio, José Carlos. (1990). Posfácio. Em Xitu, W. *O Ministro*. Luanda: Caxinde, pp.

415-420.

Venâncio, J. Carlos. (1992). *Literatura e Poder na África Lusófona*. Lisboa: ICALP.

Venâncio, J. Carlos. (2004). *Jaime Bunda versus Sem Medo – Nacionalismo e Estado*

Pós-Colonial em Angola no registo de um dos seus escritores. Texto inédito,

Universidade da Beira Interior, Centro de estudos Sociais.

Estudos gerais sobre Angola

AA.VV. (1987). *Programa de Saneamento Económico e Financeiro*. Luanda: Gráfica

Popular.

Anstee, Margaret Joan. (1997). *Órfão da Guerra Fria – radiografia do colapso do*

processo de paz angolano 1992/93. Porto: Campo das Letras.

CEA – Centro de Estudos Angolanos. (s.d.) *História de Angola*. Lisboa: Afrontamento.

Chassanha, Urbano. (2000). *Angola – Onde os Guerreiros Não Dormem*. Lisboa: Quod.

Chaves, Rita. (2002). *A Formação do Romance Angolano*. FUL.

Chaves, R. & Macedo. (2002 b). *Portanto... Pepetela*. Luanda: Chá de Caxinde.

Dilolwa, Carlos Rocha. (1983). *Contribuição à História Económica de Angola*. Luanda:

Endipu.

Gonçalves, Jonuel. (2010). *Franco Atiradores – informal e espontâneo nas vias de*

abertura em Angola. Luanda: Mayamba.

Inide. (1990). *História*. Luanda: INIDE.

Ignátiev, Oleg. (1981). *Uma arma Secreta em África*. Moscovo: Ed. Progresso.

Mateus, Dalila Cabrita & Mateus, Álvaro. (2010). *Purga em Angola –*

Nito Alves/Sita Valles/Zé Van Dunem –o 27 de Maio de 1977 (4ª edição).

Alfragide: Texto Editores.

Mbah, Jean Martial Arsene. (2010). *As Rivalidades Políticas Entre a Frente Nacional*

de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento de Libertação de Angola

(MPLA) [1961-1975]. Luanda: Mayamba.

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola. (2008). *História do MPLA*.

Luanda: CDIH.

Muekalia, Jardo. (2011). *Angola: A Segunda Revolução – Memórias da luta pela*

Democracia. Porto: Sextante.

Pacheco, Carlos. (1997). *MPLA – um nascimento polémico*. Lisboa: Vega.

Parreira, Adriano. (2003). *Dicionário de Biografias Angolanas (séculos XV-XVII)*.

Luanda: Kulonga.

Pélissier, René & Vaeeler, Douglas. (2011). *História de Angola*. Lisboa: Tinta da

China.

Tali, Jean-Michel Mabeko. (2001). *Dissidências e poder de Estado: MPLA perante si*

próprio (vol. I: 1962-1974). Luanda: Nzila.

Tali, Jean-Michel Mabeko. (2001 b). *Dissidências e poder de Estado: MPLA perante si próprio* (vol. II: 1974-1977). Luanda: Nzila.

Teixeira, Rui de Azevedo. (2011). *A Guerra de Angola: 1961-1974*. Matosinhos: Quidnovi

Pacheco, Carlos. (1997). *MPLA – um nascimento polémico*. Lisboa: Vega.

Tenaille, Frank. (1979). *Les 56 Afriques – Guide politique/I de A à L*. Paris: Maspero.

Venâncio, José Carlos. (1990). Posfácio. Em Xitu, Wanhenga. *O Ministro*. Luanda: Caxinde, pp. 415-420.

Vicente, São. (1994). *A Estabilização da Economia de Angola*. Luanda: EA.

Estudos teóricos sobre a narrativa e abordagem geral da teoria literária

Ablamowicz, Aleksander. (2000). *Le roman de l'histoire dans l'histoire du roman*. Katowice: WUS.

Aguiar e Silva, Vítor M. de. (2005). Textos e Contextos na História Literária. Em AA.VV. *História(s) da Literatura* (actas do 1º Congresso Internacional de Teoria da Literatura e Literaturas Lusófonas). Coimbra: Almedina, pp. 21-28.

Aguiar E Silva, V. Manuel de. (2004). *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa: Univ. Aberta.

Aguiar e Silva, Vítor M. de. (1996). *Teoria da Literatura* (8ª ed.). Coimbra: Lisboa.

- Adam, J-Michel & Revaz, F. (1997). *A análise da Narrativa*. Lisboa: Gradiva.
- Aristóteles. (2003). *Poética* (7ª ed., trad. de Eudoro de Sousa). Lisboa: INCM.
- Auerbach, Erich. (2007). *Mimese – A representação da realidade na literatura ocidental*. (5ª ed.). S. Paulo: Perspectiva.
- Bakhtine, Mikhail. (1977). *Le marxisme et la philosophie du langage. Essai d'application de la méthode sociologique en linguistique*. Paris: Les Éditions du Minuit.
- Bakhtine, Mikhail. (1988). *Questões de Literatura e Estética: a Teoria do Romance*. S. Paulo: Hucitec.
- Barthes, Roland. (1953). *Le Degré Zéro de l'Écriture*. Paris: Seuil.
- Bastos, Alcmeno. (2007). *Introdução ao Romance Histórico*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.
- Ceia, Carlos. (2007). *A Construção do Romance*. Coimbra: Almedina.
- Courtés, J & Greimas, A. J. (s.d.). *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. (Col. HU Lingüistique). Paris: Harchette.
- Derrida, Jacques. (1967). *De la grammatologie*. Paris: Minuit.
- Eco, Umberto. (2005). *Obra aberta*. S. Paulo: Perspectiva.
- Eco, Umberto. (1992). *Os Limites da Interpretação*. Lisboa: Difel
- Genette, Gérard. (1987). *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Paris: Seuil.
- Genette, Gérard. (1972). “Discours du récit”, in *Figures III*. Paris: Seuil.

- Genette, Gérard. (1972). *Figures* (vol. I, II, III). Paris: Seuil.
- Greimas, A. Julien. (1966). *Sémantique Structurale*. Paris: Larousse.
- Genette, Gérard. (s.d.). *Discurso da Narrativa*. Lisboa: Vega.
- Howe, Irving. (1998). *A Política e o Romance*. São Paulo: Perspectiva.
- Hutcheon, Linda. (1991). *A Poética do Pós-Modernismo (História – Teoria – Ficção)*.
Rio de Janeiro: Imago.
- Ignátiev, Oleg. (1981). *Uma arma Secreta em África*. Moscovo: Ed. Progresso.
- Kristeva, Julia. (1969). *Recherches pour une Sémanalyse (Extraits)*. Paris: Seuil.
- Kloepfer, Rolk. (1984). *Poética e Linguística*. Coimbra: Almedina.
- Lapesa, Rafael. (1998). *Introducción a los estudios literários*. Madrid: Cátedra.
- Lefebve. (1980). *Estruturas do Discurso Narrativo*. Coimbra: Almedina.
- Lessard-Hébert, Michelle. (2010). *Investigação qualitativa – fundamentos e práticas* (4^a ed.). Lisboa: Piaget.
- Lukács, Georges. (1972). *Le roman historique*. Paris: Payothèque.
- Massaud, Moisés. (1999). *Dicionário de termos literários*. S. Paulo: Cultrix.
- Montero, Consuelo. (1989). *Cáriton de Afrodísias y el Mundo Real*. Em Scarella, A. M. & Furiani, P. Liviabella (Ed.). *Piccolo Mondo Antigo – Le donne, gli amori, i costumi, il mundo reale nel romanzo antico*. Napolo: Edizioni Scientifiche Italiane, pp. 107-147.

Mukarovsky, Jan. (1997). *Escritos sobre Estética e Semiótica da Arte*. Lisboa. Estampa

Mullan, John. (2006). *How novels work*. Oxford: Oxford University Press.

Pinheiro, Marília Futre. (1989). Aspects de la Problématique Sociale et Économique dans le Roman d'Héliodore. Em Scarella, A. M. & Furiani, P. Liviabella (Ed.). *Piccolo Mondo Antigo – Le donne, gli amori, i costumi, il mundo reale nel romanzo antico*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, pp. 15-42.

Prieto, Maria Helena Ureña. (2001). *Dicionário de Literatura Grega*. Lisboa: Verbo.

Propp, Vladimir. (2003). *Morfologia do Conto*. 5ª ed. Lisboa: Vega.

Rama, Carlos M. (1980). *Teoria da História – Introdução aos estudos históricos*.

Coimbra: Almedina.

Reis, Carlos & Lopes, Ana C. M. (2002). *Dicionário de Narratologia* (7ª ed.). Coimbra:

Almedina.

Ricoeur, Paul. (1989). *O conflito das interpretações*. Lisboa: Rés-Editora.

Ricoeur, Paul. (1980 b). Pour une théorie du discours narratif. Em D. Tiffeneau (Ed.).

La Narrativité. Paris: C.N.R.S., pp. 3-68.

Robert, Marthe. (1972). *Roman des origines et origines du roman*. Paris: Ed Bernard

Grasset.

Todorov, Tzvetan. (1982). *A Gramática do Decameron*. S. Paulo: Perspectiva.

Todorov, Tzvetan. (1981). *Os géneros do discurso*. Lisboa: Ed. 70.

Tomachevski, Boris. (1978). Temática. Em TODOROV, Tzvetan. *Teoria da Literatura* (vol. II). Lisboa: Ed. 70, pp. 153-201.

Stalloni, Yves. (2010). Os Géneros Literários – narrativa, teatro, poesia. Mem Martins: Europa-América.

Suberville, Jean. (1957). *Théorie de l'art et des genres littéraires* (7^a Éd.). Paris: Les Éditions de l'École.

Valette, Bernard. (1993). Le Roman – initiation aux méthodes et aux techniques modernes d'analyse littéraire. Nathan: Nathan Univ.

Wellek, R. & Warren, A. (s.d.). *Teoria da Literatura*. Mem Martins: Europa-América.

Narrativas de ficção e textos poéticos

Barbusse, Henri. (s.d.). Le Feu. Paris: Flammarion.

Cáriton. (1996). Quéreas e Calíroo (trad. SOUSA e SILVA, Maria de Fátima de). Lisboa: Cosmos.

Dostoievski, Fiódor. (2001). *Crime e Castigo*. Lisboa: Presença.

Héliodore. (1960). Les Éthiopiennes – Théagène et Chaciclée (texte établi par Rattenburry, R.M. et al.; trad. MAILLON, J.). Paris: Les Belles Lettres.

Neto, Agostinho. (1988). *Sagrada Esperança*. Luanda (10^a ed). UEA.

Scott, Walter. (s.d.). Ivanhoé. Paris: Nelson Éditeurs.

Scott, Walter. (1969). *Waverley*. London: Dent.

Simon, Claude. (1967). *Histoire*. Paris: Les Éditions du Minuit.

Obras de temática geral

Bunge, Mário. (1958). *Que és la ciência? Buenos Aires*. Universidade de Buenos Aires.

Carr, E. Hallet. (1996). *O Que é a História?* S. Paulo: Paz e Terra.

Jaguaribe, Helio. (2001). *Um Estudo Crítico da História*. S. Paulo: Paz e Terra.

Keylor, William R. (2001). *História do Século XX – Uma síntese*. Mira-Sintra: Quixote.

Morin, Edgar. (2002). *Dialogue sur la Connaissance – Entretiens avec des Lycéens*.

Paris: Aube-Éd.

Tenaille, Frank. (1979). *Les 56 Afriques – Guide politique/I de A à L*.

Jornais e revistas

Jornal Comunista. (1975, Nº 2 Out.) Sobre a Actual Situação Política em Angola.

Luanda. OCA, p. 1. (O texto do jornal faz a descrição dos resultados da I Conferência da Organização Comunista de Angola [OCA], decorrida em Outubro de 1975)

Gonçalves, Osvaldo. (1991, 20 Maio). Greve: o direito e as normas. *Suplemento 2º*

Caderno, Jornal de Angola. Luanda. Ed. Novembro, pp. 1-2

Kostikov, Viacheslav. (1991, 22 Maio). União Soviética: Quem se aproveita da onda de greves? *Jornal de Angola*. Luanda. Ed. Novembro, p. 4.

Nilsson, Vivi. (1980, Out/Nov./Dez.). Um livro para Despertar o Leitor. *Cadernos Lavra & Oficina*, pp. 3-5.

Reis, Carlos. (2006, 10 de Outubro). A personagem como pessoa: as regras do jogo. *Jornal de Letras*. Lisboa: Edimpresa-Ed., pp. 12-13.

Soares, Mário. (1991, Abril). Os Novos Ventos da História. *Revista InformÁfrica – Confidencial*, p. 2.

Souindoula, Simão. (1987, nº 7). A poligenia dos povos bantu. *Muntu*. Libreville: CICIBA, pp. 169-177.

Jornal de Angola.

(listagem de textos apócrifos)

1991 (2 de Abril, nº 5000, ano 14). Taxistas sobem preços, bombas com fraco movimento, p. 2.

1991 (2 de Abril, nº 5000, ano 14). Ameaça de greve numa empresa francesa (em causa o cabaz alimentar), pp. 1-2.

1991 (2 de Abril, nº 5000, ano 14). Médicos e enfermeiros divididos, p. 3.

1991 (2 de Abril, nº 5000, ano 14). Huila: Bandag reduz produção, p. 3

1991 (18 de Abril, nº 5013, ano 17). União Soviética: quem se aproveita da onda de greves? p. 4

1992 (1 de Outubro, nº 5472, ano 17). UNITA contra a polícia e o MPLA prevê vitória, p. 1.

1992 (10 de Outubro, nº 5478, ano 17). Bomba explode e mata 4 no Luena, p. 1

Documentos administrativos e textos de legislação

Secretariado Técnico do SEF- Saneamento Económico e Financeiro. (1987). Bases

Gerais para o Desenvolvimento dos Trabalhos no Âmbito da Reformulação do Ensino nas Especialidades de Economia. Luanda. Gráfica Popular.

Diário da República

(Devido à extensão das edições consultadas, correspondentes aos anos de 1975 a 2010, alistam-se por anos da publicação os textos legislativos, facilitando a confrontação e, eventualmente, a localização nos arquivos)

1975. (I Série nº 25, de 9 de Dezembro). Lei nº 4/75.

(Nacionaliza o ensino)

1976. (I Série nº 59, de 11 de Março). Despacho nº 15/76.

(Anula os efeitos da decisão da FNLA e da UNITA que consistiu em repor em circulação as notas retiradas do mercado pela banca)

1976. (I Série nº 119, de 21 de Maio). Despacho nº 21/76.

(Determina que engenheiros [incluindo engenheiros civis, mecânicos, electrotécnicos] e arquitectos radicados em Angola passam a exercer a respectiva actividade na função pública, vinculados, assim, ao Estado)

1976. (I Série nº 129, de 2 de Junho). Despacho nº 34/76.

(cria a Comissão de Nacionalização do Ensino)

1976. (I Série nº 144, de 19 de Junho). Lei nº 43/76.

(Regula as modalidades de confisco, a favor do Estado, na sua totalidade ou fracções, de imóveis cujos proprietários, angolanos ou estrangeiros, tenham abandonado o País há mais de 45 dias a contar da publicação do citado diploma)

1976. (I Série nº 175, de 26 de Junho). Despacho 94/76, Despacho 95/76.

(O primeiro despacho interdita movimentos de contas por quem não faça prova de residência no País. O segundo anula cheques visados antes da independência)

1976. (I Série nº 157, de 5 de Julho). Lei nº 57/76.

(Prevê penalizações aos crimes contra a economia nacional, incluindo os que cabe no conceito de “sabotagem” económica)

1976. (I Série nº 158, de 6 de Julho). Despacho nº 12/76

(ordena a integração de ex-socorrista guerrilheiros no sistema nacional da saúde e nos programas de assistência aos cidadãos)

1976. (I Série nº 187, de 9 de Agosto). Despacho nº 47/76

(Ordena a criação de comissão de intervenção junto de cada empresa abandonada)

1976. (I Série nº 211, de 6 de Setembro). Despacho nº 22/76

(Ordena que indivíduos nascidos em Angola que tenham renunciado à nacionalidade angolana sejam afastados da função pública e das empresas nacionalizadas)

1976. (I Série Suplemento nº 260, de 3 de Novembro). Despacho 77/76

(O Ministério da Educação e Cultura autoriza o recrutamento de pessoal para prover os postos abandonados pelos portugueses no Hospital Escolar de Luanda, adstrito à Universidade de Luanda)

1976. (I Série nº 262, de 5 de Novembro). Despacho nº 70/76

(cria comissões de intervenção junto de cada empresa onde se verifiquem sinais de sabotagem à economia e às finanças)

1976. (I Série nº 266, de 10 Novembro). Lei nº 69/76

(diploma que confisca activo e passivo do Banco de Angola)

1976. (I Série nº 266, de 10 Novembro). Lei nº 70/76

(diploma que confisca o Banco Comercial de Angola, S.A.R.L.)

1976. (I Série, 2º Suplemento nº 266, de 11 de Novembro). Lei nº 71-A/76.

(Lei da Moeda Nacional)

1977. (I Série nº 19, de 24 de Janeiro). Decreto nº 102/76.

(O governo de Angola reserva-se o direito de rejeitar a integração nos corpos sociais de sociedades, companhias e empresas instaladas em Luanda de indivíduos que tenham ligações com o inimigo)

1977. (I Série nº 135, de 9 de Junho). Despacho nº 30/77.

(O Primeiro-Ministro cria uma Comissão Nacional de Abastecimentos. O texto descreve as atribuições do órgão criado)

1977. (I Série nº 137, de 11 de Junho). Despacho nº 11/77.

(O Segundo Vice-Primeiro-Ministro exara procedimentos para disciplinar a importação de bens)

1978. (I Série nº 104, de 4 de Maio). Despacho s/n.

(Ordena aos membros das forças armadas e instituições paramilitares a pagarem o devido, sem privilégios, aos transportes públicos)

1978. (I Série nº 136, de 10 de Junho). Lei nº 7/78

(Actualiza disposições na Lei dos Crimes Contra a Segurança do Estado)

1979. (I Série nº 229, de 29 de Setembro). Despacho nº 3/79.

(Cria a Comissão de Estudo da Reforma do Sistema do Ensino Superior)

1979. (I Série nº 220, de 19 de Setembro). Decreto executivo nº 16/79.

(Aprova o Estatuto da Empresa de Supermercados de Luanda, U.E.E)

1980. (I Série nº 114, de 15 de Maio). Decreto executivo nº 31/80.

(Cria uma Empresa de Panificação de Luanda, U.E.E.)

1986. (I Série nº 49, de 21 de Junho). Decreto executivo conjunto nº 25/86.

(Estabelece regras para o controlo dos trabalhadores expatriados em Angola e que permitam determinar os encargos do Estado)

1987. (I Série nº 40, de 18 de Maio). Despacho nº 24/87.

(Cria a Empresa de Supermercados Militares de Luanda, U.E.E.)

1991. (I Série nº 20, de 11 de Maio).

(Um conjunto de leis na sequência da instituição do multipartidarismo:

Lei nº 13/91: Da nacionalidade.

Lei nº 14/91: Das Associações.

Lei nº 15/91: Dos Partidos Políticos.

Lei nº 16/91: Sobre o Direito de Reunião e de Manifestação.

Lei nº 17/91: Sobre o Estado de Sítio e Estado de Emergência).

1991. (I Série nº 25, de 15 de Junho). Lei nº 23/91.

(Lei da Greve aprovada pela Assembleia do Povo)

1991. (I Série nº 53, de 27 de Dezembro). Lei nº 30/91.

(A lei regula a venda e compra de diamantes)

1991. (I Série nº 53, de 27 de Dezembro). Decreto nº 79/91.

(Estabelece regras para o combate à fraude no domínio de tráfico de diamantes e ouro)

1991. (I Série nº 54, de 30 de Dezembro). Aviso nº 6/91.

(O aviso do Banco Nacional de Angola desvaloriza em 100 por cento a moeda nacional)

1992. (I Série nº 19, de 15 de Maio). Decreto nº 20/92.

(O Estado autoriza o exercício da actividade de comercialização de diamantes e metais no País)

1992. (Série nº 17, de 24 de Abril). Aviso nº 3/92.

(O Banco Nacional de Angola anuncia a desvalorização da moeda nacional)

1992. (I Série nº 27, de 10 de Julho). Decreto nº 30/92.

(Acerca do apoio social a atribuir aos militares desmobilizados)

1992. (I Série nº 28, de 17 de Julho). Decreto presidencial nº 67/92.

(convoca as primeiras eleições gerais para 29 e 30 de Setembro de 1992)

1992. (I Série nº 32, 14 de Agosto). Despacho nº 3/92.

(Presidência da República cria Gabinete Interministerial Permanente para apoiar os militares desmobilizados)

1992. (I Série nº 33, de 21 de Agosto). Decreto executivo nº 38/92

(Descreve as normas sobre a acção fiscalizadora do Estado às actividades geológicas e mineiras)

1992. (I Série nº 33, de 21 de Agosto). Decreto presidencial nº 68/92.

(decreta a suspensão de actos de recrutamento, recenseamento e registo militar de mancebos para o exército nacional –Forças Armadas Populares de Libertação de Angola [FAPLA])

1992. (I Série, 4º Suplemento nº 34, de 28 de Agosto). Lei nº 21-D/92

(A Lei Sindical é aprovada pela Assembleia do Povo)

1992. (I Série, Suplemento nº 36, de 9 de Setembro). Decreto nº 46.

(Extingue a empresa de comércio de bens de uso e consumo em moeda convertível “Lojas Francas de Angola, U.E.E.”)

1993. (I Série nº 26, de 2 de Julho de 1993). Resolução nº 11/93

(Convoca o patriotismo da população angolana e exorta o Governo, as Forças Armadas, os partidos políticos legalizados e a sociedade civil a mobilizarem-se para defender o País face à retomada das armas pela rebelião da UNITA)

Documentos: comunicados da guerrilha do MPLA

(Agrupam-se, sob a designação geral “Comunicados de Guerra” (CG) usada nos textos oficiais consultados e referentes às actividades da guerrilha do MPLA. A numeração visa a localização imediata do texto a que se refere no trabalho)

1. 1965 (2 de Março). Doc. N° 67. La Victoire ou la Mort. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (acusa a Embaixada de Portugal em Brazzaville de espionagem)
2. 1965 (13 de Maio). Doc. N° 80. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (reporta a passagem de patrulhas do exército colonial perto da aldeia de Sanga-Wanda, Bucu-Zau, Cabinda)
3. 1966 (7 de Janeiro). Doc. N° 108. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (reporta confrontos em Miconje)
4. 1965 (9 de Dezembro). Doc. s.n°. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (telegrama do Comité Directeur: protesta contra o reconhecimento do GRAE pelo regime de Kinshasa-Leopoldville)
5. 1966 (4 de Março). Doc. s.n°. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (reporta emboscada da guerrilha contra uma companhia do exército colonial, nas imediações dos rios Kiaza e Lombe)
6. 1966 (16 de Maio). Doc. s.n. Communiqué de Guerre. Brazzaville: Comité Directeur: MPLA. (denuncia a traição de Alexandre Taty a favor da espionagem do regime colonial e ataques do exército colonial apoiado pela FLEC contra posições da guerrilha: Kinguambundu, Bulu Antigo)
7. 1965 (6 de Setembro). Doc. N° 95. Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (reporta a destruição de uma ponte sobre o rio Lombe, protagonizada pelos guerrilheiros Suka-Mahula e Kami; corta a comunicação dos colonos entre Belize e Miconje)

8. 1965 (23 de Abril). Doc. s.nº. Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (reporta ataques comandados por Henda e Kumba contra um acampamento de exploração florestal, em Bucu-Zau, a 150 km de Cabinda)
9. 1965 (27 de Outubro). Doc. Nº 100. Comunicado de Guerra. Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (denuncia infiltração de tropas coloniais nas posições da guerrilha e são detectadas na estrada entre Miconje e a concessão florestal Afonso; reporta a morte de 10 soldados colonos na explosão de minas semeadas pela guerrilha na referida estrada)
10. 1965 (8 de Outubro). Doc. Nº 99 Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (anuncia a morte de dois “guias traidores, Emílio e Manuel” e 6 soldados do exército colonial num confronto com a guerrilha, em Batamiconje; noutro confronto, próximo de Makangela, mortos: “3 traidores que serviam de guia aos portugueses, 6 soldados, 1 sargento, 1 furriel)
11. 1965 (11 de Setembro). Doc. Nº 96. Brazzaville: Comando Operacional do MPLA. (reporta ataque dirigido por Henda a uma coluna do exército colonial, a 41 km de Caiondjembo)
12. 1962. (1 de Dezembro). Doc. s.nº. 1ª Conferência Nacional do MPLA. Leopoldville: MPLA (descreve o teor das discussões e decisões da Conferência: problemas da unidade e democracia internas; traça a linha política, entre outros pontos a rejeição do tribalismo, regionalismo, sectarismo e da intolerância racial e religiosa; traça o programa de acção).

Relatório da guerrilha do MPLA

Henda, Hoji-Ya. (1964). *Relatório da Reunião do Comando da Região de Cabinda*.

(texto policopiado). Cabinda: MPLA.